



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1491

Quinta-feira - 22 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3
Água Doce	4
Antônio Carlos	9
Arroio Trinta	11
Ascurra	13
Barra Velha	14
Biguaçu	14
Bom Jesus do Oeste	26
Braço do Trombudo	28
Brusque	41
Caçador	51
Camboriú	52
Campo Alegre	57
Campos Novos	58
Canoinhas	89
Capinzal	91
Chapadão do Lageado	95
Cocal do Sul	95
Concórdia	97
Coronel Freitas	103
Coronel Martins	141
Corupá	150
Curitibanos	157
Erval Velho	173
Forquilha	174
Fraiburgo	175
Garopaba	193
Garuva	200
Gaspar	201
Governador Celso Ramos	205
Grão Pará	205
Guaramirim	206
Guarujá do Sul	208
Herval d'Oeste	209
Ibiam	210
Ilhota	213
Imbituba	214
Ipumirim	219
Irineópolis	221
Itá	222
Itapoá	223
Ituporanga	227
Jacinto Machado	227
Joaçaba	230
José Boiteux	267
Lages	267
Lauro Muller	269
Lebon Régis	271
Leoberto Leal	274

Luzerna	275
Macieira	287
Mafra	293
Maracajá	294
Maravilha	295
Marema	297
Massaranduba	298
Meleiro	299
Modelo	300
Monte Carlo	307
Morro da Fumaça	307
Navegantes	308
Novo Horizonte	310
Orleans	311
Ouro Verde	313
Palhoça	314
Passos Maia	317
Paulo Lopes	318
Penha	326
Pinheiro Preto	326
Porto União	328
Rio do Sul	340
Salto Veloso	345
Santa Rosa do Sul	346
São Bento do Sul	347
São Carlos	348
São Domingos	348
São João do Sul	349
São José	350
São José do Cedro	353
São Lourenço do Oeste	354
São Pedro de Alcântara	359
Schroeder	360
Serra Alta	389
Siderópolis	395
Sombrio	395
Timbé do Sul	400
Timbó	402
Treze Tílias	403
Tunápolis	426
Turvo	430
Vargem Bonita	452
Vidal Ramos	453
Videira	453
Xavantina	464
Xaxim	465

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1491

Quinta-feira - 22 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

GRANFPOLIS.....470

Consórcios

AGIR470

ARIS470

CIGA472

CIMVI.....472

Consórcio Catarina473

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

Pregão Presencial 60/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 74/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 60/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAR PLANO DE TRABALHO, COLETAR E SISTEMATIZAR OS DADOS INSTITUCIONAIS DISPONÍVEIS SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE DE ACORDO COM PROGRAMA DESENVOLVIDO PELO FIA EM PARCERIA COM A ENERCAN.

TIPO :Menor preçoPOR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 05/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC,07 de Maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Pregão Presencial 61/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 75/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 61/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA INSTALAÇÃO NA COZINHA DO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO LUIZ ZANCHETT.

TIPO :Menor preçoPOR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 06/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC,07 de Maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Pregão Presencial 62/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 76/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 62/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM NORMAS ESTABELECIDAS PELA CELESC.

TIPO :Menor preçoPOR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 05/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura

Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC,07 de Maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Avaliação do Cumprimento de Arrecadação 2º Bimestre 2014

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ARRECADAÇÃO 2º BIMESTRE 2014
DETERMINAÇÃO OU NÃO DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO (ART.9º DA LRF)

ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR 1º			N O BIMESTRE DE REFERENCIA 2º			ATÉ	BIMESTRE	REFERENCIA
	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	2.780.444,94	3.169.302,10	+388.857,16	3.533.932,75	3.269.935,07	-263.997,68	6.314.377,69	6.439.237,17	+124.859,48
Receita Tributária	156.635,10	211.751,61	+55.116,51	841.964,04	452.943,40	-389.020,64	998.599,14	664.695,01	-333.904,13
Receita de Contribuições	33.250,00	33.891,25	+641,25	33.250,00	33.776,30	+526,30	66.500,00	67.667,55	+1.167,55
Receita Patrimonial	4.714,00	29.278,12	+24.564,12	4.714,02	32.118,40	+27.404,38	9.428,02	61.396,52	+51.968,50
Rec. de Serviços- Agrop.	1.750,00	7.323,01	+5.573,01	1.750,00	8.717,71	+6.967,71	3.500,00	16.040,72	+12.540,72
Trans.Correntes	2.575.445,97	2.857.983,58	+282.537,61	2.643.442,86	2.716.931,73	+73.488,87	5.218.888,83	5.574.915,31	+356.026,48
Transf.de Convênios	55.116,66	28.115,14	-27.001,52	111.604,66	94.527,72	-17.076,94	166.721,32	122.642,86	-44.078,46
Outras Receitas Corrente	8.649,87	29.074,53	+20.424,66	8.811,83	24.447,53	+16.635,70	17.461,70	54.522,06	+37.060,36
RECEITAS DE CAPITAL	260.500,00	12.907,38	-247.592,62	263.500,00	12.974,49	-250.525,51	524.000,00	25.881,87	-498.118,13
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	-53.000,00	53.000,00	0,00	-53.000,00
Transf.de Convênios	260.500,00	12.907,38	-247.592,62	210.500,00	12.974,49	-197.525,51	471.000,00	25.881,87	-445.118,13
TOTAIS	3.040.944,94	3.182.209,48	+141.264,54	3.797.432,75	3.282.909,56	-514.523,19	6.835.377,69	6.465.119,04	-370.258,65

ADM.DIRETA (SÓ PREF.) NO 2º BIMESTRE ADM.CONSOLIDADA NO 2º BIMESTRE

Receita Orçada R\$ 3.797.432,75 Receita Orçada R\$ 4.536.392,81

Receita Realizada R\$ 3.282.909,56 Receita Realizada R\$ 3.622.377,75

a menor R\$ 514.523,19 a menor R\$ 914.015,06

Desp.cfe. Cronograma R\$ 2.865.565,75 Desp.Cronograma R\$ 4.103.768,07

Despesa Realizada R\$ 2.474.383,06 Desp.Realizada R\$ 3.116.094,12

a menor R\$ 391.182,69 a menor R\$ 987.673,95

Receita Real. R\$ 3.282.905,56 Receita Real. R\$ 3.622.377,75

Despesa Real. R\$ 2.474.393,06 Despesa Real. R\$ 3.116.094,12

Transf.ao Fundos R\$ 616.709,27

Superávit no 2ºBim.R\$ 254.936,47 Superávit Cons.no 2ºBim.R\$ 506.283,63

ADM.DIRETA (SÓ PREF.) ATÉ 2º BIMESTRE 2014 ADM.CONSOLIDADA ATÉ 2º BIM.2014

Receita Realizada R\$ 6.465.119,04 Receita Real. R\$ 7.202.302,22

Despesa Real. R\$ 6.099.855,72 Despesa Real. R\$ 6.656.961,58

Superávit Pref. R\$ 365.263,32 Superávit Cons. R\$ 545.340,64

Água Doce, 20 de maio 2014

Obs; Cópias: Controle Interno /Câmara/Pref. Mun./Contabilidade

Extrato do Contrato Nº. 30/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2014

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório 22/2014 - Tomada de Preço 1/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos de Água Doce.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 227.958,86 (Duzentos e vinte sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 5 dias após o fechamento do período de 30 dias dos serviços prestados.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 31/12/2014.

DATA: 24/04/2014

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Juleide Inês D'Agostini pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 31/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2014

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Lucian & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório 25/2014 - Pregão Presencial 19/2014.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 3.723,80 (Três mil setecentos e vinte três reais e oitenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 31/07/2014.

DATA: 25/04/2014

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Benjamin Lucian pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 32/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2014

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório 25/2014 - Pregão Presencial 19/2014.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 1.377,40 (Um mil trezentos e setenta e sete reais e quarenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato, será da data da assinatura até o dia 31/07/2014.

DATA: 25/04/2014

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 33/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2014

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Lucas Pereira Construtora ME

PROCESSO: Processo Licitatório 29/2014 - Tomada de Preço 2/2014.

OBJETO: Construção de cercas na Delegacia de Polícia Civil de Água Doce.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 24.268,90 (Vinte quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e noventa centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO: O prazo do presente contrato será de 02 meses a contar de sua assinatura.

DATA: 15/05/2014

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Lucas Pereira pela contratada.

Portaria 166/2014

PORTARIA Nº 166/2014 19 de maio de 2014

"AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO DE PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Leis complementares nº. 015/99; 011/98; 010/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Ampliar carga horária por tempo determinado de 20 horas para 40 horas, da Sra. Janice Aparecida Gonçalves dos Santos, inscrita sob CPF 062.390.719-43, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Artigo 2º A ampliação da referida carga horária tem início em 05/05/2014 até 01/09/2014, para substituição temporária de funcionária que encontra-se em licença maternidade nesse período.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 05/05/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de maio de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 167/2014

PORTARIA Nº 167/2014 de 19 de Maio de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) FRANCIELI PATRICIA DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 081.852.239-98 ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Promoção Social, a partir de 19/05/2014 a 02/06/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de Maio de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Extrato do Contrato Nº. 1/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2014

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Lucas Pereira Construtora ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 10/2014 - Tomada de Preço nº. 1/2014

OBJETO : Construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS no Assentamento Olaria, interior do município de Água Doce, com área total de 322,88 m - Programa de Requalificação de UBS - Ministério da Saúde.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 477.727,74 (Quatrocentos e setenta e sete mil setecentos e vinte sete reais e setenta e quatro centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 05 meses a partir de sua assinatura.

DATA : 16/05/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Saúde e Lucas Pereira pela contratada.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 5A/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5A/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Alessandra Brand

OBJETO: Contratação de profissional da área de psicologia, com formação em acupuntura e medicina tradicional chinesa, e yoga para prestação de serviços durante o exercício de 2013.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 10/2013 - Pregão nº. 6/2013

REAJUSTE : Fica reajustado o valor do contrato em 7,3087%, IGP-M acumulado no últimos doze meses.

DATA : 15/04/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e Alessandra Brand pela contratada.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 27/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Betha Sistemas Ltda

OBJETO: Locação de software de gestão pública.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 19/2013 - Tomada de Preço nº. 1/2013

PREÇO: Fica reajustado o valor do contrato em 7,9837%, de acordo com o IGP-M acumulado nos último doze meses.

DATA : 13/05/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero de Água Doce e Ernesto Muniz de Souza Junior pela contratada.

Extrato do 9º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 18/2010 - FMS

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Menon Corretora de Seguros

OBJETO: Contratação de seguro para veículos do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 5/2010 - Tomada de Preço nº. 1/2010

PRAZO : Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 23/05/2015.

VALOR: Fica aditado o valor em R\$ 11.452,64.

DATA : 25/03/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e Sheila Mantoani pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 3/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2014
CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Antonio Sartori & Cia Ltda
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 2/2014 - Pregão Presencial nº. 2/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros da Terceira Idade.
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 337,64 (trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos)
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/07/2014.
DATA : 10/03/2014
SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Valdenir Sartori pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 4/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2014
CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 2/2014 - Pregão Presencial nº. 2/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros da Terceira Idade.
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 4.145,65 (Quatro mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/07/2014.
DATA : 10/03/2014
SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 5/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2014
CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado Central Zanata Ltda
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 2/2014 - Pregão Presencial nº. 2/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros da Terceira Idade.
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.484,56 (Um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega

dos produtos.
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/07/2014.
DATA : 10/03/2014
SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Adicir Zanata pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 6/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2014
CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Giordani Alimentos Ltda
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 2/2014 - Pregão Presencial nº. 2/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros da Terceira Idade.
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 4.168,25 (Quatro mil cento e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos)
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/07/2014.
DATA : 10/03/2014
SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Andressa Giordani Neris da Cruz pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 7/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/2014
CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Lucian & Cia Ltda
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 2/2014 - Pregão Presencial nº. 2/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros da Terceira Idade.
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.774,74 (Um mil setecentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/07/2014.
DATA : 10/03/2014
SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Benjamin Lucian pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 8/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/2014
CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 2/2014 - Pregão Presencial nº. 2/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros da Terceira Idade.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.351,30 (Seis mil trezentos e cinquenta e um reais e trinta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/07/2014.

DATA : 10/03/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Renata Raquel Ahlf pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 9/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2014

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 3/2014 - Pregão Presencial nº. 3/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização CRAS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 4.327,20 (Quatro mil trezentos e vinte sete reais e vinte centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/10/2014.

DATA : 22/04/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 10/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2014

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado Central Zanata Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 3/2014 - Pregão Presencial nº. 3/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização CRAS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 5.815,28 (Cinco mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/10/2014.

DATA : 22/04/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Adicir Zanata pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 11/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2014

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Lucian & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 3/2014 - Pregão Presencial nº. 3/2014

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização CRAS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.687,09 (Seis mil seiscentos e oitenta e sete reais e nove centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos produtos.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/10/2014.

DATA : 22/04/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Benjamin Lucian pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 12/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2014

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Valmir Secco

OBJETO : Contratação de serviço especializado na área de informática, instalação e locação de um Sistema da Assistência Social compreendendo os módulos de Cadastro de pessoas e famílias, Gestão, CRAS, CREAS e ALTA COMPLEXIDADE integrados entre todos os Municípios Associados da AMMOC.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.040,00 (Três mil e quarenta reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até o 5º dia útil do mês seguinte ao vencido.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31/12/2014.

DATA : 13/05/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero pelo Fundo Municipal de Assistência Social Valmir Secco pela contratada.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 11/2013 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013
CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Betha Sistemas Ltda

OBJETO : Locação de software de gestão pública.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 8/2013 - Tomada de Preço nº. 1/2013

PREÇO: Fica reajustado o valor do contrato em 7,9837%, de acordo com o IGP-M acumulado nos último doze meses.

DATA : 13/05/2014

SIGNATÁRIOS: Orlando Fávero de Água Doce e Ernesto Muniz de Souza Junior pela contratada.

Decreto Nº 024/2014

DECRETO Nº 024/2014 - DE 20 DE MAIO DE 2014

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 1.710 de 09 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam substituídos determinados membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, constituído pelo Decreto nº 052/2013:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social

Titular: ROBERTA MARIA RAMPAZZO

Representante da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Rural

Titular: LAERTE VERONA

Art. 2º. Em substituição aos membros mencionados no artigo 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social

Titular: CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER

Representante da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Rural

Titular: VALTER VALENTIM RAMPAZZO

Art. 3º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 20 de maio de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Aviso de Dispensa de Licitação Nº 06/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 06/2014. Objeto: Contratação da prestação de serviços técnicos especializados para o planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal do Município de Antônio Carlos, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE - IOBV; CNPJ: 08.072.361/0001-55; Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de 70% (setenta por cento) dos valores arrecadados com as inscrições do concurso; Prazo: 12 (doze) meses; Fundamento legal: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso XIII

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
Presidente da Comissão de Licitações.

.

Extrato de Contrato Nº 114/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 114/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 053/2014 - Dispensa de Licitação nº 006/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: INSTITUTO BARRIGA VERDE - IOBV; Objeto: Contratação da prestação de serviços técnicos especializados para o planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal do Município de Antônio Carlos, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de 70% (setenta por cento) dos valores arrecadados com as inscrições do concurso; Vigência: 12 (doze) meses. Execução do objeto: 90 (noventa) dias.

Antônio Carlos, 21 de maio de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2014

DECRETO Nº 048/2014

Revoga concessão de direito real de uso autorizado pela lei municipal nº 1129/2007 da área que especifica e das outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, e, em conformidade com o parágrafo 2º do art. 5º da Lei Municipal nº. 1129/2007:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a concessão de direito real de uso à empresa L.C. COSTA PRÉ-MOLDADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.249.970/0001-50, referente a área de 10.939,45m² (dez mil novecentos e trinta e nove virgula quarenta e cinco metros quadrados), respectivamente áreas 01 e 02, integrantes da área Industrial de Antônio Carlos/SC,

anteriormente autorizada pela Lei Municipal nº. 1129/2007.

Art. 2º - As benfeitorias existentes no imóvel acima especificado são revertidas na integralidade ao patrimônio Municipal, conforme preceitua o art. 5º, §2º da Lei Municipal nº. 1129/2007, e, Cláusula Terceira do contrato de concessão de direito real de uso firmado entre as partes.

Art. 3º - A decisão terminativa exarada pela Procuradoria Municipal e cravada com o aval do Chefe do Poder Executivo é parte integrante do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de maio de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Decreto Nº 046/2014

DECRETO Nº 046/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 21.340,94 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 21.340,94

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 21.340,94

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 047/2014

DECRETO Nº 047/2014

Abre Crédito Especial - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.340,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.340,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 2.340,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 0005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2014

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços Nº 0005/2014

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO QUE SERÁ USADO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES/PRODUTORES E AQUISIÇÃO DE LUVAS E BAINHAS PARA USO NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PARA MELHORAMENTO DO REBANHO DE GADO LEITEIRO E DE CORTE DO MUNICÍPIO.

Regimento: Lei Complementar nº 123/06, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 10/06/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 10/06/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 20 de maio de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Portaria Nº 110

PORTARIA Nº 110, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, FERNANDO ANDRE MANENTI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provedor Efetivo VIGILANTE SANITÁRIO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 02/05/2014, e gozo das mesmas no período de 16/05/2014 a 14/06/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 111

PORTARIA Nº 111, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JULIANA DAMASCENO SOUSA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provedor Efetivo ENFERMEIRA, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 02/05/2014, e gozo das mesmas no período de 16/05/2014 a 14/06/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 112

PORTARIA Nº 112, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ADRIANE BIAVA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provedor Efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO II, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 02/05/2014, e gozo das mesmas no período de 16/05/2014 a 14/06/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 113

PORTARIA Nº 113, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ROSELI TE-REZINHA SECCO FELCHILCHER, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provedor Efetivo PROFESSOR II (PÓS-GRADUADO),

relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 02/05/2014, e gozo das mesmas no período de 16/05/2014 a 14/06/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 114

PORTARIA Nº 114, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, TÂNIA CRISTINA MANENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 02/05/2014, e gozo das mesmas no período de 16/05/2014 a 14/06/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 115

PORTARIA Nº 115, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, EVERTON CAMPAGNIN, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE EM CPD, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 01/06/2014, e gozo das mesmas no período de 03/06/2014 a 23/06/2014, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 116

PORTARIA Nº 116, de 16/05/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CESAR LUIZ ALTENHOFEM, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE DE ESPORTES, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 02/05/2014, e gozo das mesmas no período de 16/05/2014 a 05/06/2014, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1606

DECRETO Nº 1606, de 15 de maio de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0301.10.305.0009.2.000021 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
33900000-0166 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), por conta de anulação da seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0301.10.305.0009.2.000021 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
44900000-0166 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 15 de maio de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 15 de maio de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Ascurra**PREFEITURA****Edital de Tomada de Preço 27/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 27/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 09 de junho de 2014, CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente para, REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO (GINÁSIO DE ESPORTES) PADRE FRANCISCO COSTA, conforme Edital. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente ou no site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 22 de maio de 2014.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Barra Velha**PREFEITURA****PP 033/2014**

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 045/2014 - Pregão Presencial nº 033/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, Aquisição de mobiliário para nova sede da Biblioteca Municipal. De acordo com o anexo I Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/06/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 04/06/2014 às 09:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de maio de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

Biguaçu**PREFEITURA****Contratos Abril E Maio 05/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 211/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada....: NÓ DE BAMBU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

Valor : 5.946,00 (cinco mil novecentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 23/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS

Contrato Nº.: 158/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada....: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA

Valor : 6.046,00 (seis mil e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 14/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O CCI, RECRIA, CRAS, CASA LAR, PRONATEC E SECRETARIA.

Contrato Nº.: 126-1/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada....: SJR ORGANICAO E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME

Valor : 2.040,00 (dois mil e quarenta reais)

Vigência : Início: 04/04/2014 Término: 13/03/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 198/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 8.377,66 (oito mil trezentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA , ESPORTE , TURISMO E LAZER PRÓ CIDADÃO E PROCURADORIA GERAL PARA USO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Contrato Nº.: 199/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 504.873,01 (quinhentos e quatro mil oitocentos e setenta e três reais e um centavo)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 37/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DA E. B. M. BOM VIVER.

Contrato Nº.: 201/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 3.120,00 (três mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 10/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE LONAS IMPRESSAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2014 A SEREM INSTALADAS NO PAINEL EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 371-5/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 01/06/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:

137/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM FORNECIMENTO

DE MATERIAL, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA GERAL DE SOROCABA DE DENTRO.

Contrato Nº.: 455-18/2010

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 15/06/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:

148/2010

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DE 06 (SEIS) RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CD EM ANEXO - RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL.

Contrato Nº.: 202/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA

Valor : 8.940,00 (oito mil novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 14/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 87/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RÁDIO

COMUNICAÇÃO, CONFORME ORÇAMENTO E TERMO REFERÊNCIA EM ANEXO, PARA A UTILIZAÇÃO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO QUARTEL DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 203/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DATAVOX TELEINFORMATICA LTDA EPP

Valor : 100.223,09 (cem mil duzentos e vinte e três reais e nove

centavos)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 68/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATUALIZAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, RACK E ATIVOS DE REDE DO PRÉDIO DA PREFEITURA E CENTRO ADMINISTRATIVO.

Contrato Nº.: 204/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: KEEP IT INFORMATICA LTDA - EPP

Valor : 9.996,00 (nove mil novecentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 67/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CAPACITAÇÃO PARA OS SERVIDORES DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PMB

Contrato Nº.: 205/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor : 110.000,00 (cento e dez mil e reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 72/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE T.I E BACKUP PARA CENTRO DE PROCESSAMENTOS DE DADOS DA PMB.

Contrato Nº.: 206/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Valor : 24.737,00 (vinte e quatro mil setecentos e trinta e sete reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 70/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAÇÃO

DO PORTAL DO CIDADÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU.

Contrato Nº.: 207/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUGATI IT SERVICES LTDA - ME

Valor : 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 70/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAÇÃO DO PORTAL DO CIDADÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU.

Contrato Nº.: 208/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 79/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIDOR PARA ARMAZENAR O SOFTWARE DE GESTÃO DE PROJETOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU.

Contrato Nº.: 209/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: L. MOHR LTDA ME

Valor : 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA SOLENIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU.

Contrato Nº.: 210/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor : 2.202,00 (dois mil duzentos e dois reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA SOLENIDADES
REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 213/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: JK PNEUS LTDA

Valor : 53.760,00 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA AS
SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, FAZENDA,
EDUCAÇÃO, SECETUL, SEPLAN E TRANSPORTE.

Contrato Nº.: 214/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Valor : 68,40 (sessenta e oito reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA
CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS (CEI ANJINHO DA
GUARDA E CEI PLANETA AZUL), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES
E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 215/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: GIZELE REGINA DA SILVA

Valor : 8.766,00 (oito mil setecentos e sessenta e seis reais)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA
CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS (CEI ANJINHO DA
GUARDA E CEI PLANETA AZUL), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES
E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 216/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor : 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA
CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS (CEI ANJINHO DA
GUARDA E CEI PLANETA AZUL), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES
E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 217/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP

Valor : 81.898,80 (oitenta e um mil oitocentos e noventa e oito

reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA
CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS (CEI ANJINHO DA
GUARDA E CEI PLANETA AZUL), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES
E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 212/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EPAGRI EMPRESA PESQ. AGR.. EXT. RURAL DE S.C.
S/A

Valor : 38.412,00 (trinta e oito mil quatrocentos e doze reais)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
90/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTEN-
SÃO RURAL

Contrato Nº.: 218/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LEANDRO DA CONCEIÇÃO MENDES 06255994970

Valor : 45.432,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 28/04/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 95/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SE SUPORTE EM
TELEFONIA E CABEAMENTO ESTRUTURADO PARA PMB .

Contrato Nº.: 234-4/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA
LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 30/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
65/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA
DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA
OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE
INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Contrato Nº.: 219/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ANTUNELLI E ANTUNELLI LTDA - ME

Valor : 150.000,00 (cento e cinquenta mil e reais)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 05/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR
O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS
DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 220/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DANIEL FERRAZ DIAS - ME

Valor : 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA AOS
PROFESSORES, ESPECIALISTAS, GESTORES E TÉCNICOS DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2014.

Contrato Nº.: 221

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAULO VINICIUS HEUSI RAMPINELLI

Valor : 6.845,20 (seis mil oitocentos e quarenta e cinco
reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL
ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM
INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 222/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: RICARDO ALVES

Valor : 6.845,20 (seis mil oitocentos e quarenta e cinco
reais e

vinte centavos)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL
ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM
INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 223/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO
LTDA

Valor : 4.852,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta e dois
reais)

Vigência : Início: 07/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 101/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZA-
ÇÃO DE

EMERGÊNCIA PARA A Vtr ABR- 04 CAMINHÃO DO FUMREBOM.

Contrato Nº.: 225/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SILÉSIO GONÇALVES DOS SANTOS

Valor : 20.535,44 (vinte mil quinhentos e trinta e cinco
reais e

quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 07/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E

HABILITADO, PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE NATAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , ESPORTE , TURISMO E LAZER .

Contrato Nº.: 173-5/2009

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUIZITA CARMEM DA LUZ BORBA

Valor : 32.369,27 (trinta e dois mil trezentos e sessenta e nove

reais e vinte e sete centavos)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 24/04/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 220/2009

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BORN Nº 360 - CENTRO - BIGUAÇU - SC, COM ÁREA DE 1.277,80 M² A EDIFICAÇÃO, COM DOIS PAVIMENTOS E ÁREA DE 270,57 M², MAIS UMA GARAGEM E UM DEPÓSITO, DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DO 3º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 224/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAPAS DA LINGUA - GRUPO MUSICAL LTDA - EPP

Valor : 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 118/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 226/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME

Valor : 13.440,00 (treze mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 71/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 227/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUA TUR TURISMO LTDA ME

Valor : 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 113/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE

PRODUTORES RURAIS E TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Contrato Nº.: 229/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DRIAL ORGANIZACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME

Valor : 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E DEMAIS ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS, NO PERÍODO DE 14 A 18 DE MAIO DE 2014, NA PRAÇA NEREU RAMOS.

Contrato Nº.: 228/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 293.947,24 (duzentos e noventa e três mil novecentos e

quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 58/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA E.B.M. FERNANDO B.VIEGAS DE AMORIM.

Contrato Nº.: 230/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ADRIANO ANDRADES PERICOLO 98930320082

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 231/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: AGOSTINHO BORBA

Valor : 400,00 (quatrocentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 232/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: BRUNA BEATRIZ VIANA GUIMARAES

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 233/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DARICK RAFAEL LUNARDELLI

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 234/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DIEGO SANTOS DE LIMA

Valor : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 235/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DIJALMA RITA

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 236/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ÉLIDA LUCIA DE MELLO

Valor : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 237/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EMIDIO HUGEN JUNIOR

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 238/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: FERNANDO JESUS ROCHA

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 239/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: JUCIMARA DE FATIMA DA SILVA MACHADO

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 240/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MARCOS AURELIO DE LARA

Valor : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 241/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MARCUS COSTA DA CRUZ

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 242/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NELSON ANDRÉ DA SILVA

Valor : 300,00 (trezentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 243/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: OSVALDO APARECIDO DA SILVA

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 244/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: RAFAEL BARRETO BOSSLE

Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 245/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ROBSON DE LIMA

Valor : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 246/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: JANE LUCIA JOHANSON

Valor : 500,00 (quinhentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 247/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MILTON FERREIRA DA SILVA

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 248/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NEWTON DE SOUZA

Valor : 600,00 (seiscentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 249/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ODINEI CAMACHO

Valor : 500,00 (quinhentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 250/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SANDRO DE SOUZA PENTEADO 89635817053

Valor : 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 251/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SERVIG SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS E NO ESTACIONAMENTO AO LADO DA IGREJA MATRIZ, NO PERÍODO DE 14 À 18 DE MAIO DE 2014.

Contrato Nº.: 252/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CARLOS AURELIO DOS SANTOS

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:

120/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DESAFIO ESPORTIVO, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 253/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS

Valor : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 122/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 254/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MONICA APARECIDA DE ASSUMPCAO 95099948987

Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 115/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DO BOLO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 255/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUIZ BEZERRA DOS SANTOS

Valor : 15.390,00 (quinze mil trezentos e noventa reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 100/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DO PROFISSIONAL, LUIZ BEZERRA DOS SANTOS, PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE TAEKWONDO NA SECETUL.

Contrato Nº.: 256/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ROGERIO CAMARGO

Valor : 13.900,00 (treze mil novecentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 30/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:

105/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ROGÉRIO CAMARGO PARA ELABORAÇÃO DOS TRAMITES TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAR O EDITAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Contrato Nº.: 257/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MARION MACHADO PACHECO

Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 15/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 123/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA FOTOGRÁFICA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 228-1/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA

Valor : 9.125,17 (nove mil cento e vinte e cinco reais e dezessete

centavos)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 24/04/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 70/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL NO CENTRO COMERCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA (SALA 206 COM 58,10 M²) PARA FINS DE UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

Contrato Nº.: 262-5/2009

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: INEZ MARIA SILVESTRE

Valor : 48.815,02 (quarenta e oito mil oitocentos e quinze reais e

dois centavos)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 09/05/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:

101/2009

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO Á INSTALAÇÃO DO C.E.I.M. ALGODÃO DOCE, LOCALIZADO NA SERVIDÃO LUIS EDUARDO BORBA, Nº 200, CENTRO, BIGUAÇU - SC, COM ÁREA CONSTRÍDA DE 244 M².

Contrato Nº.: 378-2/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NELSON WILIANIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 09/07/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 384-4/2010

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: AMA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA

Valor : 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 21/05/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2010

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE GALPÕES PARA O ALMOXARIFADO MUNICIPAL, LOCALIZADOS NA RODOVIA BR-101, KM195, BIGUAÇU -

COM ÁREA TOTAL DE 1.096,2 M².

Contrato Nº.: 371-6/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA

Valor : 16.590,92 (dezesesseis mil quinhentos e noventa reais e

noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 01/06/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:

137/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL

E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA GERAL DE SOROCABA DE DENTRO.

RESCISÃO CONTRATUAL BILATERAL

Contrato: 407/2013

Licitação: DL 202/2013

Valor: R\$60.000,00

Data: 05/05/2013

Empresa ANTUNELLI E ANTUNELLI LTDA - ME

Objeto: Constitui objeto deste a contratação de instituição para realizar o acolhimento de longa permanência de pessoas indicadas pela assistência social de Biguaçu.

RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

Contrato: 13/2014

Licitação: PP 161/2013

Valor: R\$20.900,00

Data: 14/05/2014

Empresa: ZAILTON SOUZA - ME

Objeto: Constitui objeto deste a manutenção de ar condicionados das secretarias de administração, fazenda, educação, planejamento, transporte e obras para o ano de 2014.

APOSTILAMENTO

Contrato: 196/2013

Licitação: PP 144/2013

Data: 09/05/2014

Empresa: OFICINA MECANICA SILVEIRA LTDA - EPP

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços e manutenção corretiva e preventiva de mecânica, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, serviços de torno e solda, borracharia, balanceamento e geometria, para atender a frota de veículos leves e motocicletas da Prefeitura Municipal de Biguaçu, Agricultura, Funrebom; Famabi, Fundo Municipal de Assistência Social e polícia Militar.

Fica Apostilada no anexo a relação de veículos a ter manutenção no referido contrato, conforme segue:

AAT-212 Fiat/Palio Essence 1.6 16V ano 2013/2014 Placa MLH-5220

AAT-159 Ford/Fiesta Hatch 1.6 Ano 2009/2010 Placa MHE-5661

AAT-184 Fiat/Doblô essence 1.8 HLX Flex ano 2010/2011 Placa MJB-3109

AAT-160 GM/Corsa Hatch Wind ano 2002/2002 Placa MCD-9456

AM-51 Honda/Motocicleta XR250 Tornado 2005/2005 Placa MDJ-8736

BIGUAÇU, 20 DE MAIO DE 2014

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DI 121/2014 PMB E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, FARDOS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O USO NO ANO DE 2014 DO CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA CONTRATADA: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA

VALOR: R\$ 2.275,00 (dois mil duzentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.06.2.052.33.90.30.07.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

JUSTIFICATIVA:

Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação Pregão Presencial 76/2014, optou por Dispensa de Licitação tendo em vista que a repetição do processo ocasionaria prejuízos consideráveis para a administração pública, que pelo auto custo extraível do certame em face do valor da referida solicitação.

Sendo, assim o contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade, bem como todos os documentos de comprovação de qualificação profissional.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 127/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO PROGRAM FLY SOCIAL PLUS (FERRAMENTA QUE CONTEMPLA PRINCÍPIOS LEGAIS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EMPRESA CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda

VALOR: R\$ 11.274,00 (onze mil duzentos e setenta e quatro reais), sendo pago R\$860,00 (oitocentos e sessenta reais) mensais e 01 serviço de treinamento no valor de R\$954,00 (novecentos e sessenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.059

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.05.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Faz-se a necessidade da devida aquisição, pois, o Programa Fly Social Plus é uma ferramenta que contempla os princípios legais dos SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que possibilita ao gestor uma visão macro das ofertas de benefícios assistenciais do Município, contribuindo principalmente para a superação das situações de vulnerabilidade. Optou-se por processo de Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação".

O valor contratado está dentro do praticado no mercado conforme orçamento feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social acostado ao processo, e a empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro de seu prazo de validade.

Biguaçu, 15 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Revogação PP 92/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 92/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitação PP 92/2014 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE LAVADORA DE ROUPA PARA USO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER".

Biguaçu, 21 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4549/2014

DECRETO Nº 4549/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA) e 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas.

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte: 01.24 - Transferências de Convênios.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, conforme Contrato de Repasse nº 1007194-28/2013/MAPA/CAIXA, firmado com a Caixa Econômica Federal, firmado com Governo Federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, objetivando aquisição de patrulha agrícola mecanizada.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 20 de maio de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4550/2014

DECRETO Nº 4550/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e 901/13 de 25.10.2013 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas.

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 05 - Secretária Municipal da Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100451.004 - Ampliação Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas.

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte: 03.01 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2013, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 20 de maio de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1275/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 03 de Junho de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de caminhão 6x4 novo e caçamba metálica basculante nova para manutenção das atividades do departamento de agricultura.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 22 de Maio de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

ERRATA EDITAL Nº. 1092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

ERRATA DE EDITAL COM REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1092/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO que, de acordo com o Decreto nº. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a lei federal nº.10.520 de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, e demais legislações aplicáveis a errata do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1092/2014, TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2014, com designação de nova data para a sessão de julgamento do dia 26/05/2014 as 08:30 hrs para o dia 06/06/2014 as 08:30 hrs e altera os valores da presente licitação onde lê-se:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
1	1	ser	Construção de quadra coberta localizada na Avenida Planalto, perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste, estado de Santa Catarina com área total de 852,04 m² em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexa ao presente processo licitatório	668.021,60

Passa a ler -se

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
1	7	ser	Construção de quadra coberta localizada na Avenida Planalto, perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste, estado de Santa Catarina com área total de 852,04 m² em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexa ao presente processo licitatório	508.951,63

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 22 de Maio de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 12 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 12/2013		Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ar condicionado split - 12.000 quente e frio, INSTALADO. (3603)	UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	komeco	0	1.529,0000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Elgin	0	1.530,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	comfee	0	1.531,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Komeco	0	1.532,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CONSUL	0	1.533,0000	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LG	0	1.549,0000	6
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS/LTDA ME (6622)	elgin	0	1.550,0000	7
2	Ar condicionado split - 9.000 quente e frio, INSTALADO. (3604)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CONSUL	0	1.390,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	komeco	0	1.392,5000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Elgin	0	1.393,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	york	0	1.399,0000	4
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LG	0	1.415,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Komeco	0	1.416,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 12/2013			Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Refrigerador 120 litros. (Tipo Frigobar). (Refrigerador com 116,6 litros de capacidade de armazenagem e porta reversível, possibilita a abertura para a direita ou esquerda, classificação A em consumo de energia, tipo de degelo: manual, alimentação: 220 Volts). (3605)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	consul	0	750,0000	1
4	Fogão a gas 4 bocas, tampo de vidro, acendimento automático, c/ forno. (3606)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CONSUL	0	790,0000	2
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	CONSUL	0	835,0000	3
		UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	braslar	0	320,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	braslar	0	327,0000	2
5	Ventilador de coluna 40 cm branco 220 v e com três velocidades mundial. (3607).		LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	BRASLAR	0	327,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Müller	0	327,0000	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Kasita	0	166,5000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	ventisol	0	167,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ventisol	0	168,0000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	VENTISOL	0	170,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	ventisol	0	170,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VENTISOL	0	171,9000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 12/2013			Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	RADIO PORTATIL -AM/FM COM CD/MP3 3,5W, 220V, Bratania. (3608)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	britannia	0	175,5000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	lenox	0	176,0000	2
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	BRITANIA	0	176,5000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Britânia	0	177,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LENOX	0	177,9000	5
7	Lavadora de roupa, cor branca, de 15 kg, controle eletrônico. Ajuste do nível de água com 4 níveis, 02 enxagues, com centrífuga, velocidade de rotação para centrifugação 755rpm, selo procel, acabamento ded cesto aço inox, tipo tampa superior em vidro temperado, dispenser alvejante, amaciante, sabão, com filtro para eliminação de fiapos, pás reguláveis, 220w, largura 620mm, altura 1040mm, profundidade 645mm, peso médio 40,2kg. (3609)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ge	0	1.599,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	electrolux	0	1.600,0000	2
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	ELECTROLUX	0	1.604,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Electrolux	0	1.605,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELECTROLUX	0	1.605,9000	5
8	Aquecedor a óleo 1500 w, display digital, 7 elementos de calefação, 3 níveis de potencia controle digital de temperatura, função timer em ate 16h, sistema de segurança com desligamento automático, alça e base com rodas, tensão/voltagem de 229v, controle de temperatura, pés com rodízios. (3610)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	VENTISOL	0	214,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	ventisol	0	214,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 12/2013 Data do Registro: 22/08/2013 Válido até: 22/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
9	Forno Microondas 31 litros, 220 V sem grill. (3611)	UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	midea	0	215,0000	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Philco	0	398,9000	1		
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	philco	0	399,0000	2		
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	midea	0	400,0000	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PHILCO	0	407,0000	4		
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	eletrolux	0	409,0000	5		
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	ELECTROLUX	0	409,0000	6		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Philco	0	409,6300	7		
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	mondial	0	153,5000	1		
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	teco	0	154,0000	2		
10	Aparelho DVD c/Karaokê s/microfone, 220 v. (3612)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Tronics	0	154,9000	3		
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	TECTOY	0	155,0000	4		
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	cce	0	156,0000	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Britânia	0	157,6700	6		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 12/2013			Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014			Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
11	Receptor analógico para antena parabólica com controle remoto. Alimentação 220 Volts. (3613)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LEMON	0	148,5000	1			
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	visiontec	0	149,0000	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Century	0	151,0000	3			
12	Televisor 32 polegadas, tela LCD com entrada HDMI e USB com controle remoto, com conversor digital 220 v. (3614)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD A ME (6622)	panasonic	0	996,0000	1			
13	CAFETEIRA elétrica, na cor preta, jarra de vidro, capacidade de 30 ou mais de café. (3615)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Britânia	0	87,8500	1			
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD A ME (6622)	britania	0	87,9000	2			
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	cadense	0	88,0000	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Cadence	0	88,3000	4			
14	Lava Jato - (Mangueira alta pressão-Comprimento 7,5 m, Potência: 1,7 KW, Pressão de trabalho 1,740 psi / 120 bar , Vazão máxima de água 360 / 420 l/h , alimentação: 220 Volts). (3616)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	TEKNA	0	525,0000	1			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Wap	0	528,0000	2			
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	intech	0	528,0000	3			
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD A ME (6622)	lavor	0	528,0000	4			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 12/2013		Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Aparelho de telefone com fio, na cor preta. Três funções Flash, Redial/Rediscar e Mute/Mudo Três volumes de campainha. Dois timbres de campainha. Posições mesa e parede. Sinalização de linha pulso e tom. Dimensões: 13,7 x 18,7 x 9 cm (A x L x P). (3617)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Elgin	0	29,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Intelbras	0	30,0000	2
16	Aparelho de telefone sem fio, de 2,4 GHz. Aparelho de telefone sem fio, de 2,4 GHz. (3618;	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Intelbras	0	72,4900	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	intelbras	0	72,5000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	intelbras	0	73,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 12/2013		Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Intelbras	0	73,3500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 12/2013		Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013
PROCESSO Nº 17/2013

- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEIS/LTDA ME
- (6631) - SUPER-AR LTDA ME
- (6638) - LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA
- (6712) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6715) - LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME

Braço do Trombudo, 22 de Agosto de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 13 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 13/2013			Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bacia de plástico com tampa 3 litros. (3507)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	7,3912	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Km	0	7,3970	2
2	Bule de café 3lts em alumínio. (3509)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cambe	0	35,6178	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Kerysklyc	0	35,6217	2
3	chaleira em alumínio polido n°18 - capacidade mínima 3,10 lts (3512)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cambe	0	25,1203	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Kerysklyc	0	25,1230	2
4	Conjunto de potes com tampa com 3 peças, plástico. (3516)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	4,3249	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	4,3253	2
5	Copos plásticos descartáveis de 50ml - pct c/ 100 un. (3517)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Mastercopo	0	1,1986	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	1,1987	2
6	Copos plásticos descartáveis de 180ml- pct c/ 100 un. (3518)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Mastercopo	0	3,5158	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	3,5162	2
7	Garra térmica 1/8 litros, garrafa de mesa, jato digressional, bico corta pingo, corpo em aço inoxidável, ampola de vidro - inox. (3528)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Termolar	0	101,8394	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 13/2013 Data do Registro: 22/08/2013 Válido até: 22/08/2014
Objeto da Compra: Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Tomix	0	101,8505	2
8	prato plástico descartável 15 cm, com 10 unidades. (3546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Strawplast	0	1,1486	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	1,1488	2
9	Prato plástico descartável 18 cm, com 10 unidades. (3547)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Strawplast	0	2,1075	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	2,1077	2
10	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (3548)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Strawplast	0	1,7280	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	1,7281	2
11	Pote com tampa 4 lts. (3549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	5,9829	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	5,9836	2
12	Xícara de vidro transparente clara para café (tipo lisa). (3574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cisper	0	2,9865	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Wheaton	0	2,9868	2
13	Cobertor solteiro microfibra 1,50x200 cm, cor lisa. (3575)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Yaris	0	50,0574	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Import	0	50,1360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 13/2013 Data do Registro: 22/08/2013 Válido até: 22/08/2014
Objeto da Compra: Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Lençol de malha soleiro com elástico+fronha, 100% algodão. (3576)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Havan	0	32,5582	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Retalhos	0	32,6099	2
15	Travessiro em em fibra 50x70. (3577)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Havan	0	15,6666	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Retalhos	0	15,6915	2
16	Toalha de rosto feipuda cores variadas, 100% algodão, tamanho 45x70 cm. (3578)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Reislin	0	6,6033	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Marcotex	0	6,6138	2
17	Toalha de banho feipuda cores variadas, 100% algodão, tamanho 75x150 cm. (3579)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Reislin	0	13,3061	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Marcotex	0	13,3273	2
18	Jarra para suco de 2 litros com tampa, plástica. (3580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cleper	0	5,4735	1
19	Pote para guardar balas, capacidade mínima de 500 grs. (3584)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	5,4741	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	gipias	0	1,9876	1

Número do Registro de Preços	Data do Registro	Válido até
13/2013	22/08/2013	22/08/2014

Número do Registro de Preços: 13/2013	Data do Registro: 22/08/2013	Válido até: 22/08/2014
Objeto da Compra: Aquisição de Materiais de cama, banho, copo e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Brago do Trombudo.		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	1,9879	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 13/2013		Data do Registro: 22/08/2013		Válido até: 22/08/2014				
Objeto da Compra: Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013
PROCESSO Nº 13/2013

- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6638) - LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA

Braço do Trombudo, 22 de Agosto de 2013.

Brusque

PREFEITURA

LRF 2º Bim. 1º Quad.- 2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 2º Bimestre e ao 1º Quadrimestre de 2014, respectivamente, disponível no site www.brusque.sc.gov.br e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

2º Bimestre / 2014

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	484.094.431,00	484.094.431,00	55.702.649,71	101.236.065,15	382.858.365,85

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	SALDO A
	INICIAL	ATUALIZADA	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM.	REALIZAR
CORRENTES	236.827.872,00	243.582.931,81	93.344.191,49	70.673.295,86	172.909.635,95
CAPITAL	220.598.439,00	221.926.126,78	12.273.310,60	8.274.940,56	213.651.186,22
INTRA-ORÇAM.	10.338.630,00	10.361.730,00	2.338.904,88	2.305.313,08	8.056.416,92
R. CONTINGÊNCIA	255.000,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00
R. RPPS	16.074.490,00	12.074.490,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	484.094.431,00	488.200.278,59	107.956.406,97	81.253.549,50	406.946.729,09

RESULTADO

SUPERAVIT	19.982.515,65
-----------	---------------

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso I))

2º Bimestre / 2014

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 257.502.334,72
-----------------------------------	--

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

2º Bimestre / 2014

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	7.231.000,00	7.231.000,00	1.346.890,17	2.699.851,14	1.600.458,10
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.053.490,00	10.053.490,00	1.140.199,82	2.554.852,88	1.685.657,99
RECEITA TOTAL	17.284.490,00	17.284.490,00	2.336.421,02	4.906.573,88	3.216.243,90

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	8.660.000,00	12.744.000,00	1.701.497,01	3.176.074,91	2.592.678,48
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp. Total	8.660.000,00	12.744.000,00	1.701.497,01	3.176.074,91	2.592.678,48
Resultado Previdenciário	8.624.490,00	4.540.490,00	634.924,01	1.730.498,97	623.565,42

APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	3.495.734,29	3.495.734,29	366.981,08	783.128,12	974.441,19

RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

2º Bimestre / 2014

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	(8.214.688,89)	(20.234.037,54)

Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	88.228.861,70

RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

2º Bimestre / 2014

RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	No bimestre	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	64.059.225,00	298.176,57	1.001.216,56	5.706.216,59

DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	No bimestre	Até o bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	482.800.278,59	44.133.482,83	79.533.979,34	67.195.650,02

RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit(130.651.176,59) 9 . 8 7 1 . 1 3 7 , 2 5

19.424.178,58 19.794.929,02

RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso V))

2º Bimestre / 2014

	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
RP Processados	8.262.428,73	1.440,00	7.503.298,65	757.562,01
RP Não Processados	11.534.588,49	284.496,39	4.182.544,32	7.067.547,78
Total	19.797.017,22	285.936,39	11.685.842,97	7.825.109,79

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LDB, art. 72º))

2º Bimestre / 2014

FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	8.308.635,20
Contribuição ao FUNDEB	11.954.506,72
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	3.606.722,44
Pagamento dos Profissionais do Magistério	10.880.945,57
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	91,02%

DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	6.720.253,19
Ensino Fundamental	10.880.651,73
Outras Despesas (administração)	0,00
(-) Deduções	3.664.116,62
TOTAL p/ fins de apuração	13.936.788,30
% aplicado (art. 212 CF/88)	22,81%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

2º Bimestre / 2014

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas de Operações de Créditos	757.518,24

	Saldo até o bimestre
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	213.651.186,22

Resultado p/ apuração da Regra de Ouro (85.597.690,46)

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

2º Bimestre / 2014

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos	292.398,23

DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de ativos	0,00

Saldo financeiro a aplicar 314.145,33

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XVI Port. 577 (ADCT, art. 77))

2º Bimestre / 2014

DESPESAS Até o Bimestre

Atenção Básica	7.247.747,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.511.353,79
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00

Vigilância Sanitária	170.326,37
Vigilância Epidemiológica	380.002,95
Outras Subfunções	1.759.278,99
(-) Custeadas com recursos do SUS	10.205.942,57
(-) Consórcio	0,00
(-) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	10.862.766,74
% aplicação p/fins da EC 29	17,78%

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis. Relatórios publicados em 21/05/2014 no mural público da Prefeitura Municipal nos termos do art. 108 da LOM.

Brusque, 21 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL	ARNALDO F. DA SILVA	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo I Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, a))

1º QUADRIMESTRE / 2014

Valor até o Quadrimestre

Despesa Total com Pessoal (Últimos 12(doze) meses)	112.903.821,25
Receita Corrente Líquida (RCL)	257.502.334,72
% da Despesa Total com Pessoal	43,85
Limite Máximo (%)	60,00%
Limite Prudencial (%)	57,00%

Nota: Nos valores da despesa total com pessoal estão incluídos os gastos que dispõe o § 1º do art. 18º da LRF, e os valores dos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo II Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, b))

1º QUADRIMESTRE / 2014

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada - DC	48.130.220,79
Dívida Consolidada Líquida - DCL	1.436.337,22
% da DC sobre a RCL	18,69%
% da DCL sobre a RCL	0,56%

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada - DC	107.920.564,04
Dívida Consolidada Líquida - DCL	88.228.861,70

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo IV Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, d, inc. III , c))

1º QUADRIMESTRE / 2014

Até o Quadrimestre

Operações de Crédito realizadas 757.518,24

Notas Explicativas (RGF)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são os responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 21/05/2014 no mural público da Prefeitura Municipal nos termos do art. 108 da LOM.

Brusque, 21 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL	ARNALDO F. DA SILVA
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão
CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

Extrato Processo Licitatório Nº 093/2014

CONCORRÊNCIA nº 010/2014

Processo Licitatório nº 093/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA ANTONIO HEIL (SC 486), TRECHO 2, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/06/2014, às 09h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site www.brusque.sc.gov.br 21/05/2014

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Ata Nº 001/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 001/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Brubrinq Ind. E Com. Brinquedos Ltda me, em 09/04/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade dos itens 01 e 04. Valor: R\$ 33.900,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: até 23/09/2014. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Ata Nº 014/2013 (FMS)

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 014/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a empresa Metromed Material Médico Hospitalar Ltda, em 15/04/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade do item 032. Valor: R\$ 1.870,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 013/2013 (FMS). Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: até 16/09/2014. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 040/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 040/2013, entre o Município de Brusque e as empresas: Refrigeração Bastiani Ltda. e Superar Ltda. ME, em 31/03/2014 Objeto: acréscimo de quantitativo de até 25% (aquisição de condicionadores e cortinas de ar). Valor: R\$ 62.027,95. Origem: Pregão nº 051/2013. Fundamento legal: art. 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 047/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 047/2013, entre o Município de Brusque e as empresas: Mastermix Comércio de Eletroeletrônicos Ltda.; Bagatoli Comercio de Móveis Ltda. ME e Comercial Storinny Ltda. ME, em 14/03/2014 Objeto: acréscimo de quantitativo de até 25% (aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos). Valor: R\$ 20.932,70. Origem: Pregão nº 051/2013. Fundamento legal: art. 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 048/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 048/2013, entre o Município de Brusque e as empresas: Turbo Autopeças Acessórios Ltda.; Rodabrasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. e, Eva Material de Borracharia Ltda., em 14/03/2014 Objeto: acréscimo de quantitativo de até 25% (aquisição de pneus e câmaras de ar). Valor: R\$ 26.198,00. Origem: Pregão nº 070/2013. Fundamento legal: art. 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 049/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 049/2013, entre o Município de Brusque e a Indústria e Comércio de Móveis e Construtora Jeremias Ltda. ME, em 26/02/2014 Objeto: acréscimo de quantitativo de até 25%. Valor: R\$ 56.240,00. Origem: Pregão nº 068/2013. Fundamento legal: art. 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, Lei 8.666/93. Signatária: Gleusa Luci Fischer.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 050/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 050/2013, entre o Município de Brusque e as empresas: Terraplenagem Kohler Ltda.; Bruster-ra Serviços Ltda. e Britagem e Pavimentadora Barracão Ltda., em 04/04/2014 Objeto: acréscimo de quantitativo de até 25% (aquisição de areia, base de brita graduada, bica corrida, brita, macadame, pedra bruta detonada e rachão). Valor: R\$ 508.450,00. Origem: Pregão nº 028/2013. Fundamento legal: art. 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Primeiro Extrato Termo Aditivo, Ata Nº 058/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 058/2013, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Florearia Verdelândia Ltda ME, em 07/04/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade dos itens. Valor: R\$ 2.656,50. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 075/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: até 13/09/2014. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Primeiro Termo de Realinhamento, Ata Nº 070/2013

Espécie: 1º Termo de Realinhamento, Ata nº 070/2013, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Arte e Vigor Ltda, em 16/04/2014. Objeto: realinhamento do valor do objeto. Valor: R\$ 7,462. Origem: Pregão nº 093/2013. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva e Evandro Hochsprung.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 005/2013 FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 005/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a empresa Nefroclínica Sociedade Simples Simples EPP, em 05/03/2014. Objeto: acréscimo de quantitativo dos serviços nefrologia para o SUS. Valor: R\$ 468.000,00. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Ana Bela de Barros Palazzo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 007/2013 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 007/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e Citolabor Laboratório Clínico Ltda. ME, em 26/03/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente aos serviços de diagnóstico por anatomia e citopatologia para o SUS. Valor: R\$ 79.680,00. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Cid Rickert Bauer Júnior.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 010/2013 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 010/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Laboratório de Análises Clínicas Willrich Ltda EPP, em 10/04/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 06/05/2014 a 05/05/2015. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig, Volnei Eloir Ferreira e Willmara Eliane Willrich Ferreira.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 011/2013 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 011/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e Rosini Análises Clínicas Ltda. ME, em 26/03/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 meses referente aos serviços de diagnóstico em laboratório clínico para o SUS. Valor: R\$ 95.937,60. Fundamento legal:

artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Germano Hoffmann Filho.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 012/2013 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 012/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Laboratório de Análises Clínicas Maria Salomé Archer, em 10/04/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 16/05/2014 a 16/05/2015. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Maria Salomé Archer Wanderley.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 013/2013 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 013/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a Laboratório de Análises Clínicas Dr. Germano Hoffmann Filho Ltda., em 26/03/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente aos serviços de diagnóstico em laboratório clínico para o SUS. Valor: R\$ 312.708,00. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Germano Hoffmann Filho.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 014/2013 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 014/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Rede Feminina de combate ao Câncer, em 10/04/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 16/05/2014 a 16/05/2015. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Sonia Maria Rieg Fischer.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 024/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 024/2013, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Atto Consultoria e Assessoria em Planejamento Estratégico, em 14/03/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 20/03/2014 a 20/03/2015. Origem: Tomada de Preço nº 002/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Patricia Pykcoz Freitas e Juliana Cláudio.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 073/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 073/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem Kreusch Ltda. ME, em 07/04/2014. Objeto: Acréscimo do quantitativo referente aos serviços de locação de máquinas, equipamentos e caminhões. Valor: R\$ 37.125,00. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 054/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Aldemir Kreusch.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Ata Nº 042/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 042/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Escobrinq Ltda EPP, em 16/04/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade do item 5.01. Valor: 6.303,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 072/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: até 03/07/2014. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 082/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 082/2013, entre o Município de Brusque e a Escobrinq Ltda. EPP, em 21/03/2014 Objeto: alteração qualitativa (aquisição de mobiliários). Valor: R\$ 38.369,12. Origem: Pregão nº 1378/2013. Fundamento legal: artigo 58, inciso I, da Lei 8.666/93. Signatário: Elton Rodrigo Riffel.

Extrato Primeiro Termo de Aditivo, Ata Nº 094/2013

Espécie: 1º Termo de Aditivo, Ata nº 094/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Rsul Ltda. ME, em 27/03/2014 Objeto: acréscimo de quantitativo de até 25% (aquisição de materiais escolares). Valor: R\$ 1.470,00. Origem: Pregão nº 118/2013. Fundamento legal: art. 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, § 1º, Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 001/2014 Ibplan

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2014 (IBPlan), entre o Município de Brusque e a empresa Compulab Comercio e Serviços de Informática Ltda., em 10/04/2014. Objeto: Aquisição de equipamento de informática (computadores). Valor: R\$ 51.490,00. Origem: Pregão nº 001/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Laureci Serpa Junior.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 003/2014 FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 003/2014 (FMS), entre o Município de Brusque e a empresa Delduque e Serviços Ltda. ME em 02/04/2014. Objeto: Aquisição de película de proteção solar autoadesiva, com instalação. Valor: R\$ 25.000,00. Origem: Pregão nº 023/2013. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatária: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 004/2014 FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 004/2014 (FMS), entre o Município de Brusque e Leandro Max Weise, em 04/04/2014. Objeto: Aquisição de próteses odontológicas. Valor: R\$ 93.000,00. Origem: Pregão nº 003/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatária: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 005/2014 FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 005/2014 (FMS, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Olsen Indústria e Comércio S/A, em 28/04/2014. Objeto: Aquisição de cadeiras odontológicas. Valor: R\$ 56.800,00. Origem: Pregão nº 004/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 006/2014 FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 006/2014 (FMS, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica JR Ehlke Cia Ltda, em 08/05/2014. Objeto: Aquisição de reagentes para testes laboratoriais bioquímicos, com a cessão de equipamentos e demais suprimentos em regime comodato. Valor: R\$ 109.000,00. Origem: Pregão nº 002/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 017/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 017/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Pedro Abilio Com. De Esquadrias Metálicas, Inst. Art. Esport, Mat. Construção Ltda. ME e Efraim Maktrans Industria e Comércio Ltda. ME, em 07/04/2014. Objeto: Aquisição de grades de janelas e portões de ferro, telas e grades, traves e postes esportivos, corrimão, com instalação. Valor: R\$ 1.163.999,00 Origem: Pregão nº 015/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatária: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 018/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 018/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Comercial Westarb Ltda. ME; Kammers Materiais de Construção Ltda. e Vieira Comercio de Materiais de Construção Ltda. EPP, em 15/04/2014. Objeto: Aquisição de telhas cerâmicas, de fibrocimento e tijolos. Valor: R\$ 249.350,00. Origem: Pregão nº 008/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Termo de Apostilamento, Contrato Nº 017/2012

Espécie: Termo de Apostilamento, Contrato nº 017/2012, entre o Município de Brusque e Jussara Renaux, em 23/04/2014. Objeto: reajuste do valor do aluguel CAPS-AD Valor: R\$ 6.956,78 mensais, sendo o valor total de R\$ 55.654,24. Origem: Dispensa nº 007/2012 Fundamento legal: artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 005/2013 FMS

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 005/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Nefroclínica Sociedade Simples Simples - EPP, em 05/03/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 21/04/2014 a 21/05/2015. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Ana Bela de Barros Palazzo.

Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 016/2012

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 016/2012, entre o Município de Brusque e Orlando Klann, em 31/01/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 meses e reajuste do aluguel referente a locação de imóvel (galpão) para uso da E.E.F Professor José Vieira Corte, localizado no Bairro Santa Luzia. Valor: R\$ 33.930,36. Fundamento legal: artigo 55, inciso III c/c artigo 57, inciso II e artigo 62, § 3º inciso I, todos da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 003/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Orlando Klann.

Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 040/2012

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 040/2012, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Itaú Unibanco S/A, em 21/03/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 04/04/2014 a 04/04/2015. Origem: Credenciamento nº 001/2012. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva, Jandré Correia da Silva e José Alexandre Passos Gonçalves.

Extrato Terceiro Termo Aditivo, Contrato Nº 050/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 050/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Soberana Serviços e Construções Ltda, em 08/04/2014. Objeto: Acréscimo do quantitativo dos serviços para reforma externa do edifício da Prefeitura do município de Brusque. Valor: R\$ 7.368,06. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 010/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Sebastião de Souza.

Extrato Terceiro Termo Aditivo, Contrato Nº 089/2012

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 089/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda, em 12/04/2014. Objeto: Supressão dos serviços para execução obras drenagem pluvial do município de Brusque. Valor: R\$ 83.253,71. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 008/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gilmar Vilamoski e Gisele Adaise de Souza.

Extrato Quarto Termo Aditivo, Contrato Nº 089/2012

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 089/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda, em 12/04/2014. Objeto: Acréscimo de quantitativo e alteração qualitativa dos serviços para execução obras drenagem pluvial do município de Brusque. Valor: R\$ 294.264,41. Fundamento legal: artigo 65, §1º e artigo 58, I, todos da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 008/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gilmar Vilamoski e Gisele Adaise de Souza.

Extrato Quarto Termo Aditivo, Contrato Nº 099/2012

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 099/2012, entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Terraplenagem e Transporte Zabel Ltda, em 26/02/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 28/03/2014 a 28/11/2014. Origem: Concorrência nº 007/2012. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Mirella Zucco Müller, Anselmo José Bernardi e Felipe Zabel.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 020/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 020/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Aquinzel Suprim. P/ Escr. Informat. e Papelaria; Dial Deptos. Ltda; Blu Distrib. de Papelaria Ltda., em 13/05/2014. Objeto: aquisição de utensílios de cozinha. Valor:

R\$ 32.958,00 (trinta e dois mil, novecentos cinquenta e oito reais). Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 020/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 021/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 021/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Maria Toll EPP, Celia Regina Wambornel ME e Paulo Cesar Marana Transp. EPP, em 13/05/2014. Objeto: aquisição de utensílios de cozinha. Valor: R\$ 32.958,00 (trinta e dois mil, novecentos cinquenta e oito reais). Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 020/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 022/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 022/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Elétrica Santa Fé Ltda., Indústria de Postes Indaial Ltda e Gomes Ind. E Com. de Artef. de Cimento Ltda., em 16/05/2014. Objeto: aquisição de postes de cimento. Valor: R\$ 1.026.410,00 (um milhão, vinte e seis mil, quatrocentos e dez reais). Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 022/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 019/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 019/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Maria Toll EPP, Íntegra Comercial Ltda, Distribuidora Nova Esperança Ltda ME, Comercial Storriny Ltda EPP, Supremaville Alimentação Ltda, Gizele Regina da Silva - ME em 24/04/2014. Objeto: aquisição de produtos alimentícios e carnes Valor: R\$ 853.440,00. Origem: Pregão nº 0182/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Contrato Nº 002/2014 FMAS

Espécie: Contrato nº 002/2014 (FMAS), entre o Município de Brusque e a Casa de Assistência Dilony Ltda. ME, em 31/03/2014. Objeto: Prestação de serviços de acolhimento de pessoas idosas através do serviço de alta complexidade para proteção integral do usuário. Valor: R\$ 284.932,20. Fundamento legal: art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 001/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Mirella Zucco Muller e Josemir Perin.

Extrato Contrato Nº 003/2014 FMAS

Espécie: Contrato nº 003/2014 (FMAS), entre o Município de Brusque e Cagere Casa Assistencial Eireli EPP, em 31/03/2014. Objeto: Prestação de serviços de acolhimento de pessoas com deficiências através do serviço de alta complexidade para proteção integral do usuário. Valor: R\$ 264.610,02. Fundamento legal: art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 002/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Mirella Zucco Muller e Maria de Lourdes Dalago.

Extrato Contrato Nº 005/2014

Espécie: Contrato nº 005/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Hearing Services Ltda-ME, em 15/04/2014. Objeto: Aquisição de impedanciômetro automático. Valor: R\$ 12.385,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Roberto Muhlbach.

Extrato Contrato Nº 013/2014

Espécie: Contrato nº 013/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Elétrica Santa Fé Ltda., em 19/02/2014. Objeto: Serviços de engenharia p/ execução de projeto elétrico. Valor: R\$ 13.020,24. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 004/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Sírío José Raulino.

Extrato Contrato Nº 018/2014

Espécie: Contrato nº 018/2014, entre o Município de Brusque e Tecelagem LM Ltda., em 13/03/2014. Objeto: Locação de Imóvel para instalação de Creche para a Secretaria de Educação. Valor: R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Marilda Teresinha Petermann.

Extrato Contrato Nº 020/2014

Espécie: Contrato nº 020/2014, entre o Município de Brusque e Mineral Água Park Empreendimentos e Participações Ltda., em 26/03/2014. Objeto: Compra e venda do imóvel com área de 2.191,94m² (Lote 01) localizado na Rua Manoel Tavares, Centro, registrado no Ofício de Imóveis desta Comarca - matrícula nº 21.971. Valor: R\$ 2.795.000,00 (dois milhões e setecentos e noventa e cinco mil reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Nivert Fischer.

Extrato Contrato Nº 021/2014

Espécie: Contrato nº 021/2014, entre o Município de Brusque e CRF Administradora de Bens Ltda., em 26/03/2014. Objeto: Compra e venda do imóvel com área de 1.847,87m² (Lote 02) e área de 1.824,78m² (Lote 02) localizado na Rua Manoel Tavares, Centro, registrado no Ofício de Imóveis desta Comarca - matrícula nº 21.971. Valor total (Lotes 01 e 02): R\$ 4.202.000,00 (quatro milhões e duzentos e dois mil reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Carlos Roberto Fischer.

Extrato Contrato Nº 022/2014

Espécie: Contrato nº 022/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Fritz Restaurante Ltda., em 25/03/2014. Objeto: Uso de espaço público p/ comércio de alimentação. Valor: R\$ 10.500,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 011/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 03 (três) meses. Signatários: Norberto Maestri e Hugo Diego Hersing.

Extrato Contrato Nº 024/2014

Espécie: Contrato nº 024/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Azimute Engenharia Ltda., em 27/03/2014. Objeto: Serviços de sondagem no Município de Brusque. Valor: R\$ 207.100,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 030/2013. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Rui Arno Schreiber.

Extrato Contrato Nº 026/2014

Espécie: Contrato nº 026/2014, entre o Município de Brusque e Indústria e Comércio de Bebidas e Conexos Germânia Ltda., em 28/03/2014. Objeto: Permissão de uso de bem público p/ comercialização de bebidas. Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 005/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva, Norberto Maestri e Jairo Hackbarth.

Extrato Contrato Nº 027/2014

Espécie: Contrato nº 027/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Maria Toll ME, em 14/03/2014. Objeto: Aquisição de alimentos par a merenda escolar Valor: R\$ 83.933,00. Fundamento legal: art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 008/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Renato Bernardo.

Extrato Contrato Nº 028/2014

Espécie: Contrato nº 028/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Distribuidora de Alimentos Oliveira Ltda. ME, em 14/03/2014. Objeto: Aquisição de alimentos par a merenda escolar Valor: R\$ 83.933,00. Fundamento legal: art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 008/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Bento Osvandi de Oliveira.

Extrato Contrato Nº 029/2014

Espécie: Contrato nº 029/2014, entre o Município de Brusque e Múltiplos Serviços e Obras Ltda EPP, em 01/04/2014. Objeto: Execução de obras de infraestrutura urbana. Valor: R\$ 727.847,20 (setecentos vinte e sete mil, oitocentos quarenta e sete reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 001/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva, Gilmar Vilamoski e Eduardo Jorge.

Extrato Contrato Nº 033/2014

Espécie: Contrato nº 033/2014, entre o Município de Brusque e Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUS-PE, em 21/03/2014. Objeto: Apresentações artísticas. Valor: R\$ 19.850,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 007/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Norberto João Maestri e Vendelino Konell

Extrato Contrato Nº 035/2014

Espécie: Contrato nº 035/2014, entre o Município de Brusque e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), em 10/04/2014. Objeto: Serviços de tecnologia da informação - Programa de Gestão Tributária. Valor: R\$ 15.960,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 013/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Gilsoni Lunardi Albino.

Extrato Contrato Nº 036/2014

Espécie: Contrato nº 036/2014, entre o Município de Brusque e Associação Dehoniana Brasil Meridional, em 10/04/2014. Objeto: Locação de salas de aula e auditório. Valor: R\$ 36.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 012/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Cláudio Márcio Piontkewicz.

Extrato Contrato Nº 038/2014

Espécie: Contrato nº 038/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Companhia Brasileira de Cartuchos, em 10/04/2014. Objeto: Aquisição de coletes multi-ameaça. Valor: R\$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil, trezentos reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 016/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 06 (seis) meses. Signatários: Paulo Rodrigo Sestrem e Fabrício Gonzalez Bim.

Extrato Contrato Nº 039/2014

Espécie: Contrato nº 039/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Sim Comércio e Serviços Ltda-EPP, em 15/04/2014. Objeto: Prestação de serviços de limpeza para eventos. Valor: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 011/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Eduardo Antônio Sausen.

Extrato Contrato Nº 040/2014

Espécie: Contrato nº 040/2014, entre o Município de Brusque e a empresa MLBC Comunicação Digital Ltda-ME, em 21/03/2014. Objeto: Serviço de ampliação e aperfeiçoamento do web site "Selo Social". Valor: R\$ 14.800,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Patrícia Pykocz Freitas e Michel Voitina.

Extrato Contrato Nº 041/2014

Espécie: Contrato nº 041/2014, entre o Município de Brusque e Venicio Rensi ME (SR Comunicação - Jornal Rota Catarinense), em 15/04/2014. Objeto: Assinatura anual do Jornal Rota Catarinense. Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 009/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Leandro Maçaneiro e Vinicius Renzi.

Extrato Contrato Nº 104/2013

Espécie: Contrato nº 104/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Viageo Tecnologia e Engenharia Ltda., em 22/10/2013. Objeto: Prestação de serviços de engenharia para compilação da base cartográfica cadastral. Valor: R\$ 14.960,00. Fundamento legal: art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Fabiana Amália Dalcastagné e Catia Regina Nardes de Souza Moreira.

Extrato Processo Licitatório Nº 001/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATORIO Nº 001/2014

MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA RECEBIMENTO DAS FATURAS DE AGUA

Face ao constante dos autos, referente ao Processo Licitatório 001/2014, referente à modalidade de Inexigibilidade, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93.

Adjudicando a empresa Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob. Publique-se nos termos do artigo 26 da Lei 8666/93.

21/05/2014

Rogério Ristow

Diretor Presidente

Lei Nº 3706 de 14 de Abril de 2014 - Legislativo

PARTE VETADA PELO PREFEITO MUNICIPAL E MANTIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE LEI Nº 12/2014 QUE SE TRANSFORMOU NA LEI Nº 3706 DE 14 DE ABRIL DE 2014, QUE "REGULAMENTA A OFERTA DE SERVIÇOS DO TIPO COUVERT ARTÍSTICO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu, Guilherme Marchewsky, Presidente, promulgo o seguinte parágrafo único:

Art. 3º

Parágrafo único. As responsabilidades pela fiscalização e aplicação das sanções estabelecidas neste artigo, serão do Procon Municipal de Brusque.

Câmara Municipal de Brusque, em 21 de abril de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e publique-se do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 4/2014- Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 04/2014, para aquisição de 10.000(dez mil) créditos, vales transporte destinados aos acompanhantes dos alunos da APAE, APAS e ADVAB. através da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda devidamente inscrita no CNPJ nº 83.060.327/0001-86, com sede na cidade de Caçador/SC, pelo valor total de R\$ 11.500.00,(onze mil e quinhentos reais) com prazo de vigência para 10(dez) meses, nos termos do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 20 de maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 03-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 05/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 05/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de maio de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação PR 02-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 AUTOMÓVEL, PARA LOCOMOÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ACESSO SUAS/TRABALHO NA REALIZAÇÃO DE TAREFAS CONCERNENTES AOS TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE CONTRATADA. CONFORME CARTILHA ACESSO SUAS/TRABALHO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 04/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 04/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de maio de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação PR 08-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Fundação Municipal do Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de materiais destinados a Estação de Tratamento de Esgoto do loteamento vila Dr. Ulisses Guimaraes no Bairro Martello, Fundação Municipal de Meio Ambiente de Caçador.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 03/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 03/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de maio de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski

Presidente FUNDEMA

Portaria Nº 23.903

PORTARIA Nº 23.903, de 19 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Prefeitura Municipal de Macieira - SC, da Servidora Pública Municipal SALETE CATARINA LISZKIEVICH, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.188 (três mil, cento e oitenta e oito) dias, ou 08 (oito) anos, 08 (oito) meses e 28 (vinte e oito) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00030/07-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 04 de Fevereiro de 2013, e 3.364 (três mil trezentos e sessenta e quatro) dias, ou 09 (nove) anos, 02 (dois) meses e 19 (dezenove) dias, conforme Certidão nº 01/2014, expedida pela Prefeitura Municipal de Macieira - SC, datada de 21 de Janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.899

PORTARIA Nº 23.899, de 16 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal JULIA DOS SANTOS PEREIRA, ocupante do cargo de Servente, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 1.035 (um mil, e trinta e cinco) dias, ou 02 (dois) anos, 10 (dez) meses e 05 (cinco) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00005/14-4, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 09 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA**PR 53/2014 - PMC**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2014-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA EFETUAR O SEGURO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS AUTOMOTORES DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PARA QUE EM CASO DE SINISTRO NÃO VENHA ONERAR OS COFRES PÚBLICOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 03 (três) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 16/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2014-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA EFETUAR O SEGURO DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PARA QUE EM CASO DE SINISTRO NÃO VENHA ONERAR OS COFRES PÚBLICOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 03 (três) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 11/2014 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA EFETUAR O SEGURO DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DA SECRETARIA

DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PARA QUE EM CASO DE SINISTRO NÃO VENHA ONERAR OS COFRES PÚBLICOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 03 (três) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 13/2014 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2014-FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA EFETUAR O SEGURO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS AUTOMOTORES DA FROTA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PARA QUE EM CASO DE SINISTRO NÃO VENHA ONERAR OS COFRES PÚBLICOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 03 (três) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RGF - Anexo 1 - Poder Legislativo

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMBORIU/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 83.551.507/0001-60

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052111100200101473

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	2.121.707,00	0,00
2	Pessoal Ativo	2.121.707,00	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.121.707,00	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		2.121.707,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	132.697.904,76
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,60
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (6,00%)	7.961.874,29
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (5,70%)	7.563.780,57
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (5,40%)	7.165.686,86

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMBORIU/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 83.551.507/0001-60

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052111100200101473

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
----	---	--	--

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota: Relatório com base nas informações na RCL do Município

CAMBÓRIU, 21/05/2014

MARCIO AQUILES DA SILVA

PRESIDENTE

CPF.: 653.901.999-87

MARCIANO SILVA NETO

CONTADOR

CRC.: 023979/O-8

ELISANGELA DOS SANTOS MATIAS

DIRETOR ADMINISTRATIVO

CPF.: 032.349.709-80

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMBORIU/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 83.551.507/0001-60

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052111100200101473

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL											
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite				Primeiro quadrimestre seguinte				Segundo quadrimestre seguinte	
1											
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)	
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite				Primeiro e segundo quadrimestres seguintes				Terceiro e quarto quadrimestres seguintes	
3											
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)	
4		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota: Relatório com base nas informações na RCI do Município

CAMBORIÚ, 21/05/2014

MARCO AQUILES DA SILVA
PRESIDENTE
CPF.: 653.901.999-87

MARCIANO SILVA NETO
CONTADOR
CRC.: 023979/O-8

ELISANGELA DOS SANTOS MATIAS
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF.: 032.349.709-80

Campo Alegre

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 39/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 39/2014

Objeto: Locação de sistemas de informática, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 29/2014.

Dotação orçamentária: - 03.01.2.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00 (29), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

Vigência: 01/04/2014 a 30/04/2014.

Do valor total: R\$ 4.419,84 (quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos).

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II nº. 29/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 42/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 42/2014

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT, descrito na Cláusula Segunda, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação, nº. 37/2014.

Dotação orçamentária: - Código Reduzido: 143; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente; Função: 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão Rural; Programa: 28 - Agregação de renda ao produtor Rural; Atividade: 2.127 - Manutenção de Apoio à Agricultura Familiar; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0136 - Recursos Ordinários.

Vigência: 10/04/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 20.718,00 (vinte mil, setecentos e dezoito reais).

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Processo Licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação, nº. 37/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 43/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 43/2014

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra, para cobertura da Quadra Poliesportiva da Escola Maria José Duarte Silva Bernardes, Rua Benjamin Constant, 500, Centro neste Município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº. 98/2013.

Dotação orçamentária: - Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 0010 Ensino Fundamental; Projeto: 1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unid. Escolares de Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações; Recurso: 00.01.0758 - Convênio FNDE; Código Reduzido 343;

Os recursos são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, no âmbito do PAC 2 - Termo de Compromisso PAC 204797/2013.

Vigência: 01/04/2014 a 07/10/2014.

Do valor total: R\$ 184.914,14 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos quatorze reais e quatorze centavos).

Contratado: A.R.G. INDUSTRIAL LTDA

Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº. 98/2013 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 44/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 44/2014

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), e alunos da APAE - no ano letivo de 2014, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com a Chamada Pública nº. 02/2014.

Dotação orçamentária: - 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 22/04/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 51.990,00 (cinquenta e um mil, novecentos e noventa reais).

Contratado: COOPERATIVA AGROPECUARIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES - COOARPA

Processo Licitatório, modalidade Chamada Pública, nº. 02/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 45/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 45/2014

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para pavimentação das ruas Max Rudnick, Raimundo Pereira de Lima e Carlos Brandes, no Distrito de Fragosos, neste Município. Os recursos são provenientes do Contrato de Repasse nº. 770217/2012/MCIDADES/CAIXA firmado com o Governo Federal + contrapartida Municipal. Valor: R\$ 291.024,00 (Duzentos e noventa e um mil e vinte e quatro reais). Vigência: 13/05/2014 a 20/09/2014. Contratada: Paviplan Pavimentação Ltda. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação 03/2014 - FUNREBOM

Prefeitura de Campos Novos

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

O Município de Campos Novos, por intermédio do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, torna público que fará realizar no dia 03 de junho de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO PARA UTILIZAÇÃO DO BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 22 de maio de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

RREO 2º Bimestre 2014

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	97.331.205,58	97.331.205,58	17.184.508,05	17,66	32.947.680,59	33,85	64.383.524,99
RECEITAS CORRENTES	87.204.075,41	87.204.075,41	16.424.720,65	18,83	31.856.547,77	36,53	55.347.527,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.508.645,74	10.508.645,74	2.824.383,08	26,88	4.573.849,53	43,52	5.934.796,21
IMPOSTOS	8.116.645,49	8.116.645,49	2.020.875,72	24,90	3.308.021,75	40,76	4.808.623,74
TAXAS	1.692.606,15	1.692.606,15	737.582,12	43,58	1.130.935,69	66,82	561.670,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	699.394,10	699.394,10	65.925,24	9,43	134.892,09	19,29	564.502,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.245.095,20	1.245.095,20	237.196,34	19,05	471.352,47	37,86	773.742,73
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.245.095,20	1.245.095,20	237.196,34	19,05	471.352,47	37,86	773.742,73
RECEITA PATRIMONIAL	799.366,94	799.366,94	216.820,27	27,12	374.033,35	46,79	425.333,59
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	36.915,83	36.915,83	8.325,51	22,55	15.460,21	41,88	21.455,62
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	762.104,12	762.104,12	208.151,20	27,31	358.229,58	47,01	403.874,54
RECEITA AGROPECUÁRIA	346,99	346,99	343,56	99,01	343,56	99,01	3,43
Outras Receitas Agropecuárias	397,75	397,75	0,00	0,00	0,00	0,00	397,75
RECEITA DE SERVIÇOS	7.820.873,62	7.820.873,62	1.476.184,22	18,87	2.729.574,21	34,90	5.091.299,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.882.223,88	65.882.223,88	11.463.942,24	17,40	23.158.913,48	35,15	42.723.310,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	65.630.378,86	65.630.378,86	11.437.631,89	17,43	23.118.972,79	35,23	42.511.406,07
Transf. de Instituições Privadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Conv.	231.845,02	231.845,02	26.310,35	11,35	39.940,69	17,23	191.904,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	947.472,28	947.472,28	206.194,50	21,76	548.824,73	57,93	398.647,55
Multas e Juros de Mora	284.219,50	284.219,50	73.948,14	26,02	128.087,01	45,07	156.132,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.761,22	7.761,22	108,66	1,40	463,23	5,97	7.297,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	473.016,95	473.016,95	106.011,09	22,41	356.616,41	75,39	116.400,54
RECEITAS DIVERSAS	182.474,61	182.474,61	26.126,61	14,32	63.658,08	34,89	118.816,53
RECEITAS DE CAPITAL	10.127.130,17	10.127.130,17	759.787,40	7,50	1.091.132,82	10,77	9.035.997,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	90.128,58	1,80	4.909.871,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	90.128,58	1,80	4.909.871,42
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	32.090,40	32.090,40	0,00	0,00	0,00	0,00	32.090,40
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.985.039,77	4.985.039,77	759.787,40	15,24	1.001.004,24	20,08	3.984.035,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.985.039,77	4.985.039,77	759.787,40	15,24	1.001.004,24	20,08	3.984.035,53
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	97.331.205,58	97.331.205,58	17.184.508,05	17,66	32.947.680,59	33,85	64.383.524,99

Continua 1/3

Continuação 2/3

Continúa 2/3

Continuação 3/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	97.331.205,58	10.193.848,82	107.525.054,40	15.745.081,08	45.946.458,20	16.180.652,23	28.449.674,98	79.075.379,42
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	4.498.005,61	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	97.331.205,58	10.193.848,82	107.525.054,40	15.745.081,08	45.946.458,20	16.180.652,23	32.947.680,59	79.075.379,42

FONTE:

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	97.331.205,58	107.525.054,40	15.745.081,08	45.946.458,20	16.180.652,23	28.449.674,98	26,46
Ação Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	356.061,29	641.414,67	356.061,29	641.414,67	22,12
Administração	2.900.000,00	2.900.000,00	356.061,29	641.414,67	356.061,29	641.414,67	22,12
Administração Geral	6.549.831,04	6.917.351,78	949.746,45	3.667.111,80	1.192.462,21	2.244.689,45	32,45
Administração Financeira	5.345.000,00	5.376.077,59	759.354,14	3.151.894,97	1.011.756,63	1.894.342,99	35,24
Tecnologia da Informatização	410.000,00	423.500,00	55.846,81	153.155,48	63.020,51	110.939,14	26,20
Defesa Civil	440.000,00	440.000,00	55.745,29	170.451,22	50.745,29	151.451,22	34,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	65.000,00	65.000,00	7.375,77	8.275,77	7.525,77	7.525,77	11,58
Assistência Comunitária	10.000,00	28.549,55	6.495,21	9.700,61	5.385,67	5.385,67	18,86
Segurança Pública	279.831,04	584.224,64	64.929,23	173.633,75	54.028,34	75.044,66	12,85
Defesa Civil	325.000,00	520.518,72	129.928,79	209.356,23	36.770,77	52.461,06	10,08
Assistência Social	325.000,00	520.518,72	129.928,79	209.356,23	36.770,77	52.461,06	10,08
Assistência ao Idoso	3.400.168,96	4.005.131,91	462.863,59	1.204.742,36	430.466,18	800.228,37	2,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	18.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	169.400,00	457.858,13	28.526,88	48.423,14	19.381,66	23.679,72	0,08
Empregabilidade	3.030.768,96	3.258.373,78	408.073,74	1.107.208,45	385.779,15	728.395,48	2,56
Fomento ao Trabalho	100.000,00	100.000,00	4.986,25	8.876,01	4.028,65	7.918,41	0,03
Saúde	100.000,00	170.000,00	21.276,72	40.234,76	21.276,72	40.234,76	0,14
Atenção Básica	17.241.193,95	18.967.356,69	3.624.064,61	8.512.055,85	3.315.379,99	6.008.247,18	21,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.391.193,95	12.117.356,69	2.193.714,92	5.609.866,86	1.945.651,72	3.510.549,50	12,34
Trabalho	6.850.000,00	6.850.000,00	1.430.349,69	2.902.188,79	1.369.728,27	2.497.697,68	8,78
Fomento ao Trabalho	700.000,00	860.000,00	275.169,72	322.825,38	87.097,22	121.540,88	0,43
Promoção Industrial	650.000,00	810.000,00	275.169,72	322.825,38	87.097,22	121.540,88	0,43
Educação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	29.149.441,77	27.494.425,60	5.679.799,54	14.311.490,45	5.448.233,44	8.978.579,83	31,56
Educação Infantil	23.736.441,25	23.620.962,54	4.249.691,74	12.611.115,56	4.077.723,52	7.466.026,65	26,24
Educação Especial	5.226.000,52	3.686.463,06	1.385.299,50	1.655.268,09	1.363.903,92	1.505.947,18	5,29
Cultura	187.000,00	187.000,00	44.808,30	45.106,80	6.606,00	6.606,00	0,02
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	870.000,00	3.951.253,03	48.316,58	805.362,25	401.819,41	630.561,22	2,22
	255.000,00	355.000,00	14.683,80	222.981,47	42.646,63	56.388,44	0,20

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	97.331.205,58	107.525.054,40	15.745.081,08	45.946.458,20	16.180.652,23	28.449.674,98	100,00	26,46
Cultura	870.000,00	3.951.253,03	48.316,58	805.362,25	401.819,41	630.561,22	2,22	15,96
Difusão Cultural	5.000,00	2.986.253,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	610.000,00	610.000,00	33.632,78	582.380,78	359.172,78	574.172,78	2,02	94,13
Direitos da Cidadania	31.000,00	105.755,60	75.946,00	94.796,80	76.826,00	90.725,80	0,32	85,79
Assistência à Criança e ao Adolescente	31.000,00	105.755,60	75.946,00	94.796,80	76.826,00	90.725,80	0,32	85,79
Urbanismo	7.526.845,02	9.669.277,75	1.105.487,76	2.871.451,36	883.117,71	1.400.105,82	4,92	14,48
Infra-Estrutura Urbana	6.075.000,00	8.217.432,73	1.102.840,94	1.531.180,65	643.956,69	1.024.070,26	3,60	12,46
Serviços Urbanos	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.249.999,22	221.183,17	338.569,59	1,19	27,09
Transportes Coletivos Urbanos	201.845,02	201.845,02	2.646,82	90.271,49	17.988,85	37.465,97	0,13	18,56
Habituação	1.060.000,00	1.061.225,50	89.392,38	95.512,38	16.916,60	17.943,92	0,06	1,69
Habituação Urbana	1.060.000,00	1.061.225,50	89.392,38	95.512,38	16.916,60	17.943,92	0,06	1,69
Saneamento	6.151.104,64	6.293.104,64	609.294,61	2.822.413,73	902.898,75	1.731.512,83	6,09	27,51
Saneamento Básico Urbano	6.151.104,64	6.293.104,64	609.294,61	2.822.413,73	902.898,75	1.731.512,83	6,09	27,51
Gestão Ambiental	290.000,00	283.372,51	39.302,90	82.117,51	41.167,90	78.677,01	0,28	27,76
Preservação e Conservação Ambiental	95.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	165.000,00	198.372,51	35.013,90	77.828,51	36.878,90	74.388,01	0,26	37,50
Recuperação de Áreas Degradadas	30.000,00	30.000,00	4.289,00	4.289,00	4.289,00	4.289,00	0,02	14,30
Ciência e Tecnologia	160.000,00	160.000,00	-3.096,00	6.904,00	2.420,00	2.420,00	0,01	1,51
Tecnologia da Informática	10.000,00	10.000,00	-3.096,00	6.904,00	2.420,00	2.420,00	0,01	24,20
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.096.000,00	1.266.000,00	116.244,36	264.946,11	125.754,37	210.537,11	0,74	16,63
Preservação e Conservação Ambiental	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	500.000,00	670.000,00	91.218,81	165.120,46	87.530,71	159.102,67	0,56	23,75
Promoção da Produção Agropecuária	451.000,00	451.000,00	25.025,55	99.825,65	38.223,66	51.434,44	0,18	11,40
Indústria	450.000,00	330.000,00	197.156,00	197.156,00	197.156,00	197.156,00	0,69	59,74
Promoção Industrial	450.000,00	330.000,00	197.156,00	197.156,00	197.156,00	197.156,00	0,69	59,74
Comércio e Serviços	100.000,00	100.000,00	8.598,27	15.697,33	8.598,27	15.697,33	0,06	15,70
Turismo	100.000,00	100.000,00	8.598,27	15.697,33	8.598,27	15.697,33	0,06	15,70
Energia	1.580.095,20	1.580.095,20	2.000,00	1.139.666,00	173.445,80	342.373,91	1,20	21,67
Energia Elétrica	1.580.095,20	1.580.095,20	2.000,00	1.139.666,00	173.445,80	342.373,91	1,20	21,67

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	97.331.205,58	107.525.054,40	15.745.081,08	45.946.458,20	16.180.652,23	28.449.674,98	100,00	26,46
Transporte	10.380.000,00	12.991.000,00	1.202.297,04	4.367.723,13	1.481.463,98	2.739.559,76	9,63	21,09
Transporte Rodoviário	10.380.000,00	12.991.000,00	1.202.297,04	4.367.723,13	1.481.463,98	2.739.559,76	9,63	21,09
Desporto e Lazer	1.500.000,00	1.498.660,47	215.359,28	419.291,59	173.976,74	252.445,19	0,89	16,84
Desporto de Rendimento	450.000,00	531.000,00	184.564,95	374.400,22	165.231,12	242.300,57	0,85	45,63
Desporto Comunitário	465.000,00	382.660,47	30.794,33	42.063,55	8.745,62	10.144,62	0,04	2,65
Lazer	585.000,00	585.000,00	0,00	2.827,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	5.770.525,00	6.470.525,00	561.147,91	3.894.423,47	828.619,60	1.892.797,64	6,65	29,25
Previdência do Regime Estatutário	1.600.000,00	1.700.000,00	270.537,61	531.380,33	270.537,61	531.380,33	1,87	31,26
Refinanciamento da Dívida Interna	2.700.000,00	2.700.000,00	227.494,76	2.225.223,06	397.686,42	800.227,97	2,81	29,64
Serviço da Dívida Interna	300.000,00	900.000,00	3.115,54	292.820,08	6.257,30	265.151,69	0,93	29,46
Outros Encargos Especiais	1.170.525,00	1.170.525,00	60.000,00	845.000,00	154.138,27	296.037,65	1,04	25,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	97.331.205,58	107.525.054,40	15.745.081,08	45.946.458,20	16.180.652,23	28.449.674,98	100,00	26,46

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.390.846,11	8.390.846,11	2.083.990,69	3.418.598,81	40,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.295.313,36	1.295.313,36	984.980,11	1.194.462,09	92,21
1.1.1- IPTU	1.084.958,06	1.084.958,06	936.930,37	1.110.295,50	104,26
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.869,34	15.869,34	540,34	737,06	4,70
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	169.543,52	169.543,52	30.583,93	55.025,62	32,46
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	45.142,44	45.142,44	16.905,47	28.403,91	62,92
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.581.996,83	2.581.996,83	144.720,40	363.672,60	14,08
1.2.1- ITBI	2.581.932,85	2.581.932,85	144.523,84	363.476,04	14,08
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	63,98	63,98	196,56	196,56	307,22
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.404.429,67	3.404.429,67	795.394,57	1.589.818,50	46,70
1.3.1- ISS	3.367.248,46	3.367.248,46	794.778,49	1.579.538,86	46,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	17.549,59	17.549,59	4.675,68	8.244,72	46,98
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.968,36	20.968,36	5.448,32	10.372,70	49,47
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.263,39	5.263,39	2.928,52	5.403,46	102,66
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(6.600,13)	(6.600,13)	(12.436,44)	(13.741,24)	208,20
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.109.106,25	1.109.106,25	158.915,61	270.645,62	24,40
1.4.1- IRRF	1.109.106,25	1.109.106,25	158.915,61	270.645,62	24,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	57.153.877,62	57.153.877,62	9.179.636,38	19.437.973,85	34,01
2.1- Cota-Parte FPM	15.611.614,79	15.611.614,79	2.151.571,70	5.431.636,37	34,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.611.614,79	15.611.614,79	2.151.571,70	5.431.636,37	34,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	37.819.490,90	37.819.490,90	6.332.709,11	12.815.690,15	33,89
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	194.490,20	194.490,20	14.039,65	42.118,95	21,66
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	608.782,05	608.782,05	91.016,01	189.126,23	31,07
2.5- Cota-Parte ITR	162.292,79	162.292,79	244,41	2.477,36	1,53
2.6- Cota-Parte IPVA	2.757.206,89	2.757.206,89	590.056,50	956.924,79	34,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	65.544.723,73	65.544.723,73	11.263.627,07	22.856.572,66	34,87
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.408.793,91	1.408.793,91	361.455,54	555.422,40	39,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.026.101,36	1.026.101,36	263.403,73	453.672,42	44,23
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	339.927,90	339.927,90	78.206,00	78.964,00	23,20
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	42.764,65	42.764,65	19.845,81	22.685,98	53,05
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	845.661,32	845.661,32	1.211.102,53	1.397.339,24	165,31
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.254.455,23	2.254.455,23	1.572.568,07	1.953.361,64	86,64
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.430.775,39	11.430.775,39	1.835.086,23	3.887.708,52	34,01
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.122.322,96	3.122.322,96	430.314,28	1.086.327,16	34,79
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.563.898,18	7.563.898,18	1.266.541,68	2.564.092,89	33,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	38.898,04	38.898,04	2.807,93	8.423,79	21,66
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	121.756,41	121.756,41	17.603,19	37.225,22	30,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	32.458,42	32.458,42	48,86	495,44	1,53
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	551.441,38	551.441,38	117.770,29	191.144,02	34,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.085.088,37	11.085.088,37	1.993.830,30	4.172.776,01	37,64
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.019.985,31	11.019.985,31	1.993.830,30	4.172.776,01	37,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	65.083,06	65.083,06	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-410.790,08	-410.790,08	158.744,07	285.067,49	-69,39
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.651.041,03	6.915.673,56	1.255.630,83	3.288.315,53	47,55
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	6.651.041,03	6.915.673,56	1.255.630,83	3.288.315,53	47,55
14- OUTRAS DESPESAS	2.334.027,34	2.334.027,34	143.255,64	143.791,64	6,16
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.334.027,34	2.334.027,34	143.255,64	143.791,64	6,16
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	8.985.068,37	9.249.700,90	1.398.886,47	3.432.107,17	37,11
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.432.107,17
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					78,80
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					3,45
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					17,75
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	16.386.180,93	16.386.180,93	2.815.906,77	5.714.143,17	34,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.366.000,02	2.203.000,02	1.145.904,04	1.244.949,50	56,51
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	25.071.279,90	22.582.390,37	3.862.063,20	7.308.136,05	32,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.985.068,37	9.249.700,90	1.398.886,47	3.432.107,17	37,11
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	16.086.211,53	13.332.689,47	2.463.176,73	3.876.028,88	29,07
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	27.437.279,92	24.785.390,39	5.007.967,24	8.553.085,55	34,51
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					285.067,49
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					285.067,49
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					8.268.018,06
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					36,17
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	800.000,00	1.048.999,48	96.621,68	96.621,68	9,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.144.006,87	1.891.880,75	363.963,37	368.688,57	19,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.944.006,87	2.940.880,23	460.585,05	465.310,25	15,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	29.381.286,79	27.726.270,62	5.468.552,29	9.018.395,80	32,53

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.172.776,01	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		4.172.776,01	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	8.390.846,11	8.390.846,11	3.418.598,81	40,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.064.958,06	1.064.958,06	1.110.295,50	104,26
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.581.932,85	2.581.932,85	363.476,04	14,08
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.360.648,33	3.360.648,33	1.565.797,62	46,59
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.109.106,25	1.109.106,25	270.645,62	24,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	33.282,91	33.282,91	9.178,34	27,58
Dívida Ativa dos Impostos	190.511,88	190.511,88	65.398,32	34,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	50.405,83	50.405,83	33.807,37	67,07
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	57.153.877,62	57.153.877,62	19.437.973,85	34,01
Cota-Parte FPM	15.611.614,79	15.611.614,79	5.431.636,37	34,79
Cota-Parte ITR	162.292,79	162.292,79	2.477,36	1,53
Cota-Parte IPVA	2.757.206,89	2.757.206,89	956.924,79	34,71
Cota-Parte ICMS	37.819.490,90	37.819.490,90	12.815.690,15	33,89
Cota-Parte IPI-Exportação	608.782,05	608.782,05	189.126,23	31,07
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	194.490,20	194.490,20	42.118,95	21,66
Desoneração ICMS (LC 87/96)	194.490,20	194.490,20	42.118,95	21,66
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	65.544.723,73	65.544.723,73	22.856.572,66	34,87

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	14.771.866,42	16.090.426,00	7.533.341,47	46,82	5.238.338,30	32,56
Pessoal e Encargos Sociais	9.237.465,64	9.637.342,83	3.723.268,52	38,63	3.723.268,52	38,63
Outras Despesas Correntes	5.534.400,78	6.453.083,17	3.810.072,95	59,04	1.515.069,78	23,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.640.000,00	2.047.603,16	229.417,89	11,20	39.768,70	1,94
Investimentos	1.640.000,00	2.047.603,16	208.568,69	10,19	18.919,50	0,92
Amortização da Dívida	0,00	0,00	20.849,20	0,00	20.849,20	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.640.000,00	2.047.603,16	229.417,89	11,20	39.768,70	1,94
Amortização da Dívida	0,00	0,00	20.849,20	0,00	20.849,20	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	16.411.866,42	18.138.029,16	7.762.759,36	42,80	5.278.107,00	29,10
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.630.372,10	6.681.352,45	2.995.501,35	38,59	1.811.881,53	34,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.430.218,95	6.481.199,30	2.965.686,63	38,20	1.798.404,73	34,07
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	200.153,15	200.153,15	29.814,72	0,38	13.476,80	0,26
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.630.372,10	6.681.352,45	2.995.501,35	38,59	1.811.881,53	34,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	10.781.494,32	11.456.676,71	4.767.258,01	4,21	3.466.225,47	-5,23
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
			37.739,57			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013								
	0,00	0,00	33.711,70				-33.711,70	0,00
TOTAL	0,00	0,00	33.711,70				-33.711,70	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
				LIMITE NÃO CUMPRIDO				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-			-		-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100)	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	10.391.193,95	12.117.356,69	5.609.866,86	72,27	3.510.549,50	66,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.090.672,47	6.090.672,47	2.152.892,50	27,73	1.767.557,50	33,49
TOTAL	16.481.866,42	18.208.029,16	7.762.759,36	100,00	5.278.107,00	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 09/14 MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEC. EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2014

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2014, Processo Licitatório nº. 31/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL NO ANO LETIVO DE 2014, CONFORME DESCRIÇÃO DOS ITENS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9788	AQUINPEL SUPRIMENTOS APRA INFORMATICA E ESCRITORIO	
10119	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	3, 4, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 56, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 101, 103, 104, 106, 108, 109, 111, 140, 145, 157, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 200, 201, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215
7843	DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	98
6127	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA	20, 27, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 121, 124, 138, 139, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 203, 206, 219, 220, 221, 222, 223
6011	DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.	5, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 58, 59, 63, 69, 83, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 105, 107, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 184, 190, 196, 197, 198, 199, 202, 224, 226
9568	INFOTRIZ SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTD	
11025	KLEBER MACHADO & CIA LTDA	32, 57
9986	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	100, 216, 217, 218
10002	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	1, 2, 21, 24, 51, 92, 118, 123, 127, 141, 144, 146, 158, 192, 225
10606	PROJETO CULTURAL LTDA ME	
8133	VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AQUINPEL SUPRIMENTOS APRA INFORMATICA E ESCRITORIO	00.147.109/0001-56	SERGIO JOSE COUTINHO	797.592.549-72
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	09.008.570/0001-00	ERALDO SALVADOR	027.875.099-08
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	83.413.591/0001-56	ALCIR GIRALDO TOLOMEOTTI	558.616.879-00
DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA	85.248.680/0001-10	ROBERTO ANTONIO TESSARO	518.086.929-34
DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.	82.803.230/0001-53	LERCY ZOLDAN JUNIOR	027.689.489-85
INFOTRIZ SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTD	04.586.694/0001-41	ADENILSON BROERING	939.864.919-53
KLEBER MACHADO & CIA LTDA	11.118.645/0001-40	EDER BASTOS	028.109.639-24
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	11.924.851/0001-47	LUCIANO PILATTI	021.948.939-46
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
PROJETO CULTURAL LTDA ME	10.946.774/0001-63	ANTONIO J. ARRIERA DA SILVA	302.415.530-91
VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME	03.574.465/0001-44		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL PEDAGOGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL NO ANO LETIVO DE 2014, CONFORME DESCRIÇÃO DOS ITENS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6011 - DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	APONTADOR DE LAPIS DE MESA AUTOMATICO COM GAVETA DE RESIDUOS E MANIVELA. TAMANHO APROX: 125X72X134MM	UN		14,000	29,0000	406,00
26	BOBINA DE PAPEL PARDOS COM LARGURA APROXIMADA DE 1,20, ROLO COM 150 METROS	RL		34,000	58,0000	1.972,00
36	CANETA ESFEROGRAFICA /BOLIGRAFO, AZUL, TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES PONTA DE LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO COM TAMPAS ANTI ASFIXIANTE, PONTA MÉDIA 1.0 mm. COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLASTICAS. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX		51,000	39,6900	2.024,19
37	CANETA ESFEROGRAFICA /BOLIGRAFO, VERMELHA, TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES PONTA DE LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO COM TAMPAS ANTI ASFIXIANTE, PONTA MÉDIA 1.0 mm. COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLASTICAS. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX		30,000	39,6900	1.190,70
38	CANETA ESFEROGRAFICA /BOLIGRAFO, CANETA ESFEROGRAFICA /BOLIGRAFO, PRETA, TINTA A BASE DE CORANTES ORGANICOS E SOLVENTES PONTA DE LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO COM TAMPAS ANTI ASFIXIANTE, PONTA MÉDIA 1.0 mm. COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLASTICAS. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX		50,000	39,6900	1.984,50
39	CANETA HIDROCOR ESTOJO COM 12 CORES/UNIDADES, TAMPAS ANTIASFIXIANTE, SUPER LAVAVEL. COM SELO DO INMETRO.	SC		589,000	9,9000	5.831,10
40	CANETA MARCA TEXTO, TINTA DE MÁXIMA DURABILIDADE, CORES SUPERFLUORESCENTES, COM 2 MEDIDAS DE TRAÇO: PARA SUBLINHAR E MARCAR, PONTA COM APROXIMADAMENTE 4MM. DISPONÍVEL EM NO MÍNIMO QUATRO CORES.	UN		121,000	2,7800	336,38
42	CARTOLINA BRANCA, TAMANHO 50X66cm, 150 gr	UNI		2.250,000	0,3500	787,50
43	CARTOLINA COLORIDA, 50X66CM, 150g, CORES: AMARELO, VERDE, ROSA E AZUL	UNI		2.270,000	0,4000	908,00
44	CD VIRGEM, REGRAVAVEL, VELOCIDADE 52X, CAPACIDADE 700mp	UN		624,000	2,2000	1.372,80
58	COMPASSO EM CORES SORTIDAS E VIBRANTES: LARANJA, AZUL, PRETO E VERDE. COMPOSIÇÃO PLÁSTICO, MEDIDA 12,5X13X2,5CM (AXLXP) PESO 10 GRAMAS.	UN		37,000	3,6300	134,31
59	CORTADOR EVA, FOLHA MEDINDO 400X600mm, 2mm ESPESSURA, MODELOS DIVERSOS	UN		66,000	29,4300	1.942,38
63	DVD's VIRGEM REGRAVAVEL, 4.7 GB, 4x, RW	UN		464,000	3,8500	1.786,40
69	E.V.A LISO, COR VERMELHO NATAL, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN		660,000	2,3700	1.564,20
83	E.V.A MARTIZADO FOLHA MEDINDO 400MMX600MM 2MM DE ESPESSURA, 100%, ATÓXICO, LAVAVEL	UN		445,000	2,3800	1.059,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 6011 - DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	E.V.A. BRANCO COM ESTAMPA (FLORAL, ESTRELA, CORAÇÃO, ANIMAIS). 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL.	UN		505,000	6,4200	3.242,10
93	ENVELOPE BRANCO OFICIO 115X230MM	UN		3.480,000	0,0700	243,60
94	ENVELOPE KRAFT BRANCO 255X360MM GRANDE	UN		2.415,000	0,2200	531,30
95	ENVELOPE KRAFT OURO 175X250MM MÉDIO	UN		2.620,000	0,1200	314,40
96	ENVELOPE KRAFT OURO 255X360MM GRANDE	UN		5.240,000	0,3000	1.572,00
97	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 310X410mm	UN		250,000	0,3500	87,50
99	ESTILETE LARGO DE PLASTICO COM LAMINA AÇO INOX DE ALTA RESISTENCIA, POSSUI TRAVA QUE PERMITE MAIOR SEGURANÇA DURANTE O CORTE. CORPO PLASTICO ESTREITO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO EMBALADO 21X8X3 cm	UN		55,000	1,8400	101,20
102	FITA ADESIVA LARGA 45mmX45m, 25 MICRAS DE FILME BOPP, 18grs/m², ADESIVO ACRILICO	RL		1.620,000	3,3900	5.491,80
105	FITA CREPE BRANCA 19mmX50m. COMPOSIÇÃO: PAPEL CREPADO E ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS SINTETICAS	RL		935,000	3,6300	3.394,05
107	FITA DUPLA FACE 19MMX30M, COMPOSIÇÃO: PAPEL LISO BRANCO, ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINA E LINER DE PAPEL SILICONADO	RL		436,000	6,8600	2.990,96
110	GIZ DE CERA CURTO, CONJUNTO COM 06 CORES, PESO MINIMO 183g, DIMENSÕES APROXIMADAS APROXIMADAS DO GIZ, 24mm (DIAMETRO) E 80 mm (COMPRIMENTO), A BASE DE CERAS, CARGAS, MINERAIS INERTES E PIGMENTO, COMPONENTES TOTALMENTE ATOXICOS, NÃO PERECIVEIS, FORMATO ANATOMICO PARA CRIANÇAS, MATERIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE, NÃO ESFARELA, NÃO MANCHA AS MÃOS, FÓRMULA RESISTENTE A QUEBRA, IDEAL PARA USO ESCOLAR, COM CORES VIVAS, CERTIFICADO PELO INMETRO COM COMPROVAÇÃO NA PROPOSTA. PERSONALIZADO COM ETIQUETA ADESIVO FOSCO EM 4X0 CORES, COM ESPAÇO SUFICIENTE PARA PREENCHIMENTO DO NOME DA ESCOLA, NOME DO ALUNO E SERIE	CX		650,000	2,9000	1.885,00
112	GLOBO TERRESTRE FISICO, 30 CM DE DIAMETRO, 42 CM DE ALTURA, SEM LUMINARIA	UN		2,000	113,8500	227,70
113	GLOBO TERRESTRE POLITICO, 30cm DIAMETRO, 42cm DE ALTURA, COM LUMINARIA 220ww	UN		2,000	154,0000	308,00
114	GRAMPEADOR 26/6 PEQUENO, PARA 25 FOLHAS. ESTRUTURA EM AÇO POLIDO, ACABAMENTO EM PLASTICO E APOIOS EMBORRACHADOS QUE PROPORCIONAM CONFORTO DURANTE O MANUSEIO. COM GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UN		132,000	17,9000	2.362,80
115	GRAMPEADOR DE ALTA CAPACIDADE, PARA 200 FOLHAS, UTILIZA GRAMPO 23/6 E 23/24	UN		1,000	140,5000	140,50
116	GRAMPEADOR PARA MADEIRA 51 A.	UNI		10,000	75,5000	755,00
117	GRAMPO PARA PASTA TRILHO DE PLASTICO, CAIXA COM 20 UNIDADES	CX		100,000	10,8200	1.082,00
119	GUILHOTINA CHAPA DE AÇO, EXTENSÃO DE CORTE 300mm, LARGURA 390mm, COMPRIMENTO 270mm, PESO 3,30kg, CAPACIDADE DE CORTE 8 FOLHAS	UN		3,000	115,9800	347,94
120	JOGO DE BANDEIRA FEDERAÇÃO/ESTADO/MUNICIPIO. BANDEIRA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BANDEIRA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. TAMANHO: 1,30 X90CM. 02 PANOS EM POLIESTER	JOG		40,000	124,9900	4.999,60
125	LÁSTEX PRETO, BRANCO E PELE EM ROLO COM 500m	RL		143,000	11,0800	1.584,44
126	LIVRO ATA, SEM MARGENS, COM CAPA DURA NA COR PRETA, COM 50 FOLHAS.	UN		58,000	5,7900	335,82

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 6011 - DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
128	MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS POLITICO E FISICO. EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		25,000	48,9900	1.224,75
129	MAPA DA AMERICA DO SUL, EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIDO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLADURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		4,000	34,9500	139,80
130	MAPA DO BRASIL POLITICO. EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		9,000	34,9500	314,55
131	MAPA DO BRASIL POR REGIÕES EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		8,000	34,9500	279,60
132	MAPA DO CONTINENTE AMERICANO, EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIDO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLADURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		4,000	34,9500	139,80
133	MAPA DO CONTINENTE EUROPEU EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		4,000	34,9500	139,80
134	MAPA DO MUNDO POLITICO E FISICO EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		6,000	34,9500	209,70
135	MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - POLITICO E FISICO, EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		6,000	34,9500	209,70
136	MAPA OCEÂNIA. EDITADO E FABRICADO EM PAPEL OFFSET RESISTENTE, FORNECIMENTO DOBRADO OU LAMINADO COM MOLDURAS DE MADEIRA NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO EM VELCRO (LAMINADO ALTO BRILHO QUE PERMITE RISCAR E APAGAR FRENTE E VERSO COM CANETAS PARA QUADRO BRANCO). TAMANHO 120cmX90cm	UN		4,000	34,9500	139,80
137	MARCADOR PERMANENTE (PINCEL ATÔMICO), COM ESCRITA GROSSA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, PONTA DE FELTRO CHANFRADA. COR: PRETA. TINTA RESISTENTE A ÁGUA E A DESCOLORAÇÃO, COM SECAGEM RÁPIDA. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX		213,000	40,4700	8.620,11
143	MATRIZ ESTENCIL ALCOOL CAIXA COM 100 UNIDADES	CX		33,000	38,2800	1.263,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 6011 - DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
147	PAPEL A4 AMARELO, 210mmX297mm/75g/M² COM 100 UNIDADES	PCT		34,000	3,0800	104,72
148	PAPEL A4 AZUL, 210mmX297mm/75g/M² COM 100 UNIDADES	PCT		30,000	3,0800	92,40
149	PAPEL A4 FOLHA BRANCA, 210mmX297mm/75gsm COM 500 UNIDADES. CAIXA COM 10 RESMAS. 99,99%, NÃO ATOLAMENTO.	CX		418,000	128,5000	53.713,00
150	PAPEL A4 ROSA, 210mmX297mm/75g/M² COM 100 UNIDADES	UN		28,000	3,0800	86,24
151	PAPEL A4 VERDE, 210mmX297mm/75g/M² COM 100 UNIDADES	UN		30,000	3,0800	92,40
152	PAPEL CAMURÇA DIVERSAS CORES. PAPEL COM DUAS FACES, UMA BRANCA E OUTRA COLORIDA, POSSUI TEXTURA LIGEIRAMENTE AVELUDADA. 40X60cm DISPONIVEL NAS CORES: AMARELO, VERDE, AZUL, VERMELHO, ROSA E LARANJA.	UN		1.365,000	0,8100	1.105,65
153	PAPEL CARTÃO DIVERSAS CORE. PAPEL ENCORPADADO, MAIS RIGIDO, MUITO UTILIZADO NA CONFECÇÃO DE EMBALAGENS. TAMANHO 50X70cm, DISPONIVEL NAS CORES: AMARELO, AZUL, VERDE, VERMELHO, DOURADO, PRATA, ROSA, LARANJA, LILAS.	UN		2.111,000	0,9500	2.005,45
154	PAPEL CELOFANE FURTA COR 85X100	UN		370,000	1,3700	506,90
155	PAPEL CELOFANE TRANSPARENTE, 85X100	FLS		390,000	1,3800	538,20
156	PAPEL CELOFANE VERMELHO, 85X100	FLS		370,000	1,3800	510,60
160	PAPEL CREPOM AZUL CLARO 48CMX2M	UN		380,000	0,9800	372,40
161	PAPEL CREPOM AZUL ROYAL, 48cmX2m	UN		395,000	0,9800	387,10
162	PAPEL CREPOM BRANCO, 48 CM X 2M	UN		360,000	0,9800	352,80
163	PAPEL CREPOM LARANJA, 48CM X 2M	UN		385,000	0,9800	377,30
164	PAPEL CREPOM LILÁS, 48CM X 2M	UN		385,000	0,9800	377,30
165	PAPEL CREPOM MARROM 48CMX2M	UN		302,000	0,9800	295,96
166	PAPEL CREPOM PINK, 48CM X 2M	UN		385,000	0,9800	377,30
167	PAPEL CREPOM PRETO, 48CM X 2M	UN		267,000	0,9800	261,66
168	PAPEL CREPOM ROSA, 48CMX2M	UN		383,000	0,9800	375,34
169	PAPEL CREPOM ROXO, 48 CMX2M	UN		315,000	0,9800	308,70
170	PAPEL CREPOM SALMÃO, 48CMX2M	UN		380,000	0,9800	372,40
171	PAPEL CREPOM VERDE BANDEIRA, 48CMX2M	UN		393,000	0,9800	385,14
172	PAPEL CREPOM VERDE LIMÃO, 48CM X 2M	UN		385,000	0,9800	377,30
173	PAPEL CREPOM VERMELHO, 48CM X 2M	UN		393,000	0,9800	385,14
174	PAPEL DOBRADURA, TAM 48 X 66CM, DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, AZUL, VERDE, LARANJA, LILAS, AMARELO).	FLS		2.135,000	0,4000	854,00
175	PAPEL DUPLA FACE, TAM 48X66CM, DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, AZUL, VERDE, LARANJA, AMARELO).	FLS		2.990,000	0,6500	1.943,50
176	PAPEL LAMINADO, TAM 48 X 66 CM, DIVERSAS CORES (PRATA, DOURADO, VERDE, AZUL, ROSA, AMARELO, VERMELHO).	FLS		260,000	0,7700	200,20
177	PAPEL SEDA, 50X70, LISO, DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, AZUL, VERDE, LARANJA, LILAS, AMARELO)	UN		500,000	0,7800	390,00
184	PASTA AZ LOMBO LARGO (APROXIMADAMENTE 8 CM). FORMATO: OFÍCIO, COM MECANISMO NIQUELADO E SISTEMA DE FECHAMENTO COM ALAVANCA E COMPRESSOR. PORTA ETIQUETAS TRANSPARENTE NO LOMBO. COR: AZUL.	UN		84,000	6,5800	552,72
190	PASTA TRILHO DE PLASTICO - TRANSPARENTE, COM TRILHOS	UNI		220,000	1,7500	385,00
196	PINCEL PARA TINTA GUACHE Nº 10, PINCEL CHATO. INDICADO PARA CANTOS, COBERTURA DE AREA, CONTORNOS	UN		378,000	1,3200	498,96
197	PINCEL PARA TINTA GUACHE, Nº 08, PINCEL CHATO. INDICADO PARA CANTOS, COBERTURA DE AREA, CONTORNOS	UN		88,000	1,2800	112,64
198	PINCEL PARA TINTA GUACHE, Nº 12, PINCEL CHATO. INDICADO PARA CANTOS, COBERTURA DE AREA E CONTORNOS.	UN		646,000	1,8500	1.195,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 6011 - DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
199	PINCEL PARA TINTA GUACHE, Nº 14, PINCEL CHATO. INDICADO PARA CANTOS, COBERTURA DE AREA, CONTORNOS.	UN		316,000	2,1400	676,24
202	PLACAS DE ISOPOR, ESPESSURA 200mm	UNI		238,000	4,6500	1.106,70
224	TESOURA GRANDE COM CORTES DECORATIVOS, LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL, CABO EM POLIPROPILENO, FORMATO ANATOMICO PARA CORTES DECORATIVOS EM DIVERSOS MODELOS	UN		8,000	50,8800	407,04
226	TESOURA PEQUENA SEM PONTA, LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL COM PONTA ARREDONDADA, CABO DE POLIPROPILENO.	UNI		1.388,000	2,1500	2.984,20

Fornecedor: 6127 - DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	BANDEJA DE MESA, ORGANIZADORA DE PAPEL, DUPLA, EM ACRÍLICO, COR FUMÊ OU TRANSPARENTE.	UN	WALEU	21,000	32,9000	690,90
27	BORRACHA BRANCA MÉDIA 40, MACIA, APLICÁVEL SOBRE DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIE E PARA QUALQUER GRADUAÇÃO DE GRAFITE, APAGA LÁPIS E LAPISEIRA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,3 X 2,3 X 0,08 CM. CAIXA COM 40 UNIDADES.	CX	ZAP	79,000	11,9300	942,47
41	CANETA PARA RETROPROJETOR, CORES DIVERSAS.COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLASTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA A BASE DE ALCOOL, CORANTES E SOLVENTES. PONTA DE POLIO CETAL, 2.0MM, ESPESSURA DA ESCRITA 2.0MM, TINTA RESISTENTE A ÁGUA	UN	PILOT	70,000	3,0800	215,60
45	CLIPS GALVANIZADOS (ARAME DE AÇO REVESTIDO) TAMANHO 10/0, CAIXA COM 500gr	CX	DIMPACTO	39,000	8,5200	332,28
46	CLIPS GALVANIZADOS (ARAME DE AÇO REVESTIDO), TAMANHO: 2/0, CAIXA COM 500GR.	CX	DIMPACTO	39,000	8,5200	332,28
47	CLIPS GALVANIZADOS (ARAME DE AÇO REVESTIDO), TAMANHO: 3/0, CAIXA COM 500GR.	CX	DIMPACTO	24,000	8,5200	204,48
48	CLIPS GALVANIZADOS (ARAME DE AÇO REVESTIDO), TAMANHO: 4/0, CAIXA COM 500GR	CX	DIMPACTO	36,000	7,9900	287,64
49	CLIPS GALVANIZADOS (ARAME DE AÇO REVESTIDO), TAMANHO: 6/0, CAIXA COM 500GR.	CX	DIMPACTO	42,000	8,5200	357,84
50	CLIPS GALVANIZADOS (ARAME DE AÇO REVESTIDO), TAMANHO:8/0, CAIXA COM 500GR.	CX	DIMPACTO	38,000	8,5200	323,76
52	COLA BRANCA EMABALGEM COM 90 gr, LIQUIDA, LAVAVEL, NÃO TOXICA, TUBO COM PONTEIRA DE APLICAÇÃO	UN	PIRATINIGA	930,000	1,1000	1.023,00
53	COLA BRANCA LITRO, LIQUIDA, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, TUBO COM PONTEIRA DE APLICAÇÃO	L	PIRATININGA	286,000	8,9500	2.559,70
54	COLA BRANCA, LIQUIDA, LAVAVEL, NÃO TÓXICA, EMBALAGEM 40G, TUBO COM PONTEIRA DE APLICAÇÃO	UN	PIRATININGA	1.126,000	0,6200	698,12
60	DICIONARIO DE ESPANHOL - PORTUGUES-ESPANHOL/ ESPANHOL-PORTUGUÊS	UN	TODO LIVRO	81,000	9,9000	801,90
61	DICIONARIO DE INGLÊS - PORTUGUÊS/INGLÊS - INGLÊS/PORTUGUÊS	UN	TODO LIVRO	80,000	9,9000	792,00
62	DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA DE ACORDO COM NOVAS REGRAS ORTOGRAFICAS	UN	TODO LIVRO	123,000	9,9000	1.217,70
121	LAMPADA PARA RETROPROJETOR HALÓGENA- VISOGRAF 220V/300W	UN	VISOGRAPH	3,000	19,8000	59,40
124	LÁPIS PRETO, Nº2, MAXIMA RESISTENCIA, BOA APAGABILIDADE, MACIEZ, MAXIMA APONTABILIDADE, SEXTAVADO, DESLIZA FACIL E É FLEXIVEL.	UN	FABBER	8.504,000	1,0000	8.504,00
138	MARCADOR PERMANENTE (PINCEL ATÔMICO), COM ESCRITA GROSSA, TINTA A BASE DE ALCOOL , PONTA DE FELTRO CHANFRADA. COR: AZUL. TINTA RESISTENTE A ÁGUA E A DESCOLORAÇÃO, COM SECAGEM RÁPIDA. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	FABBER	213,000	39,7500	8.466,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 6127 - DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
139	MARCADOR PERMANENTE (PINCEL ATÔMICO), COM ESCRITA GROSSA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, PONTA DE FELTRO CHANFRADA. COR: VERMELHO. TINTA RESISTENTE A ÁGUA E A DESCOLORAÇÃO, COM SECAGEM RÁPIDA. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	FABBER	206,000	39,5500	8.147,30
142	MASSA DE MODELAR, A BASE DE AMIDO, NÃO ENDURECE EM CONTATO COM O AR, MACIA, ATÓXICA, NÃO GRUDA NAS MÃOS E NÃO ESFARELA, SELO DO INMETRO, 90g (3.17 Oz) CAIXA COM CORES.	CX	ACRILEX	3.231,000	2,0300	6.558,93
178	PAPEL VERGÊ BRANCO 120g/m², 210mmX297mm, (caixa/pacote com 50 folhas)	CX	OFF A' PAPER	40,000	7,1500	286,00
179	PAPEL VERGÊ GRANITO BLUE 120g/m², 210mmX297mm, (caixa/pacote com 50 folhas)	CX	OFF PAPER	26,000	7,1500	185,90
180	PAPEL VERGÊ GRANITO PINK 120g/m², 210mmX297mm, (caixa/pacote com 50 folhas)	CX	OFF PAPER	24,000	7,1500	171,60
181	PAPEL VERGÊ MARFIM 120g/m² 210mmX297mm, (caixa/pacote com 50 folhas)	CX	OFF PAPER	21,000	7,1500	150,15
182	PAPEL VERGÊ PALHA 120g/m², 210mmX297mm, (caixa/pacote com 50 folhas)	CX	OFF PAPER	24,000	7,1500	171,60
183	PAPEL VERGÊ SALMÃO 120g/m², 210mmX297mm, (caixa/pacote com 50 folhas)	CX	OFF PAPER	25,000	7,1500	178,75
203	PRANCHETA EM ACRÍLICO, FORMATO A4, COR: FUMÊ, COM PRENDEDOR EM METAL OU EM PLÁSTICO RESISTENTE.	UN	WALEU	56,000	10,0000	560,00
206	SUORTE PARA FITA ADESIVA ESTREITA GRANDE COM ADAPTADOR	UN	WALEU	30,000	11,3500	340,50
219	TÊMPERA GUACHE, NÃO TÓXICA, SOLUVEL EM AGUA. PODE SER APLICAÇÃO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, GESSO, MADEIRA E CERÂMICA. POTE COM 250ml. COR AMARELA	UN	ACRILEX	130,000	3,9900	518,70
220	TÊMPERA GUACHE, NÃO TÓXICA, SOLUVEL EM AGUA. PODE SER APLICAÇÃO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, GESSO, MADEIRA E CERÂMICA. POTE COM 250ml. COR AZUL	UN	ACRILEX	130,000	3,9900	518,70
221	TÊMPERA GUACHE, NÃO TÓXICA, SOLUVEL EM AGUA. PODE SER APLICAÇÃO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, GESSO, MADEIRA E CERÂMICA. POTE COM 250ml. COR: PRETO	UN	ACRILEX	130,000	3,9900	518,70
222	TÊMPERA GUACHE, NÃO TÓXICA, SOLUVEL EM AGUA. PODE SER APLICAÇÃO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, GESSO, MADEIRA E CERÂMICA. POTE COM 250ml. COR: VERDE.	UN	ACRILEX	130,000	3,9900	518,70
223	TÊMPERA GUACHE, NÃO TÓXICA, SOLUVEL EM AGUA. PODE SER APLICAÇÃO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, GESSO, MADEIRA E CERÂMICA. POTE COM 250ml. COR: VERMELHO	UN	ACRILEX	130,000	3,9900	518,70

Fornecedor: 7843 - DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
98	ESQUADRO, PARA APERFEIÇOAR TRAÇOS COM PRECISÃO PARA 90, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO EMBALADO 20,5X12X0,1CM. FEITO EM POLIESTIRENO CRISTAL	UN	XALINGO	30,000	1,1500	34,50

Fornecedor: 9986 - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
100	ETIQUETAS AUTO ADESIVAS, BRANCA, FORMATO PAPEL A4, 210X297mm, FOLHA INTEIRA, 02 COLUNAS, PARA IMPRESSORAS LASER, HP E INJET. CAIXA COM 1000 FOLHAS	CX	PIMACO	5,000	99,8000	499,00
216	TECIDO VOAL NA COR DOURADO	M	SUL BRASIL	30,000	6,9000	207,00
217	TECIDO VOAL NA COR LILAS CLARO	M	SUL BRASIL	30,000	6,9000	207,00
218	TECIDO VOAL NA COR VERDE FOLHA	M	SUL BRASIL	30,000	6,9000	207,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 10002 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALFINETE DE AÇO NIQUELADO, Nº 29, CAIXA COM 50 GRAMAS, QUALIDADE SUPERAR, FABRICADO EM ARAME DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM E PONTA EXTRA FINA	CX	BACHI	228,000	4,5300	1.032,84
2	ALFINETES MARCADORES, COM CABEÇA COLORIDA, TIPO REDONDO, SUPER DURO E COM PONTA EXTRAFINA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	CX	CORRENTE	66,000	4,8900	322,74
21	BARBANTE 100% ALGODÃO, RUBI, ne 4/6, 246 METROS, TEX 885.8	RL	CIRCULO	170,000	9,4500	1.606,50
24	BLOCO AUTOADESIVO PARA LEMBRETES E RECADOS. TAMANHO: 38MMX50MM. EMBALAGEM CONTENDO 04 BLOCOS DE NO MÍNIMO 50 FOLHAS, EM CORES DIVERSAS.	PCT	LYKE	30,000	4,7200	141,60
51	COLA BASTÃO 40gr (1.41 OZ), COMPOSIÇÃO POLIVINIL PIRROLIDONE (PVC) E AGUA. COLA PAPEL, CARTOLINA E FOTOS.	UN	ACRILEX	456,000	7,9200	3.611,52
92	E.V.A. LISO, LILÁS, FOLHA MEDINDO 400MMX600MM, 2MM DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	EVEAH	576,000	2,3800	1.370,88
118	GRAMPOS 26/6. PRODUZIDO COM ARAME GALVANIZADO DE ALTA RESISTENCIA, POSSUI CAMADA CONTROLADA DE ADESIVO. MAIOR RESISTENCIA E MACIEZ NA HORA DE GRAMPEAR. CAIXA COM 1000 GRAMPOS	CX	LYKE	362,000	2,8200	1.020,84
123	LAPIS DE COR, HEXAGONAL, PONTAS RESISTENTES, COMPOSIÇÃO DE MADEIRA, PIGMENTOS AGLUTINANTES, CARTA INERTE E CERAS, CORES SORTIDAS E BRILHANTES INCLUINDO COR PRATA OU DOURADO, CAIXA GRANDE COM 24 CORES.	CX	LABRA	672,000	14,9400	10.039,68
127	LIVRO PONTO GRANDE SEM MARGENS, FOLHAS BRANCA, COM CAPA DURA DURA NA COR PRETA, COM 50 FOLHAS	UN	SAO DOMING	200,000	8,3900	1.678,00
141	MARCADOR PERMANENTE PARA TECIDO. COMPOSIÇÃO: RESINA DE EMULSÃO ACRILICA, AGUA, ADITIVOS, PIGMENTOS E CONSERVANTES.	UNI	ACRILEX	125,000	15,7700	1.971,25
144	MOLHA DEDO PARA MANUSEIO DE PAPEIS, 12 GRAMAS, NÃO TÓXICO, NÃO MANCHA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	ACRIMET	20,000	3,4200	68,40
146	PALITOS DE PICOLÉ, MADEIRA REFLORESTADA, COM PONTAS QUADRADAS, MADEIRA IMPERECIVEL, COM 100 UNIDADES	PCT	THEOTO	132,000	2,2400	295,68
158	PAPEL CONTACT AUTO ADESIVO, TRANSPARENTE LARGURA 45cmX25mts	UN	VMP	32,000	57,4500	1.838,40
192	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: AZUL, PONTA 4,5mm, MACIA. ESPESSURA DA ESCRITA 2mm. NÃO ESTRAGA O QUADRO E APAGA FACILMENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	LYKE	184,000	71,2400	13.108,16
225	TESOURA GRANDE, COM LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL, COM PONTA FINA E CABO EM PROLIPROPILENO COM FORMATO ANATOMICO. TAMANHO APROXIMADAMENTE 21 CM	UN	KIT	156,000	9,3000	1.450,80

Fornecedor: 10119 - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, CORPO EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA, SUPERFICIE INTERNA EM ESPUMA E BASE EM FELTRO. APAGADOR COM DESIGN ARROJADO, PRATICO, MODERNO. FELTRO TRATADO. PLASTICO ABS ANATOMICO. SUPORTE PARA DUAS CANETAS DE QUADRO BRANCO, COR: PRETO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO EMBALADO 14,5X6X3CM	UN	RADEX	80,000	5,2300	418,40
4	APAGADOR PARA QUADRO NEGRO. APAGADOR EM MADEIRA PARA APAGAR GIZ EM QUADRO NEGRO.	UN	CAGEMA	172,000	3,7900	651,88
22	BASTÃO COLA QUENTE (FINO - 7,5MMX300MM), TRANSPARENTE. PONTO DE AMOLECIMENTO 91°C. COMPOSIÇÃO SILICONE. PACOTE 01kg	KG	RENDICOLLA	241,000	16,9900	4.094,59
23	BASTÃO DE COLA QUENTE (GROSSO 11,2mmX300mm), TRANSPARENTE. PONTO DE AMOLECIMENTO 91°C. COMPOSIÇÃO SILICONE. PACOTE 01kg	KG	RENDICOLLA	193,000	16,9900	3.279,07
28	CADERNO DE CALIGRAFIA, FOLHA BRANCA. CADERNO COSTURADO CAPA FLEXIVEL. TAMANHO 1/4 40 FOLHAS. PEDAGOGICO CALIGRAFIA. CAPAS SORTIDAS	UN	CREDEAL	437,000	1,8700	817,19

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 10119 - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	CADERNO DE DESENHO GRANDE, 40 FOLHAS, FOLHA BRANCA, CAPA COM MOLA	UN	CREDEAL	423,000	4,7200	1.996,56
30	CADERNO DE DESENHO PEQUENO 48 FOLHAS, FOLHA BRANCA, CADERNO DE DESENHO E ACRTOGRAFIA, LINHA ARCA DE NOÉ, CAPA FLEXIVEL. TAMANHO 20X14CM	UN	CREDEAL	428,000	1,3700	586,36
31	CADERNO DE LINGUAGEM 48 FOLHAS, BROCHURA, FOLHA BRANCA, CADERNO COSTURADO CAPA FLEXIVEL. TAMANHO 1/4 40 FOLHAS. PEDAGOGICO LINGUAGEM	UN	CREDEAL	2.877,000	2,3700	6.818,49
33	CADERNO QUADRICULADO 1 CM, BROCHURA, FOLHA BRANCA, 1/4 COM 40 FOLHAS	UN	FORONI	340,000	2,7000	918,00
34	CALCULADORA DE MESA, 12 DÍGITOS, TECLAS GRANDES, COM OPÇÕES DE MEMÓRIA; RAZ QUADRADA; PORCENTAGEM, CORREÇÃO DO ULTIMO DÍGITO. BATERIA SOLAR. DIMENSÃO MÍNIMA 14X10CM.	UN	CLASSE	40,000	18,1900	727,60
35	CANETA CORRETIVA, 8 ML, ATOXICA, INODORA, A BASE D'AGUA, COM SECAGEM RAPIDA E ALTA COBERTURA, FACIL APLICAÇÃO.	UN	JOCAR	142,000	5,6800	806,56
56	COLA MULTICOLAGEM TEXTIL (60ML)	UN	ACRILEX	20,000	3,7900	75,80
64	E.V.A BRANCO COM GLITER, FOLHA MEDINDO 400MMX600MM 2MM DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	501,000	9,0700	4.544,07
65	E.V.A COM GLITER AZUL ROYAL, FOLHA MEDINDO 400MMX600MM, 2MM DE ESPESSURA	UN	LEO LEO	519,000	9,1200	4.733,28
66	E.V.A COM GLITER COR VERDE	UN	LEO LEO	529,000	9,1200	4.824,48
67	E.V.A COM GLITER VERMELHO, FOLHA MEDINDO 400MMX600MM, 2MM DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	521,000	9,1200	4.751,52
68	E.V.A COM GLITER, COR AMARELO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL.	UN	LEO LEO	529,000	9,1200	4.824,48
70	E.V.A LISO AMARELO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2MM DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	648,000	2,4500	1.587,60
71	E.V.A LISO COR AZUL CLARO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	641,000	2,4500	1.570,45
72	E.V.A LISO COR ROSA PINK, MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	585,000	2,4500	1.433,25
73	E.V.A LISO COR VERDE BANDEIRA, MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	595,000	2,4500	1.457,75
74	E.V.A LISO COR VERMELHO VIVO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	630,000	2,4500	1.543,50
75	E.V.A LISO, COR AZUL ROYAL, FOLHA MEDINDO 40CMX60CM ESPESSURA 2MM, 100% ATOXICO, LAVAVEL.	UN	LEO LEO	639,000	2,4500	1.565,55
76	E.V.A LISO, COR BRANCO FOLHA, MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL.	UN	LEO LEO	616,000	2,4500	1.509,20
77	E.V.A LISO, COR LARANJA, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	684,000	2,4500	1.675,80
78	E.V.A LISO, COR MARROM, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	418,000	2,4500	1.024,10
79	E.V.A LISO, COR PELE, FOLHA MEDINDO 40cmMX60cm, ESPESSURA 2MM, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	630,000	2,4500	1.543,50
80	E.V.A LISO, COR PRETO, MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	620,000	2,4500	1.519,00
81	E.V.A LISO, COR ROSA BEBÊ, MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	595,000	2,4500	1.457,75
82	E.V.A LISO, COR VERDE CLARO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	594,000	2,4500	1.455,30
84	E.V.A PLUSH AMARELO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	450,000	5,6400	2.538,00
85	E.V.A PLUSH AZUL CÉU, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	454,000	5,7100	2.592,34
86	E.V.A PLUSH BRANCO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	482,000	5,7100	2.752,22
87	E.V.A PLUSH MARROM, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	354,000	5,7100	2.021,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 10119 - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
88	E.V.A PLUSH PRETO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	310,000	5,7100	1.770,10
89	E.V.A PLUSH VERDE CLARO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	400,000	5,7100	2.284,00
90	E.V.A PLUSH VERMELHO, FOLHA MEDINDO 40cmX60cm, 2mm DE ESPESSURA, 100% ATOXICO, LAVAVEL	UN	LEO LEO	501,000	5,7100	2.860,71
101	EXTRATOR DE GRAMPOS, MODELO ESPÁTULA, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PONTA CHATA ARREDONDADA, COM ACABAMENTO NAS BORDAS PARA NÃO CAUSAR FERIMENTOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 15 CM DE COMPRIMENTO.	UN	CAVIA	27,000	2,4700	66,69
103	FITA ADESIVA PAPEL KRAFT 50mmX50m MARROM, COM ALTO PODER DE ADESÃO, RESISTENTE A UMIDADE	RL	EUROCEL	422,000	11,8700	5.009,14
104	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, TAMANHO 12mmX50m, CORTE FÁCIL, DESENROLAMENTO SUAVE, ADESÃO INSTANTÂNEA.	RL	EUROCEL	692,000	2,0800	1.439,36
106	FITA CREPE BRANCA LARGA, 50mmX50m, COMPOSIÇÃO: PAPEL CREPADO E ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS SINTÉTICAS, COM ALTO PODER DE ADESÃO	RL	EUROCEL	705,000	7,0800	4.991,40
108	GIZ BRANCO PARA QUADRO NEGRO, CAIXA COM 64 BASTÕES, ANTIALERGICO, NÃO TÓXICO, COM SELO DO INMETRO	CX	DELTA	373,000	2,2300	831,79
109	GIZ COLORIDO PARA QUADRO NEGRO, CAIXA COM 64 BASTÕES, ANTIALERGIC, NÃO TÓXICO, COM SELO DO INMETRO	CX	DELTA	349,000	2,7500	959,75
111	GIZ DE CERA GROSSO, CONJUNTO COM 12 CORES, NÃO TÓXICO, FORMATO ANATOMICO PARA CRIANÇAS, NÃO MANCHA AS MÃOS, NÃO ESFARELA, MATERIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE, COMPOSIÇÃO: CERA, PIGMENTOS E CARGA INERTE, CAIXA COM 12 BASTONETES.	CX	LEONORA	650,000	6,7200	4.368,00
140	MARCADOR PERMANENTE (PINCEL ATÔMICO), COM ESCRITA GROSSA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, PONTA DE FELTRO CHANFRADA. COR: VERDE. TINTA RESISTENTE A ÁGUA E A DESCOLORAÇÃO, COM SECAGEM RÁPIDA. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	J.STAMP	200,000	41,4400	8.288,00
145	PALITOS DE CHURRASCO, 250mmX25cm COMPRIMENTO, 100 UNIDADES	PCT	GABOARDI	138,000	3,6900	509,22
157	PAPEL CONTACT AUTO ADESIVO COLORIDO LARGURA 45cmX25mts	UN	VMP	45,000	119,4000	5.373,00
185	PASTA CATALOGO COM 50 ENVELOPES 245X335X15MM	UNI	DAC	35,000	12,2900	430,15
186	PASTA EM POLIPROPILENO CRISTAL COM ELÁSTICO COM 240x340x30 (FINA)	UN	ALAPLAST	774,000	2,3700	1.834,38
187	PASTA EM POLIPROPILENO CRISTAL COM ELÁSTICO, 240x340x55mm (GROSSA)	UN	ALAPLAST	574,000	3,2200	1.848,28
188	PASTA PARA ARQUIVO MORTO, EM POLIPROPILENO NA COR AZUL	UN	ALAPLAST	202,000	7,2700	1.468,54
189	PASTA SUSPENSÃO MARMORIZADA E PLASTIFICADA, DIMENSÕES 240 X 360 MM, VISOR EM PLÁSTICO TRANSPARENTE E ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO, COM SUPORTE FIXO PARA ARQUIVAMENTO EM METAL E TERMINAIS DAS EXTREMIDADES EM PLÁSTICO.	UN	DELLO	160,000	1,9700	315,20
191	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS, EM ESTRUTURA METÁLICA, CAPACIDADE DE PERFURAR DE 35 A 40 FOLHAS, COM RÉGUA MEDIDORA.	UN	JOCAR	35,000	53,1000	1.858,50
193	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: PRETO, PONTA 4,5mm, MACIA. ESPESSURA DA ESCRITA 2mm. NÃO ESTRAGA O QUADRO E APAGA FACILMENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	JOCAR	187,000	71,4200	13.355,54
194	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: VERDE, PONTA 4,5mm, MACIA. ESPESSURA DA ESCRITA 2mm. NÃO ESTRAGA O QUADRO E APAGA FACILMENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	JOCAR	147,000	71,4200	10.498,74
195	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: VERMELHO, PONTA 4,5mm, MACIA. ESPESSURA DA ESCRITA 2mm. NÃO ESTRAGA O QUADRO E APAGA FACILMENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	JOCAR	183,000	71,4200	13.069,86
200	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE, ALIMENTAÇÃO 220V, POTENCIA 40 W	UN	LEOTEC	150,000	23,3700	3.505,50
201	PISTOLA PARA COLA QUENTE PEQUENA, ALIMENTAÇÃO 220V, 10 W	UN	LEOTEC	169,000	13,6400	2.305,16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/17
 Processo Nº.: 31/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Fornecedor: 10119 - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
204	REGUA DE MADEIRA 100 CM, COM ESCALA DE PRECISÃO	UNI	CAGEMA	47,000	4,2200	198,34
205	RÉGUA EM POLIESTIRENO 30 CM, COM ESCALA DE PRECISÃO. COR: CRISTAL	UN	WALEU	1.313,000	1,6200	2.127,06
207	TECIDO TNT AMARELO	M	SANTA FÉ	140,000	1,5400	215,60
208	TECIDO TNT AZUL CLARO	M	SANTA FÉ	75,000	1,5400	115,50
209	TECIDO TNT AZUL ROYAL	M	SANTA FÉ	109,000	1,5400	167,86
210	TECIDO TNT BRANCO	M	SANTA FÉ	152,000	1,5400	234,08
211	TECIDO TNT LARANJA	M	SANTA FÉ	64,000	1,5400	98,56
212	TECIDO TNT PRETO	M	SANTA FÉ	86,000	1,5400	132,44
213	TECIDO TNT ROSA	M	SANTA FÉ	64,000	1,5400	98,56
214	TECIDO TNT VERDE BANDEIRA	M	SANTA FÉ	152,000	1,5400	234,08
215	TECIDO TNT VERMELHO	M	SANTA FÉ	152,000	1,5400	234,08

Fornecedor: 11025 - KLEBER MACHADO & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	CADERNO PEQUENO COM PAUTA PARA MUSICA	UN	CREDEAL	40,000	3,6500	146,00
57	COLA PARA EVA E ISOPOR, 35gr, (193oZ)	UN	ACRILEX	78,000	3,1500	245,70

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 12/17
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 13/17
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 14/17
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 15/17
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 16/17
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 17/17
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 1 de Abril de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

AQUINPEL SUPRIMENTOS APRA INFORMATICA E ESCRITORIO	CNPJ: 00.147.109/0001-56	_____
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	CNPJ: 09.008.570/0001-00	_____
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	CNPJ: 83.413.591/0001-56	_____
DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____
DIPAR - DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS L.	CNPJ: 82.803.230/0001-53	_____
INFOTRIZ SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTD	CNPJ: 04.586.694/0001-41	_____
KLEBER MACHADO & CIA LTDA	CNPJ: 11.118.645/0001-40	_____
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	CNPJ: 11.924.851/0001-47	_____
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____
PROJETO CULTURAL LTDA ME	CNPJ: 10.946.774/0001-63	_____
VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME	CNPJ: 03.574.465/0001-44	_____

SAMAE**Portaria 040/2014**

PORTARIA SAMAE CNO 040/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, de acordo com o art. 25 da Lei Complementar nº 12/2011, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder adicional por titulação, em nível de pós - graduação, a partir desta data, ao servidor Alexandre Kunen, Agente Administrativo, Padrão 5.2.B por concluir o Curso Pós - Graduação em Educação Ambiental.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação do Resultado do Julgamento das Propostas do Edital de Tomada de Preços N. FMS 08/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º FMS 18/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 08/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio, do ano de 2014, às 16h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cláudio H. Mathias, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Srta. Karoline Aparecida Crestani, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja: empresas SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, J LUMA CONSTRUTORA LTDA e J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos: Em 1º a empresa SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 158.528,86, em 2º lugar a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA com o valor global de: R\$ 158.752,91, em 3º lugar a empresa J LUMA CONSTRUTORA LTDA com o valor global de: R\$ 171.970,76. A comissão de licitação considerou a empresa SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA vencedora desta licitação com o valor global de: R\$ 158.528,86. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cláudio H. Mathias
Secretário

Cleison Tarcisio Fuck
Membro

Karoline Aparecida Crestani
Membro

CÂMARA MUNICIPAL**RGF 1º Quadrimestre - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.497.086,72	0,00
Pessoal Ativo	1.246.999,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	250.087,27	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.497.086,72	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.497.086,72	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	97.850.695,36	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,53	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	5.871.041,72	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	5.577.489,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	5.283.937,55	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 21/05/2014

NENO PANGRATZ
PRESIDENTE

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
CONTADORA CRC SC 13989/0-0

RENATO JARDEL GURTINSKI
SECRETARIO

ETIENE J.PRADO DE ALMEIDA
CONTROLE INTERNO

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.123/2014

LEI Nº 3.123, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 488.592,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 488.592,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais), para reforço da dotação orçamentária vinculada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-273	Obras e instalações	000	00	R\$	45.592,00
44905100-425	Obras e instalações	124	55	R\$	443.000,00
	Total			R\$	488.592,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 488.592,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais), na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1047	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PASSEIOS PÚBL	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-278	Obras e instalações	100	00	R\$	100.000,00
0601.15.452.0120.1048	CONSTRUÇÃO DE PONTES EM VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-279	Obras e instalações	000	00	R\$	12.992,00
44905100-280	Obras e instalações	124	54	R\$	46.400,00
0601.15.452.0120.1050	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS COM RORRIMÃO EM VP	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-281	Obras e instalações	100	00	R\$	69.600,00
0601.15.452.0130.1052	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONST.CEMITÉRIOS MUNIC	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-294	Obras e instalações	100	00	R\$	30.000,00
44906100-295	Aquisição de imóveis	100	00	R\$	10.000,00
0601.26.782.0150.1057	CONSTRUÇÃO DE PONTES	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-315	Obras e instalações	100	00	R\$	69.600,00

0601.26.782.0145.1060	AQUISIÇÃO DE CAMI-NHÕES	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-317	Equipamentos e material permanente	100	00	R\$	150.000,00
	Total			R\$	488.592,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 21 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Lei 3.124/2014

LEI Nº 3.124, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Concede revisão geral anual sobre as remunerações dos servidores públicos municipais e os subsídios dos agentes políticos municipais.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Concede revisão geral anual de 5,82% (cinco vírgula oitenta e dois por cento), previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, pela aplicação do índice apurado pelo INPC-IBGE, acumulado no período de maio de 2013 a abril de 2014, sobre os vencimentos dos cargos, contratos temporários e empregos públicos do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo do Município de Capinzal, sobre os subsídios dos agentes políticos municipais, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, bem como aos servidores inativos e pensionistas, cujos benefícios tenham sido concedidos com fundamento no direito à paridade entre vencimentos e proventos.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente no Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2014.

Capinzal, SC, 21 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Lei Complementar Nº 167/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Altera o art. 83 da Lei Complementar nº 006, de 5 de março de 1991.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 83 da Lei Complementar nº 006, de 1991, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 83 Após cada quinquênio de exercício o Servidor faz jus a uma licença remunerada, como prêmio, pelo período de três meses consecutivos contados a partir da vigência da Lei que estabelece o Regime Jurídico Único.

§1º O Município, por critério devidamente justificado, poderá conceder ao servidor com direito à licença prêmio, a opção pelo recebimento em dinheiro de importância correspondente a um terço da licença, caso assim o servidor requeira.

§ 2º No caso de optar pela conversão em pecúnia, deverá o servidor gozar o restante a partir do recebimento.

§ 3º O Município, por critério devidamente justificado, em face de necessidade imperiosa, interesse inadiável, excepcionalidade dos serviços prestados pelo servidor requerente ou pela necessidade do servidor, por motivos especiais, poderá indenizar o período de licença prêmio restante (dois terços), convertendo-o em pecúnia.

§ 4º Para efeito de cálculo do período de licença convertida em pecúnia será considerado o padrão de vencimento percebido pelo servidor, no cargo efetivo, na data do início do gozo, acrescido das vantagens de natureza permanente.

§ 5º O pagamento da licença prêmio convertida em pecúnia fica a critério da discricionariedade do Município e dependerá de disponibilidade financeira do Município, suas Autarquias e Fundações.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 21 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto 073/2014

DECRETO Nº 073, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 488.592,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.123, de 21 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 488.592,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais), para reforço da dotação orçamentária vinculada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-273	Obras e instalações	000	00	R\$	45.592,00
44905100-425	Obras e instalações	124	55	R\$	443.000,00
	Total			R\$	488.592,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 488.592,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais), na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1047	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PASSEIOS PÚBL	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-278	Obras e instalações	100	00	R\$	100.000,00
0601.15.452.0120.1048	CONSTRUÇÃO DE PONTES EM VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-279	Obras e instalações	000	00	R\$	12.992,00

44905100-280	Obras e instalações	124	54	R\$	46.400,00
0601.15.452.0120.1050	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS COM RORRIMÃO EM VP	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-281	Obras e instalações	100	00	R\$	69.600,00
0601.15.452.0130.1052	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONST.CEMITÉRIOS MUNIC	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-294	Obras e instalações	100	00	R\$	30.000,00
44906100-295	Aquisição de imóveis	100	00	R\$	10.000,00
0601.26.782.0150.1057	CONSTRUÇÃO DE PONTES	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-315	Obras e instalações	100	00	R\$	69.600,00
0601.26.782.0145.1060	AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-317	Equipamentos e material permanente	100	00	R\$	150.000,00
	Total			R\$	488.592,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 21 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 214 de 20.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 214/2014

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 005/2013, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do Município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de Transportes e Obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o inciso IX, art. 2º e inciso VI, do art. 4º da Lei Complementar Nº 040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário SÉRGIO INÁCIO, para exercer as funções do Cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 21.05.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
20 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 216 de 21.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 216/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ciências- 15 horas, designada através da Portaria nº 033 de 04.02.2014 para responder pela Direção da Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, licença para tratamento de saúde, pelo período de 21.05.14 a 30.05.2014 - 10 (dez) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
21 de maio de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº. 211/2014

RESOLUÇÃO Nº 211/14 , de 20 de maio de 2014.
HOMOLOGA O RESULTADO DOS CANDIDATOS APROVADOS E SUAS CLASSIFICAÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º:Ficam homologados os resultados e a classificação dos candidatos aprovados, destinados ao preenchimento da vaga do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, existente no quadro de pessoal da administração da Câmara Municipal de Vereadores de COCAL DO SUL, conforme edital de concurso público nº. 01/2014.

Art. 2º: Relação dos aprovados em ordem de classificação conforme relação do anexo único após recursos.

Art. 3º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º: Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 20 de maio de 2014.
AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural da Prefeitura, aos vinte dias do mês de maio de dois mil e quatorze.

ANEXO ÚNICO

RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS .

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NUMERO INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA GERAL	CLASSIFICADO OU DESCLASSIFICADO de acordo com o edital
1º	006	MARIA SALETE SARTOR BEZ FONTANA	7,36	C
2º	002	MARELIR SANTA HELENA TONI	7,28	C
3º	016	ADRIANA CAMILO	6,40	C
4º	003	ILIZANDRA GONÇALVES BETTI	6,16	C
5º	014	LAURITA GRASSI	6,04	C
6º	008	MARIA HELENA COSTA ROSSO	5,86	C

Decreto Legislativo Nº. 289/14

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 289/2014, de 21/05/2014.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 783077/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MAPA REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

AGENOR BENATI PEDROSO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 783077/2013, que entre si celebram a União Federal por intermédio do MAPA representado pela Caixa Econômica Federal e o município de Cocal do Sul, objetivando a aquisição de caminhão caçamba e retroescavadeira.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 21 de maio de 2014.

AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos vinte e um dois dias do mês de maio de 2014.

Decreto Legislativo Nº. 290/14

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 290/2014, de 21/05/2014.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 2013TR0003305, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SISTEMA ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA, AO TURISMO E AO ESPORTE - SEITEC ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

AGENOR BENATI PEDROSO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 2013TR0003305, que entre si celebram o Sistema estadual de incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e o município de Cocal do Sul, objetivando o repasse de recursos para a execução de projeto "Oficina do Atleta".

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 21 de maio de 2014.
AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos vinte e um dois dias do mês de maio de 2014.

Concórdia

PREFEITURA

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 016/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 016/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 16 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 083/2013, de 08 de novembro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) JESSICA MARIA GROSSELI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.287.709-13.

DATA DA ASSINATURA: 16.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 017/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 017/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 046/2012, de 09 de maio de 2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) LAIS REGINA PETRY TICZ, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 048.400.309-79.

DATA DA ASSINATURA: 01.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 018/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 018/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 070/2013, de 01 de abril de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) LETICIA JACKOSKI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 101.326.699-43.

DATA DA ASSINATURA: 01.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 019/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 019/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 23 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 002/2012, de 23 de janeiro de 2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA

ROSA e o (a) estagiário (a) LUANA CRISTINA FRIGO , inscrito (a) no CPF-MF sob nº 078.508.799-02.

DATA DA ASSINATURA: 23.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 020/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 020/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de abril de 2014, do termo de compromisso nº 071/2013, de 01 de abril de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) LUIZ EDURDO DE AGUIAR, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.113.359-55.

DATA DA ASSINATURA: 01.04.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 021/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 021/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 121/2013, de 04 de dezembro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) MAIARA DA SILVA LIMA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 083.003.769-17.

DATA DA ASSINATURA: 01.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 022/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 022/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 20 de março de 2014, do termo de compromisso nº 123/2013, de 21 de dezembro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) MARCIA SALETE PINTO JOHANN, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 614.664.419-68.

DATA DA ASSINATURA: 20.03.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 023/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 023/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 04 de março de 2014, do termo de compromisso nº 119/2013, de 11 de dezembro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA

ROSA e o (a) estagiário (a) MARCIELE DE MELLO SOUZA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 098.954.919-48.

DATA DA ASSINATURA: 04.03.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 024/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 024/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 02 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 014/2012, de 22 de fevereiro de 2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) MARILEI SAGAZ BUSSOLO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 095.822.329-78.

DATA DA ASSINATURA: 02.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 025/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 025/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 04 de março de 2014, do termo de compromisso nº 116/2013, de 31 de dezembro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) MARINS CRISTINA RYCHCIK LOPES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 052.885.009-16.

DATA DA ASSINATURA: 04.03.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 026/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 026/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 02 de fevereiro de 2014, do termo de compromisso nº 057/2012, de 04 de junho de 2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) MIRIÃ MARQUES CUNGA SOSA GONÇALVES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 012.686.070-02.

DATA DA ASSINATURA: 02.02.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 027/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 027/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 069/2012, de 18 de março de 2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA

ROSA e o (a) estagiário (a) PAMELA CRISTINA HASLINGER, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 089.650.599-50.

DATA DA ASSINATURA: 01.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 028/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 028/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 02 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 114/2013, de 02 de agosto de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) PATRICIA ROSA VESCOVI SORGETZT, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 034.303.469-75.

DATA DA ASSINATURA: 02.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 029/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 029/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 06 de fevereiro de 2014, do termo de compromisso nº 003/2014, de 03 de fevereiro de 2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 028999729-10.

DATA DA ASSINATURA: 06.02.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 030/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 030/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 06 de fevereiro de 2014, do termo de compromisso nº 028/2014, de 04 de abril de 2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) RAFAELLA CAMARA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 049.641.679-09.

DATA DA ASSINATURA: 06.02.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 031/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 031/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 21 de janeiro de 2014, do termo de compromisso nº 025/2013, de 04 de março de 2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA

ROSA e o (a) estagiário (a) RAIANA CRISTINA COLLING, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 097.257.199-05.

DATA DA ASSINATURA: 21.01.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 032/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 032/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 23 de fevereiro de 2014, do termo de compromisso nº 021/2013, de 04 de março de 2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) RODRIGO DAL ZOT RITTER, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 075.781.829-35.

DATA DA ASSINATURA: 23.02.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 033/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 033/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 24 de março de 2014, do termo de compromisso nº 111/2012, de 01 de agosto de 2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) SANDRA MARA DEITOS SILVESTREIN, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 017.012.689-73.

DATA DA ASSINATURA: 24.03.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 034/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 034/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 02 de fevereiro de 2014, do termo de compromisso nº 013/2013, de 18 de fevereiro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) STEFANY GUIMARÃES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 07.650.399-07.

DATA DA ASSINATURA: 02.02.2014

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 035/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 035/2014

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 04 de fevereiro de 2014, do termo de compromisso nº 012/2013, de 11 de dezembro de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA

ROSA e o (a) estagiário (a) TAINARA CAMILA GASPARINI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 094.665.789-01.

DATA DA ASSINATURA: 04.02.2014

Edital de Notificação N 02/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 02/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 91.942,88 (noventa e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Concórdia SC, 21 de maio de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 03/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 39.731,82 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).

Concórdia SC, 21 de maio de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Extrato do Edital de Processo Seletivo Público Nº 2/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Secretaria Municipal de Administração
EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2014

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por títulos para o cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, a serem contratados, por tempo determinado.

Das inscrições: estarão abertas no período de 5 de junho a 4 de julho de 2014, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Atalípio Magarinos, 326, Centro, Concórdia, SC.

Das vagas: 1 (uma) vaga para Técnico de Enfermagem do SAMU.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores, no mural da Secretaria Municipal de Saúde e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 20 de maio de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Convênio Nº 2/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2014 - FIA
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor ADIR JOÃO SOMARIVA.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do projeto "Bombeiros Mirins e Aspirantes", que objetiva auxiliar adolescentes, com um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores concretos relativos às atividades e práticas da área bomberil.

VALOR: R\$ 46.944,90.

PRAZO: 31 de dezembro de 2014, a partir da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 20/05/2014

Extrato do Convênio Nº 5/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 5/2014 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e o ESPORTE CLUBE CANARINHO, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, representado pelo seu Presidente, senhor ROBERTO GUILHERME DETONI.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do projeto "Formando Cidadão Atleta", que objetiva promover atividades esportivas com crianças e adolescentes, agregando o ensino de valores e a formação para o exercício da cidadania.

VALOR: R\$ 37.000,00

PRAZO: 31 de dezembro de 2014, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2014

Extrato do Convênio Nº 6/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 6/2014 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXÍLIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, representada pela sua Presidente, senhora NÁDIA INÊS GRAPEGGIA ZOLET.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do Projeto Alimentação Saudável: Qualidade de Vida, que objetiva conscientizar e introduzir a prática de novos hábitos saudáveis na alimentação das crianças, proporcionando um ambiente adequado e funcional para a realização das refeições.

VALOR: R\$ 30.259,30

PRAZO: 31 de dezembro de 2014, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2014

Extrato do Convênio Nº 32014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 3/2014 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e o CLUBE CONCORDIENSE DE XADREZ, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.575/0001-01, representado pelo seu Presidente, senhor GILMAR DURANTE.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do Projeto Xadrez Social, com o objetivo de oportunizar o acesso ao conhecimento do xadrez que é jogo de raciocínio lógico, contribuindo assim com a inclusão social através dos tabuleiros proporcionando minimizar a violência infantil.

VALOR: R\$ 8.661,00

PRAZO: 31 de dezembro de 2014, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2014

Extrato do Convênio Nº 1/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2014 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do projeto Aquisição de equipamentos para o desenvolvimento motor e sensorial dos educandos atendidos pela APAE de Concórdia - Uma ação interdisciplinar, com o objetivo de adquirir equipamentos que possam ser utilizados para fins de educação e reabilitação motora e sensorial das Pessoas com Deficiência atendidas pela APAE.

VALOR: R\$ 49.815,65

PRAZO: 31 de dezembro de 2014, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2014

Extrato do Convênio Nº 4 2014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 4/2014 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, representada pelo seu Procurador, senhor VOLMIR ROBERTO PI-COLOTO.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do projeto Briquedoteca tem o objetivo de proporcionar a permanência de internação mais amena, humanizada além da garantia dos direitos especiais de acordo com a Lei 8.069/1990.

VALOR: R\$ 4.228,50

PRAZO: 31 de dezembro de 2014, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2014

Extrato do Convênio Nº 15/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15/2014

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, representada pelo seu Diretor Administrativo, senhor ÉDIO SANTO ROSSET.

OBJETO: Conjunção de esforços, objetivando propiciar o atendimento nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, de até 100 (cem) crianças, filhas de funcionários da CONVENIENTE, na faixa etária de 45 (quarenta e cinco) dias a 5 (cinco) anos de idade.

PRAZO: Até 31.12.2014, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 24 de abril de 2014.

Lei Complementar Nº 669

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 669, DE 9 DE MAIO DE 2014.

Altera expressão constante no inciso II, do art. 1º, da Lei Complementar nº 634, de 20 de março de 2013, que autoriza concessão de incentivos fiscais a empresa Passarela Center Ltda.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterada a expressão: "CNPJ sob nº 03.107.202/0001-25", para "CNPJ sob nº 03.107.202/0006-30", constante no inciso II, do art. 1º, da Lei Complementar nº 634, de 20 de março de 2013, que autoriza concessão de incentivos fiscais a empresa Passarela Center Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de maio de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Lei Complementar Nº 670

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 670, DE 9 DE MAIO DE 2014.

Revoga o inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e alteração, que dispõem sobre a organização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - SMDC; instituem o Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, a Comissão Permanente de Normatização - CPN, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD e o Conselho Gestor do FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica revogado o inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e alteração, que dispõem sobre a organização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - SMDC; instituem o Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, a Comissão Permanente de Normatização - CPN, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD e o Conselho Gestor do FMDD.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de maio de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Edital de Credenciamento Nº 1/2014 - Fmc FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014 - FMC

Objeto: Credenciamento de empresas do ramo alimentício para comercialização de alimentos conforme tabela padrão anexo "B" do edital, durante a realização do Festival Canto Livre 2014, nos dias 11 e 12 julho de 2014, no Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, em conformidade com Anexo "A" do edital.

Tipo: Credenciamento universal à todos os interessados à partir das 8 horas do dia 22/05/2014 até as 17 horas do dia 24/06/2014.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na CULTURA, situada à Rua Abramo Eberle, nº 322, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3442-3930.

Concórdia, SC, 21 de maio de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor/Superintendente da FMC

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 13/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2014- PMC

Objeto: Aquisição de um Caminhão 4x4, um Tanque para caminhão comboio, e um Caminhão 4x2, novos, de fabricação nacional do ano de 2014, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 09/06/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 09/06/2014 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 21 de maio de 2014.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal da SEMADRA

Coronel Freitas

PREFEITURA

Lei 1985

LEI MUNICIPAL N. 1.985, 28 de março de 2014.

Dá nova vigência ao anexo II da Lei 1.245/01 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O anexo II da Lei 1.245 de 21 de dezembro de 2001, que define a Tabela de Vencimentos dos Servidores Efetivos do Município passa a vigorar na seguinte forma:

"ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS

NÚMERO ESPECIFICAÇÃO DO GRUPO	NÍVEL	VALOR	HORAS
GRUPO I	1	1.058,90	40 hs
SERVIÇOS GERAIS - SEG	2	1.058,90	40 hs
	3	1.075,33	40 hs
	32	851,99	20 hs
GRUPO II	4	1.058,90	40 hs
SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOP	5	1.200,91	40 hs
	6	1.287,40	40 hs
	7	1.533,45	40 hs
	8	1.641,01	40 hs
	9	2.647,21	40 hs
GRUPO III	10	1.549,81	40 hs
	11	1.526,03	40 hs
SERVIÇOS AUXILIARES - SAL	12	1.692,32	40 hs
GRUPO IV	13	1.691,15	40 hs
	14	2.035,55	40 hs
TÉCNICO PROFISSIONAL - TEP	15	2.598,61	40 hs
GRUPO V	16	1.658,02	20 hs
TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC	17	2.735,39	40 hs
	18	2.577,02	20 hs
	19	3.333,46	40 hs
	20	3.175,09	20 hs
	21	5.754,36	40 hs
	22	5.754,36	20 hs
	23	11.508,75	40 hs
	24	942,30	20 hs
	25	1.884,60	40 hs
	33	5.154,04	40 hs
	34	1.587,54	20 hs
GRUPO VI - MAGISTÉRIO NÍVEL MÉDIO (MAG)	26	848,50	20 hs
	27	1.697,00	40 hs
GRUPO VII - MAGISTÉRIO NÍVEL SUPERIOR (MAG)	28	622,92	10 hs

	29	1.245,83	20 hs
	30	2.491,65	40 hs
GRUPO VIII -ESPEC. EM ASSUNTOS EDUC. (EAE)	31	2.490,14	40 hs
TABELA DE VALORES PARA OS CARGOS DE ACTS			
CARGOS	C.HORARIA	VENCIM.	
PROFESSOR MAGISTÉRIO	20	848,50	
	40	1.697,00	
	10	561,23	
PROFESSOR NIVEL SUPERIOR	20	1.122,45	
	40	2.244,89	
AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	40	1.058,90	
MONITOR SOCIAL	40	1.105,97	
MÉDICO	40	11.508,75	
ODONTÓLOGO	40	6.350,24	

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1986

LEI MUNICIPAL Nº 1.986, 10 de abril de 2014.

Autoriza o Prefeito Municipal a Conceder Subvenção Social a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Coronel Freitas, para os fins que Menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Freitas – APAE, CNPJ nº 78.481.611/0001-96, no valor de R\$ 118.661,76 (cento e dezoito mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), pagos em 09 (nove) parcelas iguais de R\$ 13.184,64 (quatro mil, quinhentos e vinte reais), de abril a dezembro de 2014, conforme rege o artigo 16 da Lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção, prevista no art. 1º desta Lei, destina-se a dar suporte nas despesas com atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor.

Art. 3º. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Freitas – APAE, deverá prestar contas ao município da efetiva aplicação da subvenção no objeto mencionado no art. 2º desta Lei, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único – o não cumprimento do disposto neste artigo importará na devolução integral da subvenção, com valor atualizado, ao Município.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correção por conta da dotação orçamentária vigente. na Ação: 2.091 - elemento: 3.3.50.0000000000.01.1064 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1987

LEI MUNICIPAL Nº 1.987, 10 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 118.661,76 (cento e dezoito mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0019 - Saúde para todos
Ação: 2.091 - Manutenção do fundo municipal de saúde
Elemento: 3.3.50.0000000000.01.1064 - Atenção Básica
R\$ 118.661,76

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do possível excesso de arrecadação na DR. 01.1064 - Atenção Básica.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1988

LEI MUNICIPAL Nº. 1.988, 10 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura
Função: 13 - Cultura

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção

Ação: 2.023 - Manutenção do Departamento da Cultura

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 33.500,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura
Função: 13 - Cultura

Sub-função: 126 - Tecnologia da Informatização

Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção

Ação: 1.021 - Aquisição de Computadores e Instalação da Internet
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura
Função: 13 - Cultura
Sub-função: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa: 0006 - Cultura - Arte através da História, Emoção

Ação: 2.021 - Manutenção e Ampliação do Acervo do Museu

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 4.500,00.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 4.500,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura
Função: 13 - Cultura
Sub-função: 695 - Turismo

Programa: 0006 - Cultura Arte através da História, Emoção
Ação: 2.022 - Organizar os Pontos Turísticos do Município
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários -
R\$ 4.000,00.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 15.500,00.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 10 de abril de 2014.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do
centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1989

LEI MUNICIPAL Nº 1.989, 10 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇÁ-
MENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Es-
tado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a
abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do
exercício de 2013, no orçamento vigente do município, no valor
de R\$ 144.488,16 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos
e oitenta e oito reais e dezesseis centavos), conforme a seguir
discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urba-
nos
Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 13 - Estradas Vicinais
Ação: 2.044 - Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas
Vicinais
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.16 - Contribuição de Interven-
ção do Domínio Econômico - R\$ 913,29.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.44 - Fundo Especial do Petróleo
R\$ 7.484,85.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urba-
nos
Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos
Função: 25 - Energia
Sub-função: 752 - Energia Elétrica
Programa: 18 - Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.049 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.17 - Contribuição Para o Custeio
dos Serviços de Utilidade Pública - R\$ 471,49.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urbanos
Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 182 - Defesa Civil
Programa: 17 - Trânsito Seguro
Ação: 2.048 - Manutenção do Convênio do Trânsito
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.54 - Convênio Transito Militar
- R\$ 3.799,04.
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.54 - Convênio Transito Militar
- R\$ 9.000,00.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.55 - Convênio Transito Civil -
R\$ 3.723,28.
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.55 - Convênio Transito Civil -
R\$ 4.000,00.
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.56 - Convênio Transito Prefeitu-
ra - R\$ 1.444,06.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.56 - Convênio Transito Prefeitu-
ra- R\$ 4.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.008 - Merenda Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.60 - Programa Nacional de Ali-
mentação Escolar - PNAE - R\$ 604,64.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.61 - Programa Nacional de
Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - R\$ 17,52.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 1.011 - Ampliação e Reformas da Rede Física do Ensino
Infantil/Fundamental

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.58 - Salário Educação -
R\$ 30.000,00.

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.58 - Salário Educação -
R\$ 59.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 365 - Educação Infantil
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.019 - Manutenção da Educação Infantil

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.58 - Salário Educação -
R\$ 20.029,99.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que
trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro
apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme
decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1990

LEI MUNICIPAL Nº. 1.990, 15 de abril de 2014.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM O SAGA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o SAGA - Instituto de Desenvolvimento Regional, com recursos financeiros na ordem de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), estipulados conforme tabela de contribuições definida pelo próprio instituto, visando o assessoramento na elaboração e execução de projetos técnicos, na implantação do serviço de inspeção municipal, fornecimento de códigos de barras para agroindústrias e disciplinares de produção de produtos como: suínos e derivados, leite e derivados, a cana de açúcar e derivados, avicultura, horticultura e outros, além de outras ações voltadas ao desenvolvimento sócio econômico do Município e Região.

Parágrafo único. O valor constante no caput deste artigo poderá ser alterado mediante Decreto do Poder Executivo, de acordo com a Tabela de Contribuições do Instituto Saga, cuja aprovação se dá nas Assembléias Gerais do próprio Instituto.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente de cada exercício.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1991

LEI MUNICIPAL Nº. 1.991, 15 de abril de 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a Confederação Nacional de Municípios - CNM, entidade nacional de representação dos Municípios Federação Catarinense de Municípios - FECAM, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; bem como a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, entidade regional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Coronel Freitas/SC junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

I - Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública municipal;

III - representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;

IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º. Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a(s) entidades(s) em valores mensais a serem estabelecidos na Assembléia Geral anual da mesma.

Parágrafo único - As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembléias Gerais.

Art. 4º. Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei N. 1.613/2008.

Gabinete do Prefeito
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei1992

LEI MUNICIPAL Nº. 1.992, 15 de abril de 2014.

Revoga a Lei Municipal Nº 1.860/2012 - Que Altera a projeção de Chácara e Ruas.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica integralmente revogada a Lei Municipal Nº 1.860/2012, de 24/04/2012, que altera a projeção da chácara N. 73, terrenos N. 1 e 2, e a projeção de suas ruas e acessos a chácara.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1993

LEI MUNICIPAL Nº. 1.993, 15 de abril de 2014.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE CORONEL FREITAS - PARA OS FINS QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção social a Associação dos Universitários de Coronel Freitas, CNPJ nº 07.649.115/0001-50, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais a partir do mês de março até dezembro de 2014.

§ 1º. O valor expresso no "caput" deste artigo destina-se a auxiliar no pagamento do transporte aos estudantes.

§ 2º. Compete a Associação fornecer a lista de estudantes a Administração, cuja condição deverá ser comprovada semestralmente através de atestado de frequência, fornecido pela instituição de ensino.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1994

LEI MUNICIPAL Nº 1.994, 15 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2013, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 101.800,00 (cento e um mil e oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Unidade: 11.01- Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 031 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço
Ação: 1.072 - Implantação de Incubadora e condomínios empresariais
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.89 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas - R\$ 101.800,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1995

LEI MUNICIPAL N. 1.995, 22 de abril de 2014.

Autoriza o Prefeito Municipal a Conceder Subvenção Social, ao Centro de Tradições Gaúchas Mate Amargo de Coronel Freitas, para os Fins que Menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção social, ao Centro de Tradições Gaúchas Mate Amargo de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.437.954/0001-65, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme rege o artigo 16 da Lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção, prevista no art. 1º desta Lei, destina-se à cooperação financeira do Poder Público para dar suporte nas despesas da realização do XVII Rodeio Crioulo Interestadual do Centro de Tradições Gaúchas.

Art. 3º. A presente subvenção tem como finalidade o incentivo para o desenvolvimento de projetos culturais de interesse do Município.

Art. 4º. O Centro de Tradições Gaúchas Mate Amargo de Coronel Freitas deverá prestar contas ao Município da efetiva aplicação da subvenção no objeto mencionado no art. 2º desta Lei, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - o não cumprimento do disposto neste artigo importará na devolução integral da subvenção, com valor atualizado, ao Município.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
22 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1996

LEI MUNICIPAL Nº. 1.996, 28 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 148.750,00 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 108.750,00.

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.0002 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativo R\$ 40.000,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 03 - Administração Geral

Ação: 0.000 - Amortização de Dívidas Precatórios e Sentenças Judiciais,

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00.

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.0000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 22 - Programa Saúde da Família

Ação: 1.081 - Construção do ESF-IV

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 1.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 22 - Programa Saúde da Família

Ação: 1.082 - Ampliar, Reformar e Manter as Unidades de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 1.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 2.500,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde pra Todos

Ação: 1.085 - Construção da garagem para Veículos da Saúde

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos
R\$ 30.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.084 - Manutenção do Programa das ACS

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 7.500,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Vigilância da Saúde

Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos
R\$ 10.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 10.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 32 - Saúde Mental

Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 36.750,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

28 de abril de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1997

LEI MUNICIPAL Nº. 1.997, 28 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro em 2013 no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 302.904,91 (trezentos e dois mil, novecentos e quatro reais e noventa e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Vigilância em Saúde

Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 22.110,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 22 - Programa Saúde da Família

Ação: 1.081 - Construção do ESF IV

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 20.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 45.992,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 32 - Saúde Mental
Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 6.411,50.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.083 - Aquisição de Medicamentos
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0067 - Assistência Farmacêutica Básica - R\$ 49.066,63.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 13.994,39.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 52.612,53.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar R\$ 5,14.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Vigilância em Saúde
Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0366 - Vigilância em Saúde R\$ 47.712,72.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.084 - Manutenção do Programa das ACS

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0064 - Atenção Básica - R\$ 15.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 21 - Saúde Bucal
Ação: 2.102 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 30.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
28 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1998

LEI MUNICIPAL Nº. 1.998, 28 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO EM 2013, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro em 2013 no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 177.800,00 (cento e setenta e sete mil e oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 100.000,00.

Elemento: 3.3.71.0000000000.03.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 7.800,00.

Elemento: 3.3.50.0000000000.03.0002 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 70.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

28 de abril de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1999

LEI MUNICIPAL Nº. 1.999, 07 de maio de 2014.

DISPÕES SOBRE VENDA ATRAVÉS DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DA MUNICIPALIDADE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a vender através de leilão, por hasta pública, a ser realizado no parque de máquinas da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Guaporé, centro, os bens móveis da municipalidade a seguir relacionados:

I - Ônibus Escolar, ano 1992, modelo 1992, Placa BWU 5154, Chassis 9BM384088NB937634, Marca Mercedes Bens, Modelo MB 1318, valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

II - VW Kombi ano 2005/modelo 2006, placa MFV 2452, Chassis 9BWGB07X96P005831, valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

III - VW Gol Special 1.0 ano/modelo 2002/2003 placa MFX - 8610, N. patrimonial 3269, valor mínimo de R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

IV - Tanque em inox para coleta de leite, fixado sobre estrutura metálica com capacidade de armazenagem de 9000 (nove mil litros), valor mínimo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

V - VW Kombi ano/modelo 1999/1999, placa MEH - 3120, N.

patrimonial - 3906, valor mínimo de R\$6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais).

VI - Eixo de carretão contendo quatro cubos, valor mínimo de R\$ 700,00 (setecentos reais).

VII - Veículo GM Corsa -Pick-up ST, ano 2002/2002, Placa MBM 5934, Chassi N. 9BGST80N02B176143, valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º. Os recursos financeiros arrecadados com a venda dos bens mencionados no artigo 1º deverão ser aplicados exclusivamente na aquisição de um veículo com no mínimo sete ou nove lugares/passageiros, direção hidráulica, para uso da Secretaria de Educação para transportar servidores da educação em viagens de cursos, entrega de material (escolar, esportivo, limpeza) merenda escolar.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

07 de maio de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

Lei 2000

LEI MUNICIPAL Nº 2.000, 07 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA, AUTORIZA REORDENAMENTO DE QUADRA E UNIFICAÇÃO DE LOTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar da categoria de bens públicos de uso comum para a categoria de bens públicos dominiais parte da travessa N. 01, localizado na localidade de Simões Lopes, conforme anexo I.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reordenar a quadra N. 72, unificando a área desafetada ao lote 01, localizado na localidade de Simões Lopes conforme anexo II.

Art. 3º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

07 de maio de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 2001

LEI MUNICIPAL Nº. 2.001, 08 de maio de 2014
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ÓRGÃO MUNICIPAL EXECUTIVO DE TRÂNSITO, DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO - JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Setor Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário, para exercer as competências do artigo 24, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º. Compete ao Setor Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, controle e análise de estatística conforme exigido na Resolução n.º 296/2008- CONTRAN.

Art. 3º. A estrutura do Setor Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário será regulamentada por meio de regimento interno, especificando as atribuições e responsabilidades do órgão.

Art. 4º. Cabe ao responsável pelo Setor Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário atuar com autoridade de trânsito municipal.

Art. 5º. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.

Art. 6º. Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI vinculada ao Setor Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário.

Art. 7º. A JARI terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal, observado o disposto no inciso VI, do art. 12, do CTB e apoio administrativo e financeiro do Setor Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário.

Art. 8º. Compete a JARI:

- julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
- encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre os problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 9º. A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio de escolaridade;

II - 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impõe a penalidade;

III - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área.

§ 1º. O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º. É facultada à suplência;

§ 3º. É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de trânsito - CETRAN ou o Conselho de Trânsito de Santa Catarina.

Art. 10. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Art. 11. JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 12. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2014.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Lei 2002

LEI MUNICIPAL Nº. 2.002, 08 de maio de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2013, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, no valor de R\$ 86.766,21 (oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 24 - Proteção Social Especial de Média Complexidade
Ação: 2.064 - Serviços de Proteção Social para pessoas deficientes, idosos
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0049 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - R\$ 15.743,54.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 24 - Proteção Social Especial de Média Complexidade
Ação: 2.065 - Manutenção do Programa PETI
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - R\$ 10.220,18.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 26 - Atenção Integral a Família
Ação: 2.073 - Manutenção do CRAS/PAIF
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 9.752,33.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 16.200,00.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 26 - Atenção Integral a Família
Ação: 2.072 - Gestão SUAS IGDE-SUAS
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 5.898,23.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 13.809,72.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 26 - Atenção Integral a Família
Ação: 2.070 Gestão Cadeúnico - IGDM
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 6.354,79.
Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 23 - Proteção Social Básica
Ação: 2.105 - Manutenção da Assistência Social
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0053 - Transferências de Convênios - R\$ 2.098,46.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 25 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Ação: 2.067 - Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0053 - Transferências de Convênios - R\$ 4.302,54.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0053 - Transferências de Convênios - R\$ 2.386,42.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

08 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6740

DECRETO Nº 6.740, 19 de março de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na lei Municipal N. 1.975/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro do exercício de 2013, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0019 - Saúde para todos
Ação: 2.083 - Aquisição de medicamentos
Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.02 - Receitas de Impostos e de transferência de impostos - R\$ 5,000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
19 de março de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6741

DECRETO Nº. 6.741, 26 de março de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 21/2014 - Convite N. 09/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 12.991,00 (doze mil, novecentos e noventa e um reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
26 de março de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6742

DECRETO Nº. 6.742, 26 de março de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR DOTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na lei Municipal N. 1.975/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 9.555,30 (nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças
Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - Administração Geral
Ação: 2.088 - Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições
Do elemento: 3.3.71.0000000000.0.1.00 - Recursos Ordinários - R\$ 7.826,30.
Do elemento: 4.4.71.0000000000.0.1.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.729,00.
Para elemento: 3.1.71.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 9.555,30.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
26 de março de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6743

DECRETO Nº 6.743, 28 de março de 2014.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Tania Márcia Rees, do cargo de auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo decreto nº. 4.536/2008, edital de concurso público N. 001/2007, a partir de 31 de março de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
28 de março de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto 6744

DECRETO Nº 6.744, 31 de março de 2014.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de abril de 2014, o cargo de professora de ensino fundamental, ocupado pela servidora pública municipal Maristela Lunardi Daniel, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS,

conforme benefício nº. 1660625553, e de acordo com o art. 32, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.241/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
31 de março de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto 6745

DECRETO Nº 6.745, 01 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto no Art. 172, parágrafo 2º da Lei Municipal Nº. 1.241/01, de 20/12/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Freitas;

Considerando o requerimento solicitando a complementação de aposentadoria:

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida complementação de aposentadoria a Maristela Lunardi Daniel, servidora pública municipal, enquadrada no cargo de professora de ensino fundamental, aposentada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1660625553.

Art. 2º. Fica obrigado o aposentado apresentar mensalmente ao setor de pessoal da prefeitura municipal, o comprovante de recebimento dos proventos de aposentadoria fornecido pelo INSS, para fins de apuração da complementação devida.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
01 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto 6746

DECRETO Nº. 6.746, 02 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 23/2014 - Convite N. 10/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Britagem Bilhar Ltda, no valor de R\$ 76.077,80 (setenta e seis mil, setenta e sete reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
02 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6747

DECRETO Nº. 6.747, 02 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 22/2014 - Pregão Presencial N. 04/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Cesar Augusto Barella, no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
02 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6748

DECRETO Nº. 6.748, 02 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR DOTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na lei Municipal N. 1.975/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças
Unidade: 02 - Departamento de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - Administração Geral
Ação: 2.088 - Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições
Do elemento: 3.3.71.0000000000.01.0000 - Recursos Ordinários - R\$ 12.000,00.
Para elemento: 3.1.71.0000000000.01.0000 - Recursos Ordinários - R\$ 12.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
02 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6749

DECRETO Nº. 6.749, 08 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Jucilaine Bortolosso, para o cargo de Diretora do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 10 de abril de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento

vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.702/2014.

Gabinete do Prefeito,
08 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6750

DECRETO Nº. 6.750, 08 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Priscila Stanga, para o cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 10 de abril de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.705/2014.

Gabinete do Prefeito,
08 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6751

DECRETO Nº. 6.751, 09 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2014 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 04/2014 - Pregão Presencial N. 03/2014 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Dental Oeste Ltda-Me, 3, 12, 39, 40, 41, 45, 49, 51, 69, 70, 79, 89, 95, 111, 112, 116, 117, 121, no valor de R\$ 13.034,14 (treze mil, trinta e quatro reais e quatorze centavos); Fusão Comercio de Produtos Odontológicos Ltda - Me, com os itens 1, 4, 8 a 10, 27 a 32, 38, 43, 46 a 48, 52, 54, 57, 59, 62, 63, 66, 71, 74 a 78, 83 a 86, 90 a 92, 97, 98, 101 a 104, 106, 109, 114, 118, no valor de R\$ 13.173,78 (treze mil, cento e setenta e três reais e setenta e oito centavos); La Dalla Porta Júnior, com os itens 2, 7, 13, 14, 44, 50, 55, 56, 58, 64, 65, 67, 72, 73, 80 a 82, 87, 99, 105, 107, 113, 115, 119, 122, 123, 126, no valor de R\$ 16.123,43 (dezesesseis mil, cento e vinte três reais e quarenta e três centavos); Odontooeste Ltda Me, com os itens 5, 6, 11, 15 a 26, 33 a 37, 42, 53, 60, 61, 68, 88, 93, 94, 96, 100, 108, 110, 120, 124, 125, 127, no valor de R\$ 15.299,55 (quinze mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
09 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6752

DECRETO Nº 6.752, 10 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.987/2014.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 118.661,76 (cento e dezoito mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Saúde para todos

Ação: 2.091 - Manutenção do fundo municipal de saúde

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.1064 - Atenção Básica
R\$ 118.661,76

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do possível excesso de arrecadação na DR. 01.1064 - Atenção Básica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
10 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6753

DECRETO Nº. 6.753, 10 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.988/2014.;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção

Ação: 2.023 - Manutenção do Departamento da Cultura

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 33.500,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-função: 126 - Tecnologia da Informatização

Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção

Ação: 1.021 - Aquisição de Computadores e Instalação da Internet
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura
Função: 13 - Cultura
Sub-função: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa: 0006 - Cultura - Arte através da História, Emoção

Ação: 2.021 - Manutenção e Ampliação do Acervo do Museu

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 4.500,00.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 4.500,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura
Função: 13 - Cultura
Sub-função: 695 - Turismo
Programa: 0006 - Cultura Arte através da História, Emoção
Ação: 2.022 - Organizar os Pontos Turísticos do Município
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários -
R\$ 4.000,00.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários
R\$ 15.500,00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
10 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6754

DECRETO Nº 6.754, 10 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.989/2014.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2013, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 144.488,16 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 13 - Estradas Vicinais
Ação: 2.044 - Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - R\$ 913,29.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.44 - Fundo Especial do Petróleo - R\$ 7.484,85.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos
Função: 25 - Energia
Sub-função: 752 - Energia Elétrica
Programa: 18 - Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.049 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.17 - Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Utilidade Pública - R\$ 471,49.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 182 - Defesa Civil
Programa: 17 - Trânsito Seguro
Ação: 2.048 - Manutenção do Convênio do Trânsito
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.54 - Convênio Transito Militar - R\$ 3.799,04.
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.54 - Convênio Transito Militar - R\$ 9.000,00.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.55 - Convênio Transito Civil - R\$ 3.723,28.
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.55 - Convênio Transito Civil - R\$ 4.000,00.
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.56 - Convênio Transito Prefeitura - R\$ 1.444,06.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.56 - Convênio Transito Prefeitura - R\$ 4.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.008 - Merenda Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - R\$ 604,64.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - R\$ 17,52.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 1.011 - Ampliação e Reformas da Rede Física do Ensino Infantil/Fundamental

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.58 - Salário Educação - R\$ 30.000,00.

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.58 - Salário Educação - R\$ 59.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 012 - Educação
Sub-função: 365 - Educação Infantil
Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.019 - Manutenção da Educação Infantil

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.58 - Salário Educação - R\$ 20.029,99.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
10 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6755

DECRETO Nº. 6.755, 11 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Marcelo José Ritter, para o cargo de Diretor do Departamento de Compras, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 11 de abril de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
11 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6756

DECRETO Nº. 6.756, 11 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 26/2014 - Pregão Presencial N. 07/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Maravi-máquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda-Me, no valor de R\$ 91.165,46 (noventa e um mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
11 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6757

DECRETO Nº. 6.757, 11 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 24/2014 - Pregão Presencial N. 05/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Absoluto Distribuidora Ltda_me, com os itens 1 a 5, 9,10, 12 a 15, 18, 20, 23 a 26, 29 a 33, 39, 79, no valor de R\$ 119.776,25 (cento e dezenove mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos); Nutriport Comercial Ltda, com os itens 36 e 37, no valor de R\$ 822,50 (oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos); Panificadora Avenida Eireli - Me, com os itens 117 a 122, no valor de R\$ 66.845,00 (sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais); SCS Comércio Ltda, com os itens 6 a 8, 11, 16, 17, 19, 21, 22, 27, 28, 34, 35, 38, 40 a 78, 80 a 116, no valor de R\$ 318.766,69 (trezentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
11 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6758

DECRETO Nº. 6.758, 14 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Deiziane Camargo, para o cargo de Chefe do Setor de Transportes, nível CC-1, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 14 de abril de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
14 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6759

DECRETO Nº. 6.759, 14 de abril de 2014.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 17 de abril a partir das 12H00, exceto a secretaria de educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
14 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6760

DECRETO Nº. 6.760, 14 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 35/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 09/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Aribertinho Zanardi, no valor de R\$ 19.848,00 (dezenove mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
14 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6761

DECRETO Nº. 6.761, 14 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 36/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 10/2014, na sua exata ordem de

classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Gilberto João Zanella, no valor de R\$ 19.209,00 (dezenove mil, duzentos e nove reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
14 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6762

DECRETO Nº. 6.762, 15 de abril de 2014.

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.
DECRETA

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome da servidora pública municipal Marcia Matilde Ferreira, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula n. 84, para o exercício de 18/04/2014 18/05/2014, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. A referida despesa devera ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para manutenção das atividades de administração do município.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.003

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00

Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do

uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6763

DECRETO Nº. 6.763, 15 de abril de 2014.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2014, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.
DECRETA

Art. 1º. Designar o servidor Municipal Marcelo José Ritter, matrícula nº. 1296. CPF nº. 046.850.579-29, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Compras, para atuar como Pregoeiro Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o exercício de 2014.

Art. 2º. Designar a servidora Priscila Stanga, matrícula municipal sob o nº. 1252, CPF nº. 066.146.999-97, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças, para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Clarice Ana Tessaro Zucco, matrícula municipal sob o nº. 1255, CPF nº. 753.138.809-00, ocupante do cargo de Diretora de Administração e Finanças.

II - Cassiane Ficagna Carvalho, matrícula municipal sob o nº. 1231, CPF nº. 010.300.929-90, ocupante do cargo de Técnico em Administração.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em

especial o decreto N. 6.674/2014.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6764

DECRETO Nº 6.764, 15 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.994/2014.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2013, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 101.800,00 (cento e um mil e oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Unidade: 11.01- Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 031 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço
Ação: 1.072 - Implantação de Incubadora e condomínios empresariais
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.89 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas - R\$ 101.800,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6765

DECRETO Nº. 6.765, 15 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 41/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 15/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Celso Carlos Leites, no valor de R\$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6766

DECRETO Nº. 6.766, 15 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 37/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 11/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Luiz Antonio Marchioro, no valor de R\$ 12.166,50 (doze mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6767

DECRETO Nº. 6.767, 15 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 38/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 12/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Juraci Maria Terribille Hunnig, no valor de R\$ 19.867,00 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e sete reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6768

DECRETO Nº. 6.768, 15 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 39/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 13/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Claudio Bonissoni, no valor de R\$ 15.137,00 (quinze mil, cento e trinta e sete reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6769

DECRETO Nº. 6.769, 15 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 40/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 40/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 14/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Vindelino Zanela, no valor de R\$ 9.665,00 (nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6770

DECRETO Nº. 6.770, 15 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 42/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 16/2014, na sua exata ordem de

classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Nilva Bombassaro Sartori, no valor de R\$ 6.928,50 (seis mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6771

DECRETO Nº. 6.771, 15 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 25/2014 - Pregão Presencial N. 06/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, com os itens 1, 3 a 6, 8, 11, 13 a 27,30 a 50, 52 a 75, no valor de R\$ 52.057,82 (cinquenta e dois mil, cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos); SCS Comércio Ltda, com os itens 7 e 51, 542,20 (quinhentos e quarenta e dois reais e vinte centavos); Siprolimp - Simionato Produtos de Limpeza Ltda-Me, com os itens 2, 9, 10, 12, 28, 29 e 76, no valor de R\$ 6.701,00 (seis mil, setecentos e um reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6772

DECRETO Nº. 6.772, 16 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 29/2014 - Pregão Presencial N. 09/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
16 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6773

DECRETO Nº. 6.773, 16 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 43/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 17/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Vanderlei Luiz Dambros, no valor de R\$ 15.041,34 (quinze mil, quarenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
16 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6774

DECRETO Nº. 6.774, 16 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 44/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 44/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 18/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Ademir Sady Pagliochi, no valor de R\$ 4.953,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
16 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6775

DECRETO Nº. 6.775, 16 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 45/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 19/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares, no valor de R\$ 122.975,60 (cento e vinte e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
16 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6776

DECRETO Nº. 6.776, 16 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 46/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 20/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Quilombo - Coperaqui, no valor de R\$ 98.028,75 (noventa e oito mil, vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
16 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6777

DECRETO Nº. 6.777, 22 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 30/2014

- Pregão Presencial N. 10/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Gambatto Veículos Ltda, no valor de R\$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
22 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6778

DECRETO Nº. 6.778, 22 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 32/2014 - Pregão Presencial N. 12/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 9.196,00 (nove mil, cento e noventa e seis reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
22 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6779

DECRETO Nº 6.779, 23 de abril de 2014.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de maio de 2014, o cargo de assistente administrativo, ocupado pela servidora pública municipal Dulce Lucia Brisot, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1669293294, e de acordo com o art. 32, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.241/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
23 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6780

DECRETO Nº. 6.780, 23 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2014- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 05/2014 - Pregão Presencial N. 04/2014- FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Dental Oeste Ltda-Me, com os itens 1, 3, 18, 20 21, 23, 26, 29, 32, 39, 40, 42, 47, 48, 51, 53 a 55, 57, 63, no valor de R\$ 13.512,21 (treze mil, quinhentos e doze reais e vinte e um centavos); La Dalla Porta Júnior, com os itens 13, 16, 22, 31, 35, 49, 56, 60, no valor de R\$ 15.234,45 (quinze mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos); Odontoeste Ltda-Me, com os itens 5 a 9, 12, 14, 24, 28, 44, 62, 64, 66, no valor de R\$ 14.720,40 (quatorze mil, setecentos e vinte reais e quarenta centavos); Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares, com os itens 2, 4, 11, 17, 27, 30, 33, 34, 37, 38, 43, 45, 50, 52, 58, 61, 67, no valor de R\$ 14.453,15 (quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos); Plasmedic - Comércio de Materiais para uso

Médico e Laboratorial Ltda, com os itens 10, 15, 19, 25, 36, 41, 46, 59, 65, no valor de R\$ 12.634,55 (doze mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
23 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6781

DECRETO Nº. 6.781, 24 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 33/2014 - Pregão Presencial N. 13/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, com os itens 1, 2, 25, 26, 28, no valor de R\$ 6.102,20 (seis mil, cento e dois reais e vinte centavos); SCS Comércio Ltda, com os itens 3 a 24, 27, 29, 30 a 38, no valor de R\$ 5.462,42 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
24 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6782

DECRETO Nº. 6.782, 25 de abril de 2014.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 02 de maio de 2014, exceto a secretaria de educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
25 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6783

DECRETO Nº. 6.783, 25 de abril de 2014.
SUSPENDE A PROVA PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO N. 01/2014.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica suspensa a prova para o cargo de auxiliar administrativo, do concurso publico N. 01/2014.

Paragrafo único - A prova referente a este cargo será realizada em data a ser marcada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
25 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6784

DECRETO Nº. 6.784, 28 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.996/2014;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 148.750,00 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 108.750,00.

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.0002 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativo R\$ 40.000,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 03 - Administração Geral

Ação: 0.000 - Amortização de Dívidas Precatórios e Sentenças Judiciais,

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00.

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.0000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 22 - Programa Saúde da Família

Ação: 1.081 - Construção do ESF-IV

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 1.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 22 - Programa Saúde da Família

Ação: 1.082 - Ampliar, Reformar e Manter as Unidades de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 1.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 2.500,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde pra Todos

Ação: 1.085 - Construção da garagem para Veículos da Saúde

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 30.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.084 - Manutenção do Programa das ACS

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 7.500,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Vigilância da Saúde

Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 10.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 10.000,00

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 32 - Saúde Mental

Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 36.750,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
28 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6785

DECRETO Nº. 6.785, 28 de abril de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.997/2014.;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro em 2013 no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 302.904,91 (trezentos e dois mil, novecentos e quatro reais e noventa e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 20 - Vigilância em Saúde
Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 22.110,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 22 - Programa Saúde da Família
Ação: 1.081 - Construção do ESF IV

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 20.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 45.992,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 32 - Saúde Mental
Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 6.411,50.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.083 - Aquisição de Medicamentos
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0067 - Assistência Farmacêutica Básica - R\$ 49.066,63.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 13.994,39.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 52.612,53.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar R\$ 5,14.
Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Vigilância em Saúde
Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0366 - Vigilância em Saúde R\$ 47.712,72.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.084 - Manutenção do Programa das ACS

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0064 - Atenção Básica - R\$ 15.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 21 - Saúde Bucal
Ação: 2.102 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0064 - Atenção Básica R\$ 30.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
28 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6786

DECRETO Nº. 6.786, 28 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.998/2014;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para

abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro em 2013 no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 177.800,00 (cento e setenta e sete mil e oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos
Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 100.000,00.
Elemento: 3.3.71.0000000000.03.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 7.800,00.

Elemento: 3.3.50.0000000000.03.0002 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 70.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
28 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6787

DECRETO Nº 6.787, 29 de abril de 2014.
DISPÕE SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto no Art. 172, parágrafo 2º da Lei Municipal Nº. 1.241/01, de 20/12/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Freitas;

Considerando o requerimento solicitando a complementação de aposentadoria:

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida complementação de aposentadoria a Dulce Lucia Brisot, servidora pública municipal, enquadrada no cargo de assistente administrativo, aposentada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1669293294.

Art. 2º. Fica obrigado o aposentado apresentar mensalmente ao setor de pessoal da prefeitura municipal, o comprovante de

recebimento dos proventos de aposentadoria fornecido pelo INSS, para fins de apuração da complementação devida.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
29 de abril de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto 6788

DECRETO Nº 6.788, 05 de maio de 2014.

Declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Chuvas Intensas e Inundações.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições legais conferidas pelo artigo 60 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- Em decorrência de chuvas intensas ocorrida no dia 30 de abril de 2014, com inundação, atingindo todo o município, conforme mapa e ata N. 02/2014, de 01/05/2014, em anexo ao presente Decreto;
- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento

do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
05 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto 6789

DECRETO Nº. 6.789, 06 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 47/2014 - Pregão Presencial N. 14/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Auto Mecânica Brugalli Ltda-Me, no valor de R\$ 11.681,80 (onze mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
06 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6790

DECRETO Nº. 6.790, 06 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 48/2014 - Pregão Presencial N. 15/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: José Manica e/ou Rosalina Manica, com o item 3, no valor de R\$ 4.280,00 (quatro mil, duzentos e oitenta reais); Luceny Maria Baggio-Me, , no valor de R\$ 21.250,00 (vinte e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
06 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6791

DECRETO Nº. 6.791, 08 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2013 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2002/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2013, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, no valor de R\$ 86.766,21 (oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 24 - Proteção Social Especial de Média Complexidade
Ação: 2.064 - Serviços de Proteção Social para pessoas deficientes, idosos
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0049 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - R\$ 15.743,54.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 24 - Proteção Social Especial de Média Complexidade
Ação: 2.065 - Manutenção do Programa PETI
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - R\$ 10.220,18.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 26 - Atenção Integral a Família
Ação: 2.073 - Manutenção do CRAS/PAIF
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 9.752,33.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 16.200,00.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 26 - Atenção Integral a Família
Ação: 2.072 - Gestão SUAS IGDE-SUAS
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 5.898,23.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 13.809,72.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 26 - Atenção Integral a Família
Ação: 2.070 Gestão Cadeúnico - IGDM
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - R\$ 6.354,79.
Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 23 - Proteção Social Básica
Ação: 2.105 - Manutenção da Assistência Social
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0053 - Transferências de Convênios - R\$ 2.098,46.

Órgão: 15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 25 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Ação: 2.067 - Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0053 - Transferências de Convênios - R\$ 4.302,54.
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0053 - Transferências de Convênios - R\$ 2.386,42.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, conforme decreto nº. 6.668/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
08 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6792

DECRETO Nº. 6.792, 08 de maio de 2014.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 51/2014 - Pregão Presencial N. 17/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Knapp & Cia Ltda, no valor de R\$ 125.492,00 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
08 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6793

DECRETO Nº. 6.793, 09 de maio de 2014.
A PEDIDO EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido da servidora pública municipal Flavia Rolim de Moura, do cargo de Chefe de Gabinete, nomeada pelo decreto nº. 6.659/2014, a partir de 12 de maio de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
09 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6794

DECRETO Nº. 6.794, 09 de maio de 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR DOTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na lei Municipal N. 1.975/2013.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 37.574,60 (trinta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 012 - Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.019 - Manutenção da Educação Infantil

Do Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0058 - Salário Educação - R\$ 37.574,60

Para Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0058 - Salário Educação - R\$ 37.574,60

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
09 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6795

DECRETO Nº. 6.795, 09 de maio de 2014.

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

DECRETA

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome da servidora pública municipal Marcia Matilde Ferreira, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula n. 84, para o exercício de 18/04/2014 18/05/2014, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. A referida despesa devera ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para manutenção das atividades de administração do município.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.003

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00

Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
09 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6796

DECRETO Nº. 6.796, 12 de maio de 2014.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CONVITES, TOMADAS DE PREÇOS, CONCORRENCIAS E LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Julgamento de Convites, Tomadas de Preços, Concorrências e Leilão, da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2014.

Art. 2º. A comissão criada por este Decreto será regida pelo disposto neste ato e pelas normas previstas na Lei Nº. 8.666/93.

Art. 3º. A referida Comissão é formada pelos seguintes membros: Marcelo José Ritter, Cassiane Ficagna Carvalho, Priscila Stanga, Luis Carlos Oss, Paulo Cesar Strada, que sob a presidência do primeiro, designados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 1º. A designação de que trata o caput deste artigo será pelo prazo de 01 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente.

Parágrafo 2º. As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 4º. São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

I - Autuar o processo licitatório quando da sua instauração;

II - registrar os procedimentos nos livros próprios conforme prevê a Lei Federal Nº

8.666/93, de 21/06/93 e 8.883/94, de 08/06/94;

III - elaborar o ato convocatório e a minuta do contrato;

IV - enviar o ato convocatório e a minuta do contrato para apreciação pela assessoria jurídica do Município;

V - providenciar a publicação do ato convocatório;

VI - receber a documentação de habilitação;

VII - julgar a documentação de habilitação;

VIII - julgar as propostas;

IX - após a conclusão do processo licitatório, encaminhar ao Executivo Municipal para homologação.

Art. 5º. A autenticação dos documentos dos processos licitatórios ficam restritos aos membros: Marcelo José Ritter e Priscila tanga.

Art. 6º. As sessões da Comissão Permanente de Licitação serão realizadas na sala de reuniões no paço municipal, sito à Avenida Santa Catarina, 1022, nos dias e horários previstos no ato convocatório do processo licitatório, podendo a Comissão funcionar com somente 03 (três) membros permanentes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.673/2014.

Gabinete do Prefeito,
12 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6797

DECRETO Nº. 6.797, 14 de maio de 2014.
HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Senhor MAURI JOSÉ ZUCCO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado, o resultado da classificação final do CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014, conforme relação a seguir:

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - MICRO ÁREA II						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
36	KRISTIA KAMAR ZUCCO	6,65	0,00	0,00	6,65	1º
316	VANUSA MARTINELLI	5,95	0,00	0,00	5,95	2º
206	SEDINEIA APARECIDA CELLA	5,75	0,00	0,00	5,75	3º
AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - MICRO ÁREA III						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
216	ROSELI ZAMBAN	5,95	0,00	0,00	5,95	1º
ASSISTENTE SOCIAL						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
393	FABIANE RIBEIRO	8,35	0,00	0,00	8,35	1º
68	DANIELE OTONI	8,30	0,00	0,00	8,30	2º
103	WALKIRIA GLANERT MAZETTO	8,10	0,00	0,00	8,10	3º
423	ANA CAROLINA ALVES DA SILVA	8,05	0,00	0,00	8,05	4º
261	PATRICIA VEDANA	7,45	0,00	0,00	7,45	5º

332	MARLOVA GRANDO CIPRIANI	6,95	0,00	0,00	6,95	6º
262	SILVIANE FIORENTIN	6,95	0,00	0,00	6,95	7º
304	JAQUELINE FIGUEIRÓ	6,95	0,00	0,00	6,95	8º
55	VANESSA DE SILVA	6,75	0,00	0,00	6,75	9º
286	FERNANDA DAL SANTO DALL BELLO	6,70	0,00	0,00	6,70	10º
354	JULIANA RODRIGUES DA SILVA	6,60	0,00	0,00	6,60	11º
457	GLADES PFLUCK	6,60	0,00	0,00	6,60	12º
461	ADRIANA INES CHIODI	6,55	0,00	0,00	6,55	13º
166	JOCELEINE ALCERIE BETLINSKI	6,30	0,00	0,00	6,30	14º
204	PATRICIA DOS SANTOS DE BRUM	5,75	0,00	0,00	5,75	15º
440	TATIANE FERNEDA	5,50	0,00	0,00	5,50	16º
251	SONIA DA ROSA LENTZ BELÉM	5,50	0,00	0,00	5,50	17º
90	FAUBIANA CARLA SUTIL DE OLIVEIRA DE CARVALHO	5,50	0,00	0,00	5,50	18º
474	CAMILA OSMARIN	5,40	0,00	0,00	5,40	19º
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
319	NADIR LUDWIG	5,80	0,00	0,00	5,80	1º
212	JULIANO DE PICOLI	5,60	0,00	0,00	5,60	2º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
56	ISABEL MARIA LUVISA	7,90	0,00	0,00	7,90	1º
485	JAQUELINE FERRARI	7,70	0,00	0,00	7,70	2º

109	OLACIR MASCA-RELLO	7,60	0,00	0,00	7,60	3º
62	CARLA REGINA MIORAN-DO	7,05	0,00	0,00	7,05	4º
497	JOAO ANTONIO DA SILVA	7,00	0,00	0,00	7,00	5º
194	HEN-RIQUE OSMAR FERRARI	6,80	0,00	0,00	6,80	6º
41	EDINEIA GALVAGNI	6,80	0,00	0,00	6,80	7º
51	CLEONICE MARIA RIBEIRO SEVERO	6,70	0,00	0,00	6,70	8º
501	RUDENIL-SE RIZZO	6,55	0,00	0,00	6,55	9º
158	MARIA DO CARMO CERVONE ANDRADE	6,50	0,00	0,00	6,50	10º
50	SILVIA FAGUN-DES	6,25	0,00	0,00	6,25	11º
350	MARILDA ROCUM-BACH	6,10	0,00	0,00	6,10	12º
151	MARIA AMÉLIA ALVES DA SILVA	6,05	0,00	0,00	6,05	13º
428	LEODIR REGINA-TO	5,70	0,00	0,00	5,70	14º
58	ITAMA-RA ELIS KLASS-MANN	5,55	0,00	0,00	5,55	15º
170	SILVIA CIRELO	5,50	0,00	0,00	5,50	16º
334	ZENILDA FARIAS	5,45	0,00	0,00	5,45	17º
116	ALINA CLÁUDIA MARAN	5,40	0,00	0,00	5,40	18º
279	MARINES SIQUEIRA	5,40	0,00	0,00	5,40	19º
357	ROBER-TO LUIZ LÁZZARI	5,35	0,00	0,00	5,35	20º
146	LUCIANA DA SILVA	5,20	0,00	0,00	5,20	21º
280	IVANI APARE-CIDA PEREIRA	5,15	0,00	0,00	5,15	22º
237	CLAUDE-TE LUCIA COR-DASSO MATTEI	5,15	0,00	0,00	5,15	23º

38	ARI CARLOS BARRO	5,10	0,00	0,00	5,10	24º
352	ROSANE TERE-ZINHA MOTERLE	5,05	0,00	0,00	5,05	25º
COORDENADOR PEDAGÓGICO						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
365	TÂNIA MARA DE BASTIANI	8,10	0,00	1,00	9,10	1º
298	PATRICIA RODRI-GUES	8,40	0,00	0,00	8,40	2º
397	MARLENE CENTE-NARO FERRO	7,95	0,00	0,40	8,35	3º
71	NEIDE TEREZI-NHA FAE BERNAR-DI	7,80	0,00	0,40	8,20	4º
265	VIVIAN LYS GUOLLO	7,80	0,00	0,00	7,80	5º
481	VANIA SALETE POZZE-BOM MENDES DE OLI-VEIRA	7,80	0,00	0,00	7,80	6º
508	MICHELE LINO DA SILVA	6,45	0,00	0,00	6,45	7º
13	ELISA TALITA ROTAVA	6,30	0,00	0,00	6,30	8º
324	MAYELI DALLA-GASPERI-NA	5,70	0,00	0,40	6,10	9º
168	ELUANA TASSO-NEIRO	6,00	0,00	0,00	6,00	10º
445	JULIANA CHEMIN	6,00	0,00	0,00	6,00	11º
199	ADRIANE MARIA LUZZI TONON	5,55	0,00	0,40	5,95	12º
405	DIERY FABIO PA-LHARINI	5,40	0,00	0,40	5,80	13º
129	TANIA MARCIA REES	5,70	0,00	0,00	5,70	14º
494	JUNIOR CECCATO	5,70	0,00	0,00	5,70	15º
369	ALAN FABIO FA-VARETO	5,55	0,00	0,00	5,55	16º

294	ARLETE REGINA MALA-GUTTI NESPOLO	5,10	0,00	0,40	5,50	17º
221	SUZANA FESTL GASPARIN	5,10	0,00	0,40	5,50	18º
311	VANDA INES CIT-TADELLA PEDROSO	4,95	0,00	0,40	5,35	19º
418	ROSILEI FATIMA GIACO-MINI	5,25	0,00	0,00	5,25	20º
29	KARINE MASCA-RELLO	5,10	0,00	0,00	5,10	21º
140	IVANIA DE ZORZI	5,10	0,00	0,00	5,10	22º

ENFERMEIRO

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
147	MICHELI BORDIG-NON	9,15	0,00	0,00	9,15	1º
149	CLEUZA TERESI-NHA PAG-NUSSAT MALFATTI	8,95	0,00	0,00	8,95	2º
314	MONIA MUCELINI	8,65	0,00	0,00	8,65	3º
362	SANDRA ANDREIA VELOSO	8,65	0,00	0,00	8,65	4º
53	KELI CRISTINA COFSE-VICZ	8,65	0,00	0,00	8,65	5º
409	DHIANE TERRI-BILE	8,50	0,00	0,00	8,50	6º
453	ANA PAULA BARETTA	8,40	0,00	0,00	8,40	7º
135	RUTH BRAUNIG	8,30	0,00	0,00	8,30	8º
496	ILANE ANA CITA-DELLA	8,10	0,00	0,00	8,10	9º
119	CAMILA SOLIGO	8,10	0,00	0,00	8,10	10º
171	SANDRA MARA SCARAN-TO	8,05	0,00	0,00	8,05	11º
520	VANESSA PAULA OSTRO-VSKI	8,05	0,00	0,00	8,05	12º
81	TELMA CLAUDIA VAILATTI	8,05	0,00	0,00	8,05	13º

153	ELOÁ CASSARO	7,80	0,00	0,00	7,80	14º
189	VALDECI GARCIA	7,75	0,00	0,00	7,75	15º
44	SILVANA MARIA PETRY	7,75	0,00	0,00	7,75	16º
381	DENISE BECKER	7,70	0,00	0,00	7,70	17º
284	FABIANE APARECI-DA LUZZI TOZETTO	7,55	0,00	0,00	7,55	18º
450	DIANA AUGUSTA TRES	7,55	0,00	0,00	7,55	19º
432	GENIANA CAROLINE BIZZANI	7,50	0,00	0,00	7,50	20º
473	ROSANE SCHROE-DER	7,50	0,00	0,00	7,50	21º
341	MILENA SCHEFFER KREIN	7,45	0,00	0,00	7,45	22º
21	ROSANE MARIA GERHARD BREIER	7,30	0,00	0,00	7,30	23º
277	VAGNER RODRIGO GROLLE	7,25	0,00	0,00	7,25	24º
207	MARCIELI DA FON-SECA	7,25	0,00	0,00	7,25	25º
195	LUCIANE MARIA LUNARDI	7,25	0,00	0,00	7,25	26º
144	MARISA SCHOUL-TEN FRANZEN	7,20	0,00	0,00	7,20	27º
358	ELISAN-GELA DA SILVA	7,00	0,00	0,00	7,00	28º
156	RAQUEL GRACIANI	6,90	0,00	0,00	6,90	29º
167	ISAURA CANDIDA PROVIN	6,70	0,00	0,00	6,70	30º
145	JAQUE-LYNE DALPONT	6,70	0,00	0,00	6,70	31º
203	CHEILA DE PICOLI	6,65	0,00	0,00	6,65	32º
242	THAYLA JOANA SCHEN-BERGER	6,60	0,00	0,00	6,60	33º
492	VANESSA APARE-CIDA ZANCO PEDROSO	6,55	0,00	0,00	6,55	34º
164	CARINA QUELI SECCO	6,50	0,00	0,00	6,50	35º

235	VANISE MEIRI MEZETTI PUTZEL	6,40	0,00	0,00	6,40	36º
222	LUCIANE SALETE KUC-MANSKI	6,40	0,00	0,00	6,40	37º
127	ROSELI MOCELIN	6,40	0,00	0,00	6,40	38º
321	LAUANA GOTTEMS DEL SENT	6,30	0,00	0,00	6,30	39º
91	TALUANI SOFIA DO NASCIMENTO	6,30	0,00	0,00	6,30	40º
407	GABRIELA MASCHIO	6,15	0,00	0,00	6,15	41º
87	VANESSA CORREA DE MORAES	6,10	0,00	0,00	6,10	42º
35	MIRIAM MARIA CARNIEL	6,10	0,00	0,00	6,10	43º
232	VANESA NALIN	6,05	0,00	0,00	6,05	44º
483	LARISSA DAYANE FURLA-NETTO	6,05	0,00	0,00	6,05	45º
176	RAQUEL MIGNONI	5,90	0,00	0,00	5,90	46º
449	CAROLINA OSMARIN ÁBIDO	5,80	0,00	0,00	5,80	47º
79	RAFAELA CAMANA	5,60	0,00	0,00	5,60	48º
182	RUDIMAR PUTTON	5,45	0,00	0,00	5,45	49º
348	CLAUDETE JANETE BREIER	5,25	0,00	0,00	5,25	50º
480	CLAUCIMARA CRISTIANE BAUMBACH	5,20	0,00	0,00	5,20	51º

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
187	HADLEY CASA-GRANDA	8,60	0,00	0,00	8,60	1º
6	VANESSA BECKER	8,00	0,00	0,00	8,00	2º
296	ALESSANDRA GABRIELE NIEDERLE	7,50	0,00	0,00	7,50	3º
386	THASSIA CAMILA GOLLO	7,20	0,00	0,00	7,20	4º

70	ANGELA ROSSETTO	6,95	0,00	0,00	6,95	5º
12	LUCINÉIA LUZA	6,30	0,00	0,00	6,30	6º
345	BÁRBARA HACK	6,00	0,00	0,00	6,00	7º
342	ALINE BATISTA	5,55	0,00	0,00	5,55	8º
267	BARBARA SCARAVELLI MARIO	5,45	0,00	0,00	5,45	9º
343	ADAIANE MARIA ZENI	5,20	0,00	0,00	5,20	10º
25	ANA PAULA CAVASOTTO	5,15	0,00	0,00	5,15	11º

FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
438	CRISTIANE BIAZI	8,45	0,00	0,00	8,45	1º
396	WILKER AUGUSTO GLANERT MAZETTO	7,75	0,00	0,00	7,75	2º
414	JANAINA BRISOT	7,40	0,00	0,00	7,40	3º
160	MARCELO JOSE RITTER	7,10	0,00	0,00	7,10	4º
495	ANDERSON CARLO PIVA	7,05	0,00	0,00	7,05	5º
220	SEDENIR RIBEIRO DE MELLO	6,80	0,00	0,00	6,80	6º
482	FLÁVIA RUTI MASS	6,50	0,00	0,00	6,50	7º
295	JANESKA RITA POMPEO	6,50	0,00	0,00	6,50	8º
491	FABIANE BALSAN	6,45	0,00	0,00	6,45	9º
39	EIGLON FERNANDO ANTUNES DA SILVA	6,30	0,00	0,00	6,30	10º
447	ANDRÉIA FICAGNA	6,10	0,00	0,00	6,10	11º
293	DAIANA FRANCIÉLI DA ROSA DE OLIVEIRA	6,00	0,00	0,00	6,00	12º

209	DANIELA GONÇALVES DOS SANTOS	TECHIO	5,95	0,00	0,00	5,95	13º
155	GABRIELA SPINGOLON		5,75	0,00	0,00	5,75	14º
137	SIMONE ZUFFO		5,70	0,00	0,00	5,70	15º
513	PRISCILA STANGA		5,65	0,00	0,00	5,65	16º
37	FRANCIELE APARECIDA SARTORI		5,45	0,00	0,00	5,45	17º
26	CLEIDES FERNANDES		5,20	0,00	0,00	5,20	18º
408	MÔNICA KARINA CECCATO		5,20	0,00	0,00	5,20	19º
96	TATIUSSE ANGELICA SARTORI		5,20	0,00	0,00	5,20	20º
467	CAMILA REGINA VELASCO		5,10	0,00	0,00	5,10	21º
236	ALAN ALEXANDRE CORRÊA		5,10	0,00	0,00	5,10	22º
124	ALESSANDRO PINTO		5,05	0,00	0,00	5,05	23º
177	DJEINI VIANA FERRARI		5,05	0,00	0,00	5,05	24º

MECÂNICO

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
527	DOUGLAS MARCOS BRUGALLI	6,85	0,00	0,00	6,85	1º
211	CRISTIANO JOSÉ ZANATTA	6,65	0,00	0,00	6,65	2º
415	EDILSO PEDRO BONFIM	6,55	0,00	0,00	6,55	3º
31	ACKSON ADRIANO CRISTIANO	6,40	0,00	0,00	6,40	4º
383	AZEMIRO KRZJAZANIACK	6,00	0,00	0,00	6,00	5º
150	EDIVALDO APPI	6,00	0,00	0,00	6,00	6º
63	DAIAN JUNIOR PARAVISE	5,40	0,00	0,00	5,40	7º
376	JACQUIEL NECKEL	5,35	0,00	0,00	5,35	8º

427	DAIQUE JHONES REGINATO	5,15	0,00	0,00	5,15	9º
-----	------------------------	------	------	------	------	----

MÉDICO CLINICO GERAL

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
125	CAMILA PIAIA	9,45	0,00	0,00	9,45	1º
86	SARA ROLIM DAGA	9,15	0,00	0,00	9,15	2º

OPERADOR DE MÁQUINAS II

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Total	Nota Final	Class.
132	RAFAEL API	7,35	9,20	16,55	8,275	1º
475	DELTRIO ASSOLINI	6,90	8,30	15,20	7,600	2º
240	MARCOS GALVANI	6,50	7,20	13,70	6,850	3º
318	JEANN GEZIEL CRISTOVA	5,55	6,80	12,35	6,175	4º
228	MAURO ZANELLA	5,15	7,10	12,25	6,125	5º
162	ZULMIR POZZEBOM	7,05	5,10	12,15	6,075	6º
410	ROGERIO DOS SANTOS	6,75	5,00	11,75	5,875	7º
238	ALDECIR MARAFON	6,20	5,00	11,20	5,600	8º
244	MAURICIO DE LIMA	5,85	5,00	10,85	5,425	9º
355	CLAUCIO LUIZ OBETZENE	3,40	7,00	10,40	5,200	11º
331	ADRIANO FERREIRA	5,40	5,00	10,40	5,200	10º
278	ISAIAS ANTUNES RIBEIRO	5,40	5,00	10,40	5,200	12º
327	PAULO ANTONIO MENEGUZZI	4,10	5,60	9,70	4,850	----
159	OSCAR ANTONIO SABBBI	4,75	3,90	8,65	4,325	----
387	RANGEL GALLINA	5,70	0,00	5,70	2,850	----

PROFESSOR DE INGLÊS

Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
99	TATIANE AMADO	6,45	0,00	0,40	6,85	1º

42	PAOLA CONRADO PALHA- RINI	6,30	0,00	0,00	6,30	2º
TÉCNICO EM ENFERMAGEM						
Inscrição	Candidato	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Class.
389	ROSANE GRANDO PETROLI	9,45	0,00	0,00	9,45	1º
307	CLECI ANA DANIEL SILVES- TRIN	8,95	0,00	0,00	8,95	2º
97	SONIA MARA SOBCSIK	8,15	0,00	0,00	8,15	3º
459	IDIRONE FÁTIMA DOS SANTOS	7,80	0,00	0,00	7,80	4º
139	ANA PAULA CASAROT- TO	7,75	0,00	0,00	7,75	5º
234	JAIRO CALZA	6,65	0,00	0,00	6,65	6º
359	LUIZA INEZ ROS- SIGNOL SCALCON	6,60	0,00	0,00	6,60	7º
417	LUCIANE DANIEL	6,40	0,00	0,00	6,40	8º
180	AMONI ROSSET	6,35	0,00	0,00	6,35	9º
192	SIMONE ANGELA LANZARIN	6,30	0,00	0,00	6,30	10º
411	SUELI FRAN- CISCA ZANON CECCATO	6,20	0,00	0,00	6,20	11º
181	VERA SILVIA MACHADO	6,10	0,00	0,00	6,10	12º
402	ELIANE FRIGHET- TO	6,05	0,00	0,00	6,05	13º
33	DANIELA APARE- CIDA MELLOS	6,05	0,00	0,00	6,05	14º
226	IZABEL SACHET	6,00	0,00	0,00	6,00	15º
505	MARIA APARE- CIDA BORBA	5,95	0,00	0,00	5,95	16º
456	EBIANE SCARA- VELLI	5,85	0,00	0,00	5,85	17º

448	DANIELI CAPITA- NIO	5,80	0,00	0,00	5,80	18º
503	CLEONICE M BRA- GAGNOLO	5,80	0,00	0,00	5,80	19º
454	CLAU- DIOMIRO TIBOLLA	5,50	0,00	0,00	5,50	20º
290	ELIZETE NECKER DE MOU- RA	5,45	0,00	0,00	5,45	21º
441	MARTA ZARPE- LON	5,25	0,00	0,00	5,25	22º
120	MARIA NEIDE FERNAN- DES	5,25	0,00	0,00	5,25	23º
15	BÁRBARA ZART	5,25	0,00	0,00	5,25	24º
274	PAMELA GUBIANI	5,15	0,00	0,00	5,15	25º
356	ADRIANA ALVES FOGAÇA	5,15	0,00	0,00	5,15	26º
401	ROSANE APARE- CIDA PLACHUT- NIUCK	5,05	0,00	0,00	5,05	27º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
14 de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 6798

DECRETO Nº. 6.798, 15 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2014, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 31/2014 - Pregão Presencial N. 11/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Atual Informática e Assistência Técnica Ltda-Me, com o item 8, no valor de R\$ 22.191,40 (vinte e dois mil, cento e noventa e um reais e quarenta centavos); JP Equipamentos Ltda - Me, com o item 6, no valor de R\$ 8.844,00 (oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais); MB Catarinense Ltda Me, com o item 7, no valor de R\$ 1.352,00 (mil, trezentos e cinquenta e dois reais); Pereira & Souza Informática Ltda, com os itens 5, 9, 10, no valor de R\$ 1.820,0 (mil, oitocentos e vinte reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
15de maio de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Pregão Presencial Fsm Nº 10/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Pregão Presencial FMS Nº 10/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO PEDIATRA.
Tipo: Menor Preço Por Item
Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 03/06/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 03/06/2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC)
22 de Maio de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 023 ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 023

MÊS/ANO: ABRIL/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 023/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$35.820,00 (Trinta e cinco mil e oitocentos e vinte reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01.04.2014.

DESCRIÇÃO: Constitui-se do objeto da presente licitação seleção de propostas para Comprar de material de construção para auxílio a moradores do município de Coronel Martins, de acordo com os itens e quantitativos constantes da relação de itens anexa ao presente Edital.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ 01.526.629/0001-32
CONTRATADO: Comercial Fin LTDA ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Maio de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 024 ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 024

MÊS/ANO: ABRIL/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 024/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.990,00 (três mil e novecentos e noventa reais), Mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01.04.2014.

DESCRIÇÃO: Prestação de serviços na elaboração, gestão, implantação e acompanhamento do movimento financeiro de Convênios e projetos com atuação voltada, principalmente, para com os órgãos Federais e Estaduais com objetivo de promover a melhoria da Infra-estrutura e patrimonial e dos serviços públicos oferecidos à população através do Município de Coronel Martins - SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 17.392.149/0001-66
CONTRATADO: Vagner Visoli

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 (meses)

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 025 ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 025

MÊS/ANO: ABRIL/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 025/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$77.566,00 (Setenta e sete mil e quinhentos e sessenta e seis reais).
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01.04.2014.

DESCRIÇÃO: Constitui-se objeto do presente instrumento a contratação de empresa para realização de serviços de recapeamento

de pneus para máquinas e veículos das diversas Secretarias e Fundos do Município de Coronel Martins - SC, para o exercício de 2014, de acordo com os itens e quantitativos constantes da relação em anexo II do Edital.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 81.374.845/0001-49
CONTRATADO: VAGNER VISOLI

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31 de dezembro de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 026

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 026

MÊS/ANO: ABRIL/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 026/2014

VALOR DO CONTRATO: O preço total R\$249.340,85(duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14.04.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato constitui a contratação de empresa Especializada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA ESPORTIVA NA LINHA CALIARI NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.131.315/0001-01
CONTRATADO: Visoli Construtora Ltda

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/01/2015

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 028

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 028

MÊS/ANO: ABRIL/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 028/2014

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.870,00 (Dois mil e oitocentos e setenta reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16.04.2014.

DESCRIÇÃO: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA COBERTURA TOTAL DOS VEÍCULOS DESTES MUNICÍPIO (COLISÃO INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, E DANOS CAUSADOS A TERCEIROS).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.131.315/0001-01
CONTRATADO: Brasil Veículos Companhia de Seguros

DATA VENCIMENTO CONTRATO: A vigência do presente Contrato fica vinculado a apólice dos veículos

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 029

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 029

MÊS/ANO: ABRIL/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 029/2014

VALOR DO CONTRATO: O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$321.800,73 (Trezentos e vinte e um mil e oitocentos reais com setenta e três centavos)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato constitui a contratação de empresa Especializada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS PARA FAZER A EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL OTTO MAY.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.131.315/0001-01
CONTRATADO: Visoli Construtora Ltda

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/01/2015

Portaria Nº. 077 de 12 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº. 077 DE 12 DE MAIO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 08/05/2014 à 06/06/2014.

Nome Cargo Referência

Cleiton André Fenes da Silva Auxiliar de Serviços Gerais 12/07/2012 à 11/07/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Concurso Público Nº 001/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural da Prefeitura Municipal e site www.concursosss1.com.br, EDITAL QUE DIVULGA HOMOLOGAÇÃO FINAL.

Coronel Martins,
21 de maio de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal.

Editais de Concurso Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL DE CONCURSO Nº 004/2014
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, por meio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2014, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO FINAL fica HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO para provimento dos cargos de **AGENTE DE BIBLIOTECA ESCOLAR, PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR ÁREA III - SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, PROFESSOR ÁREA III - SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, PROFESSOR ÁREA III - SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, PROFESSOR ÁREA IV - INFORMÁTICA, PROFESSOR ÁREA V - EDUCAÇÃO ESPECIAL e TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, conforme relatório de classificação final, Anexo deste Edital, está divulgado no Mural da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo *site* www.concursosss1.com.br.

Prefeitura Municipal de Coronel Martins, 21 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

ANEXO - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

Agente de Biblioteca Escolar

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100054	NEREDIANA BIAZIN	9.60	7.20	7.20	7.20	16.00	47.20	Aprovado	8.00	55.20	1
6100036	ALINE MOLON	4.80	4.80	7.20	4.80	19.20	40.80	Aprovado	-	40.80	2

Professor Área I - Educação Infantil

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100045	ANA CRISTINA PIRES DA SILVA	14.40	9.60	9.60	4.80	19.20	57.60	Aprovado	8.00	65.60	1
6100053	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	12.00	9.60	9.60	4.80	16.00	52.00	Aprovado	11.00	63.00	2
6100026	THAIS APARECIDA BURATO	9.60	9.60	9.60	7.20	25.60	61.60	Aprovado	-	61.60	3
6100025	MARCIA MANERA	7.20	2.40	4.80	2.40	32.00	48.80	Aprovado	8.00	56.80	4
6100031	INDIA NARA TURMINA	12.00	7.20	4.80	4.80	19.20	48.00	Aprovado	8.00	56.00	5
6100040	SIMONE DALACORTE QUADRI	12.00	9.60	7.20	7.20	16.00	52.00	Aprovado	-	52.00	6
6100004	ADAIANE QUADRI	9.60	7.20	4.80	7.20	16.00	44.80	Aprovado	6.00	50.80	7
6100068	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	4.80	9.60	7.20	2.40	25.60	49.60	Aprovado	-	49.60	8
6100066	CLEDINEIA PICCHI DE SOUZA	9.60	4.80	4.80	2.40	22.40	44.00	Aprovado	-	44.00	9

Professor Área III - Artes

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100044	CARLA RAVARENA	9.60	2.40	7.20	4.80	25.60	49.60	Aprovado	11.00	60.60	1
6100042	LORECI MARIA GARBIN POZZER	7.20	9.60	7.20	4.80	19.20	48.00	Aprovado	8.00	56.00	2

Professor Área III - Geografia

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100013	GENOEVA LURDES MACULAN	12.00	4.80	7.20	4.80	32.00	60.80	Aprovado	-	60.80	1

Professor Área III - História

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100028	QUEILA ELIS MARIANI	9.60	7.20	7.20	4.80	25.60	54.40	Aprovado	11.00	65.40	1
6100003	CLARI BETTIATO	12.00	9.60	2.40	7.20	16.00	47.20	Aprovado	9.24	56.44	2

Professor Área IV – Informática

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100062	ANDREIA FABIANA SICHELERO	7.20	2.40	9.60	4.80	16.00	40.00	Aprovado	-	40.00	1

Professor Área V - Educação Especial

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100047	RAQUELI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	14.40	9.60	7.20	7.20	12.80	51.20	Aprovado	8.00	59.20	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Técnico Administrativo Educacional

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100055	CRISTIANE BIAZIN	9.60	0.00	7.20	4.80	25.60	47.20	Aprovado	8.00	55.20	1
6100056	RAMON CASTILHO RAVARENA	7.20	7.20	4.80	2.40	25.60	47.20	Aprovado	-	47.20	2
6100023	LUCELIA APARECIDA KIELB	9.60	4.80	2.40	2.40	25.60	44.80	Aprovado	-	44.80	3
6100030	DANIELA SMANIOTTO	9.60	4.80	2.40	4.80	22.40	44.00	Aprovado	-	44.00	4
6100067	INGRIDI GARBIN	9.60	4.80	4.80	4.80	19.20	43.20	Aprovado	-	43.20	5
6100049	PATRICIA APARECIDA BILICO	12.00	2.40	2.40	4.80	19.20	40.80	Aprovado	-	40.80	6
6100015	SIDINEIA BIAZIN	9.60	2.40	4.80	4.80	19.20	40.80	Aprovado	-	40.80	7
6100039	JULIANA ALVES BRUM	2.40	4.80	4.80	2.40	25.60	40.00	Aprovado	-	40.00	8

Decreto Nº 082, de 21 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 082, DE 21 DE MAIO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE APTIDÃO FÍSICA E MENTAL SOLICITADO NO PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando que a empresa contratada pelo Município não teve tempo hábil para a formulação dos laudos de aptidão física e mental, ante a necessidade de realização de exames complementares;

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de maio de 2014 a apresentação do laudo de aptidão física e mental dos candidatos, previsto no item 13 do Primeiro Edital de Chamamento de Candidatos classificados no Concurso Público n. 001/2013.

Art. 2º. Com relação às demais documentações solicitadas, permanece o prazo até o dia 23 de maio de 2014 para apresentação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 21 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 081 de 21 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 081 DE 21 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, CONFORME EDITAL Nº 001/2014.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público Municipal deflagrado pelo Edital n. 001/2014, de 21 de março de 2014 para ingresso nos quadros de carreira da Administração Municipal, no Município de Coronel Martins, pelo provimento de cargo em caráter efetivo, conforme relatório final apresentado pela Empresa CONCURSOS SS1, de conformidade com os cargos e classificação que segue:

AGENTE DE BIBLIOTECA ESCOLAR

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100054	NEREDIANA BIAZIN	9.60	7.20	7.20	7.20	16.00	47.20	Aprovado	8.00	55.20	1
6100036	ALINE MOLON	4.80	4.80	7.20	4.80	19.20	40.80	Aprovado	-	40.80	2

PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100045	ANA CRISTINA PIRES DA SILVA	14.40	9.60	9.60	4.80	19.20	57.60	Aprovado	8.00	65.60	1
6100053	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	12.00	9.60	9.60	4.80	16.00	52.00	Aprovado	11.00	63.00	2
6100026	THAIS APARECIDA BURATO	9.60	9.60	9.60	7.20	25.60	61.60	Aprovado	-	61.60	3

6100025	MARCIA MANERA	7.20	2.40	4.80	2.40	32.00	48.80	Aprovado	8.00	56.80	4
6100031	INDIA NARA TURMINA	12.00	7.20	4.80	4.80	19.20	48.00	Aprovado	8.00	56.00	5
6100040	SIMONE DALACORTE QUADRI	12.00	9.60	7.20	7.20	16.00	52.00	Aprovado	-	52.00	6
6100004	ADAIA NE QUADRI	9.60	7.20	4.80	7.20	16.00	44.80	Aprovado	6.00	50.80	7
6100068	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	4.80	9.60	7.20	2.40	25.60	49.60	Aprovado	-	49.60	8
6100066	CLEDINEIA PICCHI DE SOUZA	9.60	4.80	4.80	2.40	22.40	44.00	Aprovado	-	44.00	9

PROFESSOR ÁREA III - ARTES

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100044	CARLA RAVARENA	9.60	2.40	7.20	4.80	25.60	49.60	Aprovado	11.00	60.60	1
6100042	LORECI MARIA GARBIN POZZER	7.20	9.60	7.20	4.80	19.20	48.00	Aprovado	8.00	56.00	2

PROFESSOR ÁREA III - GEOGRAFIA

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100013	GENOEVA LURDES MACULAN	12.00	4.80	7.20	4.80	32.00	60.80	Aprovado	-	60.80	1

PROFESSOR ÁREA III - HISTÓRIA

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100028	QUEILA ELIS MARIANI	9.60	7.20	7.20	4.80	25.60	54.40	Aprovado	11.00	65.40	1
6100003	CLARI BETTIATO	12.00	9.60	2.40	7.20	16.00	47.20	Aprovado	9.24	56.44	2

PROFESSOR ÁREA IV - INFORMÁTICA

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100062	ANDREIA FABIANA SICHELERO	7.20	2.40	9.60	4.80	16.00	40.00	Aprovado	-	40.00	1

PROFESSOR ÁREA V - EDUCAÇÃO ESPECIAL

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100047	RAQUELI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	14.40	9.60	7.20	7.20	12.80	51.20	Aprovado	8.00	59.20	1

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	N PO	SITUAÇÃO	N PT	NOTA	CLASS
6100055	CRISTIANE BIAZIN	9.60	0.00	7.20	4.80	25.60	47.20	Aprovado	8.00	55.20	1

6100056	RAMON CASTILHO RAVARENA	7.20	7.20	4.80	2.40	25.60	47.20	Aprovado	-	47.20	2
6100023	LUCELIA APARECIDA KIELB	9.60	4.80	2.40	2.40	25.60	44.80	Aprovado	-	44.80	3
6100030	DANIELA SMANIOTTO	9.60	4.80	2.40	4.80	22.40	44.00	Aprovado	-	44.00	4
6100067	INGRIDI GARBIN	9.60	4.80	4.80	4.80	19.20	43.20	Aprovado	-	43.20	5
6100049	PATRICIA APARECIDA BILICO	12.00	2.40	2.40	4.80	19.20	40.80	Aprovado	-	40.80	6
6100015	SIDINEIA BIAZIN	9.60	2.40	4.80	4.80	19.20	40.80	Aprovado	-	40.80	7
6100039	JULIANA AL- VES BRUM	2.40	4.80	4.80	2.40	25.60	40.00	Aprovado	-	40.00	8

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,
21 de maio de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

Corupá

PREFEITURA

Pregão Presencial 028/14 - Registro de Preço (Pneus)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 028/14

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições de pneus, câmaras e protetores novos, para uso nos veículos e máquinas da frota do Município de Corupá - SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 22/05/2014, às 09h00min do dia 03/06/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 03/06/14.

ENTREGA DAS AMOSTRAS: 14:00 horas do dia 06/06/2014.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao site: www.corupa.sc.gov.br no link licitacoes.

Corupá, 22 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 029/14-REGISTRO DE PREÇO (TINTAS).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 029/14

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de TINTAS PARA MARCAÇÃO VIÁRIA NAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 22/05/2014, às 14h00min do dia 03/06/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 03/06/2014.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens no site WWW.corupa.sc.gov.br (licitações).

Corupá, 22 de Maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO 05/14 - PAVIMENTAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 005/14

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, da Rua 156-GUILHERME HAUFFE (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 391,20 metros, no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 22/05/2014, às 09h00min do dia 06/06/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 06/06/2014.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital de Tomada de Preços n.º 005/14 poderá ser retirado junto à Divisão de Administração e Compras, sito a Av. Getúlio Vargas, 443, com a seguinte condição, cada licitante interessado deverá trazer mídia para que seja gravado o edital, e seus anexos. Fica estipulada a data máxima do dia 03/06/2014 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada, e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 22 de Maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2014

Processo de licitação nº 036/14

Modalidade Dispensa de Licitação 012/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FORPREM INDÚSTRIA DE FORMAS PRÉ-MOLDADAS

LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.774.646/0001-38, situada na Rua Saudade, 248, Seminário, CEP 89.278-000, Município de Corupá - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de engenharia para realizar a construção e reforma de passarela, escada e corrimão em estrutura metálica do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 14.990,00 (Quatorze Mil e Novecentos e Noventa Reais).

Data da Assinatura: 07/04/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2014

Processo de licitação nº 018/14

Modalidade Pregão Presencial no 007/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.666.159/0001-89 e inscrição Estadual nº 25.163.165-6, estabelecida na Rua Venâncio da Silva Porto nº 353, CEP 89.252-230, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de materiais permanentes para uso da vigilância sanitária do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 4.695,00 (Quatro Mil Seiscentos e noventa e cinco reais).

Data da Assinatura: 31/03/2014

Data da Vigência: 31/03/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2014

Processo de licitação nº 009/14

Modalidade Pregão Eletrônico nº 001/14-PE

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BETANIAMED COMERCIAL LTDA, com sede na Rua Antonio Gravatá, 132 - Bairro Cinquentenário, na cidade de Belo Horizonte - MG - CEP: 30.570-040, registrada no CNPJ sob o nº 09.560.267/0001-08.

Objeto: Constitui objeto deste Contrato, nas aquisições de Equipamentos e Materiais para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 001/14-PE, parte integrante deste instrumento, incluindo-se a garantia e assistência técnica dos mesmos, durante o prazo de vigência contratual.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

Data da Assinatura: 08/04/2014

Data da Vigência: 12 (doze) meses

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 030/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2014

Processo de licitação nº 020/14

Modalidade Pregão Presencial no 010/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INOVA ENGENHARIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.552.792/0001-23, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, 538-Apto.04 - Vila Nova CEP 89.278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para fiscalização das obras em andamento e elaboração de novos projetos na área de Infra Estrutura no Município de Corupá, disponibilizando 01 (um) engenheiro civil, no período de 20 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 59.640,00 (Cinquenta e Nove Mil Seiscentos e Quarenta Reais).

Data da Assinatura: 08/04/2014

Data da Vigência: 12 (doze) meses

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2014

Processo de licitação nº 045/14

Modalidade Dispensa de Licitação no 014/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: JORDAN TOPOGRAFIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.509.416/0001-93, situada na Rua Walter Marquardt, 1133 - Sala 03, Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de engenharia para realizar o Georeferenciamento de 16 pontos para delimitação de Perímetro Urbano do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos Reais).

Data da Assinatura: 16/04/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2014

Processo de licitação nº 026/14

Modalidade Pregão Presencial no 012/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: XOXO 10 FUTSAL - ESPORTIVOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.429.253/0001-50 e inscrição Estadual nº 257.238.140, estabelecida na Rua São José, 83 - Sala 02, Bairro Jaraguá Esquerdo, Município de Jaraguá do Sul, CEP 89.253-230, Estado de Santa Catarina.

Objeto: contratação de empresa para desenvolver atividades esportivas através de treinos práticos, teóricos e competições aos alunos matriculados com idade entre 07 e 16 anos no Município de Corupá-SC, disponibilizando 01 (um) técnico desportivo, no período de 20 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 2.990,00 (Dois Mil e Novecentos e Noventa Reais) pagáveis mensalmente, totalizando em R\$ 35.880,00

(Trinta e Cinco Mil e Oitocentos e Oitenta e Oito Reais).

Data da Assinatura: 24/04/2014

Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 037/2013 - Quarto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2013

QUARTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 028/13

Modalidade Pregão Presencial 012/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPA FORMULADO POR COMPANHIA DE SEGURO HABILITADA JUNTO A SUSEP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais), referentes ao endosso de inclusão do veículo Mitsubishi L200, placa MMA 3504.

Data da Assinatura: 28/03/2014

Data da Vigência: 27/03/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2014

Processo de licitação nº 028/14

Modalidade Pregão Presencial no 013/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio

Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, com sede na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, Bairro Corticeira, Cidade de Guaramirim - Estado de Santa Catarina CEP 89270-000.

Objeto: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEO DIESEL PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 1.251.840,00 (Um Milhão, Duzentos e Cinquenta e Um Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)

Data da Assinatura: 28/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2014
Processo de licitação nº 024/14
Modalidade Pregão Presencial no 011/14
Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: COMECIAL VITÓRIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69 e inscrição Estadual nº 25.703.662-8, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr nº 060, Sala 02, Bairro Água Verde, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.254-525.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 8.363,50 (Oito Mil, Trezentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)

Data da Assinatura: 28/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2014
Processo de licitação nº 024/14
Modalidade Pregão Presencial no 011/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: COMERCIAL ZEHNDER LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 95.790.754/0001-07 e inscrição Estadual nº 252.576.802, estabelecida na Rua Roberto Seidel nº 451, Bairro Centro, município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 53.452,25 (Cinquenta e Três Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 28/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2014
Processo de licitação nº 024/14
Modalidade Pregão Presencial no 011/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.843.503/0001-04 e inscrição Estadual nº 256.765.723, estabelecida na Rua Carlos Hardt nº 1120, Sala 02 - Fundos, Bairro Água Verde, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.254-580.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE

CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 5.524,25 (Cinco Mil, Quinhentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 28/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2014
Processo de licitação nº 030/14
Modalidade Pregão Presencial no 015/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.632.093/0007-64 e inscrição Estadual nº 25.628.232-3, estabelecida na Rua Manoel Francisco da Costa, 2000 - Vieiras, CEP 89257-000, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL e DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 13.160,00 (Treze Mil e Cento e Sessenta Reais).

Data da Assinatura: 29/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 042/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

042/2014
Processo de licitação nº 030/14
Modalidade Pregão Presencial no 015/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MOTORTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.426.684/0001-37 e inscrição Estadual nº 25.499.235-8, estabelecida na Rua Laudir José Junckes, 40 - Galpão 02, CEP 88131-370, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL e DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 37.520,08 (Trinta e Sete Mil e Quinhentos e Vinte Reais e Oito centavos).

Data da Assinatura: 29/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 043/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2014
Processo de licitação nº 030/14
Modalidade Pregão Presencial no 015/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.104.642/0001-01 e inscrição Estadual nº 253229251, estabelecida na Rod. BR 470 Km 140, Sala 02 e 04, nº 5350, Itoupava município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89162-596.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL e DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: \$ 70.252,00 (Setenta Mil e Duzentos e Cinquenta e Dois Reais).

Data da Assinatura: 29/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2014
Processo de licitação nº 032/14
Modalidade Pregão Presencial no 017/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: JÚLIO SILVESTRI FILHO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.608.150/0001-50 e inscrição Estadual nº 256.731.080, estabelecida na Rua Luiz Magalhães Medeiros, 1050 - Sala 01 - Humaitá de Cima - CEP 88.708.250, Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 8.402,40 (Oito Mil e Quatrocentos e Dois Reais e Quarenta Centavos)

Data da Assinatura: 30/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2014
Processo de licitação nº 032/14
Modalidade Pregão Presencial no 017/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ROLEPARTS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.344.847/0001-58 e inscrição Estadual nº 10181139-50, estabelecida na Avenida Marechal

Floriano Peixoto, 7779 - Boqueirão - CEP 81.650-000, Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 2.427,40 (Dois Mil e Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Quarenta Centavos).

Data da Assinatura: 30/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 046/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2014
Processo de licitação nº 032/14
Modalidade Pregão Presencial no 017/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no sob o nº 01.104.642/0001-01 e inscrição Estadual nº 253229251, estabelecida na Rod. BR 470 Km 140, Sala 02 e 04, nº 5350, Itoupava município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89162-596.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 5.632,45 (Cinco Mil e Seiscentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 30/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 047/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2014

Processo de licitação nº 032/14
Modalidade Pregão Presencial no 017/14

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: TRATOR ESPERANÇA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, inscrita no sob o nº 86.915.733/0001-71 e inscrição Estadual nº 10199897-51, estabelecida na Rua Plácido de Castro, nº 292, Guabirota município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.510-030.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 10.113,65 (Dez Mil e Cento e Treze Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 30/04/2014
Data da Vigência: 12 (DOZE) MESES

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Presencial 031/14 - Registro de Preço (Muro)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 031/14

OBJETO: Eventual contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE MUROS NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS (PORTÃO, PALANQUES, TELAS, ARAMES PLASTIFICADOS, ETC), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 22/05/2014, às 15h00min do dia 03/06/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15h30min do dia 03/06/2014.
TIPO: Menor Preço por lote.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500
Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire

o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitacoes.

Corupá, 22 de Maio de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 148/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 148/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Cultivar Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. com o valor total de R\$ 2.310,00 (Dois mil trezentos e dez reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ADUBOS PARA USO NO ESTÁDIO MUNICIPAL WILMAR ORTIGARI, CAMPOS DE FUTEBOL DOS BAIRROS SÃO JOSÉ, BAIRRO BOM JESUS, NAS PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES NA LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO N.91/2014, DE ACORDO COM O ART. 24, INCISO V DA LEI 8.666/93 E PARECER JURÍDICO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.
Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.
Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 150/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Consbrita Construtora de Obras Ltda. com o valor total de R\$ 1.135,00 (Um mil cento e trinta e cinco reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES NA LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO N.99/2014, DE ACORDO COM O ART. 24, INCISO V DA LEI 8.666/93 E PARECER JURÍDICO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.
Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.
Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Ata Nº 091 Assembléia Geral Extraordinária (Age) do Consórcio Intermunicipal do Contestado - Coinco - Realizada Em 13.12.2013

Aos treze (13) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às 09h00min, estiveram reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, convocada na forma e prazo do estatuto, na sala de reuniões do Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO localizada na Avenida Lions, s/n, Parque Pousa do Tropeiro, Bairro Água Santa, os integrantes da Assembleia de Representantes, sendo: Prefeito de Curitibanos, Sr. JOSÉ ANTÔNIO GUIDI; Prefeita de São Cristóvão do Sul Sra. SISI BLIND; Prefeito de Frei Rogério Sr. OSNY BATISTA ALBERTON; Prefeito de Lebon Régis Sr. LUDOVINO LABAS; Prefeito de Santa Cecília Sr. DOMINGOS SCARIOT

JUNIOR. Ausentes o Prefeito de Brunópolis, Sr. ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA; Prefeito de Ponte Alta do Norte, Sr. SILVIO GRANEMANN CALOMENO, Prefeito de Monte Carlos Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e o Prefeito de Ponte Alta, Sr. CARLOS LUIZ MORAIS. Tendo como seguinte ordem do dia: a) Balancete mês novembro/2013; b) Eleição Presidência e Comissões; c) Caminhão Compactador; d) Repasses dos consorciados; e) Coleta Seletiva; f) Energia; g) Assuntos de interesse geral. O Sr. presidente, Sr. José Antônio Guidi faz a abertura inicial deu boas vindas aos participantes e agradeceu a presença de todos para importante assembleia. Salientou inicialmente os trabalhos realizados no COINCO, iniciou-se a discussão e deliberação da ordem do dia: a) Balancete mês novembro/2013 do Coince: O Presidente do COINCO, Sr. José Antônio Guidi, apresentou o balancete do mês de novembro/2013, sendo que a Contadora do consórcio Sra. Marilúcia Bogo Surdi teve comentário sobre o balancete, receitas e despesas. Após análise pelos representantes do consórcio foi aprovado à unanimidade o balancete do mês de novembro/2013; b) Eleição Presidência e Comissões: O Presidente do COINCO, Sr. José Antônio Guidi, deu início a eleição do novo Presidente e Vice-Presidente do COINCO, na forma do que dispõe sendo que após deliberação foram eleitos por aclamação (artigo 9º. parágrafo 3º.) o Sr. DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, Prefeito de Santa Cecília, para assumir o cargo de Presidente do COINCO e para o cargo de Vice-Presidente o Prefeito de Lebon Régis Sr. LUDOVINO LABAS. Dando continuidade aos trabalhos na forma estatutária passou-se a eleição da do Conselho Fiscal, sendo também eleitos por aclamação o Prefeito de Ponte Alta do Norte, Sr. SILVIO GRANEMANN CALOMENO; Prefeito de Frei Rogério Sr. OSNY BATISTA ALBERTON e a Prefeita de São Cristóvão do Sul Sra. SISI BLIND. c) Caminhão compactador: O Presidente do COINCO, Sr. José Antônio Guidi, deliberou sobre a necessidade da aquisição de um caminhão compactador, sendo que após discussão deliberou-se que será adquirido um novo caminhão para a coleta dos resíduos sólidos, sendo que será verificado a forma do pagamento do caminhão. d) Repasse dos consorciados: A Contadora do consórcio Sra. Marilúcia Bogo Surdi, apresentou os valores dos repasses, despesas e saldo a receber, sendo que quando aos valores do ano de 2013, é possível o pagamento através de "reconhecimento de dívidas anteriores" que deverá ser verificado com o setor contábil dos municípios que estão em débito, o que foi corroborado com o Assessor Jurídico. Desta forma, cabe aos municípios que estão em débito efetuar o repasse até para evitar problemas junto ao Tribunal de /contas do Estado de Santa Catarina. Foi relatado que os municípios em débito receberam via correspondência à notificação indicando o valor do débito e a origem. e) Coleta seletiva: O Diretor Executivo do COINCO, Sr. Nilton Ribeiro Dias, apresentou os dados sobre a coleta seletiva, inclusive com relação da utilização da "vala", disse ainda que é para informar a existência de eventuais problemas para a busca de solução. O Presidente do COINCO, Sr. José Antônio Guidi, disse que deverá ser verificado com a empresa se existe algumas ruas que a coleta não está sendo realizada. Foi deliberado que será agendada uma reunião com a empresa que faz a coleta para discutir o assunto. f) Energia: O Presidente do COINCO, Sr. José Antônio Guidi, disse que está em andamento a confecção do edital para a busca de empresas que tenham interesse na transformação dos resíduos sólidos em energia. g) Assuntos de interesse geral: O Diretor Executivo do COINCO, Sr. Nilton Ribeiro Dias disse que os representantes dos consórcios devem promover e incentivar a vinda de estudantes para conhecer o aterro sanitário, que é uma forma importante para desenvolver a consciência ambiental. Nada mais havendo a tratar o presidente do conselho, Prefeito de Curitiba Sr. José Antonio Guidi, agradecendo a todos, deu por encerrada a presente reunião, desejando os mais sinceros votos de feliz natal e próspero ano novo a todos.

INTEGRANTES do Conselho de Prefeitos:

1- Sr. JOSÉ ANTÔNIO GUIDI Prefeito de Curitiba	
2- Sra. SISI BLIND Prefeita de São Cristóvão do Sul	
3- Sr. SILVIO GRANEMANN CALOMENO Prefeito de Ponte Alta do Norte	ausente
4- Sr. ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA Prefeito de Brunópolis	ausente
5- Sr. OSNY BATISTA ALBERTON Prefeito de Frei Rogério	
6- Sr. LUDOVINO LABAS Prefeito de Lebon Régis	
7- Sr. DOMINGOS SCARIOT JUNIOR Prefeito de Santa Cecília	
8- Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA Prefeito de Monte Carlo	ausente
9- Sr. ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito de Brunópolis	ausente
INTEGRANTES DO COINCO e participantes:	
NILTON RIBEIRO DIAS Diretor Executivo	
MARILÚCIA BOGO SURDI Contadora do COINCO	
CLEUSA MARIA R. TOMACHESKI Secretária de Administração de Lebon Régis	
Fábio Pellizzaro Assessor Jurídico	

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 149/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RECAPAGEM DE PNEUS DO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 06/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 06/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 19 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Decreto Nº 4.441/2014

DECRETO Nº 4.441/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e na forma da lei n. 5.149/2013,

DECRETA

Art. 1º - Fica incluída no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação de Curitiba a fonte de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS

3350000000.00.060 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS

3390000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.700,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS

3350000000.00.060 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS
..... R\$ 70.700,00

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.442/2014

DECRETO Nº 4.442/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.203/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.203/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

3390000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS.

4490000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS.

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS.

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.203/2014, no montante de R\$ 332.212,26 (Trezentos e trinta e dois mil, duzentos e doze reais, vinte e seis centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

3390000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 96.501,24

4490000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 170.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 27.419,65

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 38.291,37

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 332.212,26

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, CONVÊNIO DE TRÂNSITO E CIDE ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.443/2014

DECRETO Nº 4.443/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N. 5.204/2014.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.204/2014, as fontes de recursos abaixo :

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

449000000000.00.104 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.306.0009.2053 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES

339000000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.204/2014, no montante de R\$ 625.064,23 (Seiscentos e vinte e cinco mil, sessenta e quatro reais vinte e três centavos).

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

449000000000.00.104 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 584.110,75

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.306.0009.2053 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES

339000000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.953,48

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 625.064,23

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso SALÁRIO EDUCAÇÃO e PNAE/FNDE ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.444/2014

DECRETO Nº 4.444/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.205/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.205/2014, no montante de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.306.0009.2053 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES

339000000000.00.0360 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 34.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 34.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do PNAE/FNDE, no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

Art. 3º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.205/2014, no montante de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2054 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
3390000000.00.0360 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 108.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 108.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do PNAE/FNDE, no valor de R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais).

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.205/2014, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2049 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - REC. ESTADUAL
3390000000.00.0022 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 20.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do Transporte Escolar Estadual, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 7º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.205/2014, no montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
449000000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 350.000,00
449000000000.00.358 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 500.000,00

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), e parte do excesso de arrecadação do SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.445/2014

DECRETO Nº 4.445/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.206/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.206/2014 no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a saber:

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0006.2018 RPPS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3191000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇ
..... R\$ 60.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0006.2019 RGPS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura de Curitibanos na forma autorizada pela Lei n. 5.206/2014 no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 90.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.446/2014

DECRETO Nº 4.446/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA FORMA DA LEI N. 5.207/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.207/2014 no montante de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) a saber:

ANULAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL

33900000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 59.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura de Curitiba no montante de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) na forma autorizada pela Lei n. 5.207/2014 a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.1005 OBRAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

44900000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 59.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.447/2014

DECRETO Nº 4.447/2014

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e na forma determinada pela Lei Complementar nº 026/2002,

DECRETA:

Art. 1 - Fica homologado o resultado do Concurso Público realizado através do Edital n. 001/2014 especificamente para Cargos públicos no quadro de pessoal da Prefeitura e das Secretarias Municipais conforme lista anexa.

Art. 2 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 115/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2014

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2002 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. A Lei Complementar n. 024/2002 de 25 de abril de 2002 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal passa a vigorar com as alterações previstas nesta lei:

"Art. 31

§ 1º. O regime de trabalho do professor da rede municipal de ensino poderá ser de 10(dez) , 20 (vinte), 30(trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a carga horária curricular percebendo vencimentos proporcional às horas trabalhadas. "

" Art. 31 A. Para atender as necessidades específicas de cada unidade escolar o ocupante do cargo efetivo de professor do Quadro do Magistério Público Municipal poderá ter seu regime de trabalho alterado de forma temporária ate completar 40 horas semanais.

Art. 31 B - A alteração do regime de trabalho do servidor efetivo a que se refere o art. 31 A poderá ocorrer em caráter temporário quando decorrente de vaga vinculada ou transitória excedente, nas seguintes situações:

I. Por período igual ou superior a 15 dias enquanto perdurar o afastamento do titular.

II. Até o dia 31 de janeiro do ano subsequente quando o afastamento do titular não tiver prazo certo de duração e quando em vaga transitória excedente.

Art. 31 C - O professor retornará ao regime de trabalho originário nas seguintes situações:

I. Movimentação funcional, a pedido do interessado, para outra unidade escolar que não ofereça aulas em número suficiente para a continuidade da carga horária.

II. Afastamento para licença remunerada ou não;

III. Afastamento para outro órgão com ou sem ônus;

IV. Redução do número de turmas da Unidade Escolar.

V - nos casos de aposentadoria, exoneração ou desligamento.

Art. 31 D. A distribuição das aulas excedentes se dará primeiramente ao professor efetivo da mesma unidade escolar enquanto que as vagas remanescentes serão ofertadas aos professores de outra unidade escolar com número de aulas inferior ao limite de carga horária a que necessita completar

Parágrafo Único: Quando mais de um professor solicitar autorização

para a carga horária, terá prioridade aquele que tiver mais tempo na rede Municipal de ensino; se idênticos os períodos, aquele que tiver maior nível de instrução; e se perdurar o empate, o candidato de maior idade.

Art. 31 E. Nos casos de alteração de carga horária previsto nesta lei, o membro do magistério terá o seu vencimento fixado, quando da passagem para a inatividade, em índice resultante do cálculo da média da carga horária cumprida nos últimos sessenta meses imediatamente anteriores ao pedido de aposentadoria, que será apurado sobre os valores constantes da tabela de vencimento vigente, observados o cargo, nível e referência do servidor, de acordo com a seguinte fórmula:

$Iap = CH \ 60$

2400

Sendo Iap = índice de aposentadoria

CH 60 = média da carga horária dos últimos 60 meses

§ 1º. O somatório de cargas horárias do cargo efetivo e admissão em caráter temporário será considerado para efeitos de apuração do índice de aposentadoria - Iap , até o limite de 40 (quarenta) horas.

§ 2º. No quinquênio anterior ao atingimento das condições para aposentadoria o servidor efetivamente poderá alterar a carga horária no máximo em 10 horas semanais, além da carga horária correspondente ao cargo efetivo.

Art. 31 F. Os professores que pretenderem aumentar a carga horária deverão assinar o termo de alteração de carga horária, segundo os termos do edital aberto especificamente para este fim.

Art. 2º Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I - Vaga vinculada: é a vaga aberta por servidor em afastamento

II - Vaga excedente: surge por aumento de turma ou número de alunos

Art. 3º Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de maio de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

Lei Nº 5.189/2014

LEI Nº 5.189/2014

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2014-2017

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da lei nº 5.051/2013 que compõem o Plano Plurianual 2014-2017, conforme abaixo:

Programa 004 - SERVIÇO SEGURANÇA PÚBLICA

Ações : 2.081 Convênio Policia Ambiental

Valor R\$ 44.000,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de abril de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.190/2014

LEI Nº 5.190/2014

CRIA ATIVIDADE, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar atividade junto ao orçamento da Prefeitura de Curitiba prevista na Lei n. 5.149/2013, a saber:

CRIA ATIVIDADE

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

18.542.0004.2081 CONVÊNIO COM A POLÍCIA AMBIENTAL

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.149/2013 do orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

18.542.0004.2081 CONVÊNIO COM A POLÍCIA AMBIENTAL

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias abaixo cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial serão:

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.2071 MANUT. DA SECRET. DE AGRICULTURA

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de abril de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.191/2014

LEI Nº 5.191/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL

11.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482.0020.1023 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ HABITAÇÕES POPULARES
4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

11.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482.0020.1024 CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES
4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 155.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 205.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura de Curitiba no montante de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4490000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 205.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 205.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de abril de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.192/2014

LEI Nº 5.192/2014

INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 5.101/2013 QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA EXERCÍCIO DE 2014 - LDO/2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica incluída no Demonstrativo XVI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais da Lei n. 5.101/2013, a seguinte ação:

Programa 004 - SERVIÇO SEGURANÇA PÚBLICA
Ações : 2.081 Convênio Policia Ambiental
Valor R\$ 8.000,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de abril de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.193/2014

LEI Nº 5.193/2014

INSTITUI A SEMANA LITERÁRIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituída a Semana Literária no município de Curitiba/SC, a ser comemorada anualmente na última semana do mês de maio.

Parágrafo Único: Esta data fica incluída no calendário de eventos do Município de Curitiba/SC.

Art. 2º. Na Semana literária, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, promoverá eventos relacionados ao tema como: palestras, exibição de material audiovisual, atividades artísticas e lúdicas, visando ensinar e conscientizar os alunos.

Art. 3º. A critério do Poder Executivo Municipal será promovido campanhas educativas, em parceria com entidades públicas e privadas, disponibilizando e distribuindo livros, revistas, panfletos, folders, adesivos, materiais educativos e camisetas, realizando passeatas, carreatas, paralizações, shows, teatros e demais eventos em prol da literatura.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

Lei Nº 5.194/2014

LEI Nº 5.194/2014

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.136/2007 DE 01/10/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica alterada a segunda parte do artigo 1º da Lei n. 4.136/2007 de 01 de outubro de 2007 que passa a vigorar com as alterações desta lei:

“ Art. 1º. (...)

- Terreno urbano localizado neste município bairro Agua Santa, sito a rua Daniel Moraes, distando 27 ms ao sul da Rua Gal. Elydio Rômulo Colônia com a área superficial de 365,28 m² (trezentos e sessenta e cinco metros, vinte e oito centímetros quadrados) que se encontra dentro das seguintes medidas e confrontações: ao norte, 24 ms com Simone Alberti Martarello e 3,00 m com Faedo e Cia Ltda; ao sul, 14 ms com Anildo Ortiz e 13,00 m com Anildo Ortiz; ao leste, 11, 2433 ms com Faedo e Cia Ltda e ao oeste 15 m com a rua Daniel Moraes. Objeto da matrícula imobiliária n. 22.446 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca. ”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.195/2014

LEI Nº 5.195/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores da rua Joaquim Fontana, Bairro Água Santa objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento da referida rua.

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de 900 m² (90 x 10m) de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

Lei Nº 5.196/2014

LEI Nº 5.196/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a João Nildo Waltrick, inscrito no CPF sob n. 973.009.269-91, do lote 01 B, Quadra 14 -A (Antiga 29), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado Sul da Rua Edgar Hoppen, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Hoppen;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 10 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 02 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com o lote 01A da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário da Lei 3.955/2006.

Curitiba, 08 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.197/2014

LEI Nº 5.197/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Maria de Lourdes Alves do Amaral, inscrito no CPF sob n. 048.623.549-12, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 396,18 m² (Trezentos e noventa e seis metros e dezoito decímetros quadrados), localizado ao lado Leste da Rua Antonio Dolberth, nº 286, distando 28,10m ao Sul da Rua Humberto de Matias, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 29,60 metros confronta com Patrimônio Municipal;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 27,20 metros confronta com Margarete das Graças Pretto;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 13,80 metros confronta com Patrimônio Municipal;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 14,10 com a Rua Antonio Dolberth.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação**Lei Nº 5.198/2014**

LEI Nº 5.198/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Edilson Sutil, inscrito no CPF sob n. 005.000.949-42, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 382,00 m² (Trezentos e oitenta e dois metros quadrados), localizado ao lado Leste da Rua Constante Pellicer, distando 60,00m ao Norte da Rua Pedro Davi Fernandes de Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 18,00 metros confronta com Angelita de Souza;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com Juarez dos Santos Freitas;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 22,00 metros

confronta com Marcio Antonio de Lima;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 24,50 com a Rua Constante Pellicer.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação**Lei Nº 5.199/2014**

LEI Nº 5.199/2014

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O servidor público estável da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo Municipal poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de outro Poder do Município, condicionada a pedido formal do órgão requisitante, devidamente fundamentado nas seguintes hipóteses:

- I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- II - para atender a termos de convênio de cooperação mútua firmado com órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, de outros Municípios ou de outro Poder do Município;
- III - para atender a termos de convênio cooperação mútua firmados entre a Administração Direta e a Indireta do Município;
- IV - em casos previstos em leis específicas.

§ 1º. Nos casos do art. 1º. o ônus da remuneração será da autoridade requisitante.

§ 2º. Não será permitida a cessão de servidor:

- I - investido exclusivamente em cargo de provimento em comissão ou em função pública temporária,
- II - que ainda não cumpriu o período de estágio probatório;
- III - contra o qual tramita processo administrativo disciplinar ou sindicância administrativa.

Art. 2º. A cessão dar-se-á mediante convênio de cooperação técnica atendidas as seguintes diretrizes:

- I - a responsabilidade, observado o interesse público e a legislação pertinente, pelo ônus da remuneração do servidor ou empregado cedido e dos respectivos encargos sociais definidos em lei;
- II - o prazo de vigência da cessão e a possibilidade ou não de sua prorrogação ou renovação;
- III - o número de servidores objeto da cessão;
- IV - a descrição das funções que se pretende que sejam exercidas por servidor cedido no órgão cessionário;
- V - a responsabilidade do cessionário, no caso de cessão com ônus para o órgão cedente, por informar nos prazos estabelecidos:
 - a) o horário de trabalho do servidor e as funções que o mesmo

exerce;
b) o horário de funcionamento do órgão cessionário;
c) as eventuais alterações cadastrais do servidor, tais como endereço, telefone, estado civil;
f) os períodos de recesso, quando houver, na unidade em que o servidor prestar serviços;
g) o período de gozo de férias e a necessidade de suspensão do gozo das mesmas;
h) a eventual prática de infrações disciplinares pelo servidor;
i) as avaliações de desempenho definidas em lei.

VI - a responsabilidade do cessionário, no caso de cessão com ônus para o órgão cedente, por zelar pela assiduidade e pelo cumprimento da jornada de trabalho do servidor, informando eventuais faltas injustificadas;

§ 1º. Salvo disposição em contrário, incluem-se no conceito de remuneração a que se refere o caput deste artigo, vantagens como adicional por tempo de serviço, gratificação natalina, auxílio-alimentação, férias e seu respectivo adicional, entre outras fixadas em lei.

§ 2º. Para os fins da licença para tratamento de saúde e por acidente de serviço, somente produzirão efeitos válidos os atestados médicos submetidos a Junta médica oficial do Município se superiores a 3 dias, sob pena de não serem aceitos fora desse prazo e serem consideradas como faltas injustificadas as ausências ao trabalho.

§ 3º - Os atestados médicos de até 3 dias serão encaminhados ao Departamento de Recursos Humanos do Município no prazo máximo de 24 horas de sua concessão.

§ 4º. O órgão ou entidade solicitante deverá encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o controle de frequência do servidor cedido para seu órgão ou entidade de origem.

Art. 3º. Poderá ser requerida a devolução de servidores cuja cessão fora autorizada quando assim o exigir o interesse público e, especialmente, por motivo de reduzido quadro de pessoal do órgão ou entidade cedente ou de indisponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor decorridos 120 (cento e vinte) dias da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.200/2014

LEI Nº 5.200/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC/2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar

convênio de cooperação técnica-financeira com a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.001/0001-19, visando a conjunção de esforços, para realização da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2014.

Parágrafo Único: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar às convenientes, o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para atendimento dos objetivos do convênio.

Art. 2º - As convenientes deverão prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

02 . 00 - CHEFIA DO EXECUTIVO

02 . 07 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

20.606.0023.2070 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS

33500000.0000.0123 - Transf. a instituições sem fins lucrativos
..... R\$ 180.000,00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONVÊNIO Nº 07/20147

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Aos treze dias do mês de maio de 2014, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, doravante denominado MUNICÍPIO, a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.001/0001-19, neste ato representada por seu presidente doravante denominado CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 5.200/2014, de 13 de maio de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e de conformidade com o Regulamento Geral da EXPOCENTRO aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para realização da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2014, especificamente para a venda de stands, divulgação do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 30 de setembro de 2014, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

As CONVENIENTES obrigam-se a:

I - Cumprir os termos do Regulamento Geral da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2014, para comercialização de stands, sob a coordenação e supervisão da Comissão Central Organizadora - CCO da EXPOCENTRO 2013.

II - comercializar os espaços do Pavilhão da Indústria e Comércio da EXPOCENTRO, do restaurante e da praça de alimentação, cujos valores provenientes do resultado serão destinados em sua totalidade ao MUNICÍPIO.

III - Auxiliar na fiscalização dos serviços disponibilizados na Feira, de forma a garantir que os valores sejam condizentes com aqueles praticados no mercado.

IV - disponibilizar ao MUNICÍPIO 06 (seis) stands no Pavilhão da Indústria e comércio com área de 3,00m X 3,00 m .

V - assumir o custeio das seguintes despesas:

Divulgação do evento, em conjunto com o município com o material gráfico necessário e divulgação na mídia;
Outras despesas decorrentes da exata consecução dos objetivos do presente convenio, voltados especificamente ao evento EXPOCENTRO 2014.

VI - Viabilizar conta bancária específica, com a seguinte denominação: ACIC/PMC-CCO Expocentro 2014, onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VII - manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

VIII - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

IX - manter cadastro das entidades e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;

X - não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

XI- Para locação dos stands, deverá ser estabelecido um valor mínimo, na forma prevista no Regulamento geral.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a:

I - colocar à disposição das CONVENIENTES as instalações do Parque de Exposições Pouso do Tropeiro para a realização da EXPOCENTRO 2013 no que tange aos atingimento dos objetivos deste convênio.

II - suportar o pagamento da água e energia elétrica do Parque durante a realização do evento;

III - demarcar os espaços a serem comercializados com a entrega do mapa e montagem dos stands com lay-out previamente elaborado;

IV - elaborar e aprovar o Regulamento Geral da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2013,

V - Transferir á CONVENIENTE o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) destinado a suportar as despesas advindas da execução do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos arrecadados, bem como das respectivas despesas, deverá ser apresentada até o dia 10 de setembro de 2013, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina .

Parágrafo único. O saldo remanescente apurado na prestação de contas deverá ser devolvido ao município através de transferência bancária.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO:

I - efetuar acompanhamento da execução física do objeto do presente Convênio;

II - assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante que possa comprometer sua continuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO E ADITAMENTO

O presente convênio poderá ser aditado quanto ao valor até o limite previsto no art. 65 e seus parágrafos da Lei n. 8.666/93, ou prorrogado quanto ao prazo, desde que o prazo total não ultrapasse a 10/12/2014.

CLAUSULA NONA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de CURITIBANOS para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 2 (duas) vias, perante as testemunhas abaixo.

CURITIBANOS, SC, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal
ACIC

Lei Nº 5.201/2014

LEI Nº 5.201/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Moacir Domingues dos Santos, inscrito no CPF sob n. 027.611.919-35, do lote 02 da quadra 14-A (antiga da quadra 29), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao Lado Sul da Rua Edgar Hoppen distando 22,33 metros ao Leste da Rua Aldo Pereira Scoz, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Hoppen;

Ao Sul: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 09 da mesma quadra;

Ao Leste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 03 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com o lote 01B da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 4.784/2012.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.202/2014

LEI Nº 5.202/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Rosane de Fátima Oliveira, inscrito no CPF sob n. 045.694.879-12, do lote 24 da quadra 04-A (antiga da quadra 19), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao Lado Norte da Rua Edgar Hoppen distando 64,00 metros ao Leste da Avenida Fernando Damiani, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Ko Freitag;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 23 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com o

lote 25 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.203/2014

LEI Nº 5.203/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

3390000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS.

4490000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS.

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS.

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 332.212,26 (Trezentos e trinta e dois mil, duzentos e doze reais, vinte e seis centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

3390000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 96.501,24

4490000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS..... R\$ 170.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 27.419,65

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
 4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 38.291,37

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 332.212,26

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, CONVÊNIO DE TRÂNSITO E CIDE ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.204/2014

LEI Nº 5.204/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Educação previsto pela Lei orçamentária nº 5.149/2013 as fontes de recursos abaixo :

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
 4490000000.00.104 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 10.306.0009.2053 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES
 3390000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 625.064,23 (Seiscentos e vinte e cinco mil, sessenta e quatro reais vinte e três centavos).

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
 4490000000.00.104 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 584.110,75

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.306.0009.2053 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES
 3390000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.953,48
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 625.064,23

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso SALÁRIO EDUCAÇÃO e PNAE/FNDE ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
 Secretário de Educação e Cultura

Lei Nº 5.205/2014

LEI Nº 5.205/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 10.306.0009.2053 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES
 3390000000.00.0360 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 34.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 34.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do PNAE/FNDE, no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 10.306.0009.2054 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
 3390000000.00.0360 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 108.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 108.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado

parte do excesso de arrecadação do PNAE/FNDE, no valor de R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais).

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2049 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - REC. ESTADUAL
3390000000.00.0022 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 20.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do Transporte Escolar Estadual, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
449000000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 350.000,00
449000000000.00.358 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 500.000,00

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), e parte do excesso de arrecadação do SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

Lei Nº 5.206/2014

LEI Nº 5.206/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a saber:

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0006.2018 RPPS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3191000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇ
..... R\$ 60.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0006.2019 RGPS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura de Curitiba no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a saber: SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 90.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.207/2014

LEI Nº 5.207/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) a saber:

ANULAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL

33900000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 59.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 59.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura de Curitiba no montante de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.1005 OBRAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

44900000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 59.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.209/2014

LEI Nº 5.209/2014

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ESCOTEIRO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído no Município de Curitiba o "Dia Municipal do Escoteiro", a ser comemorado anualmente no dia 23 de abril.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.210/2014

LEI Nº 5.210/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "GRUPO ESCOTEIRO CURITIBANOS."

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública o "Grupo Escoteiro Curitiba" entidade dedicada à promoção e execução de projetos sociais, culturais e esportivos, proporcionando educação e lazer para crianças e jovens do Município de Curitiba/SC.

Art. 2º. Fica assegurado ao "Grupo Escoteiro Curitiba", todos os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Editais de Pregão Presencial Nº 147/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DA 24ª CIRETRAN, POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 06/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 06/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal Pregoeiro

Editais de Tomada de Preços Nº 157/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 157/2014

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL OU EMPRESA, COM CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAR PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA GARAGEM QUE ABRIGA AS VIATURAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTES E DITAI E MEMORIAL DESCRITIVO. Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 10/06/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 10/06/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 20 de maio de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

Editais de Pregão Presencial Nº 154/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE LIMPEZA PELO PERÍODO DE 14 A 20 DE JULHO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PELO PERÍODO DE 17 A 20 DE JULHO, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 20 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Erval Velho**PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão 006/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO
Processo Licitatório nº 009/2014
Edital de Pregão nº 006/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos e éticos para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09:00h00min do dia 03/06/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 39/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 39/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ASSOCIAÇÃO ANTI ALCOOL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE APOIO AS FAMÍLIAS DO EXTREMO SUL CATARINENSE

OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento para contratação de clínica especializada no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2014.

VALOR - Valor previsto dispêndio pela Secretaria de Saúde para a realização destes procedimentos correspondente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) sendo distribuído entre os credenciados

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - As despesas decorrentes deste Termo Contratual correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 11/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 40/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 40/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CENTRO DE TRATAMENTO DE ADIÇÕES - CE-TRAD

OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento para contratação de clínica especializada no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2014.

VALOR - Valor previsto dispêndio pela Secretaria de Saúde para a realização destes procedimentos correspondente a R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) sendo distribuído entre os credenciados

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - As despesas decorrentes deste Termo Contratual correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 11/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Decreto Nº 067, de 16 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 067, DE 16 DE MAIO DE 2014.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO a comissão de Comissão de Sindicância instaurada pelo Decreto nº 40, de 14 de março de 2014, recomendou o arquivamento da denúncia de que o servidor do quadro efetivo FRANCISCO JOÃO CARDOSO, matrícula nº 997, lotado na Escola de Educação Básica Professor Jakob Arns, teria cometido atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o afastamento do cargo do servidor FRANCISCO JOÃO CARDOSO, matrícula nº 997, determinado pelo Decreto nº 40, de 14 de março de 2014, nos termos do art. 104 da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação:pregão Presencial Nº. 115/PMF/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 115/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de máquina agrícola nova (escavadeira hidráulica), com entrega de uma escavadeira usada, pertencente à frota municipal, como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento a Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de junho de 2014 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 21 de maio de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Extrato de Contrato PMF Nº. 82/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 82/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTTI LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de forma parcelada de Cestas básicas, para atendimento a famílias carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 114.500,00 (cento e quatorze mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1301.2020.3390 (192), 1301.2024.3390 (209).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 86/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 23 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0138/2014**

DECRETO Nº 0138, DE 21 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Nº 2210, de 05 de dezembro de 2013 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.361.0005.1.012 - Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos dos Centros Educacionais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9314 (293)

R\$ 100.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.451.0017.2.040 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9263 (292)

R\$ 200.000,00

Total

R\$ 300.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta dos Convênios TR 1341 e TR 1195, Celebrados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto, respectivamente a Reforma da Sede da Secretaria de Educação e para Efetuar Serviços com Manutenção e Infraestrutura do Parque da Maçã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0139/2014

DECRETO Nº 0139-2014, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.451.0017.2.040 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (289)

R\$ 36.000,00

Total

R\$ 36.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0140/2014

DECRETO Nº 0140, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.365.0005.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (94)

R\$ 100.000,00

Total

R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172401 - Transferência de Recursos do FUNDEB
R\$ 100.000,00

TOTAL

R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0141/2014

DECRETO Nº 0141, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 57.855,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.365.0005.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (91)

R\$ 20.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (94)

R\$ 37.855,00

Total

R\$ 57.855,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.365.0005.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (95)

R\$ 20.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (97)

R\$ 37.855,00

Total

R\$ 57.855,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Resolução Cms 007**DELIBERAÇÃO 007/CMS/14**

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 21 de maio de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a Adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE 2014 / 2015, conforme ATA Nº 005/2014.

Fraiburgo (SC), 21 de maio de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 008**DELIBERAÇÃO 008/CMS/14**

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 21 de maio de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a Pactuação de Indicadores do COAP - Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde para os anos 2014 e 2015, conforme ATA Nº 005/2014.

Fraiburgo (SC), 21 de maio de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 009**DELIBERAÇÃO 009/CMS/14**

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 21 de maio de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, ELEGEU, por unanimidade, o Conselheiro Isaque Dutra de Lima - representante do CDL, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo, conforme ATA Nº 005/2014.

Fraiburgo (SC), 21 de maio de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto Nº 0142/2014

DECRETO Nº 0142, DE 21 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2229, de 21 de Maio de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
04.122.0002.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (29)
R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (271)
R\$ 30.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.01 - Secretaria de Finanças

04.123.0004.2.011 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (274)

R\$ 30.000,00

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (67)

R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (69)

R\$ 50.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.451.0017.2.040 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (289)

R\$ 60.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0020.2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (172)

R\$ 40.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

22.661.0024.2.051 - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (210)

R\$ 30.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0009.2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (9)

R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (12)

R\$ 120.000,00

10.302.0010.2.027 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (46)

R\$ 242.000,00

Total

R\$ 752.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Controladoria Interna

04.01 - Controladoria interna

04.122.0002.2.007 - Manutenção da Controladoria Geral

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (23)

R\$ 5.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.02 - Encargos Gerais

28.843.0000.0.100 - Amortização da Dívida Fundada interna

3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (43)

R\$ 100.000,00

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.366.0005.1.014 - Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos do CEJA

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (101)

R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (102)

R\$ 50.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

18.541.0016.2.037 - Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (105)

R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (284)

R\$ 120.000,00

20.606.0015.1.018 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (109)

R\$ 100.000,00

20.606.0015.2.034 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (110)

R\$ 20.000,00

3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (113)

R\$ 20.000,00

3.3.93.00.00 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Consórcios - Recurso 0.1.0200 (115)

R\$ 30.000,00

4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (116)

R\$ 10.000,00

20.606.0015.2.035 - Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (120)

R\$ 50.000,00

20.606.0015.2.038 - Incentivos a Eventos, Feiras e Exposições Agropecuários

3.3.50.00.00 - Transferências a instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.1.0200 (123)

R\$ 15.000,00

20.606.0015.2.039 - Abertura de Açudes e Reservatórios de Água

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (125)

R\$ 30.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0017.1.023 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos da Infraestrutura

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (139)

R\$ 52.000,00

15.452.0017.2.042 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (140)

R\$ 10.000,00

06.181.0019.2.043 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0207 (156)

R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0207 (161)

R\$ 10.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0020.1.027 - Construção, Ampliação e Reformas de Unidades Assistenciais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (167)

R\$ 45.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.304.0013.2.032 - Manutenção da Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (72)

R\$ 5.000,00

10.305.0013.2.033 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (76)

R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (79)

R\$ 5.000,00

Total

R\$ 752.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2229/2014

LEI Nº. 2229 DE 21 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2014, APROVADO PELA LEI Nº. 2210, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (29)

R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (271)

R\$ 30.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.01 - Secretaria de Finanças

04.123.0004.2.011 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (274)

R\$ 30.000,00

07.00 - Secretaria de Educação

07.01 - Educação Geral

12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (67)
 R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (69)
 R\$ 50.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
 10.01 - Secretaria de Infraestrutura
 15.451.0017.2.040 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (289)
 R\$ 60.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social
 11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0020.2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (172)
 R\$ 40.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
 12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
 22.661.0024.2.051 - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (210)
 R\$ 30.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde
 08.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0009.2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (9)
 R\$ 100.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (12)
 R\$ 120.000,00

10.302.0010.2.027 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (46)
 R\$ 242.000,00

Total
 R\$ 752.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Controladoria Interna
 04.01 - Controladoria interna
 04.122.0002.2.007 - Manutenção da Controladoria Geral
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (23)
 R\$ 5.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças
 06.02 - Encargos Gerais
 28.843.0000.0.100 - Amortização da Dívida Fundada interna
 3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (43)
 R\$ 100.000,00

07.00 - Secretaria de Educação
 07.01 - Educação Geral
 12.366.0005.1.014 - Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos do CEJA
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (101)
 R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (102)
 R\$ 50.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

18.541.0016.2.037 - Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (105)
 R\$ 40.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (284)
 R\$ 120.000,00

20.606.0015.1.018 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (109)
 R\$ 100.000,00

20.606.0015.2.034 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (110)
 R\$ 20.000,00
 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (113)
 R\$ 20.000,00
 3.3.93.00.00 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Consórcios - Recurso 0.1.0200 (115)
 R\$ 30.000,00
 4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (116)
 R\$ 10.000,00

20.606.0015.2.035 - Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (120)
 R\$ 50.000,00

20.606.0015.2.038 - Incentivos a Eventos, Feiras e Exposições Agropecuárias
 3.3.50.00.00 - Transferências a instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.1.0200 (123)
 R\$ 15.000,00

20.606.0015.2.039 - Abertura de Açudes e Reservatórios de Água
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (125)
 R\$ 30.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
 10.01 - Secretaria de Infraestrutura
 15.452.0017.1.023 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos da Infraestrutura
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (139)
 R\$ 52.000,00

15.452.0017.2.042 - Manutenção da Iluminação Pública
 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0200 (140)
 R\$ 10.000,00

06.181.0019.2.043 - Manutenção da Segurança Pública
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0207 (156)
 R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0207 (161)
 R\$ 10.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social
 11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0020.1.027 - Construção, Ampliação e Reformas de Unidades Assistenciais
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (167)
 R\$ 45.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.304.0013.2.032 - Manutenção da Vigilância Sanitária
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (72)
R\$ 5.000,00

10.305.0013.2.033 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (76)
R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (79)
R\$ 5.000,00

Total
R\$ 752.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 21 DE MAIO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2230/2014

LEI Nº 2230, DE 21 DE MAIO DE 2014.
INSTITUI E FIXA GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O motorista, devidamente qualificado e identificado, com atuação na Secretaria Municipal de Saúde de Fraiburgo, responsável pela condução de veículos destinados a deslocamentos de pacientes do Município de Fraiburgo para outros centros de tratamento médico hospitalar, quando em escala de sobreaviso ou quando em viagem a serviço correlata as suas atividades, perceberão Gratificação de Sobreaviso, segundo o sistema de horário de sobreaviso estabelecido na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º, desta Lei.

Art. 2º. A gratificação de sobreaviso, previsto no artigo 1º desta Lei será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, fora do horário normal de trabalho.

§ 1º. Ao motorista que efetuar sobreaviso mensal parcial, o valor a ser pago será proporcionalmente ao período efetivamente realizado em relação ao número total de horas de sobreaviso mensal estabelecido na escala de sobreaviso.

§ 2º. Os motoristas que perceberem gratificação de sobreaviso não farão jus ao adicional de serviço extraordinário, durante os horários que estiverem efetivamente de sobreaviso, conforme o estabelecido nos artigos 60, 61, e 62 da Lei Complementar n.º 109/2010.

§ 3º. O Secretário Municipal de Saúde estabelecerá até o dia 30 de cada mês a escala de sobreaviso dos motoristas para o mês seguinte.

§ 4º. No estabelecimento da escala de sobreaviso previsto no

parágrafo anterior, sempre que possível, deverá ser obedecida à rotatividade dos motoristas em exercício de suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º. O valor da gratificação prevista no caput do presente artigo será assegurado à revisão anual, no mesmo índice e percentual da revisão geral anual concedida aos agentes públicos municipais, nos termos do artigo 77, X, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. O agente público motorista que for convocado para prestação de serviço durante o sobreaviso e deixar de atender não fará jus ao recebimento do valor correspondente previsto no artigo 2º, desta Lei.

Art. 4º. A gratificação de sobreaviso será paga a partir da competência de maio de 2014, observadas todas as disposições previstas nesta Lei.

Art. 5º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 1º de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 21 DE MAIO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0009/2014

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0009/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de cobertura da quadra poliesportiva de 19x33 m, ao lado da Escola São Miguel localizada na Av. Michelle Simonetti, esquina com a Guido Brandt, nº 510, sobre o Lote 0001 da Quadra 402 no bairro São Miguel, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Recursos: 9.310 - Convênio da União - Termo de Compromisso PAC208342/2014 e 1.300 - Recursos Próprios. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 10.06.2014. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185 e no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações: Fone (49) 3256-3000 - Ramais: 3023/3039.

Fraiburgo(SC),
21 de maio de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 0010/2014

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0010/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de 2 (dois) Pontos de Ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL); Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Recursos: Recursos Próprios; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 09.06.2014; Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC),
21 de maio de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 0011/2014

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0011/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de 9 (nove) pontos de ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL); Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Recursos: Recursos Próprios; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 15:00 horas do dia 09.06.2014. Abertura do Certame: No mesmo dia às 15:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC),
21 de maio de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1032/2014

PORTARIA Nº 1.032, DE 21 DE MAIO DE 2014.
Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2.774, de 08 de abril de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ALESSANDRA DE SOUZA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 021.184.719-47, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 09 de abril de 2014 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo,
21 de maio de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1033/2014

PORTARIA Nº 1.033, DE 21 DE MAIO DE 2014.
Prorroga Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 3.438, de 06 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares do servidor ADÃO FRANCISCO DE ASSIS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 657.154.119-04, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2014 até 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo,
21 de maio de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1034/2014

PORTARIA Nº 1.034, DE 21 DE MAIO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a Comunicação Interna nº 087/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LORENI TEREZINHA POSSEIRA COLOMBELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 918.587.639-91, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo,
21 de maio de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1035/2014

PORTARIA N.º 1.035, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a Comunicação Interna nº 087/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.624.669-04, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1036/2014

PORTARIA N.º 1.036, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a Comunicação Interna nº 047/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ABILIO PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 296.625.679-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2014 até 31 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1037/2014

PORTARIA N.º 1.037, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a Comunicação Interna nº 047/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIRCEU DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.716.089-71, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1038/2014

PORTARIA N.º 1.038, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a Comunicação Interna nº 047/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO GERMANO DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 458.532.319-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2014 até 31 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo,

21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1039/2014

PORTARIA N.º 1.039, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA CORRÊA BECKER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.449.639-21, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1040/2014

PORTARIA Nº 1.040, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARTA MACHADO DOS SANTOS,, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 868.560.739-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato de Contrato Nº Ct14pmf85

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF85

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: HBINFO PROVEDOR LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL E DE ACESSO À INTERNET, COM SERVIÇO DE ALTA DISPONIBILIDADE, ENGLOBANDO HARDWARES, SOFTWARES, LICENÇAS, LINKS DE COMUNICAÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIA, FUNDO E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. VALOR TOTAL: R\$ 295.200,00 (DUZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS). DATA DO CONTRATO: 21.05.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES, DE

21.05.2014 A 21.05.2015, PONDENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DO INCISO IV DO ART. 57 DA LEI Nº 8.666/93. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO: 60 DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0079/2014 - PMF. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 0001/2014. RECURSOS: 1.200, 1.323, 0.800, 0.900, 1.403 (GABINETE DO PREFEITO, CULTURA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

FRAIBURGO (SC), 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 0143/2014

DECRETO Nº 143, DE 21 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00 - Aplicações		
Diretas 0.1.01441 (123) R\$	656,65	
3.3.90.00 - Aplicações		
Diretas 0.1.01442 (126) R\$	200.821,04	
3.3.90.00 - Aplicações		
Diretas 0.1.01433 (127) R\$	13.522,31	
Total	R\$	215.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172203080 - Transferências de Recursos do Estado - Cirurgias Oftalmológicas	R\$	656,65
417223309 - Transferências de Recursos do SUS - MAC Estado	R\$	200.821,04
417213321 - Transferências de Recursos do SUS - Rede Cegonha	R\$	13.522,31
TOTAL	R\$	215.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Complementar Nº 0173/2014**LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 21 DE MAIO DE 2014.****ALTERA O ANEXO I-B DA LEI COMPLEMENTAR N. 110, DE 03 DE MARÇO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar n. 110/10;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo I-B da Lei Complementar n. 110/2010, para elevar os cargos de provimento efetivo de Arquiteto e Engenheiro Civil (20 e 40 horas semanais), pertencentes ao Grupo Ocupacional Especialista, da Categoria 9 para Categoria 10, passando estes cargos efetivos à aplicação dos padrões de vencimento previstos para a Categoria 10.

Parágrafo único. Fica consolidado o Anexo I-B da Lei Complementar n. 110/2010, passando a vigorar nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A contraprestação pecuniária decorrente da alteração prevista no artigo 1º desta Lei, deverá ser realizada a partir da competência de junho de 2014.

Art. 3º. Fica alterado o Anexo VIII-A da Lei Complementar n. 110/2010, que estabelece o Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, para consolidar a missão, responsabilidades e requisitos dos cargos de Arquiteto e Engenheiro Civil, nos termos do Anexo II, parte integrante desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 21 DE MAIO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR N. 173, DE 21 DE MAIO DE 2014.

ANEXO I

ANEXO I - B (LEI COMPLEMENTAR N. 110, DE 03 DE MARÇO DE 2010)*

CATEGORIAS	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE	C/H	PADRÕES DE VENCIMENTO															
					4 anos 4,0%	3 anos 3,0%	3 anos 3,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%
					A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$	K R\$	L R\$	M R\$	N R\$	O R\$	P R\$
7	Analista Executivo Bibliotecário	GE	24 11	40	1.649,75	1.715,74	1.767,21	1.820,23	1.856,63	1.893,77	1.931,64	1.970,27	2.009,68	2.049,87	2.090,87	2.132,69	2.175,34	2.218,85	2.263,23	2.308,49
8	Assistente Social		4																	
	Enfermeiro		5																	
	Farmacêutico	GE	1		2.525,98	2.627,02	2.705,83	2.787,00	2.842,74	2.899,60	2.957,59	3.016,74	3.077,08	3.138,62	3.201,39	3.265,42	3.330,73	3.397,34	3.465,29	3.534,60
	Fisioterapeuta		3	40																
	Nutricionista		6																	
	Psicólogo		1																	
9	Terapeuta Ocupacional		12																	
	Assistente Social		4																	
	Enfermeiro	GE	2	20	1.262,99	1.313,51	1.352,91	1.393,50	1.421,37	1.449,80	1.478,80	1.508,37	1.538,54	1.569,31	1.600,70	1.632,71	1.665,36	1.698,67	1.732,65	1.767,30
	Fonoaudiólogo		1																	
	Jornalista		2																	
	Psicólogo		2																	
10	Publicitário		1																	
	Analista de Gestão Humana		1																	
	Auditor Fiscal		5																	
	Contador		8																	
	Engenheiro Agrônomo		1																	
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	GE	1	40	3.536,37	3.677,82	3.788,16	3.901,80	3.979,84	4.059,44	4.140,63	4.223,44	4.307,91	4.394,07	4.481,95	4.571,59	4.663,02	4.756,28	4.851,40	4.948,43
11	Farmacêutico Bioquímico		2																	
	Gestor Público Municipal		11																	
	Médico Veterinário		1																	
	Tesoureiro		3																	
	Farmacêutico Bioquímico	GE	2	20	1.768,19	1.838,91	1.894,08	1.950,90	1.989,92	2.029,72	2.070,31	2.111,72	2.153,95	2.197,03	2.240,97	2.285,79	2.331,51	2.378,14	2.425,70	2.474,22
	Aquilista	GE	1	40	4.420,48	4.597,30	4.735,22	4.877,27	4.974,82	5.074,32	5.175,80	5.279,32	5.384,91	5.492,60	5.602,46	5.714,50	5.828,79	5.945,37	6.064,28	6.185,56
12	Enfermeiro Civil	GE	2	20	2.210,24	2.298,65	2.367,61	2.438,64	2.487,41	2.537,16	2.587,90	2.639,66	2.692,45	2.746,30	2.801,23	2.857,25	2.914,40	2.972,69	3.032,14	3.092,78
	Enfermeiro Civil	GE	2	40	4.420,48	4.597,30	4.735,22	4.877,27	4.974,82	5.074,32	5.175,80	5.279,32	5.384,91	5.492,60	5.602,46	5.714,50	5.828,79	5.945,37	6.064,28	6.185,56
	Odontólogo	GE	6	20	2.210,24	2.298,65	2.367,61	2.438,64	2.487,41	2.537,16	2.587,90	2.639,66	2.692,45	2.746,30	2.801,23	2.857,25	2.914,40	2.972,69	3.032,14	3.092,78
	Procurador	GE	3	40	5.683,47	5.883,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47	5.683,47
	Médico	GE	5	20	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74	2.841,74
	Médico	GE	15	20	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98	5.051,98
13	Médico Saúde da Família	GE	10	40	13.157,50	13.683,80	14.094,31	14.517,14	14.807,49	15.103,64	15.405,71	15.713,82	16.028,10	16.348,66	16.675,63	17.009,15	17.249,33	17.696,32	18.050,24	18.411,25

*Atualizado até a Revisão Geral Anual concedida pela Lei Municipal n. 2.222, de 26 de fevereiro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 21 DE MAIO DE 2014.**ANEXO II****(ANEXO VIII-A DA LEI COMPLEMENTAR N. 110/10)
MANUAL DE OCUPAÇÕES DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO****ARQUITETO**

Missão:

Realizar trabalhos arquitetônicos, envolvendo elaboração de projetos, orçamentos, acompanhamento e fiscalização de obras, estudos de viabilidade, entre outros, a fim de viabilizar a execução de projetos de construção civil para a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, sejam eles de autoria própria ou de terceiros.

Responsabilidades:

→ Realizar orçamentos, quantificando e levantando preços de materiais e mão-de-obra, para que os projetos possam ser levados à licitação e a órgãos fiscalizadores.

→ Elaborar projetos arquitetônicos (edificações) e assumir responsabilidade técnica sobre os mesmos, zelando para que novas obras do município atendam a necessidade para a qual foram solicitadas:

- Identificar necessidades;
- Coletar e analisar informações e dados;
- Buscar um conceito arquitetônico compatível com a demanda;
- Definir conceito projetual;
- Elaborar estudos preliminares e alternativas;
- Definir materiais a serem utilizados;
- Elaborar o projeto.

→ Realizar levantamento de obras existentes e elaborar projetos de reforma, para que os imóveis pertencentes ao município possam ser adequados a nova realidade/necessidade.

→ Acompanhar e fiscalizar as obras, visitando-as e analisando suas condições, prestando orientações, conferindo medições, monitorando a qualidade de materiais e serviços, para garantir que a execução dos projetos esteja conforme descrições e orçamentos.

→ Desenvolver estudos de viabilidade:

- Analisando a documentação do empreendimento proposto;
- Verificando adequação do projeto à legislação, condições ambientais e institucionais;
- Avaliando alternativas de implantação do projeto;
- Identificando alternativas de operacionalização;
- Elaborando relatórios conclusivos de viabilidade.

→ Interpretar fotografias aéreas, imagens, cartas planialtimétricas e dados complementares, desenvolvendo mapas temáticos que caracterizam regiões geográficas, a fim de munir os superiores com informações acerca do planejamento e organização físico-espacial.

→ Analisar projetos de construções, loteamentos, desmembramentos, pedidos de construção, reformas, paisagísticos, urbanísticos, entre outros, com o intuito de aprovar os mesmos, esclarecendo e orientando sobre possíveis dúvidas com relação às obras públicas e particulares.

→ Desenvolver projetos de pesquisa, realizando ensaios de produtos, métodos, equipamentos e procedimentos, a fim de implementar tecnologias.

→ Vistoriar e/ou inspecionar documentos de projetos, no que tange a legalidade, verificando o cumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção e/ou das exigências processuais.

→ Analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, de acordo com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias.

→ Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanísticos, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infra-estrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico, de modo a atender a demanda solicitada, fazendo cumprir a legislação vigente.

→ Organizar e manter a base de dados atualizada, inserindo informações acerca de cadastros técnicos, imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos, entre outros.

→ Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

→ Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

→ Emitir certidão: de vistoria realizada; cadastral; de demolição; de isenção de projeto; de isenção de INSS; de revisão da taxa de lixo; de revisão da alíquota; para FATMA; de revisão de benfeitoria; negativa ou positiva, verificando se o contribuinte tem débito; de ITBI, verificando os documentos apresentados e a base cadastral; termo de cessão e transferência junto ao município, cadastrando vendedores e compradores, redigindo termo de transferência; entre outras.

→ Executar serviços de fiscalização de regularidade das edificações feitas no território do município, de modo a assegurar que as obras sejam executadas de acordo com os respectivos projetos e dentro das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas):

- Verificando a regularidade do terreno que vai receber ou está recebendo a edificação;
- Verificando se a construção está de acordo com os padrões estabelecidos no Plano Diretor, Código de Posturas e demais leis municipais que regulem a matéria;
- Realizando medições através de equipamentos específicos, digitando as informações no sistema e levantando as quantidades efetivamente executadas;

- Verificando se as construções, quando as características assim o exigirem, apresentam responsável técnico e a forma de acompanhamento e fiscalização da responsabilidade técnica;
- Verificando se os fins a que se destinam as edificações não colidem com o que dispõe o zoneamento estabelecido no Plano Diretor e se as normas de urbanismo estão sendo respeitadas;
- Embargando a continuidade de obras que não estejam de acordo com as normas estabelecidas em leis;
- Avaliando se o alvará e o licenciamento municipal para construção, habitalidade e/ou funcionamento de estabelecimentos estão condizentes com o tamanho, a finalidade e demais características da obra;
- Emitindo documentos oficiais do município referentes a alvará de licença para construções, alvará de habite-se, alvará de demolição, a fim de possibilitar as ações de acordo com a legalidade.

→ Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

→ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

→ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

→ Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

→ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Requisitos:

● **Formação:** Obrigatória Formação Superior Completa em Arquitetura e Urbanismo, com Registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão, quando exigido.

● **Conhecimentos Desejados:** Orçamentos, legislação (viabilidade técnica), construção civil.

● Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ENGENHEIRO CIVIL**Missão:**

Elaborar, analisar e aprovar projetos de engenharia, bem como fiscalizar e gerenciar obras a fim de garantir o desenvolvimento ordenado das obras públicas do município, em acordo com as leis e normas técnicas vigentes.

Responsabilidades:

- Elaborar projetos de edificações e obras no município de Fraiburgo:
 - realizando estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, incluindo investigação de campo;
 - dimensionando mão de obra, equipamentos, serviços e materiais necessários;
 - fazendo avaliações imobiliárias para a Prefeitura;
 - definindo a mais assertiva metodologia para a execução de obras.
- Gerenciar obras em andamento:
 - acompanhando tecnicamente todas as suas fases de execução;
 - controlando o recebimento de materiais e serviços;
 - supervisionando a segurança da obra e o pleno cumprimento das normas e procedimentos de segurança por parte da mão de obra selecionada;
 - controlando o cronograma físico e financeiro da obra, otimizando processos construtivos e realizando ajustes de campo a fim de garantir o cumprimento dos mesmos.
- Garantir a qualidade do empreendimento e/ou projeto de obra em andamento:
 - verificando o atendimento a normas, padrões e procedimentos preestabelecidos;
 - fiscalizando o controle ambiental do empreendimento;
 - elaborando o projeto de construção;
 - calculando os esforços e deformações previstas na obra projetada ou que afetem a mesma;
 - preparando plantas e especificações da obra;
 - indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão de obra necessária;
 - efetuando um cálculo aproximado dos custos;
 - analisando ensaios materiais, de resíduos e insumos;
 - auditando permanentemente o trabalho realizado nas fases do projeto;
 - orientando os profissionais envolvidos.
- Prestar assistência técnica em processos licitatórios:
 - estabelecendo critérios para a pré-qualificação de serviços e obras;
 - preparando termos de referência para a contratação de serviços e obras;
 - prestando suporte para a preparação do edital de concorrência;
 - julgando propostas técnicas e financeiras.
- Elaborar planos, programas e/ou projetos, de modo a buscar a aprovação junto aos superiores e órgãos competentes:
 - identificando necessidades;
 - coletando informações;

- analisando dados;
- elaborando e definindo metodologias, diagnósticos, técnicas, materiais, orçamentos, entre outros.
- Desenvolver projetos de pesquisa, a fim de implementar tecnologias:
 - realizando ou solicitando ensaios de produtos, métodos, equipamentos e procedimentos.
- Realizar estudos e análises de dados censitários e estudos demográficos, gerando informações a serem utilizadas no desenvolvimento de projetos.
- Desenvolver cálculos e projetos hidráulicos, hidro-sanitários e de saneamento ambiental, utilizando ferramentas de apoio como sistemas CAD, SIG, Modelagem Matemática de Redes, entre outros.
- Vistoriar e/ou inspecionar documentos de projetos, no que tange a legalidade, verificando o cumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção e/ou das exigências processuais.
- Analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, de acordo com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias.
- Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, de modo a atender a demanda solicitada, fazendo cumprir a legislação vigente:
 - incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infra-estrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico.
- Organizar e manter a base de dados atualizada, inserindo informações acerca de cadastros técnicos, imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos, entre outros.
- Participar de processos judiciais, representando o município através de informações e documentos levantados previamente.
- Analisar projetos de construções, loteamentos, desmembramentos, pedidos de construção, reformas, paisagísticos, urbanísticos, entre outros, com o intuito de aprovar os mesmos, esclarecendo e orientando sobre possíveis dúvidas com relação às obras públicas e particulares.
- Emitir certidão: de vistoria realizada; cadastral; de demolição; de isenção de projeto; de isenção de INSS; de revisão da taxa de lixo; de revisão da alíquota; para FATMA; de revisão de benfeitoria; negativa ou positiva, verificando se o contribuinte tem débito; de ITBI, verificando os documentos apresentados e a base cadastral; termo de cessão e transferência junto ao município, cadastrando vendedores e compradores, redigindo termo de transferência; entre outras.
- Executar serviços de fiscalização de regularidade das edificações feitas no território do município, de modo a assegurar que as obras sejam executadas de acordo com os respectivos projetos e dentro das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas):
 - Verificando a regularidade do terreno que vai receber ou está recebendo a edificação;
 - Verificando se a construção está de acordo com os padrões estabelecidos no Plano Diretor, Código de Posturas e demais lei municipais que regulem a matéria;

- Realizando medições através de equipamentos específicos, digitando as informações no sistema e levantando as quantidades efetivamente executadas;
- Verificando se as construções, quando as características assim o exigirem, apresentam responsável técnico e a forma de acompanhamento e fiscalização da responsabilidade técnica;
- Verificando se os fins a que se destinam as edificações não colidem com o que dispõe o zoneamento estabelecido no Plano Diretor e se as normas de urbanismo estão sendo respeitadas;
- Avaliando se o alvará e o licenciamento municipal para construção, habitalidade e/ou funcionamento de estabelecimentos estão condizentes com o tamanho, a finalidade e demais características da obra;
- Emitindo documentos oficiais do município referentes a alvará de licença para construções, alvará de habite-se, alvará de demolição, a fim de possibilitar as ações de acordo com a legalidade.

→ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

→ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

→ Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

→ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Requisitos:

● **Formação:** Obrigatória a Formação Superior Completa em Engenharia Civil, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão, quando exigido.

● **Conhecimentos Desejados:** Informática avançada e Auto Cad.

● Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 05/2014**

RESOLUÇÃO Nº 05/2014

DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DO CARGO DE 2º SECRETÁRIO DA MESA DA CÂMARA, PARA O PERÍODO LEGISLATIVO DE 19/05 A 31/12/2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, na forma que dispõe o art. 24, "caput", da Lei Orgânica Municipal e art. 17, "caput", do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. O Vereador PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, eleito na Sessão Ordinária do dia 19/05/2014, assume o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora, para o período legislativo de 19/05 a 31/12/2014, se não ocorrer o retorno do vereador titular da função antes desta data.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 20 de maio de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA

Presidente da Mesa

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Resolução Nº 06/2014

RESOLUÇÃO MD Nº 06/2014

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE: SERVIÇOS PÚBLICOS.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial, as previstas no artigo 59, do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica designado o Vereador JONERVAL DE OLIVEIRA, para exercer, em substituição ao Vereador Licenciado Francisco Maciel da Silva, a função de membro da Comissão Permanente de SERVIÇOS PÚBLICOS da Câmara Municipal, pelo período indeterminado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 20 de maio de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA

Presidente da Mesa

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2014

FMS

Ata nº. 39/2014; Processo nº. 61/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ACT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMECIO LTDA; CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA; COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA; DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA; EQUIPOS COMERCIAL LTDA; ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME; MEDI-SAUDE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA; MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA; METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME; VS COSTA E& CIA LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de equipamentos de uso nas Unidades de Saúde e Policlínica Municipal da Secretária de Saúde do Município de Garopaba. Valor: R\$ 77.050,24; Data da Assinatura: 22/05/2014.

Edital de Multa 871/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000871/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LYR8936 54283543E 10/09/2013 6599-2
LYV7355 54282920E 09/09/2013 6599-2
LZR8675 54283931E 14/09/2013 6599-2
LZR8675 54283932E 14/09/2013 5010-0
LZR8675 54283933E 14/09/2013 5118-0
MET3128 54284293E 12/09/2013 5010-0
MET3128 54284294E 12/09/2013 5118-0
MFJ7151 54284289E 06/09/2013 5010-0
MHG8662 54284296E 12/09/2013 7030-1
MHR4853 54284290E 09/09/2013 6599-2
MIG3963 54283482E 06/09/2013 5088-2
MIG3963 54283483E 06/09/2013 5037-1
MJC5835 54282634E 09/09/2013 6599-2
MJF9216 54284284E 06/09/2013 5185-1
MKA6583 54283709E 11/09/2013 6912-0
MLF2001 54284118E 13/09/2013 7366-2
Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 * V
5010-0 162 * I
5118-0 164 c/c 162 * I
7030-1 244 * I
5088-2 163 c/c 162 * III
5037-1 162 * III
5185-1 167
6912-0 232
7366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 872/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000872/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ILY9306 54283595E 28/07/2013 6602-0 R\$ 191,53

ILY9306 54283596E 28/07/2013 5010-0 R\$ 574,61

ILY9306 54283597E 28/07/2013 5118-0 R\$ 574,61

Infr./Desd.

Enquadramento

6602-0 230 * VI

5010-0 162 * I 5118-0 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 873/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000873/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

BWT6228 54284032E 02/10/2013 6920-0

CHY5136 54284009E 23/09/2013 6920-0

ITE6687 54284012E 23/09/2013 6920-0

IUI2020 54283715E 21/10/2013 5452-2

KHM8448 54283487E 22/10/2013 6599-2

LCZ4793 54282636E 21/09/2013 6912-0

LQY0322 54284031E 01/10/2013 6920-0

LYR8936 54284025E 24/09/2013 6920-0

LZR7817 54284020E 24/09/2013 6920-0

MBJ3838 54284363E 18/10/2013 7366-2

MBU3565 54284015E 23/09/2013 6920-0

MDI9946 54282637E 04/10/2013 6912-0

MEI3035 54284014E 23/09/2013 6920-0

MGF8248 54282638E 05/10/2013 6599-2

MJT3297 54282924E 06/10/2013 6599-2

MKC7185 54282935E 06/10/2013 6599-2

MKG8331 54284090E 04/10/2013 5452-1

MKS7835 54283415E 26/09/2013 7030-2

Infr./Desd.	Enquadramento
6920-0	233
5452-2	181 * VIII
6599-2	230 * V
6912-0	232
7366-2	252 * VI
5452-1	181 * VIII
7030-2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 874/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000874/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MHL1739 54283534E 27/07/2013 5185-1 R\$ 127,69

MJY1017 54284056E 04/08/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 875/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000875/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGD0025 54284029E 25/09/2013 6920-0

INI7441 54282633E 19/09/2013 5452-1

MAA7439 54284024E 24/09/2013 6920-0

MCM4496 54284016E 23/09/2013 6920-0

MCV0492 54282934E 06/10/2013 6408-0

MGB9564 54281724E 26/09/2013 5541-5

MIP4111 54283422E 02/10/2013 5541-5

MJM8362 54284300E 30/09/2013 6599-2

Infr./Desd.	Enquadramento
6920-0	233
5452-1	181 * VIII
6408-0	221
5541-5	181 * XVII
6599-2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 876/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000876/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MAX0621 54281582E 06/02/2013 6726-1 R\$ 127,69

MBW3028 54284059E 19/08/2013 7056-2 R\$ 85,12

MBW3028 54284061E 19/08/2013 6637-2 R\$ 127,69

MKE5409 54283860E 02/07/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

6726-1 230 * XVIII

7056-2 244 * III c/c §1º

6637-2 230 * IX5185-1 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 877/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000877/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MHI8276 54282786E 23/08/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento 5185-1 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 878/13,

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000878/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

APZ4209 54284013E 23/09/2013 6920-0

CNP0408 54284022E 24/09/2013 6920-0

DWT9629 54284050E 31/10/2013 6920-0

IJN4792 54284351E 09/10/2013 6408-0

ILZ3293 54284035E 07/10/2013 6920-0

IRG4538 54283547E 19/09/2013 5207-0

JPH0461 54284039E 11/10/2013 6920-0

KRC6156 54284000E 12/10/2013 5185-1

LYL7866 54284133E 04/11/2013 7366-2

MAQ6935 54284017E 24/09/2013 6920-0

MAW8964 54284364E 21/10/2013 6599-2

MCD0570 54284034E 03/10/2013 6920-0

MCI5729 54284027E 24/09/2013 6920-0

MEM8811 54284372E 23/10/2013 6599-2

MEM8811 54284373E 23/10/2013 5045-0

MFP2475 54283418E 29/09/2013 6599-2

MFP2475 54283419E 29/09/2013 5010-0

MFP2475 54283420E 29/09/2013 5118-0

MFV1804 54284010E 23/09/2013 6920-0

MGF8248 54284038E 11/10/2013 6920-0

MHS1237 54284037E 07/10/2013 6920-0

MIS4279 54284042E 14/10/2013 6920-0

MIX9814 54284167E 02/11/2013 5185-1

MJM1676 54284099E 21/10/2013 5541-1

MJO0275 54283938E 23/10/2013 5061-0

MJO0275 54284123E 23/10/2013 5010-0

MJT3613 54284362E 18/10/2013 7366-2

MKW1166 54284018E 24/09/2013 6920-0

MMA6494 54284303E 02/11/2013 5541-5

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

6408-0 221

5207-0 169

5185-1 167

7366-2 252 * VI

6599-2 230 * V

5045-0 162 * V

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

5541-1 181 * XVII

5061-0 163 c/c 162 * I

5541-5 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE

DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Decreto N.º 066

DECRETO N.º 066 DE 21 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 156.435,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 156.435,00 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 87.335,00

12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar 87.335,00

3.3.90.0.1.22.001003 - Aplicações Diretas 87.335,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO 44.100,00

23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico 44.100,00

3.3.90.0.1.24.001043 - Aplicações Diretas 44.100,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 25.000,00

10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude 25.000,00

4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 156.435,00 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/05/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Aviso de Licitação Pe044/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de asfalto com aplicação a frio, para uso da Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de ruas e estradas não pavimentadas do município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 03/06/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 03/06/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 21 de maio de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Lei Nº 1808 de 22 de Maio de 2014

LEI Nº 1808 DE 22 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, com a finalidade de integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, organizando-se na forma exigida pela lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e Resoluções do CONTRAN;

Parágrafo único: São órgãos do Sistema Municipal de Trânsito:

I - Órgão Executivo Rodoviário Municipal de Trânsito, em conformidade ao previsto no Art. 21 da lei 9.503/97 (CTB);

II - Órgão Executivo de Trânsito, conforme previsto no Art. 24 da lei 9.503/97 (CTB);

III - Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), em conformidade ao previsto pelo Art. 16 da lei 9.503/97 (CTB);

IV - Fundo Municipal de Trânsito (FMT);

V - Comissão Municipal de Trânsito (CMT).

Art. 2º Fica criado o Departamento Municipal de Trânsito, doravante reconhecido com a sigla DEMUTRAN, como órgão e entidade executivo de trânsito e órgão executivo rodoviário, em nível municipal, tendo suas competências definidas nos Art. 21 e 24 do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN.

§ 1º O DEMUTRAN, dentro da estrutura organizacional do Município, é órgão do Poder Executivo, incluído no item orçamentário próprio, denominado Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

§ 2º Para estudos de engenharia de tráfego e elaboração de

projetos, o DEMUTRAN utilizará do quadro técnico da Secretaria Municipal de Infra- estrutura, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente e demais instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de Garopaba, que disponham serviços de engenharia civil e ou viária.

Art. 3º Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, que funcionará junto ao DEMUTRAN, como órgão colegiado responsável pelos julgamentos dos recursos interpostos contra as penalidades por eles imposta.

§ 1º A competência da JARI, está disposta no Código de Trânsito Brasileiro e terá regimento próprio, criado através de Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no artigo 12, inciso VI, da Lei 9.503/97, e, Resolução 357/10 do CONTRAN.

§ 2º A JARI será composta pelos seguintes membros:

I - 1(um) representante titular e 01(um) suplente do órgão que impõe a penalidade;

II - 1 (um) representante titular e 01(um) suplente indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito

III - 1 (um) representante titular e 01 (um) suplente com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio

IV - 1 (um) secretário para secretariar as reuniões da JARI

§ 3º O mandato dos membros da JARI terá duração de 02 (dois) anos, permitida recondução.

§ 4º Cada membro da Junta Administrativo de Recursos de infrações - JARI, fará jus a uma remuneração por reunião, a título de JETON, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, limitado a realização de até 06 (seis) reuniões durante o ano.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos desta Lei são os constantes do Anexo I, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como das resoluções dos órgãos de deliberações de trânsito.

Art. 5º O DEMUTRAN possui a seguinte composição:

I - Diretoria;

II - Coordenadoria de Trânsito;

III - Coordenadoria de Educação de Trânsito;

IV - Comissão Municipal de Trânsito.

§ 1º O Diretor, os demais integrantes do DEMUTRAN e membros da Comissão Municipal de Trânsito, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A Comissão Municipal de Trânsito não possuirá função deliberativa, sendo órgão consultivo e de assessoramento do DEMUTRAN, tendo seu funcionamento regulamentado por regimento interno oficializado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º O Diretor do DEMUTRAN é a Autoridade de Trânsito, subordinado ao Secretário de Infra-Estrutura, sendo o cargo criado em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único - Autoridade de Trânsito, segundo define o Código de Trânsito Brasileiro, é o dirigente do órgão ou entidade executivo integrante do Sistema Nacional de Trânsito ou pessoa por ele

expressamente credenciada.

Art. 7º Para o cumprimento das finalidades a que se destina, o DEMUTRAN tem a seguinte composição orgânica e estrutural:

I - Diretamente ligado ao Gabinete do Secretário de Infra-Estrutura:

a) Fundo Municipal de Trânsito (FMT);

b) Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI);

c) Coordenadoria Administrativa de Trânsito;

d) Coordenadoria de Educação de Trânsito;

e) Comissão Municipal de Trânsito (CMT).

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Trânsito será criado através de Lei Municipal própria, conforme dispõe o Código de Trânsito e Resoluções concernentes.

Art. 8º Para sua operacionalização o DEMUTRAN firmará convênio para o apoio das seguintes situações:

I - Serviços de Informática e Sistematização, sistematizando a emissão de autos, notificações, arrecadações e estatística;

II - Serviços de Operacional Técnica, para pinturas, sinalizações, pequenas obras e semaforicas, etc;

III - Serviços de Atendimento ao Público, informações, protocolo, recebimentos de recursos, solicitações, sugestões do público, e para registro, emplacamento, licenciamento e autorização para dirigir veículos de propulsão humana ou tração animal;

IV - Serviços de Educação de Trânsito, planejar, projetar e implantar programas e ações Educacionais na área de Trânsito;

§ 1º O Coordenador Administrativo de Trânsito, assessora o Diretor do DEMUTRAN, interligando-se diretamente na funcionalidade e operacionalidade das seções, sendo o cargo criado em comissão, de livre nomeação e exoneração.

§ 2º O Coordenador de Educação de Trânsito, em conjunto com o Diretor do DEMUTRAN, será responsável pela implantação do programa de educação de trânsito nas escolas, bem como demais ações para a sociedade.

§ 3º Os serviços deste dispositivo, terão pormenorizados, seus procedimentos e tarefas em regimento interno do DEMUTRAN, devidamente aprovado pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Infra estrutura

§ 4º Poderá o Município firmar convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, objetivando a fiscalização e cumprimento das normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, através dos seus agentes de trânsito.

Art. 9º Compete ao DEMUTRAN, como órgão executivo de trânsito urbano e rodoviário do Município, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com órgão de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, leis concernentes e devidas resoluções, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, bem como em leis concernentes e resoluções dos órgãos de trânsito, dentro de sua competência;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotações dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar, aplicar penalidades e arrecadar multas referentes ao contido no Art. 95 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro, referente a obras e eventos que possam perturbar ou interromper a livre circulação;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes da estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas, através de talonário próprio recolhido aos cofres públicos;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de propulsão humana e tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - apoiar órgãos específicos fiscalizadores do nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos por veículos automotores ou

pela sua carga;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXII - sistematizar, normatizar e estabelecer procedimentos para imposição, notificação e arrecadação das multas;

XXIII - gerir e administrar o Fundo Municipal de Trânsito, através da Secretaria de Infra-Estrutura, aplicando sua receita conforme determina o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro;

XXIV - sistematizar, normatizar e estabelecer procedimentos para registro e licenciamento de veículos à propulsão humana e tração animal;

XXV - regulamentar as operações de carga e descarga;

XXVI - regulamentar e estruturar o transporte individual e coletivo de passageiros e do transporte escolar, conforme legislação vigente;

XXVII - informar o CONTRAN sobre o cumprimento das exigências definidas nos parágrafos 1º e 2º, do Art. 333, do Código de Trânsito Brasileiro;

XXVIII - estabelecer, através de Lei, o Regimento Interno da JARI, estatuído pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções concernentes;

§ 1º O DEMUTRAN, sempre que necessário, dentro da realidade local, em obediência a legislação de trânsito, emitirá Resoluções Municipais de Trânsito.

§ 2º O Poder Público Municipal, através do DEMUTRAN, poderá celebrar convênio delegando atividades previstas nesta Lei, com vista à maior eficiência, segurança para os usuários da via, bem como, interligação aos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, para rapidez no processamento, notificações e recolhimento às multas.

§ 3º As multas deverão ser recolhidas aos cofres públicos municipais em conta especificada do FMT e as despesas serão realizadas através dessas receitas, geridas pela Secretaria de Infra-Estrutura, de acordo com a inteligência do artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro;

Art. 10º Compete ao Diretor do DEMUTRAN, como autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, leis e resoluções concernentes:

I - zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, com atenção ao disposto no artigo anterior.

II - julgar nos termos do Art. 281 do Código de Trânsito Brasileiro, a consistência dos autos de infrações de competência do Município, aplicando penalidades ou o que determina o parágrafo único do citado Art., respeitando-se o amplo direito à defesa prévia;

III - registrar e licenciar veículos de propulsão humana e animal;

IV - expedir autorização para dirigir veículo à propulsão humana e animal;

V - providenciar depósito do valor devido, constante do parágrafo único do Art. 320 e Resolução CONTRAN 335/09, ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET);

VI - permitir a realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta a circulação, mediante prévia solicitação, satisfeitas as exigências de autorização da confederação esportiva, caução, fiança seguro e custos arbitrados;

VII - aprovar previamente, projetos de sinalização de vias pavimentadas, em logradouros, loteamentos, condomínios, mediante o recolhimento das taxas previstas;

VIII - autorizar a abertura de via pavimentada ao trânsito, após sinalização vertical e horizontal, cumprindo-se o inciso anterior;

IX - salvo casos de emergência, informar por meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição de via, indicando-se os caminhos alternativos;

X - propor ao Prefeito Municipal, a realização de convênios mencionados e necessários à execução desta Lei;

Art. 11º O agente de Trânsito, por força do convênio com a Secretaria do Estado de Segurança Pública, terá as seguintes atribuições:

I - lavrar auto de infração de competência do Município, conforme dispõe o Código de Trânsito Brasileiro, leis e resoluções concernentes;

II - adotar as medidas administrativas de sua competência;

III - zelar pelos talonários de autos de infração de trânsito municipais, como impresso e documento público, e equipamentos tecnológicos sendo responsável pela sua guarda;

IV - entregar os autos confeccionados no prazo determinado pelo DEMUTRAN, inclusive, os anulados e inutilizados por qualquer razão; e

V - manter-se atualizado, das normas, resoluções, e diretrizes de trânsito.

Parágrafo Único - A partir de sua nomeação ou designação, a Autoridade de Trânsito, entra no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, nos termos do inciso VI, do Art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 12º O DEMUTRAN expedirá resoluções para melhor estruturação do trânsito, na esfera municipal.

Art. 13º Nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, e loteamentos a serem implantados e em fase de implantação e ou regularização, a sinalização de regulamentação da via, será implantada e mantida a expensas do proprietário, após aprovação dos projetos pelo DEMUTRAN.

Parágrafo Único - Faculta-se ao condomínio ou loteamento, requerer ao DEMUTRAN, para que elabore projeto e promova a respectiva implantação do disposto no caput deste artigo desde que arquem com o custo da obra e serviços, depositando previamente ao FMT, o valor orçado.

Art. 14º Os condomínios referidos no artigo anterior, situados em Garopaba, deverão apresentar projetos de sinalização ao DEMUTRAN, até 90 (noventa) dias da aprovação e publicação da presente Lei, e implantá-lo nos 60 (sessenta) dias subsequentes à aprovação do projeto.

Art. 15º A Semana Nacional de Trânsito será comemorada anualmente, no período compreendido entre 18 e 25 de setembro, conforme dispõe o art. 326, do Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo Único - A Coordenação Educacional de Trânsito terá suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16º Aprovada e sancionada a presente Lei, o Poder Executivo Municipal em 30 (trinta) dias nomeará os membros do DEMUTRAN, adotando providências para sua organização e funcionamento.

Art. 17º As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas, se necessário.

Art. 18º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Lei nº. 853 de 16 de março de 2004.

Art. 19º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Maio de 2014
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/05/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei N.º 1809 de 22 de Maio de 2014

LEI N.º 1809 DE 22 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE ENTRE O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada à celebração de Convênio visando parceria entre o Serviço Social do Comércio - SESC, no Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Garopaba, para desenvolvimento do Projeto Feira do Livro, conforme Minuta de Convênio anexa, a qual fica fazendo parte inseparável da presente Lei.

Art. 2º. O Convênio autorizado pela presente Lei tem por finalidade o desenvolvimento do Projeto Feira do Livro, implantado no Município de Garopaba, objetivando promover ações sistematizadas de Cultura, Leitura e Lazer, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento interpessoal das comunidades de acordo com a Lei Municipal nº 1735 de 05 de junho de 2013.

Art. 3º. A Prefeitura Municipal de Garopaba disponibilizará espaço físico para realização das atividades literárias, sem ônus para o SESC, bem como divulgação das atividades onde constará a instituição SESC como co-realizadora, conforme Minuta de Convênio anexa.

Art. 4º. A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/05/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1802/2014

LEI Nº 1802, DE 20 DE MAIO DE 2014

cria o PROGRAMA DE CESSÃO DE USO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSE CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Garuva autorizada a criar, no âmbito do Município de Garuva, o PROGRAMA DE CESSÃO DE USO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, com o objetivo de auxiliar e facilitar o preparo do solo e das pastagens das propriedades rurais.

Art. 2º - São beneficiários do programa, os produtores que:

I. Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II. Gerem renda ou subsistência na propriedade do município;

III. Estejam cadastrados junto a Secretaria de Estratégias Rurais;

IV. Estejam em dia com a Fazenda Municipal.

Art. 3º - A operacionalização do Programa dar-se-á, observando-se necessariamente os itens abaixo:

I. Os agricultores que necessitarem do(s) implemento(s) agrícola(s) deverão se inscrever junto a Secretaria de Estratégias Rurais solicitando o(s) implemento(s) que precisa;

II. O(s) implemento(s) será(ão) disponibilizado(s) conforme ordem de inscrição;

III. Cada produtor será responsável pelo transporte do(s) implemento(s) do pátio da Prefeitura a sua propriedade e vice versa;

IV. Cada produtor poderá usar o(s) implemento(s) por no máximo 2 (dois) dias seguidos;

V. O produtor não poderá emprestar ou alugar o(s) implemento(s);

VI. No ato da solicitação o produtor irá assinar o Termo de Responsabilidade de Empréstimo de Equipamento, onde o produtor irá assumir a responsabilidade pelo extravio ou danos verificados após a retirada do implemento. Caso sejam verificados danos ou extravio, o produtor será responsável pela recuperação do implemento.

Art. 4º - Comprovado que a quebra não foi de mal uso, o produtor não terá ônus.

Art. 5º - Os implementos que ficarão disponíveis para cessão de uso tracionados por trator de pneu são:

I. Roçadeira;

II. Grade aradora;

III. Subsolador (pé-de-pato);

IV. Grade niveladora;

V. Plantadeira de milho;

VI. Ensiladeira;

VII. Distribuidora de calcário.

Art. 6º - Será cobrado 28,2757 Unidade Fiscal Municipal - UFM por dia de empréstimo. Em caso de atraso na entrega do implemento, será cobrado 169,6545 Unidade Fiscal Municipal - UFM por dia de atraso. As exceções serão decididas pelo Conselho de Desenvolvimento da Agricultura - CODAG.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as legislações em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 90/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Tomada de preços Nº 90/2014

OBJETO: reforma de cerca e portões do CDI Deputado Francisco Mastella. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 hras do dia 18/06/2014. ABERTURA: dia 18/06/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 19 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Tomada de Preços Nº 92/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Tomada de preços Nº 92/2014

OBJETO: reforma do CDI Tia Maria Elisa. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 11/06/2014. ABERTURA: dia 11/06/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 14 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Resolução CMDCA 04/2014

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2014

Regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº. 1432, de 24 de maio de 1993, com base no seu Regimento Interno e conforme deliberado em plenária do dia 20/05/2014,

RESOLVE:

Aprovar procedimentos referentes ao registro de Entidades não Governamentais e Governamentais no CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 1º. As Entidades Governamentais e Não-Governamentais, que executam Programas e Serviços de proteção e/ou sócio-educativo no Município de Gaspar deverão solicitar seu Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece os artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Art. 2º. As Entidades Não-Governamentais com sede em outros municípios poderão solicitar seu Registro, desde que seus Programas e Serviços sejam executados no Município de Gaspar,

apresentando o Atestado de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de origem.

Art. 3º. A solicitação de Registro deverá ser feita através de requerimento dirigido ao

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme anexo I desta Resolução.

Parágrafo Único: O Registro terá validade pelo prazo de dois anos.

Art. 4º. Os Serviços Governamentais deverão apresentar os seguintes documentos para solicitação de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Requerimento solicitando o Registro devidamente assinado pelo responsável pela Entidade (Anexo I);

II - Cópia do Regimento Interno e suas alterações, onde deverá constar nas suas finalidades, o atendimento à criança e ao adolescente;

III - Cópia da nomeação dos responsáveis;

IV - Cópia do CPF e RG do representante legal do Órgão;

V - Plano de Trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI - Cópia do Cartão atualizado de inscrição do CNPJ do Ministério da Fazenda;

VII - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência e do Alvará Sanitário válidos, expedidos pelos órgãos competentes.

Art. 5º. As Entidades Não Governamentais deverão apresentar os seguintes documentos para solicitação de Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Requerimento solicitando o Registro devidamente assinado pelo responsável pela Entidade (Anexo I);

II - Cópia do Estatuto da Entidade e suas alterações, devidamente registrado no órgão competente, onde deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento à criança e ao adolescente;

IV - Cópia da ata da última eleição da diretoria;

V - Cópia do CPF e RG do representante legal da instituição;

VI - Declaração de que a entidade está em funcionamento, assinada por duas pessoas, com firma reconhecida em cartório;

VII - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência e do Alvará Sanitário válidos, expedidos pelos órgãos competentes;

VIII - Cópia do Cartão atualizado de inscrição do CNPJ do Ministério da Fazenda;

IX - Plano de Trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá solicitar outros documentos que julgar necessário para a aprovação do Registro

Art. 7º. Deferidas as solicitações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, emitirá o "Certificado de Registro".

Art. 8º. Indeferidas as solicitações, as Entidades Governamentais e Não-Governamentais poderão interpor recurso no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência do indeferimento.

Parágrafo Único: Os recursos interpostos serão julgados pelo Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento dos mesmos.

Art. 8º - Revoga-se a resolução nº 05, de 16 de março de 2012.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de maio de 2014.
Camila Schreiber
Presidente do CMDCA

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO

Gaspar, ____/____/____.

Exmo (a). Sr (a).

Presidente (a) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A entidade abaixo qualificada vem requerer o seu registro neste Conselho, conforme preconizado Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - artigo 90 e 91.

Segue abaixo os dados da Entidade e, em anexo, a documentação solicitada.

1. Identificação da Entidade:

1.1. Razão social:

1.2. Nome fantasia:

1.3. Endereço: Rua: Nº:

Bairro: CEP:

Ponto de referência:

Telefones: E-mail:

Horário de funcionamento:

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Entidade
Cargo

Resolução CMDCA 05/2014

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC
RESOLUÇÃO CMDCA Nº05/2014

Altera a resolução 03/2014, de 11 de março de 2014, que determina as Diretrizes do Processo de Apresentação de Propostas de Projetos para o FIA, revogando o Parágrafo 2º do artigo 6º e os anexos IV e V.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1432/1993, e conforme deliberado em plenária deste Conselho no dia 13/05/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo 2º do artigo 6º da resolução 03/2014 do CMDCA;

Art. 2º - Ficam revogados os anexos IV e V da resolução 03/2014 do CMDCA.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 21 de maio de 2014.

Camila Schreiber

Presidente do CMDCA

Decreto Nº 5.942, de 12 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.942, DE 12 DE MAIO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NA PROCURADORIA GERAL

DO MUNICÍPIO, NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria

Dotação: 64 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria

Dotação: 65 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Funcional Programática: 00003.00092.00020 Gestão da Procuradoria do Município

Atividade: 2.200100 Manutenção da Procuradoria Geral

Dotação: 430 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 1.153,25

Art. 4º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde

Dotação: 236 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 81.600,00

Dotação: 237 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 81.600,00

Dotação: 238 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 81.600,00

Atividade: 2.200122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica

Dotação: 100 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Dotação: 226 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Dotação: 229 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Dotação: 79 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 8.800,00

Dotação: 103 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Dotação: 154 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Dotação: 186 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Dotação: 233 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Dotação: 234 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.400,00
Dotação: 235 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.800,00
Dotação: 212 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Dotação: 239 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 5.600,00
Atividade: 2.200132 Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD
Dotação: 188 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Funcional Programática: 00010.00302.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade
Dotação: 81 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 9.800,00
Dotação: 225 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Dotação: 228 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 6.500,00
Dotação: 230 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 12.400,00
Atividade: 2.200190 Equipar o Centro de Especialidade em Saúde - Policlínica
Dotação: 232 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 153.314,22
Funcional Programática: 00010.00304.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.200128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde
Dotação: 84 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Dotação: 187 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Funcional Programática: 00010.00305.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.200128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde
Dotação: 231 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 5º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional Programática: 00010.00304.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 1.100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde
Dotação: 197 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 96.000,00

Art. 6º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200166 Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada
Dotação: 126 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 3.500,00
Atividade: 2.200192 Manter Proteção Social Básica
Dotação: 100 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 104.000,00
Dotação: 26 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 103.000,00

Art. 7º Por conta das anulações do art. 6º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200166 Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada
Dotação: 125 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Atividade: 2.200192 Manter Proteção Social Básica
Dotação: 138 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 104.000,00
Dotação: 137 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 103.000,00

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 16/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 16/2014
Data vigência: 20/05/2014

Data vencimento: 20/06/2014

Número da Licitação: 28/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ALACIR TEREZINHA FISCHER - ME - CNPJ/CPF do contratado: 05.351.031/0001-00.

Objeto: Aquisição de carroceria de madeira para caminhão VW, placas MBS 5326.

Valor: R\$ 5.800,00 (cinco mil oitocentos reais).

Gaspar (SC), em 20 de maio de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 15/2014- SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 15/2014
Data vigência: 19/05/2014

Data vencimento: 14/07/2014

Número da Licitação: 24/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: PAUL NUBER E FILHOS LTDA EPP - CNPJ/CPF do contratado: 86.375.300/0001-70

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais).

Gaspar (SC), em 19 de maio de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Portaria N. 30 de 21 de Maio de 2014

PORTARIA N. 30 DE 21 DE MAIO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2012, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovada para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
LUANA LARISSA PAES STORCH	ANM-I-B	33	40	Agente de Serviços Especializados ANM-I-B	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 21 de maio de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 37/2014

RESOLUÇÃO Nº 37/2014

Nomeia Servidor que Especifica para a Função de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Gaspar.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a função de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Gaspar está vaga em razão da exoneração, a pedido, do servidor Pedro Paulo Schramm, conforme Resolução nº 23, de 30 de abril de 2014;

CONSIDERANDO que a função de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Gaspar é de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que para ocupar a função de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Gaspar, na forma da Lei nº 2.802, de 29 de setembro de 2006, o servidor deve ter graduação em Direito, possuir inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, bem como deve pertencer ao quadro de servidores efetivos desta Casa de Leis;

CONSIDERANDO que o servidor efetivo Emerson Pereira, ocupante do cargo de Analista Legislativo, nomeado para o cargo de provimento efetivo pela Resolução nº 22, de 1º de agosto de 2002, preenche os requisitos legais para ocupar a função de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Gaspar;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o servidor efetivo Emerson Pereira, portador do CPF nº 611.714.769-49, Registro Geral nº 2.618.973, para ocupar a função de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Gaspar - FCL, na forma da Lei nº 2.802, de 29 de setembro de 2006, combinada com a Lei nº 3.096, de 6 de maio de 2009.

Art. 2º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária à rubrica 3.1.90.11 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 16 de maio de 2014.

Gabinete da Presidência, em 15 de maio de 2014.

MESA DIRETORA

Marcelo de Souza Brick
Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vice-Presidente

Ciro André Quintino
1º Secretário

José Hilário Melato
2º Secretário

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pregão 045/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 045/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA A UNIDADE DE FISIOTERAPIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/06/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/06/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 21 de maio de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará**PREFEITURA****Decreto N 05-2014-Conselho de Alimentação Escolar**

DECRETO N. 05, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

CONSTITUI O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições e de acordo com o art. 2º, da Lei Municipal n. 851, de 18 de março de 1997, com suas alterações e de acordo com os incisos I a IV, do artigo 18, da Lei Federal n. 11.947, de 16 de junho de 2009,

DECRETA

Artigo 1º. Fica constituído o Conselho Municipal de Alimentação Escolar para o período de 25 de abril de 2014 a 25 de abril de 2018, composto pelos seguintes representantes de entidades instituídas:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Jane Bonin

Suplente: Edinara Hereck Bussolo

REPRESENTANTES DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Titulares: Vanderleia Boselo Ponciano e Carmen Regina Lobo Wesler

Suplentes: Sirlei Teresinha Stang Pickler Gil e Zuleide Alberton Bertier

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

Titulares: Genilso Morgan Perin e Edilene Guizoni Engels

Suplentes: Alcione Maira Furtado e Elenir Salvalagio Roveda

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titulares: Viviani Macieski Kafka e Sônia Maria Brüning Ascari

Suplentes: Rosinete Michels Dacoregio Perin e Emerson Evald

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
25 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 25 de abril de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Comunicado Ref. 6º Termo Aditivo Cont. 55/2010
CERTIDÃO

Devido aos irregulares termos do 6º Termo Aditivo ao Contrato 55/2010, devidamente publicado no Diário Oficial Municipal/SC - Edição nº 1.473, na página 175, na data de 24 de abril de 2014, CERTIFICO, por meio desta, que torno sem efeitos a publicação referida.

Grão-Pará/SC, 20 de maio de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Licitação 45/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 45/2014

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, NAS QUANTIDADES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Entrega dos Envelopes: 06/06/2014 às 13:30h

Abertura dos Envelopes: 06/06/2014 às 13:30h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 21/05/2014.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital 59/2014 PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia - 59/2014
Tipo : Menor Preco - pelo total geral

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAPOCÚ, LOCALIZADA NO PROLONGAMENTO DARUA JOÃO OSSOWSKI, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, SC.

Entrega dos Envelopes: 23/06/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 23/06/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 21/05/2014.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Ata R.P. 27 2014 Social

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE DESENV. SOCIAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 01/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no

CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

JOSÉ MARTINI NETO ME, com sede na rua vinte e oito de agosto, Nº 3035, em Guaramirim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.76.350.289/0001-30.

Valor: R\$ R\$ 73.440,00 (Setenta e três mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência: Início: 25/03/2014 Término: 24/03/2015.

Guaramirim-SC, 25 de março de 2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Ata R.P. 24 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 24/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

ASSOCIAÇÃO GUARAMIRENSE DE ARBITROS -AGA, com sede na rua Alfredo Zimmermann, 64, Centro em Guaramirim, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.05.032.227/0001-32.

Valor: R\$ R\$ 110.705,00 (Cento e dez mil setecentos e cinco reais)

Vigência: Início: 01/04/2014 Término: 01/04/2015.

Guaramirim-SC, 01 de Abril de 2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Ata R.P. 24 2014 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 24/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA -ME, com sede na rua Otto Georg, 185 Bairro Jaraguá 99, em Jaraguá do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.14.708.136/0001-65.

Valor: R\$ R\$ 55.514,00 (Cinquenta e cinco mil quinhentos e quatorze reais).

Vigência: Início: 01/04/2014 Término: 01/04/2015.

Guaramirim-SC, 01 de Abril de 2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital Nº 53.2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço nº 53/2014

Tipo: Menor Preço - por itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE GRAMA SÃO CARLOS (AXONAPUS COMPRESSUS) E GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA) EM PLACAS (TAPETE) PRONTA PARA PLANTIO.

Entrega dos Envelopes: 03/06/2014 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 03/06/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 21/05/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N. 327/2014

DECRETO Nº. 327/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 153.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4.107/2013 de 06 de dezembro de 2013, a saber:

15.00 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Guaramirim
15.001 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Guaramirim

0008.0243.0009.2079 - Manutenção das atividades do Fundo

3339000000000000

30000 R\$ 153.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior no vínculo 30000 no valor de R\$ 153.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação ficando revogado o Decreto nº. 326/2014.

Guaramirim/SC, 21 de maio de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato - FMAS 10 / Pref 52

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 10/2014
PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: TIAGO BUENO 08127274950
OBJETO: Contratação de empresa para atender os Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social do município de Guarujá do Sul, executando oficina de Muay Thai (08 horas semanais).
VALOR TOTAL: R\$ 6.500,00
VIGENCIA: 01/06/2014 a 15/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 20 de maio de 2014.
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 52/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS CNGT LTDA ME
OBJETO: Contratação de serviços hora máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município através da Secretaria Municipal de Agricultura (300 horas - Serviço de com trator de pneu traçado com capacidade mínima de 75 cv. Acoplado com carretão basculante com capacidade mínima de 4 toneladas e ensiladeira com menos de três anos de uso em bom estado de conservação).
VALOR TOTAL: R\$ 31.500,00
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 21 de maio de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Decreto Municipal Nº 070/2014

Decreto Municipal nº 070/2014
NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento no art. 90, Capítulo VI da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores Claudio Inácio Weschenfelder, Norberto Lawless, Vanderlei Domingos Bianchini, Leo Mario Sabadin, Nédio Luiz Kuhn, Vera Lurdes Segat, Claudete Teresinha Rockembach, Antonio Gilmar de Oliveira e Francisco Júnior Garcia de Mattos, para juntos sob a presidência do primeiro, comporem

a comissão que tem por desígnio as incumbências de avaliar o estado de conservação/funcionamento, dos bens móveis considerados inservíveis conforme relatórios circunstanciados enunciados pelos Secretários responsáveis pela pasta à que pertencem os bens (registrados no patrimônio) anexo a este, parte integrante do presente.

Parágrafo Único - A comissão terá um prazo de até 5 (cinco) dias para realizar as incumbências ora designadas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 012/2014 de 03 de fevereiro de 2014, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em
13 de Maio de 2014
62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

Aviso de Licitação - Pref 35

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 35/2014 - Pregão Presencial Nº. 20/2014.

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e outros para serem utilizados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul. Propostas e Habilitação: 05/06/2014 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 21 de maio de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Comunicado

Comunicado

Audiência Pública - Primeiro Quadrimestre 2014

Lei de Responsabilidade Fiscal - Art. 9º § 4º

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, comunica que no próximo dia 27, às 15h00 será realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2014.

Decreto Nº 3.286/2014.

DECRETO NR. 3.286 DE 20 DE MAIO DE 2014.

"PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL NR. 001/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval D'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Edital de Concurso Público nr. 001/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 02 (dois) anos, a contar da data de publicação deste Decreto, o prazo de validade do Concurso Público previsto no Edital nr. 001/2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de maio de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 685/2014

PORTARIA Nº 685/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA (Matr. 3866), a contar de 19 de maio de 2014, aprovada e classificada em 84º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Maio de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Portaria Nº 686/2014

PORTARIA Nº 686/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INTERROMPER a Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 18 de maio de 2014, da Servidora FRANCIELLE STALLBAUM (Matr. 3754), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 18 de maio de 2014 até 13 de novembro de 2014, conforme preceitua o Artigo 107, § 8º da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Maio de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Portaria Nº 687/2014

PORTARIA Nº 687/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora MARIZETE COMARETTO (Matr. 3746), nascida aos 13/11/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013, a contar de 19 de maio de 2014, tendo em vista a Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil e Séries Iniciais, com fulcro no art. 33, da Lei Complementar 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 20 de Maio de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 034/2014**

LEI COMPLEMENTAR N.º034/2014, DE 20 DE MAIO 2014.

“ CRIA EMPREGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado o Emprego Público de Assistente Social para atuar no Centro de Referência e Assistência Social do Município/ CRAS.

Art. 2.º O Vencimento do Emprego Público previsto no Artigo 1º, será de R\$ 1.247,08 (Hum mil, duzentos e quarenta e sete reais e oito centavos), com Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3.º O provimento do Emprego Público criado por esta Lei, obedecerá a Normas dispostas na Lei Complementar Nº 015 de 26 de Março de 2008.

Art. 4.º Os encargos decorrentes desta Lei, ocorrerão por conta de Dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 5.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 20 DE MAIO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUN. ADM. E FAZENDA

Portaria Nº 104/2014

PORTARIA Nº 104, DE 08 DE MAIO DE 2014

“EXONERA O SR. ELCIR ANTONIO BARTH DA COSTA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes - CC-3, o Sr. ELCIR ANTONIO BARTH DA COSTA, nomeado através da Portaria nº 007, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 105/2014

PORTARIA Nº 105, DE 08 DE MAIO DE 2014

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR ANTONIO RECALCATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ANTONIO RECALCATTI - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 106/2014

PORTARIA Nº 106, DE 08 DE MAIO DE 2014

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR ORTENILO TREVISOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ORTENILO TREVISOL - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE MAIO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 108/2014

PORTARIA Nº 108, DE 08 DE MAIO DE 2014

“DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis - IPUF, no veículo com código no RENAVAM 118739654;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MGL 7489, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. IVAIR ZENO MICHELUZZI,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis - IPUF sob Nº 8795078416, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. IVAIR ZENO MICHELUZZI, em duas parcelas, a partir do mês de junho/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE MAIO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 110/2014

PORTARIA Nº 110, DE 12 DE MAIO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 24, § 5º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora LORIZETE TERESINHA LUTKEMEIER GONZATTO, servidora efetiva no cargo de Professor II - Nível 3 - Referência C, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, a partir de 01 a 03 de abril de 2014.

Art. 3º. O segundo período de afastamento será de conformidade com a declaração de comparecimento do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, a partir de 11 de abril de 2014.

Art. 4º. O terceiro período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Régis Ariel Ribeiro Jordão - CRM/SC 12297, a partir de 06 de maio de 2014.

Art. 5º. O quarto período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Marcos Antonio Henning - CRM/SC 6672, a partir de 07 a 19 de maio de 2014.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da servidora, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, a servidora está em auxílio doença (INSS), a contar da data de 11 de outubro e enquanto ela permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE MAIO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 109/2014

PORTARIA Nº 109, DE 12 DE MAIO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA DE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando, requerimento da servidora protocolado em 06 de maio de 2014;

com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIX, da Lei Orgânica Municipal; bem como, o art. 96, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a servidora SANDRA SPLENDOR RODRIGUES, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem - Nível 5 - Referência E, Licença para Tratar de Interesses Particulares pelo prazo de 02 (dois) anos, a ser fruída de 12.05.2014 a 10.05.2016.

Art. 2º. O pedido de licença previsto no artigo 1º será sem vencimentos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 111/2014

PORTARIA Nº 111, 13 DE MAIO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA CARMELITA CHIESA TRAGANCIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência E, atualmente ocupando cargo comissionado de Diretora do departamento de recursos Humanos, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Irineu Antonio Tragancin - esposo, de conformidade com o atestado médico do Dr. Lúcio Mauro de Souza - CREMERS 8368.

Art. 2º. O período de afastamento é de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 13.05.2014 a 27.05.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 112/2014

PORTARIA Nº 112, DE 14 DE MAIO DE 2014

“EXONERA, A PEDIDO, O SR. FLORISVAL DAL CORTIVO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos - CC-2, o Sr. FLORISVAL DAL CORTIVO, nomeado através da Portaria nº 144, de 02 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 14 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 107/2014

PORTARIA Nº 107, DE 08 DE MAIO DE 2014

“NOMEIA O SR. MAURI MIORELLI DISSEGNA PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei nº 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. MAURI MIORELLI DISSEGNA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes - Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 024/2014 - FME**

Extrato de Contrato nº 024/2014 - FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Educação

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 024/2014 - FME

Processo: Pregão Presencial nº 005/2014 - FME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA FUNDO MUNIUCIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fornecedor: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA-ME

Valor: R\$ 479,50 (quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)

Assinatura: 08/05/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 019/2014 - FME

Extrato de Contrato nº 019/2014 - FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Educação

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 019/2014 - FME

Processo: Pregão Presencial nº 005/2014 - FME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA FUNDO MUNIUCIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fornecedor: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME

Valor: R\$ 5.462,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta e dois reais)

Assinatura: 08/05/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 023/2014 - FME

Extrato de Contrato nº 023/2014 - FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Educação

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 023/2014 - FME

Processo: Pregão Presencial nº 005/2014 - FME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA FUNDO MUNIUCIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fornecedor: ELMO PAPELARIA LTDA-ME

Valor: R\$ 11.577,50 (onze mil quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

Assinatura: 08/05/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Resolução SEAGP Nº 01.2014

RESOLUÇÃO SEAGP/PMI nº 001, 12 de maio de 2014.

Atribui competência a Gerência de Pessoal da Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública para os fins que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, interino, no exercício de sua competência e atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11 e seguintes da Lei Complementar nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, permitindo a delegação de competência do titular de órgão administrativo aos seus subordinados;

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação administrativa dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º do Decreto PMI nº 083, de 30 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuída competência, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, a(o) titular da Gerência de Pessoal, para:

I - acompanhamento e concessão em tempo hábil, em relação aos procedimentos de férias e licenças, dos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública;

II - observar as datas limites para fechamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, observados os prazos estabelecidos para remessa de informações, em tempo hábil, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, à Caixa Econômica Federal, relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, às consignações em folha de pagamento (Sistema Automatizado de Consignações) e demais organismos;

III - composição e assinatura de Termo de Ajuste de Conduta com órgãos da esfera federal ou estadual, mediante prévia aprovação da Procuradoria Geral do Município, relativo aos assuntos de pessoal da Administração Municipal;

IV - convocação de candidatos devidamente aprovados em Concursos Públicos, Processos Seletivos Públicos e Processos Seletivos Simplificados, mediante prévia autorização da autoridade superior em processo específico de solicitação da contratação;

V - demais atos e atividades relacionadas à gestão de pessoal, por imposição de normas de âmbito federal, estadual ou municipal, com observância dos prazos e condicionantes estabelecidos.

Art. 2º Fica o(a) titular da Gerência de Pessoal responsável pelos atos praticados, ou pela inércia, em razão das atribuições previstas na presente Resolução.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes atos:

I - Resolução SEAGP nº 002, de 02 de dezembro de 2010; e

II - Resolução SEAGP nº 003, de 19 de setembro de 2011.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba/SC, 12 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Ana Maria Espíndola

Gerente de Atos Normativos

Extrato: PMI Segov 2014/71 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEGOV 2014/71 A00

Contratada: DA LUZ EVENTOS, TURISMO E VIAGEM LTDA ME

C.N.P.J: 13.859.895/0001-66

Objeto: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIAGENS E TURISMO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA DE ACORDO COM O ARTIGO 25, INCISO I DA LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 16.235,82 Prazo: 30/05/2014

Fundamento: Processo nº. 67/2014 Inexigibilidade nº04/2014

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretária Municipal de Governo

Contratante

Da Luz Eventos, Turismo e Viagem Ltda Me

Representante Legal

Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 207/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 207, de 21 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar de Serviços, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Irene da Silva Silveira	Auxiliar de Ser- viços	596.543.339-53	10/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Publicação de Reabertura de Pregão Presencial Nº 33/2014(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 40/2014 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a possível Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização para SEASH, SECULT, SESPORTE e SEDUC.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 03 de junho de 2014, às 16:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de maio de 2014.
Milene Ribeiro da Silva
Pregoeira Oficial

Portaria PMI/DGP Nº 208/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 208, de 21 de maio de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Médica Veterinária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Lídia Laureano Hermes	Médica Veterinária	055.359.029-42	06/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 209/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 209, de 21 de maio de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Fiscal de Obras e Posturas, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Amanda Silva Pacheco	Fiscal de Obras e Posturas	089.865.239-14	19/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 210/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 210, de 21 de maio de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Sabrina Borges dos Reis	Agente Comunitário de Saúde	089.437.789-29	15/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato: PMI Seduc 2014/61 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/61 A00
Contratada: ANA CAROLINA SPECK RIBEIRO
C.P.F: 023.332.549-20
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ITAMAR LUIZ DA COSTA, SITUADA À RUA SANTANA Nº 397- BAIRRO - VILA NOVA - IMBITUBA.
Valor: R\$ 112.000,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 61/2014 Dispensa nº14/2014

Imbituba, 02 de maio de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Ana Carolina Speck Ribeiro
Representante Legal
Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 211/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 211, de 21 de maio de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Kamila Alves Américo	Servente Merendeira	071.203.569-92	05/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato: PMI SEINFRA 2014/67 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/67 A00
Contratada: MOBILEBRAS PRODUTOS E SERVIÇOS
C.N.P.J: 15.279.692/0001-26
Objeto: AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE, A SER IMPLANTADA NA PRAÇA PÚBLICA DO BAIRRO VILA ALVORADA MUNICIPIO D EIMBITUBA.
Valor: R\$ 19.650,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 45/2014 Pregão nº37/2014

Imbituba, 12 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Mobilebras Produtos e Serviços
Representante Legal
Contratada

Publicação de Extrato de Dispensa 13/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 69/2014
DISPENSA Nº 13/2014

Objeto: Contratação de empresa para a reforma das academias ao ar livre da praça Henrique Lage e Praça Santa Ana nos Bairros da Vila Nova e Centro..
Empresa: M.G.F.F Laurentino ME.
Valor Total: 7.850,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 22 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretário Municipal

Extrato: PMI SEINFRA 2014/68 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/68 A00
Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP
C.N.P.J: 01.098.455/0001-54
Objeto: AQUISIÇÃO DE SACOS DE LIXO GRAMATURA 10, PARA USO DOS GARIS NA LIMPEZA DO MUNICIPIO DE IMBITUBA VILA ALVORADA MUNICIPIO DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 7.350,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 53/2014 Pregão nº42/2014

Imbituba, 12 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros Ltda Epp
Representante Legal
Contratada

Decreto PMI Nº 78.2014

DECRETO PMI Nº 078, de 25 de abril de 2014.

Altera a redação do § 6º do Artigo 5º, do Decreto PMI nº 126, de 24 de setembro de 2007, que Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Municipal Direta e das Fundações Públicas Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e tendo em vista o disposto no art. 35, IX, também da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica ALTERADA a redação do §6º do Artigo 5º, do Decreto PMI nº 126, de 24 de setembro de 2007, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 6º São dispensados do controle de frequência os:

- a) agentes políticos;
- b) os ocupantes de cargos de provimento em comissão expressamente autorizados pelo Secretário de Governo;
- c) os servidores em exercício: Função de Representação”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de abril de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/66 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/66 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44
Objeto: IMAPLANTAÇÃO DA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC, NA RUA MANOEL DIOGO DO NASCIMENTO - VILA NOVA - IMBITUBA.
Valor: R\$ 19.448,70 Prazo: 30dias
Fundamento: Processo nº. 58/2014 Carta Convite nº02/2014

Imbituba, 12 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Construvila Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: DEMUTRAN 2014/05 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2014/05 A00
Contratada: BERNADETE DA SILVA RODRIGUES ME
C.N.P.J: 00.875.563/0001-23
Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO TARIFA, BLOCOS DE AVISO DE IRREGULARIDADES.
Valor: R\$ 17.037,44 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 12/2014 Dispensa nº11/2014

Imbituba, 12 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Bernadete da Silva Rodrigues Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: DEMUTRAN 2014/07 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2014/07 A00
Contratada: SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA.
C.N.P.J: 10.657.917/0001-17
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA PARA PINTURA HORIZONTAL DAS RUAS DA CIDADE, TAIS COMO LINHAS LONGITUDIAIS, FAIXAS DE PEDESTRES, MARCAS DE CANALIZAÇÃO ENTRE OUTRAS HORIZONTAIS.
Valor: R\$ 20.983,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa nº10/2014

Imbituba, 12 de maio de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal Seinfra
Contratante

Sinacom Industria e Comercio de Sinalização Viaria
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2014/65 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2014/65 A00
Contratada: TERRA SOL USINA DE PRESER. DE MADEIRA LTDA.
C.N.P.J: 06.133.950/0001-70
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA A CONTENÇÃO DA BARRA

DA IBIRAQUERA, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.

Valor: R\$ 6.050,70 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 65/2014 Dispensa nº11/2014

Imbituba, 09 de maio de 2014.

Nivaldo Marques Gabriel

Secretária Municipal Sdr Norte

Contratante

Terra Sol Usina de Preser. De Madeira Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: DEMUTRAN 2014/06 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2014/06 A00

Contratada: RENILDA DOS SANTOS RIPOL ME

C.N.P.J: 85.134.823/0001-62

Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA PARA PINTURA HORIZONTAL DAS RUAS DA CIDADE, TAIS COMO LINHAS LONGITUDIAIS, FAIXAS DE PEDESTRES, MARCAS DE CANALIZAÇÃO ENTRE OUTRAS HORIZONTAIS.

Valor: R\$ 990,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa nº10/2014

Imbituba, 12 de maio de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretária Municipal Seinfra

Contratante

Renilda dos Santos Ripol Me

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sespote 2014/63 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2014/63 A00

Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

C.N.P.J: 01.098.455/0001-54

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA QUE OS ATLETAS/ ALUNOS DO MUNICIPIO POSSAM PARTICIPAR DE EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS PELA SESPORTE E PARA REPRESENTAREM IMBITUBA FORA DO MUNICIPIO

Valor: R\$ 32.604,83 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa nº10/2014

Imbituba, 08 de maio de 2014.

Omar Pacheco

Secretária Municipal Sespote

Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seash 2014/08 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/08 A00

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE 30 (TRINTA) REFORMAS EM UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICIPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 237.034,38 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Tomada de Preço nº01/2014

Imbituba, 09 de maio de 2014.

Selma Elías Westphal

Secretária Municipal Seash

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande

Representante Legal

Contratada

Decreto PMI Nº 97.2014

DECRETO PMI Nº 097, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.398, de 13 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Manutenção e Modernização Administrativa			
01.031.0001.2.001			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	150.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	50.000,00	
Total		200.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara			
01.031.0001.1.001			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	200.000,00	
Total		200.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 226/2014 de 20 de Maio de 2014.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSORA DE HISTÓRIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2012..

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2292-6, MARIANA RISSI CASON, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 4.450.982 e do CPF 079.485.629-23, para o cargo de provimento efetivo de Professor, , constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20/05/2014.

Ipumirim - SC, 20 de maio de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 8/2014, Dispensa de Licitação Nº 3/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120,00m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2014. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 21/05/2014

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Processo de Licitação Nº 38/2014, Pregão Presencial Nº 19/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2014

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 05/06/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 05/06/2014. Objeto da licitação: aquisição de fraldas descartáveis e geriátricas, com entrega parcelada destinado a Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos da administração pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 21/05/2014

Valdir Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 8, DI 3-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2014 Data do Processo: 21/05/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2014
b) Licitação Nr.: 3/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 21/05/2014
e) Objeto da Licitação: Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2014.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ANDERSON LIBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI/SC 15.2 (7312)

2	Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2014.	Mês	7,00	0,0000	900,00	6.300,00
---	---	-----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 6.300,00

Total Geral: 6.300,00

Ipumirim, 21 de Maio de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N º 245/2014

PORTARIA N º. 245/2014.

CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 057/2012, bem como, em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora ACÁCIA ROSANE KRÜGER NIGRIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Promoção Funcional por Titulação, passando do nível 1, referência D01, para o nível 2, referência D02 da tabela de vencimentos.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 246/2014

PORTARIA N º. 146/2014.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR a contar de 20/01/2014, SANDRO BORGES, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Motoniveladora, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/01/2014.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 031/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 247/2014

PORTARIA N º. 247/2014.

CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 057/2012, bem como, em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor CARLOS FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Promoção Funcional por Titulação, passando do nível 8, referência C08, para o nível 9, referência C09 da tabela de vencimentos.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 248/2014

PORTARIA N º. 248 /2014.

CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 057/2012, bem como, em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora CENI SCHMIDT NIEJELSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Promoção Funcional por Titulação, passando do nível 1, referência B01, para o nível 2, referência B02 da tabela de vencimentos.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Convite Audiencia
CONVITE

A Prefeitura Municipal de Irineópolis convida a todos para participarem da Audiência Pública referente ao 1º Quadrimestre de 2014. A realizar-se no dia 26/05/2014 às 17:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

EXTRATO DE CONTRATO 12/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 12/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada: Maria Emilia Schiessl Alberti

Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Contábil

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Vigência: 21.05.2014 a 20.07.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

Francisco Eraldo Konkol

Responsável Interino pelo F. M. S.

Extrato de Ata de Rg 45/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
Ata nº. 45/2014

1º Termo Aditivo ao Termo de Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Paraná Equipamentos S.A. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços nº. 09/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 18.11.2014. CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 20 de maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ANTONIO PICK
PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.

Itá**PREFEITURA****Aviso de Adendo 01 ao PL 007/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº007/2014 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014 - FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

ADENDO Nº 001

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá - Santa Catarina torna público que promoveu alteração no Anexo II, do referido processo. O adendo e o edital encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508/9543.

Itá SC, 21 de maio de 2014.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Processo Licitatório Nº 026/2014, Pregão Presencial Nº 021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 04 de junho de 2014, para a aquisição de dois tratores agrícolas, uma ensiladeira colhedora de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 795856/2013/MAPA/CAIXA. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 04 de junho de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9524.

Itá SC, 21 de Maio de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Publica-Convite Nº 11/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	20/05/2014	Horário: 09h: 30m
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 11/2014 Nº 57/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de mão de obra especializada para execução de estudos hidrogeológicos e implantação de postos de monitoramento no antigo aterro sanitário no Município de Itapoá, conforme termo de referência e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 25/04/2014, jornal diário de grande circulação no Estado no dia 28/04/2014 e site municipal a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas, as quais foram: HIDROBRASIL LTDA, CNPJ/MF: 03.406.646/0001-61; GEOAMBIENTE GEOLOGIA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ/MF: 05.453.862/0001-93; D-GEO GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA-EPP, CNPJ/MF: 13.460.120/0001-13 protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
20/05/2014	523	HIDROBRASIL LTDA	03.453.862/001-93
20/05/2014	547	D-GEO GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA-EPP	13.460.120/0001-13
20/05/2014	548	FERMA ENGENHARIA LTDA-EPP	76.703.404/0001-03
20/05/2014	549	EMPRESA AVISTAR ENGENHARIA	07.454.811/0001-01

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Nesta fase foi verificado que a empresa HIDROBRASIL LTDA EPP apresentou seus Atestados de Capacidade Técnica contendo a instalação de poços referenciando a captação de água, objeto que carece de técnica díspar a exigida no edital, a mesma ainda apresentou a declaração de vistoria sem assinatura de seu responsável técnico e, portanto, foi considerada INABILITADA. No mais, verificou-se que a empresa AVISTAR ENGENHARIA apresentou sua relação nominal de equipe técnica sem assinatura, além disso, sua Declaração de vistoria não menciona seu responsável técnico ter visitado e conhecido a obra sendo a mesma assinada pela sócia Jornalista da empresa, verificou-se ainda que a empresa AVISTAR ENGENHARIA apresentou seus atestados de capacidade técnica sem relação com o objeto que exigia o edital, portanto, foi considerada INABILITADA. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se

a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VALÉRIO PACHECO
MEMBRO

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK
MEMBRO

Edital de Pregão Presencial Nº 39/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2014
PROCESSO Nº 74/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min, do dia 03 de junho de 2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição parcelada de óleo diesel BS10, para abastecimento da frota municipal de veículos pesados da Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, e Secretaria Municipal de Educação, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento, conforme Anexo V do edital. O Edital em partes poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 8h:30min às 14h:00min.

Itapoá, 21 de maio de 2014.
Sérgio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº40/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2014
PROCESSO Nº73/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 10h:30min do dia 03 de junho de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra.

Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para aAquisição de 01 (uma) conservadora de vacina para uso da Vigilância Epidemiológica, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoa, 21de maiode 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoa/SC
Prefeito Municipal

Decreto Municipal No 2197/2014 Data: 20 de Maio de 2014. Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação Dentro da Mesma Categoria de Programação. Sérgio Ferreira de Aguiar, Prefeito do Município de Itapoa (SC), No Uso de Suas Atribuições Legais E Em Conformi

DECRETO MUNICIPAL NO 2197/2014

Data: 20 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoa (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 57/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotações dentro da mesma categoria de programação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

Suplementação

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

278120016.2030 Manutenção do Departamento de Esportes

34490 Aplicações Diretas (87) FR 10000 R\$ 4.000,00

Anulação

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

278120016.2030 Manutenção do Departamento de Esportes

33390 Aplicações Diretas (86) FR 10000 R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoa (SC), 20 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2198/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2198/2014

Data: 20 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoa (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso IV, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 58/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação referente ao repasse autorizado pela portaria nº 2.760/2014 do ministério da Saúde, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 14.374,04 (quatorze mil trezentos e setenta e quatro reais e quatro centavos):

Suplementações

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103050013.2119 Manutenção da Vigilância Epidemiológica

33390 Aplicações Diretas (51) FR 26601 R\$ 4.374,04

34490 Aplicações Diretas (52) FR 26601 R\$ 10.000,00

Total das Suplementações R\$ 14.374,04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoa (SC), 20 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Lm Nº 519/2014 - Autoriza O Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação Total de Dotação.

LEI MUNICIPAL Nº 519/2014

Data: 20 de maio 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO TOTAL DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoa (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoa aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação total de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

278120016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte

33390 Aplicações Diretas (86) FR 10000 R\$ 30.000,00

278120016.2033 Realização e Apoio a Eventos Esportivos

33390 Aplicações Diretas (93) FR 10000 R\$ 10.000,00

Total das Suplementações R\$ 40.000,00

Anulação

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

278120016.2148 Implantação de Convênio com a Liga Municipal de Futebol

33350 Transf a Instit Priv. s/ Fins Lucrativos (98) FR 10000 R\$ 40.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Lm Nº 520/2014 - Institui O Plano Municipal de Saneamento Básico Na Área de Manejo de Águas Pluviais E Drenagem Urbana No Município de Itapoá/SC.

LEI MUNICIPAL Nº 520/2014

Data: 20 de maio 2014

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - NA ÁREA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM URBANA NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico - Na Área de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 11.445/2007.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico - Na Área de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana contempla um período de 30 (trinta) anos e contem, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas imediatas, de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da deficiência e eficácia das ações programadas;

VI - adequação legislativa conforme legislação federal vigente;

Art. 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico - Na Área de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 4º O processo de revisão do presente Plano Municipal dar-se-á com a participação da população.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Lm Nº 521/2014 - Institui O Plano Municipal de Saneamento Básico Na Área de Limpeza Urbana E Manejo de Resíduos Sólidos, Incluindo O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos No Município de Itapoá/SC.

LEI MUNICIPAL Nº 521/2014

Data: 20 de maio 2014

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - NA ÁREA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INCLUINDO O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico na área de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, incluindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade como estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla um período de 30 (trinta) anos e contem, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização

dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotada;

III - identificação de áreas favoráveis para disposição final dos rejeitos, ambientalmente adequadas;

IV - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

V - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa;

VI - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

VII - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VIII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos;

IX - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos à cargo do poder público;

X - programas e ações de capacitação técnica, voltados para sua implementação e operacionalização;

XI - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XII - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

XIII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIV - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;

XV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XVI - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa;

XVII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos e dos sistemas de logística reversa;

XVIII - ações preventivas e corretivas a serem aplicadas, incluindo programa de monitoramento;

XIX - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XX - objetivos e metas imediatas, de curto, médio e longo prazo

para universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

XXI - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

XXII - ações para emergências e contingências;

XXIII - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

XXIV - adequação legislativa conforme legislação federal vigente;

Art. 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico na área de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, incluindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A delegação de serviço de saneamento básico na área de resíduos sólidos, não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal em vigor, independentemente da época da delegação.

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos engloba todo o território do município.

Art. 4º O processo de revisão do presente Plano Municipal dar-se-á com a participação da população.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Ituporanga**PREFEITURA****Decisão de Demissão da Servidora Pública Maria Aparecida Ronchi Klaumann****DECISÃO**

Com fundamento no parecer jurídico retro, que uso como razão de decidir, DETERMINO a demissão da servidora pública Maria Aparecida Ronchi Klaumann, por ausentar-se injustificadamente do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, caracterizando abandono de cargo (Artigo 208, II da LC 20/2008).

Intime-se a interessada por edital, publicado por 2 (duas) vezes, com intervalo de 8 (oito) dias, em órgão de imprensa oficial ou em periódico de circulação do Município, para os fins do artigo 259 da LC/2008.

Ituporanga, 21 de maio de 2014.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Jacinto Machado**PREFEITURA****Decreto Nº. 052 de 12 de Maio de 2014.**

DECRETO Nº. 052 DE 12 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

UNIDADE: 01 - Diretoria de Obras e Serviços Públicos

PROJETO: 1.039 - Pav. Rec. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: (69) - 4.4.90.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 245.850,00

TOTAL R\$ 245.850,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrão por conta dos recursos do convênio assinado com o Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal juntamente com o Ministério das Cidades, conforme Termo de Compromisso n.º 799802/2013 no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), objetivando a Ações de Infra-Estrutura Urbana para adequação de vias de transporte, através de Pavimentação com Lajotas sextavadas, Drenagem Pluvial, Passeio Público e Ciclovia, em uma área de 2.800,00m² (Rua Izolino Pizolotto), no município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 01.0094, acrescida ao Projeto/Atividade 1.039.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 053 de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 053 DE 12 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 34.137,70 (Trinta e quatro mil, cento e trinta e sete reais e setenta centavos), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 03 - Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças

UNIDADE: 01 - Diretoria Geral da Administração e Planejamento

PROJETO: 1.006 - Equipamentos e Infra Estrutura Operacional

Modalidade de Aplicação: (118) - 4.4.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$ 34.137,70

TOTAL R\$ 34.137,70

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá conforme Termo de Convênio n.º 775/2014 (vinculação 00.0095 - Recursos Vinculados Estaduais) no valor de R\$ 34.137,70 (Trinta e quatro mil, cento e sete reais e setenta centavos) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 15.604-3, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 054 de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 054 DE 12 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 29.999,90 (Vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJETO: 1.017 - Construção de Equipamentos Esportivos e Lazer

Modalidade de Aplicação: (59) - 4.4.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$29.999,90

TOTAL R\$ 29.999,90

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá - Conforme Termo de Convênio n.º 917/2014 (vinculação 00.0095 - Recursos Vinculados Estaduais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, no valor de R\$ 29.999,90 (Vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) creditados na conta corrente 15.605-1, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 055 de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 055 DE 12 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de

arrecadação, no valor de R\$ 19.919,25 (Dezenove mil novecentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos), como segue:

ORGÃO: 03 - Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças

UNIDADE: 01 - Diretoria Geral da Administração e Planejamento

PROJETO: 1.006 - Equipamentos e Infra Estrutura Operacional

Modalidade de Aplicação: (118) - 4.4.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$ 19.919,25

TOTAL R\$ 19.919,25

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá conforme Termo de Convênio n.º 1252/2014 (vinculação 00.0095 - Recursos Vinculados Estaduais) no valor de R\$ 19.919,25 (Dezenove mil novecentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 056 de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 056 DE 12 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 40.000,00(Quarenta mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

UNIDADE: 01 - Diretoria de Obras e Serviços Públicos

ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (79) - 3.3.90.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Fundo Especial de Petróleo (vinculação 1.0116 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 12.034-0, Agência 2.192-X do Banco do Brasil..

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Editai de Audiência Pública 003/2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 003/2014

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado - SC, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do § 4º art. 9º, combinado com art. 63 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), convida a população de Jacinto Machado, entidades governamentais e sociedade civil organizada, à participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, referente ao 1º quadrimestre de 2014, que tem por finalidade básica assegurar transparência às contas e ações governamentais e contribuir para o aprimoramento da participação popular nas decisões políticas no âmbito da administração pública municipal.

Data: 28 de maio de 2014 (quarta-feira)

Horário: 19:00 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti - Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, nº. 886 - Centro - Jacinto Machado-SC

Jacinto Machado - (SC), 21 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Contrato 924/2012 TA 03

CONTRATO Nº 924/2012/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ELISEU KOPP & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 93.315.190/0001-17 com sede à Rua Marechal Deodoro, nº 130 - sala 902, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (RS), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. GILMAR VILI BRINGMANN, portador da C.I. nº 1018926863 e CPF nº 484.844.580-91, residente e domiciliado na cidade de Vera Cruz - RS, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 924/2012/PMJ, firmado em 27/12/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2012/PMJ - Edital CC nº 2/2012/PMJ, homologado em 24/04/2012, cujo objeto é a disponibilização pela CONTRATADA de EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO e a prestação de serviços de MONITORAMENTO ELETRÔNICO DO TRÂNSITO no Município de Joaçaba, conforme detalhamento do Projeto Básico Executivo, Estudos Técnicos e segundo as condições previstas no Edital CC nº 2/2012/PMJ e em seus anexos, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 21 de maio de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 279.745,44 (duzentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 20 de maio de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE

ELISEU KOPP & CIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Contrato 138/2013 TA 01

CONTRATO Nº 138/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na Rua Antonio Bevilacqua, 30, na cidade de Herval d'Oeste inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. SIMAR JOSÉ ROSA portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.079.721 e CPF nº 437.061.009-59 residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 138/2013/PMJ, firmado em 13/12/2013, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2013/PMJ - EDITAL TP Nº 23/2013/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a demolição de arquibancada do Estádio Municipal Oscar Rodrigues da Nova e da estrutura do Ginásio Ivo Silveira, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 90 (noventa) dias, a contar de 19 de maio de 2014, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 18 de maio de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE
RAFAEL LASKE

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA
SIMAR JOSE DA ROSA

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Portaria N.º 2593

PORTARIA Nº 2.593 DE 15 DE MAIO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) RICARDO ALTENBURGER, Diretor de Indústria, Comércio e Inovação, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, para exercer cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, nível CC-1, no período de 22 de abril de 2014 a 06 de maio de 2014 no período de férias do titular, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de abril de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de maio de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2º Bimestre 2014

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	94.948.430,73	94.948.430,73	21.659.394,01	22,81	37.599.894,05	39,60
RECEITAS CORRENTES	90.704.430,73	90.704.430,73	19.857.980,97	21,89	35.306.753,51	38,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.098.415,00	18.098.415,00	6.824.117,26	37,71	9.526.589,10	52,64
IMPOSTOS	15.595.200,00	15.595.200,00	5.260.803,64	33,73	7.294.888,06	46,78
TAXAS	2.495.655,00	2.495.655,00	1.563.313,62	62,64	2.231.701,05	89,42
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.590,00	7.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.582.508,36	4.582.508,36	818.323,38	17,86	1.415.924,12	30,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.113.708,36	3.113.708,36	576.259,81	18,51	941.005,04	30,22
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.468.800,00	1.468.800,00	242.063,57	16,48	474.919,08	32,33
RECEITA PATRIMONIAL	4.893.030,27	4.893.030,27	1.450.829,95	29,65	2.821.124,75	57,66
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	97.486,52	97.486,52	23.776,31	24,39	56.148,36	57,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.795.544,75	4.795.544,75	1.416.432,84	29,54	2.744.418,49	57,23
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	10.620,80	0,00	20.557,90	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.082.870,02	13.082.870,02	2.433.999,93	18,60	4.388.632,46	33,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.666.841,31	47.666.841,31	7.947.129,59	16,68	16.116.780,43	33,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.013.541,31	47.013.541,31	7.757.163,17	16,50	15.807.804,81	33,62
Transf. de Instituições Privadas	18.000,00	18.000,00	4.000,00	22,22	4.000,00	22,22
Transf. de Pessoas	13.500,00	13.500,00	9.536,00	70,64	9.536,00	70,64
Transf. de Conv.	611.800,00	611.800,00	176.430,42	28,84	295.439,62	48,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.390.765,77	2.390.765,77	383.580,86	16,04	1.037.702,65	43,40
Multas e Juros de Mora	694.283,90	694.283,90	121.120,97	17,45	237.495,66	34,21
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	118.409,46	118.409,46	23.178,52	19,57	52.238,98	44,12
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.543.600,00	1.543.600,00	232.774,54	15,08	737.530,04	47,78
RECEITAS DIVERSAS	34.472,41	34.472,41	6.506,83	18,88	10.437,97	30,28
RECEITAS DE CAPITAL	4.244.000,00	4.244.000,00	1.801.413,04	42,45	2.293.130,54	54,03
ALIENAÇÃO DE BENS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	19.144,58	0,00	28.637,93	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.200.000,00	4.200.000,00	1.782.268,46	42,43	2.264.492,61	53,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	175.840,00	10,34
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.500.000,00	2.500.000,00	1.782.268,46	71,29	2.088.652,61	83,55
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.418.562,09	7.418.562,09	1.141.303,42	15,38	1.729.018,64	23,31
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.418.562,09	7.418.562,09	1.141.303,42	15,38	1.729.018,64	23,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.000,00	1.000,00	886,69	88,67	886,69	88,67
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	886,69	88,67	886,69	88,67

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.418.562,09	7.418.562,09	1.141.303,42	15,38	1.729.018,64	23,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA ORÇAMENTÁRIAS	592.702,00	592.702,00	110.765,85	18,69	166.992,76	28,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.064.641,40	5.064.641,40	729.147,73	14,40	1.095.264,56	21,63
Contribuições Sociais - Intra Orçamentárias	592.702,00	592.702,00	110.765,85	18,69	166.992,76	28,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.064.641,40	5.064.641,40	729.147,73	14,40	1.095.264,56	21,63
RECEITA DE SERVIÇOS	203.677,22	203.677,22	31.704,54	15,57	64.024,98	31,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.901,47	2.901,47	9.858,59	339,78	13.439,62	463,20
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	16,67	388.410,03	25,00
Multas e Juros de Mora	2.901,47	2.901,47	21,47	0,74	34,82	1,20
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	9.837,12	0,00	13.404,80	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes RPPS	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	16,67	388.410,03	25,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	102.366.992,82	102.366.992,82	22.800.697,43	22,27	39.328.902,69	38,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	102.366.992,82	102.366.992,82	22.800.697,43	22,27	39.328.902,69	38,42
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	102.366.992,82	102.366.992,82	22.800.697,43	22,27	39.328.902,69	38,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	3.496.928,47	-	-	1.345.956,50	-
Superávit Financeiro	-	3.496.928,47	-	-	1.345.956,50	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	95.224.852,82	20.797.459,24	116.022.312,06	22.730.159,43	57.486.842,30	14.415.336,96	24.675.838,15	21,27
DESPESAS CORRENTES	73.902.458,98	1.062.269,36	74.964.728,34	11.030.767,51	39.275.847,00	12.306.937,91	22.167.914,75	29,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.084.270,64	131.664,93	40.215.935,57	6.582.615,15	13.208.105,14	6.601.953,67	13.125.099,35	32,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.206.000,00	0,00	1.206.000,00	0,00	1.206.000,00	217.008,27	437.744,96	36,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.612.188,34	930.604,43	33.542.792,77	4.448.152,36	24.861.741,86	5.487.975,97	8.605.070,44	25,65
DESPESAS DE CAPITAL	15.288.402,08	19.735.189,88	35.023.591,96	11.699.391,92	18.210.995,30	2.108.399,05	2.507.923,40	7,16
INVESTIMENTOS	13.822.402,08	19.735.189,88	33.557.591,96	11.699.391,92	16.749.995,30	1.862.781,49	2.018.540,30	6,02
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.461.000,00	0,00	1.461.000,00	0,00	1.461.000,00	245.617,56	489.383,10	33,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.033.991,76	0,00	6.033.991,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.142.140,00	22.000,00	7.164.140,00	882.226,69	3.512.553,09	1.150.010,37	2.147.348,29	29,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.307.600,00	22.000,00	5.329.600,00	878.970,38	1.713.462,88	858.457,65	1.689.734,47	31,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.834.540,00	0,00	1.834.540,00	3.256,31	1.799.090,21	291.552,72	457.613,82	24,94
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	102.366.992,82	20.819.459,24	123.186.452,06	23.612.386,12	60.999.395,39	15.565.347,33	26.823.186,44	21,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	102.366.992,82	20.819.459,24	123.186.452,06	23.612.386,12	60.999.395,39	15.565.347,33	26.823.186,44	21,77
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	12.505.716,25	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	102.366.992,82	20.819.459,24	123.186.452,06	23.612.386,12	60.999.395,39	15.565.347,33	39.328.902,69	21,77

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.532.658,34

FONTE:

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRI(RAFAEL LASKE
Contadora CRC SC 35487/O-5 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	95.224.852,82	116.022.312,06	22.730.159,43	57.486.842,30	14.415.336,96	24.675.838,15	21,27
Ação Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	368.292,10	951.444,31	402.064,86	672.540,31	2,51
Administração	2.900.000,00	2.900.000,00	368.292,10	951.444,31	402.064,86	672.540,31	2,51
Representação Judicial e Extrajudicial	8.235.114,79	7.997.265,79	1.129.584,90	4.850.413,51	1.449.491,00	2.712.048,59	10,11
Planejamento e Orçamento	592.250,00	595.786,00	61.659,34	167.987,20	66.785,13	137.136,17	0,51
Administração Geral	164.550,00	167.320,00	24.752,67	75.272,02	31.127,93	56.812,22	0,21
Administração Financeira	4.946.814,79	4.869.923,79	677.797,70	3.578.630,39	1.035.509,50	1.778.692,90	6,63
Controle Interno	1.684.000,00	1.535.221,00	310.974,01	742.018,24	240.225,54	554.474,19	2,07
Comunicação Social	245.570,00	192.885,00	38.924,88	73.264,93	35.032,80	57.462,85	0,21
Previdência do Regime Estatutário	91.930,00	148.130,00	15.476,30	124.462,44	26.972,69	100.199,27	0,37
Segurança Pública	510.000,00	488.000,00	0,00	88.778,29	13.837,41	27.270,99	0,10
Policimento	1.316.680,00	1.439.742,82	86.196,87	545.160,87	162.722,80	265.095,21	0,99
Defesa Civil	40.000,00	40.000,00	2.193,10	17.424,28	4.776,68	6.031,68	0,02
Assistência Social	1.276.680,00	1.399.742,82	84.003,77	527.736,59	157.946,12	259.063,53	0,97
Assistência ao Idoso	3.065.913,08	3.703.216,05	563.212,70	1.273.820,11	427.050,59	807.306,03	3,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	223.830,00	173.834,70	27.170,17	69.082,66	17.525,72	30.007,11	0,11
Assistência Comunitária	600.644,00	651.830,55	95.818,91	282.705,28	99.135,41	173.706,54	0,65
Previdência Social	2.241.439,08	2.877.550,80	440.223,62	922.032,17	310.389,46	603.592,38	2,25
Previdência do Regime Estatutário	5.020.000,00	5.020.000,00	746.961,86	1.555.886,37	749.556,88	1.461.008,14	5,45
Saúde	5.020.000,00	5.020.000,00	746.961,86	1.555.886,37	749.556,88	1.461.008,14	5,45
Atenção Básica	14.995.691,98	15.447.412,30	1.597.284,92	5.459.877,57	1.981.519,21	3.689.688,71	13,76
Vigilância Epidemiológica	14.258.027,74	14.709.748,06	1.524.356,86	5.183.251,29	1.886.521,62	3.515.233,52	13,11
Trabalho	737.664,24	737.664,24	72.928,06	276.626,28	94.997,59	174.455,19	0,65
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.804.500,00	3.104.500,00	350.237,83	2.490.352,90	562.690,85	1.048.291,12	3,91
Educação	2.804.500,00	3.104.500,00	350.237,83	2.490.352,90	562.690,85	1.048.291,12	3,91
Alimentação e Nutrição	17.259.986,00	18.021.097,13	2.485.110,91	8.937.612,68	3.204.255,57	5.324.659,51	19,85
Ensino Fundamental	606.200,00	606.200,00	11.163,16	384.698,16	111.129,76	148.422,25	0,55
Ensino Médio	9.540.156,00	9.977.589,00	1.320.334,06	4.767.462,64	1.717.841,32	2.767.635,94	10,32
Educação Infantil	213.800,00	213.800,00	0,00	213.787,84	9.987,84	9.987,84	0,04
	6.609.830,00	6.933.508,13	1.036.444,50	3.400.319,01	1.249.663,57	2.235.771,81	8,34

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.224.852,82	116.022.312,06	22.730.159,43	57.486.842,30	14.415.336,96	24.675.838,15	91,99	21,27
Educação	17.259.986,00	18.021.097,13	2.485.110,91	8.937.612,68	3.204.255,57	5.324.669,51	19,85	29,55
Educação Especial	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	190.000,00	190.000,00	117.169,19	171.345,03	115.633,08	162.841,67	0,61	85,71
Cultura	205.700,00	181.700,00	37.709,03	91.598,06	29.946,64	58.605,82	0,22	32,25
Difusão Cultural	205.700,00	181.700,00	37.709,03	91.598,06	29.946,64	58.605,82	0,22	32,25
Direitos da Cidadania	111.250,00	111.250,00	24.319,44	53.512,56	23.854,04	53.047,16	0,20	47,68
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	111.250,00	111.250,00	24.319,44	53.512,56	23.854,04	53.047,16	0,20	47,68
Urbanismo	9.510.290,00	22.862.861,79	12.134.917,05	18.795.058,14	2.196.548,72	3.039.161,24	11,33	13,29
Infra-Estrutura Urbana	4.229.076,00	17.582.647,79	9.892.381,65	13.989.389,20	1.376.857,66	1.769.071,01	6,60	10,06
Serviços Urbanos	3.808.414,00	3.807.414,00	2.239.781,75	3.583.838,32	616.506,68	962.069,73	3,59	25,27
Conservação de Energia	1.472.800,00	1.472.800,00	2.753,65	1.221.830,62	203.184,38	308.020,50	1,15	20,91
Habituação	133.130,00	743.348,39	640.320,21	663.579,53	31.196,00	49.757,52	0,19	6,69
Habituação Urbana	133.130,00	743.348,39	640.320,21	663.579,53	31.196,00	49.757,52	0,19	6,69
Saneamento	12.744.849,21	12.798.382,00	1.694.190,75	5.685.970,87	1.496.832,09	2.697.490,44	10,06	21,08
Administração Geral	2.279.392,79	2.279.392,79	217.306,26	941.573,58	349.249,39	674.156,02	2,51	29,58
Saneamento Básico Rural	311.500,00	311.500,00	0,00	45.709,04	1.147,52	1.709,04	0,01	0,55
Saneamento Básico Urbano	10.153.956,42	10.207.489,21	1.476.884,49	4.698.688,25	1.146.435,18	2.021.625,38	7,54	19,81
Gestão Ambiental	148.500,00	168.903,66	38.802,63	77.117,57	37.974,89	59.930,23	0,22	35,48
Preservação e Conservação Ambiental	148.500,00	168.903,66	38.802,63	77.117,57	37.974,89	59.930,23	0,22	35,48
Ciência e Tecnologia	2.500.000,00	5.123.495,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.500.000,00	5.123.495,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.877.050,00	1.877.898,00	524.567,70	1.147.359,11	569.165,14	732.318,81	2,73	39,00
Extensão Rural	1.877.050,00	1.877.898,00	524.567,70	1.147.359,11	569.165,14	732.318,81	2,73	39,00
Indústria	422.100,00	411.100,00	23.082,22	99.151,96	34.030,98	61.100,72	0,23	14,86
Promoção Industrial	422.100,00	411.100,00	23.082,22	99.151,96	34.030,98	61.100,72	0,23	14,86
Comércio e Serviços	45.500,00	42.500,00	8.414,78	13.464,28	8.414,78	13.464,28	0,05	31,68
Turismo	45.500,00	42.500,00	8.414,78	13.464,28	8.414,78	13.464,28	0,05	31,68
Comunicações	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informatização	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.224.852,82	116.022.312,06	22.730.159,43	57.486.842,30	14.415.336,96	24.675.838,15	91,99	21,27	91.346.473,91
Transporte	610.550,00	704.550,62	62.006,40	496.375,74	171.562,69	254.041,45	0,95	36,06	450.509,17
Transporte Aéreo	58.700,00	58.700,00	12.465,26	18.777,76	12.465,26	18.777,76	0,07	31,99	39.922,24
Transporte Rodoviário	551.850,00	645.850,62	49.541,14	477.597,98	159.097,43	235.263,69	0,88	36,43	410.586,93
Desporto e Lazer	1.578.300,00	3.623.340,12	213.262,07	626.048,23	261.780,73	453.102,20	1,69	12,51	3.170.237,92
Desporto Comunitário	1.578.300,00	3.623.340,12	213.262,07	626.048,23	261.780,73	453.102,20	1,69	12,51	3.170.237,92
Encargos Especiais	3.680.756,00	3.680.756,00	1.685,06	3.673.037,93	614.678,50	1.223.180,66	4,56	33,23	2.457.575,34
Serviço da Dívida Interna	2.667.000,00	2.667.000,00	0,00	2.667.000,00	462.625,83	927.128,06	3,46	34,76	1.739.871,94
Outros Encargos Especiais	1.013.756,00	1.013.756,00	1.685,06	1.006.037,93	152.052,67	296.052,60	1,10	29,20	717.703,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.033.991,76	6.033.991,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.033.991,76
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.142.140,00	7.164.140,00	882.226,69	3.512.553,09	1.150.010,37	2.147.348,29	8,01	29,97	5.016.791,71
Legislativa	150.000,00	150.000,00	31.001,91	51.042,75	29.630,65	49.671,49	0,19	33,11	100.328,51
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	4.578,20	6.637,62	3.206,94	5.266,36	0,02	26,33	14.733,64
Previdência do Regime Estatutário	130.000,00	130.000,00	26.423,71	44.405,13	26.423,71	44.405,13	0,17	34,16	85.594,87
Administração	1.227.550,00	1.249.550,00	214.000,92	515.340,42	204.656,08	399.639,57	1,49	31,98	849.910,43
Administração Geral	1.227.550,00	1.227.550,00	192.000,92	493.340,42	201.250,32	396.233,81	1,48	32,28	831.316,19
Previdência do Regime Estatutário	0,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	3.405,76	3.405,76	0,01	15,48	18.594,24
Segurança Pública	1.000,00	1.000,00	170,67	170,67	170,67	170,67	0,00	17,07	829,33
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	170,67	170,67	170,67	170,67	0,00	17,07	829,33
Assistência Social	40.050,00	40.050,00	6.205,98	11.029,37	6.205,98	11.029,37	0,04	27,54	29.020,63
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	1.748,40	2.393,35	1.748,40	2.393,35	0,01	23,93	7.606,65
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	30.050,00	30.050,00	4.457,58	8.636,02	4.457,58	8.636,02	0,03	28,74	21.413,98
Previdência Social	241.300,00	241.300,00	35.325,82	68.230,11	35.325,82	68.230,11	0,25	28,28	173.069,89
Previdência do Regime Estatutário	241.300,00	241.300,00	35.325,82	68.230,11	35.325,82	68.230,11	0,25	28,28	173.069,89
Saúde	1.066.400,00	1.066.400,00	138.395,22	336.848,03	145.386,72	288.817,42	1,08	27,08	777.582,58
Atenção Básica	1.066.400,00	1.066.400,00	138.395,22	336.848,03	145.386,72	288.817,42	1,08	27,08	777.582,58
Trabalho	41.800,00	41.800,00	6.431,36	13.214,72	6.431,36	9.999,04	0,04	23,92	31.800,96
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	41.800,00	41.800,00	6.431,36	13.214,72	6.431,36	9.999,04	0,04	23,92	31.800,96
Educação	1.676.650,00	1.676.650,00	294.231,49	637.718,70	306.946,84	598.167,67	2,23	35,68	1.078.482,33</

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Educação	7.142.140,00	7.164.140,00	882.226,69	3.512.553,09	1.150.010,37	2.147.348,29	8,01	29,97
Educação Infantil	1.676.650,00	1.676.650,00	294.231,49	637.718,70	306.946,84	598.167,67	2,23	35,68
Cultura	818.300,00	818.300,00	145.061,33	303.887,41	149.378,76	292.422,72	1,09	35,74
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	138,94	201,11	0,00	4,02
Saneamento	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	138,94	201,11	0,00	4,02
Administração Geral	873.000,00	873.000,00	121.206,88	246.184,00	122.256,33	246.184,00	0,92	28,20
Previdência do Regime Estatutário	3.000,00	3.000,00	-162,76	886,69	886,69	886,69	0,00	29,56
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	740.000,00	740.000,00	103.654,27	208.419,45	103.654,27	208.419,45	0,78	28,16
Desporto e Lazer	130.000,00	130.000,00	17.715,37	36.877,86	17.715,37	36.877,86	0,14	28,37
Previdência do Regime Estatutário	265.750,00	265.750,00	35.256,44	78.134,32	33.920,96	68.481,91	0,26	25,77
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	215.000,00	215.000,00	31.474,08	62.015,14	31.474,08	62.015,14	0,23	28,84
Desporto Comunitário	24.750,00	24.750,00	3.782,36	7.519,18	1.863,87	5.600,69	0,02	22,63
Encargos Especiais	26.000,00	26.000,00	0,00	8.600,00	583,01	866,08	0,00	3,33
Serviço da Dívida Interna	1.553.640,00	1.553.640,00	0,00	1.553.640,00	258.940,02	406.755,93	1,52	26,18
TOTAL (III) = (I + II)	102.366.992,82	123.186.452,06	23.612.386,12	60.999.395,39	15.565.347,33	26.823.186,44	100,00	21,77

FONTE:

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRII RAFAEL LASKE
Contadora CRC SC 35487/O-5 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOAÇABA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Maio/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014		TOTAL (U.L.T. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.861.154,66	7.179.325,24	7.442.787,26	7.479.021,60	7.768.321,38	8.191.353,74	8.563.948,52	9.138.305,32	7.582.418,70	9.179.671,37	8.329.212,71	12.656.826,50	10.193.214,12	98.335.430,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.435.599,52	1.140.949,68	1.184.598,89	1.250.704,25	1.271.078,02	1.276.351,46	1.355.247,25	1.503.539,35	1.036.937,16	1.665.534,68	1.533.585,57	5.200.531,69	19.924.615,52	18.088.415,00
I.P.T.U.	365.351,65	176.886,48	181.847,12	260.446,95	221.118,61	179.458,53	185.112,03	202.703,99	5.484,84	135.128,69	342.188,55	3.123.308,41	5.379.079,85	5.400.000,00
I.R.R.F.	120.352,49	123.403,37	119.942,47	26.178,71	142.020,50	144.179,34	78.376,27	237.201,54	112.302,17	133.286,42	137.511,66	146.697,91	1.494.056,85	1.238.200,00
I.S.S.	611.639,67	545.556,73	562.994,01	602.041,28	631.055,19	605.747,28	697.786,20	748.740,14	689.706,50	691.188,45	676.422,38	7.661.672,61	7.128.000,00	7.128.000,00
I.T.B.I.	109.098,33	164.452,62	164.889,22	220.276,85	130.962,12	242.973,37	255.740,57	195.055,81	151.418,63	133.060,73	106.701,58	1.300.941,01	3.408.126,43	2.500.215,00
Outras Receitas Tributárias	229.157,38	130.636,48	134.913,47	141.760,46	145.901,60	132.982,94	143.232,18	118.890,87	97.455,02	570.982,41	282.372,61	1.030.941,01	3.408.126,43	2.500.215,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	395.306,13	394.986,26	380.204,71	385.717,54	389.444,44	403.600,39	402.121,86	149.950,98	447.640,76	397.412,01	420.911,37	4.970.376,83	4.592.508,36	4.592.508,36
RECEITA PATRIMONIAL	231.918,88	208.158,89	582.419,14	251.246,18	446.345,36	548.203,93	266.812,71	666.786,15	310.265,10	1.090.029,70	659.024,21	791.805,74	6.023.017,19	4.860.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000.694,95	1.047.312,36	1.098.294,17	1.074.144,63	1.107.137,05	1.155.335,42	1.116.883,85	1.226.794,29	887.778,73	1.066.853,80	1.200.466,28	1.233.533,65	13.245.189,18	13.062.870,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.617.904,89	4.276.852,10	4.041.436,89	4.320.061,71	4.375.189,42	4.676.742,56	4.723.686,71	5.326.252,91	4.819.889,72	4.643.079,20	4.725.210,73	54.886.387,29	55.287.841,31	55.287.841,31
Cota-Parte do FPM	1.279.988,46	1.067.884,86	760.470,29	994.302,78	822.916,02	822.928,65	1.144.671,04	1.726.879,19	1.387.593,85	1.482.116,76	879.184,34	1.003.440,91	13.372.729,87	12.970.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.533.243,34	1.436.046,00	1.425.092,52	1.497.140,67	1.590.421,08	1.546.945,81	1.722.851,71	1.715.546,03	1.582.360,75	1.482.897,12	1.504.359,41	1.466.238,51	18.483.142,95	19.650.000,00
Cota-Parte do IPVA	372.007,43	335.881,30	407.849,77	408.536,41	337.860,60	367.010,59	184.746,30	115.471,63	207.287,54	284.783,11	354.284,06	383.194,86	3.758.603,59	4.150.000,00
Cota-Parte do ITR	179,91	6,30	35,59	3.063,31	3.063,31	3.063,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.621,44	8.000,00
Outras Transferências Correntes	586.063,32	617.074,51	697.444,61	610.750,44	807.693,79	1.143.768,20	780.701,78	879.920,13	738.182,10	494.079,20	787.059,57	1.032.788,92	9.175.535,57	8.292.841,31
Transferências de LC 61/1989	22.667,78	23.609,10	23.255,58	24.883,61	22.634,86	24.196,84	26.840,58	28.686,79	24.916,50	21.066,61	20.614,12	22.432,57	285.836,94	300.000,00
Transferências de LC 87/1996	7.191,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	6.584,79	6.584,79	87.151,06	804.477,71	810.590,17	76.803,09	107.000,00
Transferências do FUNDEB	816.623,35	789.525,24	720.165,73	777.281,12	783.525,67	761.368,05	857.040,21	892.617,33	892.606,19	871.511,06	804.477,71	1.948.355,42	9.737.322,83	9.810.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	149.888,50	120.966,95	175.875,48	197.144,29	179.128,89	128.672,98	698.794,14	183.709,24	377.588,01	276.533,78	188.745,44	194.835,42	2.871.883,12	2.390.765,77
DEDUÇÕES (II)	816.214,02	751.096,37	706.927,43	762.365,08	724.093,14	740.929,68	793.790,32	1.124.628,75	688.881,58	955.319,36	784.670,09	840.111,80	9.670.988,02	10.398.208,36
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	9.165,22	15.359,65	15.359,65	9.165,22	0,00	18.330,44	9.165,22	16.330,44	9.165,22	9.165,22	9.165,22	9.165,22	126.870,94	100.000,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	166.005,40	167.679,89	166.806,86	166.814,02	167.298,37	168.278,18	167.361,82	498.801,04	7.568,01	214.772,39	148.928,11	180.197,23	2.218.710,32	1.918.210,36
Contribuição Servidores Pensionistas-CAMARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,22	97,22	97,22	284,42	556,08	1.100,00
Contribuição Servidores Pensionistas-PMU-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097,78	1.107,18	1.107,18	1.107,18	4.419,32	12.100,00
Contribuição Servidores Pensionistas-PMU-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,34	30,34	30,48	46,54	137,70	550,00
Contribuição Servidores Pensionistas-SIMAE-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	996,59	996,59	996,59	996,59	2.696,36	4.400,00
Contribuição Servidores Pensionistas-SIMAE-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,35	62,68	62,68	62,68	247,39	550,00
Contribuição Servidor Inativo Civil-PMU-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.163,17	9.100,48	9.100,48	9.100,48	35.464,61	72.600,00
Contribuição Servidor Inativo Civil-PMU-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	918,13	996,92	1.057,71	1.056,59	3.996,35	9.100,00
Contribuição Servidor Inativo Civil-SIMAE-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879,59	1.879,59	1.772,03	1.772,03	7.303,24	16.150,00
Contribuição Servidor Inativo Civil-SIMAE-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142,35	89,18	61,09	211,36	503,98	1.100,00
Contribuições Patrimoniais Ativo Civil-Servidor U	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-CAMARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.275,78	1.275,78	2.848,44	1.261,52	6.461,52	7.700,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-PMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.516,71	48.516,71	48.516,71	48.516,71	146.278,68	482.800,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-Serv. Licenciado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-SIMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.592,05	11.592,05	9.051,46	9.051,46	28.914,26	138.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	643.043,40	574.050,26	524.760,92	586.405,84	556.793,77	554.321,06	617.203,98	609.487,27	637.820,05	655.487,48	576.372,14	576.372,14	7.087.454,27	7.631.000,00
Outras Receitas Diversas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.042.940,64	6.428.128,87	6.735.859,85	6.716.636,52	7.044.228,24	7.450.424,06	7.770.117,60	8.593.676,57	6.893.537,12	8.224.352,01	7.544.542,62	11.816.717,00	92.281.161,10	87.937.222,37
PONTE														

FONTE:

JOACABA - 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA

Controladora CRC SC 35487/05

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO

SECRETARIA GESTÃO FINANCEIRA

RAPHAEL LASKE

PREFEITO DE JOACABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		5.022.210,36	5.022.210,36	1.372.956,57	2.566.331,96	1.567.106,05
RECEITAS CORRENTES		5.022.210,36	5.022.210,36	1.372.956,57	2.566.331,96	1.567.106,05
Recarga de Contribuições dos Segurados		1.918.210,36	1.918.210,36	329.125,34	551.463,74	487.466,88
Pessoal Civil		1.918.210,36	1.918.210,36	329.125,34	551.463,74	487.466,88
Ativo		1.897.710,36	1.897.710,36	321.388,56	536.504,60	480.461,76
Inativo		16.000,00	16.000,00	7.182,46	13.850,50	5.983,64
Pensionista		4.500,00	4.500,00	554,32	1.108,64	1.011,48
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial		3.000.000,00	3.000.000,00	1.024.481,69	1.976.678,69	736.901,75
Recarga Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Valores Mobiliários		3.000.000,00	3.000.000,00	1.024.481,69	1.976.678,69	736.901,75
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		104.000,00	104.000,00	19.349,54	38.189,53	342.737,42
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		100.000,00	100.000,00	19.349,54	38.189,53	342.737,42
Demais Receitas Correntes		4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		6.618.281,40	6.618.281,40	988.087,75	1.483.674,59	1.324.685,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		11.640.491,76	11.640.491,76	2.361.044,32	4.050.006,55	2.891.791,05
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS LIQUIDADAS		
		DOTAÇÃO INICIAL		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		5.730.000,00	5.708.000,00	777.123,86	1.513.942,45	1.165.746,82
ADMINISTRAÇÃO		710.000,00	688.000,00	27.566,98	52.934,31	49.356,54
Despesas Correntes		670.000,00	648.000,00	27.566,98	52.934,31	49.356,54
Despesas de Capital		40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		5.020.000,00	5.020.000,00	749.556,88	1.461.008,14	1.116.390,28
						Continua 1/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil		0,00	0,00	746.961,86	1.455.886,37	1.116.390,28
Aposentadorias		0,00	0,00	618.681,24	1.203.740,31	880.991,24
Pensões		0,00	0,00	128.280,62	252.146,06	235.399,04
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		5.020.000,00	5.020.000,00	2.595,02	5.121,77	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS		0,00	0,00	2.595,02	5.121,77	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		5.020.000,00	5.020.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)		0,00	22.000,00	3.405,76	3.405,76	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)		5.730.000,00	5.730.000,00	780.529,62	1.517.348,21	1.165.746,82
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)		5.910.491,76	5.910.491,76	1.580.514,70	2.532.658,34	1.726.044,23
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			5.910.491,76			
BENS E DIREITOS DO RPPS			MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
				2014	2013	
Bancos Conta Movimento		34.911,04	36.903,70	21.966,51		
Investimentos		37.813.429,57	38.586.318,53	35.360.264,60		

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.087,75	1.483.674,59
RECEITAS CORRENTES (VII)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.087,75	1.483.674,59
Recarga de Contribuições Patronais	5.064.641,40	5.064.641,40	729.147,73	1.095.264,56
Pessoal Civil	5.064.641,40	5.064.641,40	729.147,73	1.095.264,56
Ativo	5.025.950,00	5.025.950,00	713.674,15	1.073.001,89
Inativo	38.691,40	38.691,40	15.473,58	22.262,67
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	388.410,03
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.087,75	1.483.674,59

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	22.000,00	3.405,76	3.405,76
ADMINISTRAÇÃO	0,00	22.000,00	3.405,76	3.405,76
Despesas Correntes	0,00	22.000,00	3.405,76	3.405,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	22.000,00	3.405,76	3.405,76

FONTE:

Continúa 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRIC RAFAEL LASKE
SECRETARIA GESTAO FINANCEII PREFEITO DE JOACABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	13.687.810,91	13.411.611,27	13.165.993,71
DEDUÇÕES (II)	25.956.323,22	29.986.766,37	34.763.527,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.135.142,88	29.152.519,63	33.926.485,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.658.834,11	1.640.640,83
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	178.819,66	824.587,37	803.598,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-12.268.512,31	-16.575.155,10	-21.597.534,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-12.268.512,31	-16.575.155,10	-21.597.534,16

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	-5.022.379,06	-9.329.021,85

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.331.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	34.038.310,78	34.038.310,78	34.038.310,78
Passivo Atuarial	34.038.310,78	34.038.310,78	34.038.310,78
DEDUÇÕES (VIII)	36.622.916,76	37.145.189,54	38.615.627,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.648,44	36.703,00	36.903,70
Investimentos	36.610.234,10	37.119.272,16	38.586.318,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	8.965,78	10.785,62	7.594,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.584.605,98	-3.106.878,76	-4.577.316,66
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-2.584.605,98	-3.106.878,76	-4.577.316,66

FONTE:

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	93.327.448,07	19.582.851,55	34.291.353,66	30.605.967,18
Receita Tributária	18.099.415,00	6.825.003,95	9.527.475,79	8.765.382,86
I.P.T.U.	5.400.000,00	3.465.506,96	3.606.118,49	3.414.185,74
I.S.S.	7.128.000,00	1.289.285,16	2.650.110,11	2.160.925,29
I.T.B.I.	1.782.000,00	221.801,95	506.281,29	702.913,15
I.R.R.F.	1.285.200,00	284.209,57	532.378,16	439.912,89
Outras Receitas Tributárias	2.504.215,00	1.564.200,31	2.232.587,74	2.047.445,79
Receita de Contribuição	10.239.851,76	1.658.236,96	2.678.181,44	2.400.465,20
Receitas Previdenciárias	6.982.851,76	1.058.273,07	1.646.728,30	1.459.051,88
Outras Contribuições	3.257.000,00	599.963,89	1.031.453,14	941.413,32
Receita Patrimonial Líquida	97.485,52	34.397,11	76.706,26	55.615,40
Receita Patrimonial	4.893.030,27	1.450.829,95	2.821.124,75	1.237.110,63
(-) Aplicações Financeiras	4.795.544,75	1.416.432,84	2.744.418,49	1.181.495,23
Transferências Correntes	47.656.841,31	7.947.129,59	16.116.780,43	13.900.864,18
F.P.M.	10.182.000,00	1.506.100,26	3.802.145,60	3.387.276,40
I.C.M.S.	15.720.000,00	2.376.478,51	4.812.685,01	4.571.509,22
Convênios	611.800,00	176.430,42	295.439,62	217.602,05
Outras Transferências Correntes	21.143.041,31	3.888.120,40	7.206.510,20	5.724.476,51
Demais Receitas Correntes	17.233.854,48	3.118.083,94	5.892.209,74	5.483.639,54
Dívida Ativa	1.543.600,00	232.774,54	737.530,04	542.165,10
Diversas Receitas Correntes	15.690.254,48	2.885.309,40	5.154.679,70	4.941.474,44
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.244.000,00	1.801.413,04	2.293.130,54	1.456.197,33
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	162.202,83
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	19.144,58	28.637,93	27.034,09
Alienação de Ativos (V)	44.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.200.000,00	1.782.268,46	2.264.492,61	1.266.960,41
Convênios	2.500.000,00	1.782.268,46	2.088.652,61	1.086.960,41
Outras Transferências de Capital	1.700.000,00	0,00	175.840,00	180.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.200.000,00	1.782.268,46	2.264.492,61	1.266.960,41
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	97.527.448,07	21.365.120,01	36.555.846,27	31.872.927,59

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	82.128.868,34	13.456.948,28	24.315.263,04	20.860.646,75
Pessoal e Encargos Sociais	45.545.535,57	7.460.411,32	14.814.833,82	12.425.953,78
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.206.000,00	217.008,27	437.744,96	421.725,33
Outras Despesas Correntes	35.377.332,77	5.779.528,69	9.062.684,26	8.012.967,64
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	80.922.868,34	13.239.940,01	23.877.518,08	20.438.921,42
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	35.023.591,96	2.108.399,05	2.507.923,40	877.397,62
Investimentos	33.557.591,96	1.862.781,49	2.018.540,30	791.202,77
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.461.000,00	245.617,56	489.383,10	86.194,85
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	33.562.591,96	1.862.781,49	2.018.540,30	791.202,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.033.991,76	-	-	-

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.033.991,76	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	120.519.452,06	15.102.721,50	25.896.058,38	21.230.124,19
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-22.992.003,99	6.262.398,51	10.659.787,89	10.642.803,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.345.956,50	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.345.956,50	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.458.543,00

FONTE:

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	16.912.200,00	16.912.200,00	5.456.461,73	7.678.514,36	45,40
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.416.000,00	6.416.000,00	3.624.649,10	3.914.754,08	61,02
1.1.1- IPTU	5.400.000,00	5.400.000,00	3.467.964,46	3.608.575,99	66,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	6.000,00	6.000,00	227,05	344,66	5,74
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	760.000,00	760.000,00	127.672,38	244.558,36	32,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	31.242,71	64.441,81	25,78
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(2.457,50)	(3.166,74)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.787.000,00	1.787.000,00	223.577,34	509.433,56	28,51
1.2.1- ITBI	1.782.000,00	1.782.000,00	221.801,95	506.281,29	28,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	1.514,97	1.536,51	38,41
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	227,92	1.100,14	110,01
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	32,50	515,62	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.424.000,00	7.424.000,00	1.324.025,72	2.721.948,56	36,66
1.3.1- ISS	7.128.000,00	7.128.000,00	1.289.582,07	2.658.386,59	37,29
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	26.000,00	26.000,00	3.412,12	7.733,93	29,75
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	182.000,00	182.000,00	20.496,55	43.476,29	23,89
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	88.000,00	88.000,00	10.631,89	20.628,23	23,44
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(296,91)	(8.276,48)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	284.209,57	532.378,16	41,42
1.4.1- IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	284.209,57	532.378,16	41,42
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.185.000,00	37.185.000,00	5.640.300,56	12.106.893,38	32,56
2.1- Cota-Parte FPM	12.970.000,00	12.970.000,00	1.882.625,25	4.752.681,86	36,64
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.970.000,00	12.970.000,00	1.882.625,25	4.752.681,86	36,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.650.000,00	19.650.000,00	2.970.597,92	6.015.855,79	30,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	107.000,00	107.000,00	6.584,79	19.754,37	18,46
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	43.046,69	89.061,80	29,69
2.5- Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	4.150.000,00	4.150.000,00	737.448,91	1.229.539,56	29,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	54.097.200,00	54.097.200,00	11.096.766,29	19.785.407,74	36,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.192.300,00	1.192.300,00	271.606,35	415.889,76	34,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	865.000,00	865.000,00	205.348,00	349.631,41	40,42
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	275.700,00	275.700,00	60.976,00	60.976,00	22,12
5.4- Transferências Diretas - FNATE	51.600,00	51.600,00	5.282,35	5.282,35	10,24
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	16.000,00	276.552,69	589.418,52	3.683,87
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	267.433,00	573.817,15	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	16.000,00	16.000,00	9.119,69	15.601,37	97,51
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.000,00	352.000,00	75.845,34	75.845,34	21,55
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.560.300,00	1.560.300,00	624.004,38	1.081.153,62	69,29
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.631.000,00	7.631.000,00	1.128.060,34	2.421.377,87	31,73
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.788.000,00	2.788.000,00	376.524,99	950.536,26	34,09
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.930.000,00	3.930.000,00	594.119,41	1.203.170,78	30,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	21.400,00	21.400,00	1.316,95	3.950,85	18,46
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	8.609,35	17.812,38	29,69
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	830.000,00	830.000,00	147.489,64	245.907,60	29,63
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.840.216,00	9.840.216,00	1.620.840,72	3.389.964,65	34,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.810.000,00	9.810.000,00	1.615.037,88	3.379.155,13	34,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.216,00	30.216,00	5.802,84	10.809,52	35,77
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.179.000,00	2.179.000,00	486.977,54	957.777,26	43,95
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.917.216,00	8.917.216,00	1.616.330,12	3.037.874,11	34,40
13.1- Com Educação Infantil	4.461.090,00	4.461.090,00	852.992,26	1.666.143,01	37,35
13.2- Com Ensino Fundamental	4.456.126,00	4.456.126,00	763.337,86	1.401.731,10	31,46
14- OUTRAS DESPESAS	923.000,00	923.000,00	97.754,20	196.145,39	21,25
14.1- Com Educação Infantil	425.930,00	425.930,00	56.316,42	116.184,36	27,28
14.2- Com Ensino Fundamental	497.070,00	497.070,00	41.437,78	79.961,03	16,09
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.840.216,00	9.840.216,00	1.714.084,32	3.264.019,50	33,17
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.264.019,50
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					90,50
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					5,79
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					3,72
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	13.524.300,00	13.524.300,00	2.774.191,32	4.946.351,93	36,57
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.225.330,00	7.285.330,00	1.348.000,97	2.475.921,65	33,99
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.851.006,00	9.791.006,00	1.811.258,38	3.006.845,99	30,71
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.953.196,00	4.953.196,00	804.775,64	1.481.692,13	29,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.897.810,00	4.837.810,00	1.006.482,74	1.525.153,86	31,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.076.336,00	17.076.336,00	3.159.259,35	5.482.767,64	32,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					957.777,26
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					10.809,52
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					968.586,78
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.514.180,86
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,82
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	874.000,00	1.254.000,00	179.112,61	215.420,50	17,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	686.300,00	1.039.431,25	19.229,65	23.829,65	2,29
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.560.300,00	2.293.431,25	198.342,26	239.250,15	10,43
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	18.636.636,00	19.369.767,25	3.357.601,61	5.722.017,79	29,54

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	80.195,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.379.155,13	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.452.427,70	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.452.427,70	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.809,52	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	17.732,03	0,00

JOACABA, 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRIK RAFAEL LASKE
Contadora CRC SC 35487/O-5 SECRETARIA GESTÃO FINANCEIRA PREFEITO DE JOACABA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	35.023.591,96	2.507.923,40	0,00	32.515.668,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	35.023.591,96	2.507.923,40	0,00	32.515.668,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-35.023.591,96	-2.507.923,40		-32.515.668,56

FONTE:

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	44.000,00	0,00	44.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	44.000,00	0,00	44.000,00
TOTAL	44.000,00	0,00	44.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	159.699,79	38.250,00	0,00	121.449,79
Investimentos	159.699,79	38.250,00	0,00	121.449,79
TOTAL	159.699,79	38.250,00	0,00	121.449,79

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	249.125,16	-38.250,00	210.875,16

FONTE:

JOACABA, 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	16.912.200,00	16.912.200,00	7.678.514,36	45,40
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.400.000,00	5.400.000,00	3.606.118,49	66,78
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.782.000,00	1.782.000,00	506.281,29	28,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.128.000,00	7.128.000,00	2.650.110,11	37,18
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	532.378,16	41,42
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	36.000,00	36.000,00	9.615,10	26,71
Dívida Ativa dos Impostos	943.000,00	943.000,00	288.425,55	30,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	338.000,00	338.000,00	85.585,66	25,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	37.185.000,00	37.185.000,00	12.106.893,38	32,56
Cota-Parte FPM	12.970.000,00	12.970.000,00	4.752.681,86	36,64
Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	4.150.000,00	4.150.000,00	1.229.539,56	29,63
Cota-Parte ICMS	19.650.000,00	19.650.000,00	6.015.855,79	30,62
Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	89.061,80	29,69
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	107.000,00	107.000,00	19.754,37	18,46
Desoneração ICMS (LC 87/96)	107.000,00	107.000,00	19.754,37	18,46
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	54.097.200,00	54.097.200,00	19.785.407,74	36,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.735.361,98	6.735.361,98	1.703.326,81	25,29
Provenientes da União	6.607.763,35	6.607.763,35	1.662.456,29	25,16
Provenientes dos Estados	127.598,63	127.598,63	40.870,52	32,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	407.150,00	407.150,00	188.335,34	46,26
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.142.511,98	7.142.511,98	1.891.662,15	26,48
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DOTAÇÃO INICIAL				
DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)				
DESPESAS EMPENHADAS				
DESPESAS LIQUIDADAS				
Até o Bimestre (f)			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
13.842.091,98	14.001.636,98	5.544.103,63	39,60	27,15
9.122.406,55	9.122.406,55	2.510.685,08	27,52	27,52
4.719.685,43	4.879.230,43	3.033.418,55	62,17	26,45

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	2.220.000,00	2.512.175,32	252.621,97	10,06	177.192,88	7,05
	2.220.000,00	2.512.175,32	252.621,97	10,06	177.192,88	7,05
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	16.062.091,98	16.513.812,30	5.796.725,60	35,10	3.978.506,13	24,09
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.865.886,98	7.462.907,30	2.089.067,76	36,04	1.409.086,63	35,42
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.865.886,98	7.462.907,30	2.089.067,76	36,04	1.409.086,63	35,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.865.886,98	7.462.907,30	2.089.067,76	36,04	1.409.086,63	35,42
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.196.205,00	9.050.905,00	3.707.657,84	-0,94	2.569.419,50	-11,33
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						12,99
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						
						-398.391,66

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2013	0,00	100,00	37.461,91	-37.461,91	0,00			
TOTAL	0,00	100,00	37.461,91	-37.461,91	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	100,00	0,00	100,00					
TOTAL (VIII)	100,00	0,00	100,00					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	-	-	-					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	%		
						(m/Total m)*100		
	15.324.427,74 737.664,24	15.776.148,06 737.664,24	5.520.099,32 276.626,28	95,23 4,77	3.804.050,94 174.455,19	95,62 4,38		
TOTAL	16.062.091,98	16.513.812,30	5.796.725,60	100,00	3.978.505,13	100,00		

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

JOACABA, 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA Contadora CRC SC 35487/O-5	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA	RAFAEL LASKE PREFEITO DE JOACABA
--	---	-------------------------------------

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	102.366.992,82	
Previsão Atualizada		—	102.366.992,82	
Receitas Realizadas		22.800.697,43	39.328.902,69	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.345.956,50	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	102.366.992,82	
Créditos Adicionais		—	20.819.459,24	
Dotação Atualizada		—	123.186.452,06	
Despesas Empenhadas		23.612.386,12	60.999.395,39	
Despesas Liquidadas		15.565.347,33	26.823.186,44	
Superavit Orçamentário		—	12.505.716,25	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		23.612.386,12	60.999.395,39	
Despesas Liquidadas		15.565.347,33	26.823.186,44	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			92.261.161,10	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.361.044,32	4.050.006,55	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		780.529,62	1.517.348,21	
Liquidadas		780.529,62	1.517.348,21	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.580.514,70	2.532.658,34	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.331.000,00	-9.329.021,85	400,22
Resultado Primário		-2.458.543,00	10.659.787,89	-433,58
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	187.785,44	0,00	187.785,44	0,00
EXECUTIVO	187.785,44	0,00	187.785,44	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.975.445,93	89.582,27	3.320.669,29	2.565.194,37
EXECUTIVO	5.899.239,29	89.582,27	3.249.681,40	2.559.975,62
LEGISLATIVO	76.206,64	0,00	70.987,89	5.218,75
TOTAL:	6.163.231,37	89.582,27	3.508.454,73	2.565.194,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.514.180,86	25%	22,82
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.067.874,11	60%	90,50
Liquidadas		5.482.767,64		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.507.923,40	32.515.668,56	

Continua 1/2

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	44.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				38.250,00	121.449,79
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde			2.569.419,50	15,00	12,99
Liquidadas			2.569.419,50		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 35487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
 PREFEITO DE JOACABA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.414.275,34	236.259,28
Pessoal Ativo	29.392.560,91	2.920,00
Pessoal Inativo e Pensionista	4.238.419,09	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.783.295,34	233.339,28
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.696.163,83	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	338.303,89	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	105.341,07	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	39.765,29	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.212.753,58	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	30.718.111,51	236.259,28
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	30.954.370,79	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	92.261.161,10	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	33,55	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	49.821.026,99	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	47.329.975,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	44.838.924,29	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	13.687.810,91	13.165.993,71	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	13.580.724,37	13.091.341,27	0,00	0,00
Interna	13.580.724,37	13.091.341,27	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	107.086,54	74.652,44	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	25.956.323,22	34.763.527,87	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.135.142,88	33.926.485,95	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.640.640,83	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	178.819,66	803.598,91	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-12.268.512,31	-21.597.534,16	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	87.194.273,70	92.261.161,10	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	15,70%	14,27%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,07%	-23,41%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	104.633.128,44	110.713.393,32	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	94.169.815,60	99.642.053,99	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	13.580.724,37	13.091.341,27	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	13.580.724,37	13.091.341,27	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	261.210,74	744.303,53	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.964.718,97	36.385.364,46	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	34.038.310,78	34.038.310,78	0,00	0,00
Passivo Atuarial	34.038.310,78	34.038.310,78	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	36.622.916,76	38.615.627,44	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.648,44	36.903,70	0,00	0,00
Investimentos	36.610.234,10	38.586.318,53	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	8.965,78	7.594,79	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	14.750,95	386.808,37	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-2.584.605,98	-4.577.316,66	0,00	0,00

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

FONTE:

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	87.194.273,70	92.261.161,10	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	19.182.740,21	20.297.455,44	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	17.264.466,19	18.267.709,90	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

JOACABA , 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	92.261.161,10	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	14.761.785,78	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	13.285.607,20	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.458.281,28	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

JOACABA, 21/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

SIMAE**Portaria JHL 085/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 085/2014 21.05.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº JHL 001/2012 e a classificação em sexto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Raimundo Kerschbaumer, para o Cargo de Auxiliar de Informática Padrão-4, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 21 de maio de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 6º Lugar de Raimundo Kerschbaumer no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2012, para o Cargo de Auxiliar de Informática de acordo com a Portaria JHL-009/2013 de 15/01/2013 e Portaria JHL-012/2013 de 15/01/2013, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 086/2014

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 086/2014 DE 21.05.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Murilo Girardi, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. E-1, sob nº da CNH 04239218608, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Saveiro Placa MAL-3704, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/ equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Maio de

2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 21 de Maio de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente**Portaria JHL 087/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 087/2014 DE 21/05/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Destituir o servidor Neudir Francisco Fraron, Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. C, da função de Condutor do Veículo Toyota MBC-1206

Esta Portaria entra em vigor à partir de 22 de Maio de 2014.

Joaçaba-SC, 21 de Maio de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****Processo Licitatorio 23/2014 Eletrodomestico Fundo Saude**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 23/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 04/06/2014, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 21 de Maio 2014.
JONAS ANDERSON DERINGER
Gestor Fundo Municipal Saude

Lages**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 074/2014 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 074/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: NOVO TEMPO IND. E COM. DE ARTIGOS ESCOLARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.239.951/0001-80 com sede a Rua das Flores, 1255 - Pq. Monte Castelo, CEP: 83411-370 Colombo /PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Jaquetas para Uniforme Escolar dos Alunos da Rede Pública Municipal de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s): em até 60 (sessenta) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Avenida Papa João XIII, 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS PREÇOS

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 698.999,88 (seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos),

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 02-2014 FUNREBOM E TP 01-2014 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 02-2014 FUNREBOM Objeto: Aquisição de Veículo tipo Furgão

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 03/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 101.000,00

Modalidade: TP 01-2014 SEMASA Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia, para destinação do lodo da ETE (Estação de Tratamento Esgoto) Caça e Tiro

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 09/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 27.125,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de maio de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 024/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, CEP 88870-000, Orleans/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Fornecimento de equipamentos para cozinha comunitária, que segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS.

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

4.2 De Execução, em até 20 dias da data da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 23.865,00 (vinte e três mil oitocentos e sessenta e cinco reais).

Lages, 16 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 318/2013 - PML 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 318/2013 - 1º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - cep: 88.519-400 - fone:32238051.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com palco, na EMEB Mutirão, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução ficam prorrogados em 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeito.

Lages, 24 de setembro de 2013.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº008/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O

MUNICÍPIO DE LAGES E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SERRA CATARINENSE - CISAMA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para custear as atividades de apoio administrativo, Desenvolver Serra Catarinense e Resíduos Sólidos, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 23.980,89 (vinte e três mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 1.998,41 (hum mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2014 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2014.

Lages, 02 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 016/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 016/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: BAGGIO EDITORA JORNALISTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 84.933.126/0001-09, com sede à Rua Cel. Cordova nº 67 - centro, Lages/SC - cep: 88.502-001.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

A Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Publicações Diversas de Interesse do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS.

2.1 Da Vigência: da data da assinatura do Contrato até 01/07/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS.

O valor máximo estimado para esta contratação é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Lages, 28 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 18/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 18/2013 - 2º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: L. A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 72.185.549/0001-09, com sede nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação das salas n.º 51, 52, 53, 54, 55 e 56 do 5º pavimento do Ed. Lages Business Center, sito à Av. Belizário Ramos, 3.800, nesta cidade de Lages/SC, onde está instalado o Setor de Execução Fiscal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação será R\$ 6.665,51 (seis mil, seiscentos e

sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) a partir de Janeiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 75/2013 PML 3º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 75/2013 - 3º TERMO ADITIVO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

Karin Valente Ramos Rocha, CPF nº 784.358.549-49, Paulo Valente Ramos, CPF nº 596.316.609-82, Vivian Valente Ramos Brandão, CPF nº 596.316.789-20, residentes e domiciliados nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Presidente Vargas, 958, nesta cidade de Lages, SC, medindo 348,14m² para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Turismo.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação será R\$ 2.674,87 (dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) pela parte locada à Secretaria Municipal de Turismo e R\$ 5.386,75 (cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos) a parte locada à Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de Janeiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

3.1- O valor a ser pago deverá ser fracionado em 03 (três) partes iguais que deverão ser depositados em conta nominal dos locadores.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 058/2014

DECRETO Nº 058/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.013 - Atendimento as Famílias em Vulnerabilidade Social

DOTAÇÃO 150

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

09.01 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.01 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

1.005 - Construção do CRAS

DOTAÇÃO 132

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

1.004 - Construção do CIMI

DOTAÇÃO 146

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER - RESOLUÇÃO Nº 03/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER
RESOLUÇÃO Nº 03/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Lauro Müller.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 21 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 965, de 26 de março de 1996 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lauro Müller- CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 20.790,00 (vinte mil setecentos e noventa reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destina-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, na modalidades de Família Acolhedora.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller, 21 de maio de 2014.
Rosilene Barbosa Vicente
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Lauro Müller Resolução - Nº 02/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER
RESOLUÇÃO Nº 02/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Lauro Müller

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião

Plenária Ordinária, realizada dia 21 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 965, de 26 de março de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lauro Müller - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26. 678,16 (vinte seis mil seiscentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Projeto Técnico, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º O Gestor da Política de Assistência Social do município é responsável pela adesão ao Programa BPC Escola até o mês de junho do corrente ano para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FEAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Parágrafo único: O descumprimento do "caput" do presente artigo acarretará no bloqueio do recurso referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller, 21 de maio de 2014.
Rosilene Barbosa Vicente
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Lebon Régis

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 40/2014

Contratante.: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratada...: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,

Valor : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 03/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.93.00.00.00.00 (20)

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de 100 (cem) horas máquinas de Escavadeira Hidráulica.

Homologação Pregão Presencial Nº 2/14 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/03/14

CONTRATADO: DAL-MAS & AMARAL LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON RÉGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)

DATA: 20/05/14

ROSANE REGINA DE SOUZA

Gestora

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/03/14

CONTRATADO: TURKOT & OLIVEIRA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON RÉGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)

DATA: 20/05/14 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Gestora

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON RÉGIS

Contratada...: TURKOT & OLIVEIRA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA ME

Valor : 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 185.659,08

Objeto : A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

ROSANE REGINA DE SOUZA

Gestora

Portaria Nº 399/2014

PORTARIA Nº 399 DE 14 DE MAIO DE 2014

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR THACYANA CANELLE, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 14/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 14 de maio de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 14 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 400/2014

PORTARIA Nº 400 DE 15 DE MAIO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ILSON PITTI, para exercer o cargo de Agente de Defesa Civil, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de maio de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 401/2014

PORTARIA Nº 401 DE 19 DE MAIO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária GECI VIEIRA CARDOSO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS) referente período aquisitivo 01/01/2012 á 31/12/2012, cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de maio de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 19 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 402/2014

PORTARIA Nº 402 DE 19 DE MAIO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ANDREIA SIRINO MARTINS DA SILVA, do cargo de Conselheiro Tutelar, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, a partir de 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de maio de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 19 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 403/2014

PORTARIA Nº 403 DE 19 DE MAIO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ELOI SALETE PRETO DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de maio de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 19 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 404/2014

PORTARIA Nº 404 DE 19 DE MAIO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2013, GEANDRA CILENE BILIBIO, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de maio de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 19 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 405/2014

PORTARIA Nº 405 DE 19 DE MAIO DE 2014
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ARLINDA SILMARIA VIEIRA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 12/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de maio de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 19 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 406/2014

PORTARIA Nº 406 DE 20 DE MAIO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JUCELINO ALVES DE SOUZA, Vigia, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 15/05/2006 à 14/05//2007, a partir de 01/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de Maio de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 20 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria Nº 407/2014

PORTARIA Nº 407 DE 20 DE MAIO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VANESSA DOS SANTOS SOUZA, para exercer o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 20/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de maio de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 20 de maio de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 1.063/2014

LEI Nº 1.063, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a Abrir Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente, na dotação com a seguinte estrutura, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	4.827,84
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	4.827,84
Função	12	Educação	4.827,84
Sub-Função	365	Educação Infantil	4.827,84
Programa	0004	Educação é Tudo	4.827,84
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	4.827,84
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.144,22
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.144,22
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.144,22
Fonte de Recurso	0.3.0062.51	Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Equipamentos Proinfância	4.144,22
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	683,62
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	683,62
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	683,62
Fonte de Recurso	0.3.0062.52	Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Mobiliário Proinfância	683,62
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			4.827,84

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valores.

I - Superávit Financeiro

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Equipamentos Proinfância	0.1.0062.51	4.144,22
Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Mobiliário Proinfância	0.1.0062.52	683,62
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO		4.827,84

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de maio de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.064/2014

LEI Nº 1.064, DE 21 DE MAIO DE 2014.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Seguridade Social Vigente, na dotação com a seguinte estrutura, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Função	12	Educação	7.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	7.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.000,00
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Infantil	7.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			7.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	7.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	7.000,00
Função	12	Educação	7.000,00
Sub-Função	365	Ensino Infantil	7.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.000,00
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Infantil	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	7.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			7.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de maio de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Homologação - PL 058/2014 - PP 030/2014 - Relógio Ponto Eletrônico - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0058/2014 - PML

Pregão nº 0030/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0058/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para fornecimento e instalação de registros eletrônicos de ponto, destinados às unidades da Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DIMEP COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - EPP

* SAQUETTI COMERCIO E CONsertos de Relogios LTDA - ME

- Valor total: R\$ 21.460,00

Luzerna (SC), 21 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Pregão Presencial - PL 066.2014 - PP 036.2014 - Material de Enfermagem - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0066/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 0036/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por a aquisição de materiais de enfermagem destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 05 de junho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 05 de junho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Receitas Federais do Dia 20/05/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 20/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		49.881,52
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	52.024,92
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	40.894,92
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	40.871,93
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	40.871,93
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	24.523,16
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	10.217,98
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	6.130,79
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	22,99
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	13,79
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	5,75
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	3,45
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01	Saúde da Família	11.130,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.035,57
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.035,57
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	3.621,34
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.414,23
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.178,97
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.178,97
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-8.174,38
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-8.174,38
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4,59

Luzerna, 21/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

ANEXO 1 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.526.765,49	0,00
Pessoal Ativo	7.526.765,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.775,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.775,93	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.515.989,56	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.515.989,56	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		15.856.403,78
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		47,40
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		8.562.458,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		8.134.335,14
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		7.706.212,24

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Luzerna, 21/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 2 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	240.951,31	232.308,80	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	240.951,31	232.308,80	0,00	0,00
Interna	240.951,31	232.308,80	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.408.382,74	4.401.332,35	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.422.662,26	4.402.677,35	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.279,52	1.345,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.167.431,43	-4.169.023,55	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.774.581,76	15.856.403,78	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,63%	1,47%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-21,44%	-26,29%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.729.498,11	19.027.684,54	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.956.548,30	17.124.916,08	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	240.951,31	232.308,80	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	240.951,31	232.308,80	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	182,55	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.880,61	2.541.186,30	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Luzerna, 21/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

ANEXO 3 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.774.581,76	15.856.403,78	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22	3.250.407,99	3.488.408,83	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.925.367,19	3.139.567,95	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Luzerna, 21/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 4 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.856.403,78	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.537.024,60	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.283.322,14	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.109.948,26	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 21/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 5 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	287.841,89	0,00	287.841,89
Assistência Farmacêutica Básica	186.408,97	30,27	186.378,70
Atenção Básica	789.946,28	212,50	789.733,78
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.138,12	0,00	2.138,12
Bolsa Família	4.445,57	0,00	4.445,57
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	2.919,71	0,00	2.919,71
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	204.910,08	1.102,29	203.807,79
Convênio Trânsito - Civil	9.267,84	0,00	9.267,84
Convênio Trânsito - Militar	13.712,50	0,00	13.712,50
Fundo Especial do Petróleo	126.348,20	0,00	126.348,20
Gestão do SUS	24.119,46	0,00	24.119,46
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	242.751,65	0,00	242.751,65
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	7.155,46	0,00	7.155,46
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	37.552,55	0,00	37.552,55
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.306,72	0,00	3.306,72
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	653.325,47	0,00	653.325,47
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	(7.559,70)	0,00	(7.559,70)
S.F.Atenção Básica	(66.963,33)	0,00	(66.963,33)
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	(15,36)	0,00	(15,36)
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	(21.736,69)	0,00	(21.736,69)
S.F.Salário Educação	(25.949,05)	0,00	(25.949,05)
S.F.Transferências de Convênios - Outros	(149.466,81)	0,00	(149.466,81)
Salário Educação	47.643,86	0,00	47.643,86
Transferências de Convênios - Educação	15.231,99	0,00	15.231,99
Transferências de Convênios - Saúde	12.575,92	0,00	12.575,92
Transferências do FUNDEB - 60%	(121.807,94)	0,00	(121.807,94)
Vigilância em Saúde	113.828,83	0,00	113.828,83
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.391.932,19	1.345,06	2.390.587,13
Convênio Trânsito - Prefeitura	17.187,73	0,00	17.187,73
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	(338.862,64)	2.978,90	(341.841,54)
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	(8.463,99)	23.256,73	(31.720,72)
Recursos Ordinários	1.288.056,06	62.429,58	1.225.626,48
S.F.Recursos Ordinários	142.750,91	123.064,32	19.686,59
S.F.Transferências de Convênios - Educação	(1.389,65)	0,00	(1.389,65)
Transferências de Convênios - Outros	754.809,93	0,00	754.809,93
Transferências do FUNDEB - 40%	156.656,81	0,00	156.656,81
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.010.745,16	211.729,53	1.799.015,63
TOTAL (III) = (I + II)	4.402.677,35	213.074,59	4.189.602,76
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Luzerna, 21/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA

COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 6 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	30,27	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	212,50	7.321,59	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilu	0,00	0,00	1.102,29	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	242,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	112,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fun	0,00	0,00	0,00	4.586,63	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	0,00	0,00	5.960,21	0,00	0,00
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	2.082,70	0,00	0,00
S.F.Atenção de Média e Alta Complexidade Arr	0,00	0,00	0,00	980,00	0,00	0,00
S.F.Outras Transf de Rec.p/ o Fundo de Assist	0,00	0,00	0,00	10.592,48	0,00	0,00
S.F.Salário Educação	0,00	0,00	0,00	472,22	0,00	0,00
S.F.Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	513.568,84	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	21.665,21	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	13.623,95	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	4.665,14	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	1.345,06	585.872,97	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	2.907,29	131.860,07	0,00	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impost	1.345,00	0,00	21.897,25	89.495,78	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	62.333,12	813.769,75	0,00	0,00
S.F.Recursos Ordinários	0,00	0,00	123.064,32	49.066,25	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	1.345,00	0,00	210.201,98	1.084.191,85	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.345,00	0,00	211.547,04	1.670.064,82	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")
Luzerna, 21/05/2014

R\$ 1,00

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANEXO 7 - RELATÓRIO RGF DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.874.803,19	49,66
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.513.842,27	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.038.150,15	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.169.023,55	-26,29
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.027.684,54	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.488.408,83	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.537.024,60	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.109.948,26	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.670.064,82	0,00

FONTE:

Luzerna, 21/05/2014

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

Macieira

PREFEITURA

Portaria 3159

Portaria nº 3159, de 05 de maio de 2014.

“Designa servidor para desempenhar funções de controle interno no âmbito das Unidades Gestoras do Município de Macieira e das outras providências”

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando:

Que a Prefeitura realizou o concurso público municipal n. 0001/2013, homologado em 19/03/20014;

Que um dos cargos essenciais ao fiel desempenho das atividades do Poder Público Municipal de Macieira é o do Controlador Interno;

Que para o preenchimento desta vaga foi chamado o primeiro colocado que assumiu prontamente em 01/04/14, mas por interesses particulares requereu sua exoneração em 14/04/14;

Que, segundo alerta expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, após análise dos dados remetidos via e-Sfinge, o município de Macieira em 31/12/2013 ultrapassou o limite prudencial de gastos com pessoal, sendo que o limite legal é 51,30%;

Por derradeiro que, visando manter as atividades administrativas rigorosamente em dia e respeitando os limites legais voltados ao Poder Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor do quadro efetivo Edemar Nicolau Kuh, ocupante do cargo de Contador, Matrícula nº 55, para desempenhar as funções de controle interno no âmbito das Unidades Gestoras Municipais de Macieira, por prazo indeterminado e por todas as razões motivadoras inicialmente expostas.

Art. 2º O servidor de que trata o artigo 1º subordina-se administrativa e tecnicamente à Controladoria Geral do Município, devendo cumprir e fazer cumprir suas orientações no tocante:

I - à observância das diretrizes estabelecidas pela normatização da Controladoria Geral do Município em cada área de competência;

II - à observância das normas e técnicas de controles, mediante supervisão nas atividades internas de todas as Unidades Gestoras Municipais;

III - à elaboração e execução dos planos e roteiros de auditoria disciplinados pela normatização local, bem como fornecimento das informações aos responsáveis diretos, especialmente ao Ordenador Primário, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Tribunal de Contas do Estado, tudo dentro dos padrões e dos parâmetros técnicos de auditoria; e

IV - ao monitoramento da efetividade das ações de auditoria com consequente responsabilização das remessas de informações aos órgãos superiores de fiscalização.

Art. 3º Fica determinado ao servidor Edemar Nicolau Kuhn, a prestação de serviços de apoio ao Controlador Geral do Município ora designado, enquanto esta função acumular.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14/04/14.

Macieira (SC), em 05 de maio de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Lei Complementar 64

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 29 DE ABRIL DE 2014

CRIA VAGA PARA O CARGO DE ENFERMEIRA, ALTERANDO A LEI COMPLEMENTAR N 55/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Diante da excepcional necessidade pública fica alterado o Anexo I da LEI COMPLEMENTAR Nº 55, de 08 de outubro de 2013, criando uma vaga de enfermeira temporária para atender interesse público urgente conforme segue:

Cargo	Carga horária	Nível	Vagas	Salário
Enfermeira	20 horas	Superior	01	R\$ 1.680,00

Art. 2º. - O cumprimento das 20 horas semanais, será prestado na forma de plantão, ou seja, fora de horário comercial, para atendimento de emergências.

Art. 3º. - O prazo de contratação máximo será de doze meses.

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar 63

LEI COMPLEMENTAR nº 63, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

PARA REVOGAR O ART. 19 E REDEFINIR, ATRIBUIR E INSTITUIR A RESPONSABILIDADE DOS SECRETÁRIOS INERENTES ÀS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS ADVINDAS DA SUA NOMEAÇÃO, CONDUÇÃO E GESTÃO DOS TRABALHOS À FRENTE DA PASTA RESPECTIVA.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Revoga a integralidade do disposto no art. 19 da Lei Complementar 55/2013 dos Planos de Cargos e Salários, passando a vigorar com a seguinte redação, acrescidos do parágrafo único:

Art. 19. Fica instituída a descentralização de comando e discricionariedade dos atos para a implantação e administração do PCCR instituído pela Lei Complementar 55/2013, competindo a cada um dos Secretários investidos nas suas respectivas pastas, a responsabilidade pelo enquadramento e distribuição de serviços no que diz respeito aos seus comandados que trabalham na área;

Parágrafo único: Os Secretários, responderão direta e indiretamente pelo enquadramento, manutenção, cessão, alteração, chefia, ordem e condução dos seus comandados em cada uma das respectivas pastas.

Art. 2º. - As demais disposições legais pertinentes ficam inalteradas.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Lei 710

LEI Nº.710, de 06 de MAIO de 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº. SDR10 - 00002477/2013, Recuperação estrada MAC 498 e 499

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. SDR10 - 00002477/2013 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Séc. Munic. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

20.46 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90.24-55 Aplicações Direta.
R\$ 150.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Lei 711

LEI Nº.711, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do contrato de repasse junto ao Estado de Santa Catarina, conforme convenio nr SEF 4959/2014 - FUNDAM..

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio acima citado junto ao Estado de Santa Catarina, com recursos do FUNDAM.

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Sec. Muni. De Infraestrutura e Desev. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e Veiculos

44.90.24.54 Aplicações Direta.
R\$ 458.948,56

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Lei 712

LEI Nº.712, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Gabinete do Prefeito

02.06 Sec. De Infraestrutura e Desev. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e Veiculos

45.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Lei 714

LEI Nº.714, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do contrato de repasse junto ao Estado de Santa Catarina, conforme convenio nr SEF 4959/2014 - FUNDAM..

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio acima citado junto ao Estado de Santa Catarina, com recursos do FUNDAM.

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Sec. Muni. De Infra-estrutura e Desev. Urbano

10.14 Obras de Infra-estrutura Rural

44.90.24.54 Aplicações Direta.
R\$ 604.856,83

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 13 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Lei 713

LEI Nº.713, de 13 de maio de 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial por conta do Convenio Nº. SDR10 - 0000846/2014, Instalação do Anti-granizo

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. SDR10 - 00000846/2014 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

02.00 Chefia do Executivo

02.07 Séc. Munic. De Agricultura e Desev.Econômico

20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário

4490-24-55 Aplicações direta

R\$ 93.787,88

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Lei 715

LEI Nº.715, de 13 de maio de 2014.

Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara municipal de Vereadores de Macieira, Estado de Santa Catarina, a aumentar os vencimentos do cargo de Prefeito e Secretários.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º - Aumentar o subsídio do Prefeito que passará a ser no valor de R\$ 10.800,00, com reflexos financeiros a partir de sua aprovação.

Art. 2º - Aumentar o subsídio do Secretário, que passará a ser no valor de R\$ 3.500,00, com reflexos financeiros a partir de sua aprovação

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Lei 716

LEI Nº716, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme anuência nº 50097 e convenio com o FNDE.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo da anuência nº 50097 e convenio com o FNDE.

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

10.06 Aquisição Veículos Educação

44.90.22.54 Aplicações Direta.

R\$ 227.780,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de MAIO de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Decreto 1384

DECRETO Nº 1384, de 14 de abril de 20143.

“Estabelece PONTO FACULTATIVO, e dá outras providências”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que no dia 18 de abril é feriado da semana santa;

CONSIDERANDO, que já é de praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da administração pública municipal, no dia 17 de abril de 2014, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 14 de abril de 2014.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 1382

DECRETO Nº1382, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

Regulamenta o programa de Apoio e Incentivo ao Produtor Rural para contratação de empresa particular terceirizada para prestação de serviço para o ano de 2014.

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, SC, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei nº 546, de 25 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º. - O programa de apoio e incentivo previsto pela Lei 546/2011, fica regulamentado por este Decreto, sendo implementado para o ano de 2014, com conjeturas por este decreto.

Parágrafo único - Os trabalhos de incentivos e apoio regulados por este Decreto terão sua vigência até o dia 31/12/2014, ou até que houver recursos.

Art. 2º. - O incentivo e apoio concedido ao produtor rural macieirense será de horas máquinas, que serão contratadas pela Prefeitura junto às empresas terceirizadas e especializadas neste trabalho, sendo prestados na propriedade do interessado, sendo 50% do valor dos serviços de máquinas pago através de incentivo ao produtor rural pela Prefeitura Municipal e 50% do valor das horas pagas pelo produtor.

Parágrafo primeiro - Compreende-se no trabalho de horas máquinas, a utilização de trator de esteiras, para a implementação do trabalho de agricultura previsto pelo parágrafo 3º. Da Lei 546/2011.

Parágrafo segundo - Para a contratação das empresas terceirizadas deverão se observar os processos licitatórios nos moldes legais previstos.

Parágrafo terceiro - O número de horas a ser concedido a cada interessado, de acordo com o disposto no art. 5º. da Lei 546/2011, não poderá exceder a 50 horas/máquina por interessado/beneficiário.

Parágrafo quarto - O período de trabalho das máquinas terceirizadas contratadas será realizado até o dia 31/12/2014, ou até se esgotar o recurso previsto por este Decreto, independentemente de quantos interessados/beneficiários estiverem escritos.

Art. 3º. - A habilitação dos interessados beneficiários e plano de trabalho para a implementação do serviço, será na forma prevista pelo art. 7º. e seus parágrafos da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro - O prazo de habilitação dos interessados/beneficiários será do período de 01/05/2014 a 20/12/2014.

Parágrafo segundo - Não serão aceitos pedidos de habilitação fora do prazo prescrito pelo parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro - No caso de não serem atendidos todos os interessados/beneficiários que se habilitarem, quer seja por falta de recurso, ou qualquer outra situação que obste o trabalho das máquinas, e ainda, ultrapassado o período previsto para a implementação deste programa de incentivo e apoio, serão considerados suspensos os trabalhos, até a edição de novo Decreto, devendo o interessado/beneficiário novamente se habilitar junto à Secretaria competente.

Art. 4º. - Para cobrir as despesas com programa de incentivo e apoio será utilizado recurso na ordem de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme prevê o art. 11 da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro - No caso de vencido o prazo deste Decreto, ou

esgotados os recursos previstos, serão encerrados os trabalhos do programa de incentivo e apoio através de horas máquinas.

Parágrafo segundo - Em se encerrando os trabalhos do programa, bem como no caso de vencido o prazo deste Decreto, e havendo saldo remanescente do recurso previsto, deverá o numerário retornar aos cofres públicos.

Art. 5º. - Para cada serviço realizado na propriedade do interessado/beneficiário, deverá ser emitido pela Secretaria de Agricultura, um relatório constando as horas máquinas trabalhadas, a espécie de serviço prestados, quais as máquinas que foram utilizadas e ao final constar a data e assinatura do Secretário da Agricultura e do interessado/beneficiário, para fins de conferência e prestação de contas do recurso público aplicado.

Art. 6º. - O pagamento da empresa terceirizada contratada para a realização e implementação dos serviços de horas máquinas, será de acordo com o cronograma de pagamentos mantidos pela municipalidade.

Art. 7º. - Este decreto deverá ser publicado e afixado em locais públicos, de forma que possa chegar ao conhecimentos de todos os interessados/beneficiários para fim da habilitação para o programa de incentivo e apoio.

Art. 8º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 31 de março de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

FICHA DE HABILITAÇÃO

INSCRIÇÃO No. _____

PRODUTOR RURAL: _____

CPF: _____

INSCRIÇÃO PRODUTOR/NOTA PRODUTOR: _____

LOCALIDADE RURAL: _____

ESPÉCIE DE SERVIÇO: _____

Por força deste documento, declaro estar ciente dos termos do Decreto Municipal que regulamenta o programa de incentivo e apoio ao produtor rural, da numeração da minha inscrição, e principalmente da forma da prestação do trabalho de horas máquinas a serem destinados em minha propriedade, sabedor inclusive que, se por alguma condição alheia ao previsto pelo programa ocorrer, poderei deixar de receber o incentivo das horas, devendo me habilitar novamente quando da publicação de novo Decreto para tal fim.

Declaro ainda que, a propriedade rural indicada para os trabalhos é de minha propriedade, sob pena de responder criminalmente pela falta cometida, sem prejuízo de ressarcir os cofres públicos o investimento que me foi destinado.

Por fim, declaro estar plenamente em dia com os tributos fiscais para receber o benefício das horas máquinas, sob pena de responder pela declaração de falsidade.

Macieira ____/____/____.

Interessado/Beneficiário: _____

Assinatura do Requerente

RELATÓRIO DO SERVIÇO PRESTADO

PRODUTOR RURAL: _____

LOCALIDADE RURAL: _____

HORAS MÁQUINAS: _____

ÉSPECIE DE SERVIÇO PRESTADO: _____

MÁQUINAS UTILIZADAS: _____

O presente relatório tem por finalidade cumprir à determinação do art. 5º. Do Decreto Municipal.

Ademais, com a assinatura do presente, o interessado/beneficiário declara ter recebido o trabalho das horas máquinas acima especificadas na propriedade indicada de acordo com o que postulou na ficha de habilitação, dando por satisfeito e implementado o serviço pleiteado, nada mais tendo a reclamar.

Macieira, ____/____/____.

Interessado/Beneficiário Secretário da Agricultura

Produtor Rural

Decreto 1387

DECRETO Nº.1387, de 06 de MAIO de 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº. SDR10 - 00002477/2013, Recuperação estrada MAC 498 e 499

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 710 de 06/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. SDR10 - 00002477/2013 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Séc. Munic. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

20.46 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90.24-55 Aplicações Direta.
R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Decreto 1388

DECRETO Nº.1388, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do contrato de repasse junto ao Estado de Santa Catarina, conforme convenio nr SEF 4959/2014 - FUNDAM..

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso

de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 711 de 06/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio acima citado junto ao Estado de Santa Catarina, com recursos do FUNDAM.

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Sec. Muni. De Infraestrutura e Desev. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e Veiculos

44.90.24.54 Aplicações Direta.
R\$ 458.948,56

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Decreto 1390

DECRETO Nº.1390, de 13 de maio de 2014.

Abre Credito Suplementar Especial por conta do Convenio Nº. SDR10 - 0000846/2014, Instalação do Anti- granizo

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 713 de 13/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. SDR10 - 00000846/2014 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

02.00 Chefia do Executivo

02.07 Séc. Munic. De Agricultura e Desev.Econômico

20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário

4490-24-55 Aplicações direta

R\$ 93.787,88

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Decreto 1389

DECRETO Nº.1389, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 712 de 06/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Gabinete do Prefeito

02.06 Sec. De Infraestrutura e Desev. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e Veiculos

45.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Decreto 1391

DECRETO Nº1391, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do contrato de repasse junto ao Estado de Santa Catarina, conforme convenio nr SEF 4959/2014 - FUNDAM..

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 714 de 13/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio acima citado junto ao Estado de Santa Catarina, com recursos do FUNDAM.

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Sec. Muni. De Infra-estrutura e Desev. Urbano

10.14 Obras de Infra-estrutura Rural

44.90.24.54 Aplicações Direta.
R\$ 604.856,83

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 13 de maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Decreto 1392

DRECRETO Nº1392, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Abre Credito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme anuência nº 50097 e convenio com o FNDE.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 716 de 20/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo da anuência nº 50097 e convenio com o FNDE.

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

10.06 Aquisição Veículos Educação

44.90.22.54 Aplicações Direta.
R\$ 227.780,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 20 de MAIO de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Extrato de Inexigibilidade Nº 005/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2014

FORNECEDOR: PAULO HENRIQUE PETROCINI DA SILVA MARTINS.

CPF: 005.036.859-17.

OBJETO: Contratação de consultoria e assessoria técnica para desenvolvimento e implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) com para dimensionamento dos mobiliários, instrumentais e equipamentos médico-hospitalares, desenvolvimento do plano de trabalho, desenvolvimento dos editais, acompanhamento técnico do processo licitatório como engenheiro técnico responsável, acompanhamento das instalações dos equipamentos, instalação dos equipamentos, treinamento dos usuários, dimensionamento, plano de trabalho, especificação e instalação de equipamentos e mobiliários e instrumentais médico-hospitalares para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) porte I.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, incisos I e II, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).

Mafra, (SC) 20 de maio de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 257/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 257/2014.

FORNECEDOR: DIENER CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ: 14.153.227/0001-81.

OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra para revisão do veículo Caminhonete Mitsubishi Triton L200 placa MBB 7334, pertencente à Secretaria Municipal de Governo e Cidadania, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 575,00 (Quinhentos e setenta e cinco reais).

Mafra, (SC) 20 de maio de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de brinquedos infantis, destinados ao Espaço Kids da Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 05/06/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de maio de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz

Pregoeira Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.724.159/0001-02

FERCOMP FERRAMENTAS LTDA

Nota Fiscal nº. 576 R\$ 380,00

Nota Fiscal nº. 798 R\$ 51,00

Nota Fiscal nº. 601 R\$ 230,00

Nota Fiscal nº. 602 R\$ 980,00

Nota Fiscal nº. 603 R\$ 2.360,00

Valor Total: R\$ 4.001,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de peças e conserto das roçadeiras utilizadas nos trabalhos de limpeza urbana da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 22 de maio de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 21/2014**

PORTARIA Nº 21/2014

20 de maio de 2014.

DETERMINA A BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Hebert Gilso Werka, no uso das atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Fica declarado como baixado do Registro Patrimonial da Câmara de Vereadores de Mafra, o veículo de tração mecânica, abaixo especificado, pertencente a esta Casa de Leis, por questões de economicidade e por elevado custo de manutenção, conforme avaliação da Comissão especialmente designada para este fim.

Nº do bem patrimonial	Data Aquisição	Valor Contábil	Descrição
367	01/06/2010	R\$ 65.500,00	Fiat Línea Absoluto 1.9 dualogic 2010

Art. 2º O bem descrito no artigo anterior, será enviado à Prefeitura Municipal de Mafra(SC), a partir desta data.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra(SC), 20 de maio de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

Maracajá**PREFEITURA****Decreto 35/2014**

DECRETO Nº 35 DE 21 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 7º da Lei Municipal nº 951 de 26 de setembro de 2013 e artigo 5º do Decreto Municipal nº 14 de 10 de Fevereiro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Proteção e defesa Civil - COMPDEC, conforme estabelece o artigo 7º da Lei Municipal nº 951 de 26 de setembro de 2013 e artigo 5º do Decreto Municipal nº 14 de 10 de Fevereiro de 2013, da seguinte forma:

ÁREA GOVERNAMENTAL**I - Gabinete do Prefeito:**

Diomar de Souza Machado Júnior (titular)

Itaionara Tramontin Recco (suplente)

II - Secretaria Municipal de Administração:

Valmir Carradore (titular)

Rosane Savi Costa (suplente)

III - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo:

Geraldo Leandro (titular)

Dilnei Fausto Borges (suplente)

IV - Secretaria ou Departamento Municipal de Obras:

Alacide Luiz Rocha (titular)

Vanderlei Serafim Martins (suplente)

V - Secretaria ou Departamento Municipal de Saúde:

Vilmar Leandro (titular)

Rosilane Dassoler da Silva (suplente)

VI - Secretaria ou Departamento Municipal de Assistência Social:

Ivonete de Oliveira Capela (titular)

Suelen Calegari Monteiro (titular)

VII - Secretaria ou Departamento Municipal de Educação:

Denner Lucas Casagrande (titular)

Andréia Eli Machado (suplente)

VIII - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:

Saymon Antonio Dela Bruna Zeferino (titular)

Maristela Carradore Sérgio (suplente)

IX - Polícia Civil:

Pedro Estevam Cristiano (titular)

Elaine Bitencourt dos Santos (suplente)

X - Polícia Militar:

Jonathan Patrício Pereira Luiz (titular)

Igor Pereira Pimentel (suplente)

XI - Câmara de Vereadores de Maracajá:

Maria Aparecida de Souza Freitas (titular)

Roldinei Dassoler da Silva (suplente)

ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL

I - Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG:

Michele Fernandes da Silva (titular)

Valmir Pedro (suplente)

II - Associação Comunitária de Vila Beatriz:

Alexsander Evangelista Pucher (titular)

Menix Pereira (suplente)

II - Associação Comunitária de Sangão Madalena:

Maria Amélia Leandro (titular)

André José Cardoso (suplente)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 21 de Maio de 2014.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 21 de Maio de 2014.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 65/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 65, DE 20 DE MAIO DE 2014

Altera vencimento de cargo público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fixa em R\$ 832,00 o vencimento do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais", Código 013, Quadro de Pessoal Permanente, com provimento, atribuições e carga horária constantes na Lei Complementar nº 003, de 19 de novembro de 2002.

Art. 2º Fixa em R\$ 930,00 o vencimento do cargo de "Agente Administrativo", Código 018, Quadro de Pessoal Permanente, com provimento, atribuições e carga horária constantes na Lei Complementar nº 003, de 2002.

Art. 3º Fixa em R\$ 930,00 o vencimento do cargo de "Recepcionista", Quadro de Cargos Para a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, com provimento, atribuições, habilitação e carga horária constantes na Lei Complementar nº 032, de 23 de março de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2014.

Maravilha - SC, 20 de maio de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.760/2014

LEI Nº 3.760, DE 20 DE MAIO DE 2014

Autoriza o Poder Público Municipal a receber por doação bem imóvel, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, POR DOAÇÃO, imóvel localizado na Seção Maravilha, neste Município, sendo Parte do Lote Colonial Rural nº 196, constante da Matrícula nº 16.288, com área de 1.500,00 m², de propriedade do Grupo de Idosos Nossa Senhora da Consoladora, com benfeitoria, sendo um barracão de alvenaria, com área construída de 1.084,57 m².

Art. 2º Para efeitos de escritura pública e incorporação ao Patrimônio do Município, o valor atribuído ao terreno é de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento

municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.724, de 10 de dezembro de 2013.

Maravilha - SC, 20 de maio de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.761/2014

LEI Nº 3.761, DE 20 DE MAIO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder recomposição anual aos Servidores Públicos Municipais e agentes políticos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder reajuste na forma de recomposição anual, disciplinada pelo art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, aos servidores municipais, agentes políticos, empregados públicos municipais ativos, inativos e pensionistas e às funções gratificadas e adicionais, nos termos desta Lei.

Art. 2º O percentual de revisão referido no art. 1º, calculado sobre o respectivo vencimento dos servidores municipais, será de 5,82% (cinco vírgula oitenta e dois por cento), correspondendo à inflação registrada pelo índice INPC, durante o período de abril de 2013 a abril de 2014.

Art. 3º Também fica concedido reajuste de 1,18% (um vírgula dezoito por cento) incidente e calculado na forma do art. 1º desta Lei.

Art. 4º Os percentuais de que tratam os artigos 2º e 3º desta Lei não se aplicam aos servidores do Magistério.

Art. 5º O piso atual de vencimento dos servidores públicos municipais fica fixado em R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Art. 6º Para os agentes políticos o percentual de revisão será calculado conforme o índice estabelecido no artigo 2º da presente Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias municipais vigentes.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de maio de 2014.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 20 de maio de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.762/2014

LEI Nº 3.762, DE 20 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a revisão geral anual dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica por esta Lei Municipal autorizada a Câmara de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, aos Vereadores e Servidores públicos do Poder Legislativo de Maravilha, ativos, inativos e pensionistas, às funções gratificadas e adicionais nos termos desta Lei.

Art. 2º O percentual de revisão referido no artigo primeiro será na ordem de 5,82% (cinco vírgula oitenta e dois por cento), com base no acumulado do INPC dos meses de abril de 2013 a abril de 2014.

Parágrafo único. Também fica concedido aos Servidores do Poder Legislativo municipal reajuste de 1,18% (um vírgula dezoito por cento) incidente e calculado na forma do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de maio de 2014.

Maravilha - SC, 20 de maio de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

Tomada de Preço N. 02/2014.

Município de Marema - Tomada de Preço n. 02/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 026/2014 - Licitação na Modalidade de Tomada de Preço n. 002/2014, para construção de obras e serviços de engenharia para construção de cancha de bocha e reforma do centro de múltiplo uso. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 10/06/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 10/06/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 20 de maio de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Tomada de Preço N. 03/2014.

Município de Marema - Tomada de Preço n. 03/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 027/2014 - Licitação na Modalidade de Tomada de Preço n. 003/2014, para Obras e serviços de engenharia, por empreitada global, para pavimentação com pedras irregulares e passeios publicos. A presente obra está vinculada no Convenio n. 2014TR0001220, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxere, e a Prefeitura Municipal de Marema. Processo n. SDR05 0002423/2014. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 10/06/2014, às 14h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 10/06/2014 às 14h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 20 de maio de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N. 015/2014

Município de Marema - Pregão Presencial n. 015/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Proc. Licitatório n. 028/2014 - Licitação na Mod. Pregão Presencial n. 015/2014, para Aquisição de Conjunto de Academia ao Ar Livre, vinculado ao contrato de apoio financeiro n. 2014TR000741 - Projeto SDR05 3857/2013 - FUNDESPORTE. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 04/06/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 04/06/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 21 de maio de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2907 de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2907 DE 09 DE MAIO DE 2014

FIXA NORMAS E ESTABELECE PREÇO PÚBLICO PARA USO E OU LOCAÇÃO DE ESPAÇOS NO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art.1º O interessado na utilização e ou locação dos espaços do Centro Esportivo Municipal, mencionados neste Decreto deverá, por meio de procedimento administrativo específico, requerê-lo no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antecedente à realização do evento.

§1º O pedido a que se refere o presente artigo deve ser preenchido e protocolado no Departamento de Esportes anexo ao Centro Esportivo.

§2º Quando houver dois ou mais pedidos para uso ou locação do mesmo espaço com coincidência de datas e horários, terá preferência o pedido primeiro protocolado.

Art. 2º Deferido o pedido, o interessado deverá recolher a quantia devida aos cofres do Município, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento, mediante Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitida pelo Setor de Tributação, que após devidamente quitada, deverá ser encaminhada ao Departamento de Esportes anexo ao Centro Esportivo, onde será assinado pelo Requerente, o termo de responsabilidade por eventual dano causado ao local cedido pelo Município.

Art. 3º O Preço Público para a utilização e ou locação dos espaços no Centro Esportivo Municipal ficam estabelecidos de acordo com a seguinte tabela:

Local - Pavilhão A				
Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Multiplicador UFM
Quadra Poliesportiva	Mensalista	Jogo	Hora	0,4
	Não mensalista	Jogo	Hora	0,6
Campo de Futebol Suíço	Mensalista	Jogo	Hora	0,5
	Não mensalista	Jogo	Hora	0,7
Placa de Publicidade - quadra interna	-	-	Anuidade	6
Placa de Publicidade - paredes laterais	-	-	Anuidade	4,5
Local - Pavilhão B				
Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Multiplicador UFM
Baile com duração até 05h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	24
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	34
	Particular	Baile	Por dia	43

Baile com duração até 05h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	10
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	20
	Particular	Baile	Por dia	29
Baile com duração até 07h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	29
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	39
	Particular	Baile	Por dia	49
Baile com duração até 07h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	15
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	25
	Particular	Baile	Por dia	35

Local - Pavilhão C				
Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Multiplicador UFM
Baile com duração até 05h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	24
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	34
	Particular	Baile	Por dia	43
Baile com duração até 05h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	10
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	20
	Particular	Baile	Por dia	29
Baile com duração até 07h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	29
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	39
	Particular	Baile	Por dia	49
Baile com duração até 07h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	15
	Associações/ Clubes	Baile	Por dia	25
	Particular	Baile	Por dia	35

§1º Os respectivos valores estabelecidos no caput do artigo são valorizados pela UFM (Unidade Fiscal Municipal) que corresponde à R\$ 72,00.

§2º Nos bailes públicos realizados na Dependência do Centro Esportivo, deverá ser respeitada a cobrança de estacionamento com valor máximo estipulado por este Decreto, que corresponde a 0,14 UFM.

Art. 4º No caso de evento realizado com a finalidade de angariar fundos para a manutenção de programa de natureza social ou educativa, facultativamente o Prefeito Municipal poderá conceder isenção do pagamento do preço público estabelecido neste Decreto.

Art.5º Na hipótese do artigo 4º, o responsável pelo evento deverá

comprovar a destinação e a utilização da receita obtida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser compelido ao pagamento do preço público correspondente.

Art.6º Em caso de eventos religiosos sem fins lucrativos, desde que devidamente comprovado através de declaração do responsável da instituição Religiosa que organizar o evento, será concedido à isenção de pagamento.

Art.7º Nos eventos realizados na dependência do Centro Esportivo, deverão ser observados rigorosamente as normas atinentes ao Estatuto da Criança e Adolescente, especialmente em relação à proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores, devendo o organizador do evento zelar pelas normas de higiene, segurança e decência pública, além das Normas da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros.

Art.8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1835 de 02 de Outubro de 2009.

Massaranduba, 08 de maio de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Licitação 42/2014 Pregão 21/2014 -Reg. Preços Material de Limpeza

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2014 - MULTIENTIDADE
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 21/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diversos MATERIAIS DE LIMPEZA para limpeza e higienização das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Centro Esportivo Municipal, Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 04/06/2014
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 04.06.2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 20 de Maio de 2014.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

ANNA K. R. FRANZ
Gestora dos Fundos

Meleiro

PREFEITURA

Termo de Homologação TP Nº 035/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 035/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 035/2014
Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.
Data da homologação: 19/05/2014
Objeto da licitação: Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e drenagem pluvial em Ruas do município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias.
Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 1.467.108,97

Meleiro/SC, 19 de maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso Licitação - Pregão Presencial Nº 048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 04/06/2014, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2014, objetivando a AQUISIÇÃO DE SUB BASE DE SEIXO ROLADO PARA COLOCAÇÃO NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO (MEL 158, MEL 255, MEL 355, MEL 361, MEL 462, MEL 465). A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou por solicitação via e-mail.

Meleiro/SC, 19 de maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso Licitação - Tomada de Preço Nº 049/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 049/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 09/06/2014, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 049/2014, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviço de drenagem pluvial na Rua Madre Bertila Moro - Bairro Jardim Itália, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias em anexo. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou por solicitação via e-mail.

Meleiro/SC, 19 de maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Termo de Habilitação TP Nº 038/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP nº.
038/2014

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 038/2014:

Empresas Habilitadas: CAMILO & GHISI LTDA, ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA E MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Processo nº. 038/2014
Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 23 de maio de 2014 as 09:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 22 de maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo**PREFEITURA****Decreto Nº 159/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO
DE MODELO

CNPJ 83.021.832/0001-11

DECRETO Nº 159/2014 DE 02 DE MAIO DE 2014.

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREVISTO NO ART. 15, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, COMBINADO COM O ART. 11 DA LEI Nº 10.520, DE 2002, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, COM FUNDAMENTO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E NO DISPOSTO NO ART. 15, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, ART. 11 DA LEI Nº 10.520, DE 2002 E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 1º O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREVISTO NO ART. 15, INCISO II, § 3º DA LEI 8.666/1993, TEM POR FINALIDADE SELECIONAR E CADASTRAR OS PREÇOS QUE PODERÃO SER UTILIZADOS EM CONTRATOS FUTUROS DE SERVIÇO, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MODELO SC.

ART. 2º AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E A AQUISIÇÃO DE BENS, QUANDO EFETUADAS PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, FUNDOS ESPECIAIS, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E DEMAIS ENTIDADES CONTROLADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE PELO MUNICÍPIO DE MODELO, OBEDECERÃO AO DISPOSTO NESTE DECRETO.

PARÁGRAFO ÚNICO. PARA OS EFEITOS DESTE DECRETO, SÃO ADOTADAS AS SEGUINTE DEFINIÇÕES:

I - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP - CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO FORMAL DE PREÇOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS;

II - TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO - DOCUMENTO VINCULATIVO, OBRIGACIONAL, COM CARACTERÍSTICA DE COMPROMISSO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO, DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ONDE SE REGISTRAM PREÇOS, FORNECEDORES E CONDIÇÕES A SEREM PRATICADAS, CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E PROPOSTAS APRESENTADAS;

III - ÓRGÃO GERENCIADOR - ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS DO CERTAME PARA REGISTRO DE PREÇOS E GERENCIAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO;

IV - ÓRGÃO PARTICIPANTE - ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE PARTICIPA DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS DO SRP E INTEGRA O TERMO DE COMPROMISSO DO REGISTRO DE PREÇOS.

V - ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE - ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE, NÃO TENDO PARTICIPADO DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS DA LICITAÇÃO, ATENDIDOS OS REQUISITOS DESTA NORMA, FAZ ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

VI - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - É O DOCUMENTO VINCULATIVO, OBRIGACIONAL, COM CARACTERÍSTICAS DE COMPROMISSO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO, EM QUE SE REGISTRAM OS PREÇOS, OS FORNECEDORES, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E CONDIÇÕES A SEREM PRATICADAS, CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E PROPOSTAS APRESENTADAS.

ART. 3º SERÁ ADOTADO, PREFERENCIALMENTE, O SRP, NAS SEGUINTE HIPÓTESES:

I - QUANDO, PELAS CARACTERÍSTICAS DO BEM OU SERVIÇO, HOUVER NECESSIDADE DE CONTRATAÇÕES FREQUENTES;

II - QUANDO FOR MAIS CONVENIENTE A AQUISIÇÃO DE BENS COM PREVISÃO DE ENTREGA PARCELADA OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS A ADMINISTRAÇÃO PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES;

III - QUANDO FOR CONVENIENTE A AQUISIÇÃO DE BENS OU A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENTENDIMENTO A MAIS DE UM ÓRGÃO OU ENTIDADE, OU A PROGRAMAS DE GOVERNO; E

IV - QUANDO PELA NATUREZA DO OBJETO NÃO FOR POSSÍVEL DEFINIR PREVIAMENTE O QUANTITATIVO A SER DEMANDADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO. PODERÁ SER REALIZADO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, OBEDECIDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA E CARACTERIZADA A VANTAGEM ECONÔMICA.

CAPÍTULO II - DO PROCESSAMENTO - DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

ART.4º A LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA OU PREGÃO, DO TIPO MENOR PREÇO, NOS TERMOS DAS LEIS Nº 8.666, DE 21 DE JULHO DE 1993, E 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E SERÁ PRECEDIDA DE AMPLA PESQUISA DE MERCADO.

§ 1º EXCEPCIONALMENTE PODERÁ SER ADOTADO, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, O TIPO TÉCNICA E PREÇO, A CRITÉRIO DO ÓRGÃO GERENCIADOR E MEDIANTE DESPACHO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO, OU A MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO, MEDIANTE DESPACHO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

§ 2º CABERÁ AO ÓRGÃO GERENCIADOR A PRÁTICA DE TODOS OS ATOS DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DO SRP, E AINDA O SEGUINTE:

I - CONVIDAR, MEDIANTE CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA OU OUTRO MEIO EFICAZ, OS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARA PARTICIPAREM DO REGISTRO DE PREÇOS;

II - CONSOLIDAR TODAS AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTIMATIVA INDIVIDUAL E TOTAL DE CONSUMO, PROMOVENDO A ADEQUAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROJETOS BÁSICOS ENCAMINHADOS PARA ATENDER AOS REQUISITOS DE RACIONALIZAÇÃO;

III - PROMOVER TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO PROCESSUAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PERTINENTE, INCLUSIVE A DOCUMENTAÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS NOS CASOS EM QUE A RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO FOR ADMISSÍVEL PELA LEI;

IV - REALIZAR A NECESSÁRIA PESQUISA DE MERCADO COM VISTAS À ACEITABILIDADE DOS PREÇOS OFERTADOS NAS LICITAÇÕES;

V - CONFIRMAR JUNTO AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES A SUA CONCORDÂNCIA COM O OBJETO A SER LICITADO, INCLUSIVE QUANTO AOS QUANTITATIVOS E PROJETO BÁSICO;

VI - REALIZAR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO BEM COMO OS ATOS DELES DECORRENTES, TAIS COMO, ASSINATURA DA ATA, DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E O ENCAMINHAMENTO DE SUA CÓPIA AOS DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES;

VII-GERENCIAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PROVIDENCIANDO A INDICAÇÃO, SEMPRE QUE SOLICITADO, DOS FORNECEDORES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, OBEDECENDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E OS QUANTITATIVOS DE CONTRATAÇÃO DEFINIDOS PELOS PARTICIPANTES DA ATA;

VIII - CONDUZIR OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A EVENTUAIS RENEGOCIAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS E A APLICAÇÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO DO PACTUADO NO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO;

IX - REALIZAR, QUANDO NECESSÁRIO, REUNIÕES COM LICITANTES, VISANDO INFORMÁ-LOS DAS PECULIARIDADES DO SRP E COORDENAR, COM OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, A QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DOS RESPECTIVOS GESTORES INDICADOS.

§ 3º O ÓRGÃO OU ENTIDADE INTERESSADO EM PARTICIPAR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ MANIFESTAR INTERESSE, ENCAMINHAR AO ÓRGÃO GERENCIADOR, ESTIMATIVA DE CONSUMO, CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO, ESPECIFICAÇÕES OU PROJETO BÁSICO, ADEQUANDO-SE AO REGISTRO DE PREÇOS DO QUAL PRETENDE FAZER PARTE, NOS TERMOS DA LEI 8.666/1993, DEVENDO AINDA:

I - GARANTIR QUE TODOS OS ATOS INERENTES AO PROCEDIMENTO PARA SUA INCLUSÃO NO REGISTRO DE PREÇOS A SER REALIZADO ESTEJAM DEVIDAMENTE FORMALIZADOS E APROVADOS PELA AUTORIDADE COMPETENTE;

II - MANIFESTAR, JUNTO AO ÓRGÃO GERENCIADOR, SUA CONCORDÂNCIA COM O OBJETO A SER LICITADO, ANTES DA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO; E

III - TOMAR CONHECIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO, INCLUSIVE AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES PORVENTURA OCORRIDAS, COM O OBJETIVO DE ASSEGURAR, QUANDO DE SEU USO, O CORRETO CUMPRIMENTO DE SUAS DISPOSIÇÕES, LOGO DEPOIS DE CONCLUÍDO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO; E

IV - INFORMAR AO ÓRGÃO GERENCIADOR, QUANDO DE SUA OCORRÊNCIA, A RECUSA DO FORNECEDOR EM ATENDER ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL, FIRMADAS NO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO, AS DIVERGÊNCIAS RELATIVAS À ENTREGA DO MATERIAL OU À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

§ 4º CABE AO ÓRGÃO PARTICIPANTE INDICAR O GESTOR DO CONTRATO, AO QUAL, ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ART. 67 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, COMPETE:

I - PROMOVER CONSULTA PRÉVIA JUNTO AO ÓRGÃO GERENCIADOR, QUANDO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO, A FIM DE OBTER A INDICAÇÃO DO FORNECEDOR, OS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS E OS VALORES A SEREM PRATICADOS, ENCAMINHANDO, POSTERIORMENTE, AS INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA;

II - ASSEGURAR-SE, QUANDO DO USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE A CONTRATAÇÃO A SER PROCEDIDA ATENDA AOS SEUS INTERESSES, SOBRETUDO QUANTO AOS VALORES PRATICADOS, INFORMANDO AO ÓRGÃO GERENCIADOR EVENTUAL DESVANTAGEM, QUANTO À SUA UTILIZAÇÃO;

III - ZELAR, APÓS RECEBER A INDICAÇÃO DO FORNECEDOR, PELOS DEMAIS ATOS RELATIVOS AO CUMPRIMENTO, PELO MESMO, DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUALMENTE ASSUMIDAS, E TAMBÉM, EM COORDENAÇÃO COM O ÓRGÃO GERENCIADOR, PELA APLICAÇÃO DE EVENTUAIS PENALIDADES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS; E

IV - INFORMAR AO ÓRGÃO GERENCIADOR, QUANDO DE SUA OCORRÊNCIA, A RECUSA DO FORNECEDOR EM ATENDER ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL, FIRMADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS DIVERGÊNCIAS RELATIVAS À ENTREGA, AS CARACTERÍSTICAS E ORIGEM DOS BENS LICITADOS E A RECUSA DO MESMO EM ASSINAR CONTRATO PARA FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

ART. 5º O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO NÃO PODERÁ SER SUPERIOR A UM ANO, COMPUTADAS NESTE AS

EVENTUAIS PRORROGAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO. OS CONTRATOS DECORRENTES DO SRP TERÃO SUA VIGÊNCIA CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E RESPECTIVOS CONTRATOS, OBEDECIDO AO DISPOSTO NO ART. 57 DA LEI NO 8.666, DE 1993.

ART. 6º A ADMINISTRAÇÃO, QUANDO DA AQUISIÇÃO DE BENS OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, PODERÁ SUBDIVIDIR A QUANTIDADE TOTAL DO ITEM EM LOTES, SEMPRE QUE COMPROVADO TÉCNICA E ECONOMICAMENTE VIÁVEL, DE FORMA A POSSIBILITAR MAIOR COMPETITIVIDADE, OBSERVADO, NESTE CASO, DENTRE OUTROS, A QUANTIDADE MÍNIMA, O PRAZO E O LOCAL DE ENTREGA OU DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. NO CASO DE SERVIÇOS, A SUBDIVISÃO SE DARÁ EM FUNÇÃO DA UNIDADE DE MEDIDA ADOTADA PARA AFERIÇÃO DOS PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS, E SERÁ OBSERVADA A DEMANDA ESPECÍFICA DE CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE DO CERTAME. NESTES CASOS, DEVERÁ SER EVITADA A CONTRATAÇÃO, NUM MESMO ÓRGÃO E ENTIDADE, DE MAIS DE UMA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE UM MESMO SERVIÇO EM UMA MESMA LOCALIDADE, COM VISTAS A ASSEGURAR A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E O PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO.

ART. 7º NA HIPÓTESE DO PRIMEIRO COLOCADO DA LICITAÇÃO NÃO OFERTAR QUANTITATIVO SUFICIENTE PARA ATENDER À QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA PELA ADMINISTRAÇÃO, PODERÃO SER REGISTRADOS, POR SEUS RESPECTIVOS PREÇOS, TANTOS FORNECEDORES QUANTOS NECESSÁRIOS PARA QUE, EM FUNÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS, SEJA ATINGIDA A QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA PARA O ITEM, OBSERVANDO-SE O SEGUINTE:

I - OS PREÇOS REGISTRADOS E A INDICAÇÃO DOS RESPECTIVOS FORNECEDORES SERÃO DIVULGADOS EM ÓRGÃO OFICIAL DA ADMINISTRAÇÃO E FICARÃO DISPONIBILIZADOS DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

II - QUANDO DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS CONSTANTES DA ATA; E

III - OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO, QUANDO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO, RECORREREM AO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA QUE ESTE PROCEDA A INDICAÇÃO DO FORNECEDOR E RESPECTIVOS PREÇOS A SEREM PRATICADOS.

ART. 8º A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELES PODERÃO ADVIR, FACULTANDO-SE A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO ESPECÍFICA PARA A AQUISIÇÃO PRETENDIDA, SENDO ASSGURADO AO BENEFICIÁRIO DO REGISTRO A PREFERENCIADE FORNECIMENTO EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

ART. 9º OS PREÇOS SERÃO REGISTRADOS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO OBTIDA E PELOS CRITÉRIOS FIXADOS NO EDITAL.

ART. 10 O EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS CONTEMPLARÁ, NO MÍNIMO:

I - A ESPECIALIZAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO OBJETO, EXPLICITANDO O CONJUNTO DE ELEMENTOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES, COM NÍVEL DE PRECISÃO ADEQUADO, PARA A CARACTERIZAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO, INCLUSIVE DEFININDO AS RESPECTIVAS UNIDADES DE MEDIDAS USUALMENTE ADOTADAS;

II - A ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS NO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO;

III - PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO QUE A ADMINISTRAÇÃO SE DISPÕE A PAGAR, POR CONTRATAÇÃO, CONSIDERADAS AS REGIÕES E AS ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS;

IV - A QUANTIDADE MÍNIMA DE UNIDADE A SER COTADA, POR ITEM, NO CASO DE BENS;

V - AS CONDIÇÕES QUANTO AOS LOCAIS, PRAZOS DE ENTREGA, FORMA DE PAGAMENTO E, COMPLEMENTARMENTE, NOS CASOS

DE SERVIÇOS, QUANDO CABÍVEIS, A FREQUÊNCIA, PERIODICIDADE, CARACTERÍSTICAS DO PESSOAL, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS E UTILIZADOS, PROCEDIMENTOS A SEREM SEGUIDOS, CUIDADOS, DISCIPLINA E CONTROLES A SEREM ADOTADOS;

VI - O PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO;

VII - OS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO RESPECTIVO REGISTRO DE PREÇO;

VIII - OS MODELOS DE PLANILHAS DE CUSTO, QUANDO CABÍVEIS, E AS RESPECTIVAS MINUTAS DE CONTRATOS, NO CASO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; E

IX - AS PENALIDADES A SEREM APLICADAS POR DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMO ANEXO; E

XI - REALIZAÇÃO PERIÓDICA DE PESQUISA DE MERCADO PARA COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE.

§ 1º. O EDITAL PODERÁ ADMITIR, COMO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, A OFERTA DE DESCONTO SOBRE TABELA DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, NOS CASOS DE PEÇAS DE VEÍCULOS, MEDICAMENTOS, PASSAGENS AÉREAS, MANUTENÇÕES E OUTROS SIMILARES.

§ 2º APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA COMPETITIVA, OS LICITANTES PODERÃO REDUZIR SEUS PREÇOS AO VALOR DA PROPOSTA DO LICITANTE MAIS BEM CLASSIFICADO, OBSERVADO:

I - A APRESENTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS NA FORMA DO PARÁGRAFO ACIMA, NÃO PREJUDICARÁ O RESULTADO DO CERTAME EM RELAÇÃO AO LICITANTE MAIS BEM CLASSIFICADO.

ART. 11 QUANDO O QUANTITATIVO TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO OU FORNECIMENTO NÃO PUDE SER ATENDIDO PELO LICITANTE VENCEDOR, ADMITIR-SE-Á A CONVOCAÇÃO DE TANTOS LICITANTES QUANTOS FOREM NECESSÁRIOS PARA SE ATINGIR O QUANTITATIVO TOTAL, RESPEITANDO-SE A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, DESDE QUE OS REFERIDOS LICITANTES ACEITEM PRATICAR O MESMO PREÇO DA PROPOSTA VENCEDORA.

ART. 12 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ SUBDIVIDIR A QUANTIDADE TOTAL DO ITEM POR LOTES, SEMPRE QUE FOR COMPROVADO SER TÉCNICA E ECONOMICAMENTE VIÁVEL, DE FORMA A POSSIBILITAR MAIOR COMPETITIVIDADE, OBSERVADOS, NESTE CASO, DENTRE OUTROS, A QUANTIDADE MÍNIMA, O PRAZO E O LOCAL DE ENTREGA.

PARÁGRAFO ÚNICO. NO CASO DE SERVIÇOS, A SUBDIVISÃO SE DARÁ EM FUNÇÃO DA UNIDADE DE MEDIDA ADOTADA PARA AFERIÇÃO DOS PRODUTOS E RESULTADOS SEPARADOS, E SERÁ OBSERVADA A DEMANDA ESPECÍFICA DE CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE DO CERTAME. NESTES CASOS, DEVERÁ SER EVITADA A CONTRATAÇÃO, NUM MESMO ÓRGÃO E ENTIDADE, DE MAIS DE UMA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE UM MESMO SERVIÇO EM UMA MESMA LOCALIDADE, COM VISTAS A ASSEGURAR A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E O PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO.

ART. 13 AO PREÇO DO PRIMEIRO COLOCADO PODERÃO SER REGISTRADOS TANTOS FORNECEDORES QUANTOS NECESSÁRIOS PARA QUE, EM FUNÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS, SEJA ATINGIDA A QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA PARA O ITEM OU LOTE, OBSERVANDO-SE O SEGUINTE:

I - O PREÇO REGISTRADO E A INDICAÇÃO DOS RESPECTIVOS FORNECEDORES SERÃO DIVULGADOS EM ÓRGÃO OFICIAL DA ADMINISTRAÇÃO E FICARÃO DISPONIBILIZADOS DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

II - QUANDO DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS CONSTANTES DA ATA; E

III - OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO, QUANDO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO, RECORREREM AO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA QUE ESTE PROCEDA A INDICAÇÃO DO FORNECEDOR E RESPECTIVOS PREÇOS A SEREM PRATICADOS.

ART. 14 CABE AO PODER EXECUTIVO E GESTORES DOS FUNDOS

MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E LICITAÇÕES, A EXECUÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE SERÁ UTILIZADO, OBRIGATORIAMENTE, PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

§ 1º O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ SEMPRE PRECEDIDO DE ESTUDOS PARA DEFINIR OS MATERIAIS E OS SERVIÇOS QUE POSSAM SER CONSIDERADOS COMUNS, CUJOS PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE POSSAM SER, CONCISA E OBJETIVAMENTE, DEFINIDOS NO OBJETO DO EDITAL E QUE TERÃO PREÇOS REGISTRADOS.

§ 2º OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, PODERÃO ELABORAR E ADMINISTRAR SEUS REGISTROS DE PREÇOS PARA CONTRATOS FUTUROS DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE NATUREZA ESPECÍFICA E NÃO SISTÊMICA E PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DAS SUAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS.

CAPÍTULO III - DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS E VALIDADE DA ATA

ART. 15. HOMOLOGADO O RESULTADO DA LICITAÇÃO, O ÓRGÃO GERENCIADOR, RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E A QUANTIDADE DE FORNECEDORES A SEREM REGISTRADOS, CONVOCARÁ OS INTERESSADOS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, DEPOIS DE CUMPRIDOS OS REQUISITOS DE PUBLICIDADE, TERÁ EFEITO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

§ 1º A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNARÁ AS SEGUINTE INFORMações:

I - QUALIFICAÇÃO DO PARTICULAR SIGNATÁRIO DA ATA, QUE ASSUME A OBRIGAÇÃO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO;

II - INDICAÇÃO DO OBJETO QUE ESTÁ SENDO LICITADO;

III - CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO;

IV - PREÇO POR UNIDADE OFERECIDO NA LICITAÇÃO;

V - PRAZO DE VALIDADE DA ATA, CORRESPONDENTE AO JÁ FIXADO NO EDITAL;

VI - PROCEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DOS FUTUROS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA.

§ 2º A MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVE SER, ANTES DE ASSINADA, APROVADA PELA ASSESSORIA JURÍDICA.

§ 3º O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO A CADA TRÊS MESES.

ART. 16. A CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS, APÓS A INDICAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, SERÁ FORMALIZADA PELO ÓRGÃO INTERESSADO, POR INTERMÉDIO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL, EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO DE DESPESA, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU OUTRO INSTRUMENTO SIMILAR, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 62 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

ART.17º SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FORMALIZADO ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO, SENDO ORIUNDO DO MESMO O CONTRATO, AO QUAL SERÃO APLICADOS OS DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA CONTRATAÇÕES.

§ 1º EM DECORRÊNCIA DA LICITAÇÃO E APÓS SUA HOMOLOGAÇÃO, SERÁ LAVRADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE FARÁ PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO.

§ 2º O CONTRATO PODERÁ SER SUBSTITUÍDO POR OUTROS INSTRUMENTOS HÁBEIS, NAS FORMAS PREVISTAS NO ART. 62 DA LEI Nº 8.666/1993, SALVO SE A CONTRATAÇÃO FOR DE SERVIÇOS.

ART. 18. A COMPETÊNCIA PARA ASSINAR O TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E O CONTRATO CABE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/COMPRAS E LICITAÇÃO E AO TITULAR DO ÓRGÃO OU ENTIDADE SOLICITANTE, RESPECTIVAMENTE, SENDO ESTE EXECUTIVO MUNICIPAL E OU GESTORES DAS UNIDADES OU FUNDOS MUNICIPAIS.

PARÁGRAFO ÚNICO. QUANDO O ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL OPTAR POR REGISTRO DE PREÇOS DESCENTRALIZADO, A COMPETÊNCIA PARA ASSINAR O TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E OS CONTRATOS DELE DECORRENTE SERÁ DO TITULAR DO ÓRGÃO OU DO DIRIGENTE MÁXIMO DA ENTIDADE EXECUTORA DO REGISTRO.

ART. 19. OS FORNECEDORES QUE TENHAM SEUS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER CONVIDADOS A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS DURANTE O PERÍODO DE SUA VIGÊNCIA, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES FIXADAS NO EDITAL, NESTE REGULAMENTO E EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE LICITAÇÃO PÚBLICA.

ART. 20. A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELA PODERÃO ADVIR, FICANDO-LHE FACULTADA A UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO RELATIVA ÀS LICITAÇÕES, SENDO ASSEGURADO AO BENEFICIÁRIO DO REGISTRO PREFERÊNCIA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

ART. 21. O TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DURANTE SUA VIGÊNCIA, PODERÁ SER UTILIZADO POR QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO QUE NÃO TENHA PARTICIPADO DO CERTAME LICITATÓRIO MEDIANTE PRÉVIA CONSULTA AO ÓRGÃO GERENCIADOR, DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADA A VANTAGEM E A DISPONIBILIDADE DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS.

§ 1º OS ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO CERTAME LICITATÓRIO, QUANDO DESEJAREM FAZER USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEVERÃO MANIFESTAR SEU INTERESSE JUNTO AO ÓRGÃO GERENCIADOR, DESDE QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EQUIVALENTE.

§ 2º AS AQUISIÇÕES OU CONTRATAÇÕES ADICIONAIS A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO NÃO PODERÃO EXCEDER, POR ÓRGÃO OU ENTIDADE, A 100% (CEM POR CENTO) DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS NO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO.

ART. 22. O PRAZO DE VALIDADE DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO/A ATA DE REGISTRO DE PREÇO, NÃO PODERÁ SER SUPERIOR A UM ANO, COMPUTADA NESTE AS EVENTUAIS PRORROGAÇÕES.

§ 1º OS CONTRATOS DECORRENTES DO SRP TERÃO SUA VIGÊNCIA CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E RESPECTIVOS CONTRATOS, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO ART. 57 DA LEI Nº 8.666/1993.

§ 2º É ADMITIDA PARA CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO, NOS TERMOS DO § 4º, DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666/1993, QUANDO A PROPOSTA CONTINUAR SE MOSTRANDO MAIS VANTAJOSA, SATISFEITOS OS DEMAIS REQUISITOS DESTA NORMA.

ART. 23. OS PREÇOS REGISTRADOS SERÃO PUBLICADOS TRIMESTRALMENTE NO ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, PARA CONHECIMENTO PÚBLICO, PRECEDIDO DE AMPLA PESQUISA DE MERCADO.

CAPÍTULO IV - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

ART. 24. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS NAS HIPÓTESES E CONDIÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993 PODENDO O EDITAL ESTABELECE O PROCEDIMENTO A SER OBSERVADO.

§ 1º O PREÇO REGISTRADO PODERÁ SER REVISTO, EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DAQUELES PRATICADOS NO MERCADO, OU DE FATO QUE ELEVE O CUSTO DOS SERVIÇOS OU BENS REGISTRADOS, CABENDO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA, PROMOVER AS NECESSÁRIAS NEGOCIAÇÕES JUNTO AOS FORNECEDORES.

§ 2º QUANDO O PREÇO INICIALMENTE REGISTRADO, POR MOTIVO SUPERVENIENTE, TORNAR-SE SUPERIOR AO PREÇO

PRATICADO NO MERCADO, INDEPENDENTEMENTE DE SOLICITAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ CONVOCAR O LICITANTE FORNECEDOR, APÓS A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA NEGOCIAR A REDUÇÃO DOS PREÇOS, MANTENDO O MESMO OBJETO COTADO, NA QUALIDADE E NAS ESPECIFICAÇÕES INDICADAS NA PROPOSTA, EM VIRTUDE DA REDUÇÃO DOS PREÇOS DE MERCADO, HIPÓTESE EM QUE O ÓRGÃO GERENCIADOR DEVERÁ:

I - CONVOCAR O FORNECEDOR VISANDO A NEGOCIAÇÃO PARA REDUÇÃO DE PREÇOS E SUA ADEQUAÇÃO AO PRATICADO PELO MERCADO;

II - FRUSTRADA A NEGOCIAÇÃO, O FORNECEDOR SERÁ LIBERADO DO COMPROMISSO ASSUMIDO; E

III - CONVOCAR OS DEMAIS FORNECEDORES VISANDO IGUAL OPORTUNIDADE DE NEGOCIAÇÃO.

§ 3º NA HIPÓTESE DE SOBREVIREM FATOS IMPREVISÍVEIS OU PREVISÍVEIS, PORÉM DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, OU, AINDA, EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO OU FATO DO PRÍNCIPE, CONFIGURANDO ÁLEA ECONÔMICA EXTRAORDINÁRIA E EXTRA CONTRATUAL, QUE DESEQUILIBREM A RELAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PREÇO REGISTRADO, E A FIM DE RESTABELECER AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA PROPOSTA INICIALMENTE REGISTRADA, O PREÇO PODERÁ SER REVISTO.

I - A COMPROVAÇÃO SERÁ FEITA POR MEIO DE DOCUMENTOS, TAIS COMO LISTA DE PREÇO DE FABRICANTES, NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS, DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS, ALUSIVAS À ÉPOCA DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DO MOMENTO DO PEDIDO DE DESONERAÇÃO DO COMPROMISSO;

II - RECONHECENDO O DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, A ADMINISTRAÇÃO FORMALMENTE REVISARÁ O PREÇO A FIM DE READEQUAR AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA PROPOSTA INICIALMENTE REGISTRADA.

§ 4º AS ALTERAÇÕES DECORRENTES SERÃO PUBLICADAS NA IMPRENSA OFICIAL.

ART.25. O PREÇO REGISTRADO PODERÁ AINDA SER CANCELADO PELA ADMINISTRAÇÃO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FORMAL DE FORNECEDOR QUE COMPROVAR, NA FORMA DO ARTIGO ANTERIOR, QUE ESTÁ IMPOSSIBILITADO DE CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DA CONCORRÊNCIA QUE DEU ORIGEM AO REGISTRO DE PREÇOS, RESSALVADAS AS AQUISIÇÕES EFETIVAS ATÉ A DATA DA DECISÃO;

§ 1º. OCORRENDO A HIPÓTESE DESSE ARTIGO, SE A SOLICITAÇÃO FOR EFETUADA ANTES DA REQUISIÇÃO DE COMPRA PELA ADMINISTRAÇÃO, FICARÁ O FORNECEDOR EXONERADO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADE.

§ 2º QUANDO O PREÇO DE MERCADO TORNAR-SE SUPERIOR AOS PREÇOS REGISTRADOS E O FORNECEDOR, MEDIANTE REQUERIMENTO, DEVIDAMENTE COMPROVADO, NÃO CUMPRIR O COMPROMISSO, O ÓRGÃO GERENCIADOR PODERÁ:

I - LIBERAR O FORNECEDOR DO COMPROMISSO ASSUMIDO, SEM APLICAÇÃO DA PENALIDADE, CONFIRMANDO A VERACIDADE DOS MOTIVOS E COMPROVANTES APRESENTADOS E, SE A COMPROVAÇÃO OCORRER ANTES DO PEDIDO DE FORNECIMENTO; E

II - CONVOCAR OS DEMAIS FORNECEDORES VISANDO IGUAL OPORTUNIDADE DE NEGOCIAÇÃO.

§ 3º NÃO HAVENDO ÊXITO NAS NEGOCIAÇÕES, O ÓRGÃO GERENCIADOR DEVERÁ PROCEDER À REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ADOTANDO AS MEDIDAS CABÍVEIS PARA OBTENÇÃO DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

§ 4º A REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO OU A ASSESSORIA JURÍDICA DA RESPECTIVA UNIDADE DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, EMITIR PARECER SOBRE A REVISÃO DE PREÇOS DE ITENS REGISTRADOS.

CAPÍTULO V - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

ART. 26. O FORNECEDOR TERÁ SEU REGISTRO CANCELADO QUANDO:

I - DESCUMPRIR AS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS;

II - NÃO RETIRAR A RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE, NO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, SEM JUSTIFICATIVA ACEITÁVEL;

III - NÃO ACEITAR REDUZIR O SEU PREÇO REGISTRADO, NA HIPÓTESE DE ESTE SE TORNAR SUPERIOR ÀQUELES PRATICADOS NO MERCADO; E

IV - TIVER PRESENTES RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO.

§ 1º O CANCELAMENTO DE REGISTRO, NAS HIPÓTESES PREVISTAS, ASSEGURADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, SERÁ FORMALIZADO POR DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO GERENCIADOR, SENDO O EXECUTIVO OU GESTOR DOS FUNDOS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/COMPRAS E LICITAÇÃO.

§ 2º O FORNECEDOR PODERÁ SOLICITAR O CANCELAMENTO DO SEU REGISTRO DE PREÇO NA OCORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE QUE VENHA COMPROMETER A PERFEITA EXECUÇÃO CONTRATUAL, DECORRENTES DE CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR DEVIDAMENTE COMPROVADOS.

ART. 27. O PREÇO REGISTRADO PODERÁ SER CANCELADO NOS SEGUINTE CASOS:

I - PELO EXECUTIVO MUNICIPAL OU GESTOR DA UNIDADE QUANDO:

A) O FORNECEDOR DESCUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL QUE DEU ORIGEM AO REGISTRO DE PREÇOS;

B) O FORNECEDOR SE RECUSAR A ASSINAR O CONTRATO DECORRENTE DO REGISTRO DE PREÇOS OU NÃO RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE NO PRAZO ESTABELECIDO, SEM JUSTIFICATIVA ACEITA PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

C) EM QUALQUER DAS HIPÓTESES DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO, DECORRENTE DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO FIRMADO;

D) NÃO ACEITAR REDUZIR O SEU PREÇO REGISTRADO, NA HIPÓTESE DESTE SE TORNAR SUPERIOR ÀQUELES PRATICADOS NO MERCADO;

E) EM RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

II - PELO FORNECEDOR, QUANDO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO POR ESCRITO, COMPROVAR ESTAR IMPOSSIBILITADO DE CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL E SEUS ANEXOS QUE DERAM ORIGEM AO REGISTRO DE PREÇOS.

§ 1º A COMUNICAÇÃO DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO, NOS CASOS PREVISTOS NO INCISO I DESTE ARTIGO, SERÁ FEITA POR CORRESPONDÊNCIA COM AVISO DE RECEBIMENTO, JUNTANDO-SE O COMPROVANTE AOS AUTOS QUE DERAM ORIGEM AO REGISTRO DE PREÇOS.

§ 2º NO CASO DE SER INACESSÍVEL OU IGNORADO O ENDEREÇO DO FORNECEDOR, A COMUNICAÇÃO SERÁ FEITA MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, POR UMA VEZ, OU AINDA PELA INTERNET EM NA PÁGINA ELETRÔNICA COMO FORMA ADICIONAL DE DIVULGAÇÃO, POR UMA VEZ, E AFIIXADO NO QUADRO DE AVISO DE AMPLO ACESSO, CONSIDERANDO-SE CANCELADO O REGISTRO NA DATA DA PUBLICAÇÃO OFICIAL.

§ 3º A SOLICITAÇÃO DO FORNECEDOR PARA CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO DEVERÁ SER FORMULADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS, SENDO ASSEGURADA DEFESA PRÉVIA E FACULTADA À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

CAPÍTULO VI - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

ART. 28. DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA A VANTAGEM, A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DURANTE SUA VIGÊNCIA, PODERÁ SER UTILIZADA POR QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE NÃO TENHA PARTICIPADO DO CERTAME LICITATÓRIO, MEDIANTE ANUÊNCIA DO ÓRGÃO

GERENCIADOR.

§ 1º OS ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO REGISTRO DE PREÇOS, QUANDO DESEJAREM FAZER USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEVERÃO CONSULTAR O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE ADESÃO.

§ 2º CABERÁ AO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES NELA ESTABELECIDAS, OPTAR PELA ACEITAÇÃO OU NÃO DO FORNECIMENTO DECORRENTE DE ADESÃO, DESDE QUE NÃO PREJUDIQUE AS OBRIGAÇÕES PRESENTES E FUTURAS DECORRENTES DA ATA, ASSUMIDAS COM O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

§ 3º AS AQUISIÇÕES OU CONTRATAÇÕES ADICIONAIS A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO NÃO PODERÃO EXCEDER, POR ÓRGÃO OU ENTIDADE, A CEM POR CENTO DOS QUANTITATIVOS DOS ITENS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

§ 4º O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DEVERÁ PREVER QUE O QUANTITATIVO DECORRENTE DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO PODERÁ EXCEDER, NA TOTALIDADE, AO QUÍNTUPLO DO QUANTITATIVO DE CADA ITEM REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES QUE ADERIREM.

§ 5º O ÓRGÃO GERENCIADOR SOMENTE PODERÁ AUTORIZAR ADESÃO À ATA APÓS A PRIMEIRA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO POR ÓRGÃO INTEGRANTE DA ATA, EXCETO QUANDO, JUSTIFICADAMENTE, NÃO HOUVER PREVISÃO NO EDITAL PARA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR.

§ 6º APÓS A AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR, O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DEVERÁ EFETIVAR A AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO SOLICITADA EM ATÉ NOVENTA DIAS, OBSERVADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.

§ 7º COMPETE AO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE OS ATOS RELATIVOS À COBRANÇA DO CUMPRIMENTO PELO FORNECEDOR DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUALMENTE ASSUMIDAS E A APLICAÇÃO, OBSERVADA A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO, DE EVENTUAIS PENALIDADES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, EM RELAÇÃO ÀS SUAS PRÓPRIAS CONTRATAÇÕES, INFORMANDO AS OCORRÊNCIAS AO ÓRGÃO GERENCIADOR.

ART. 29. É FACULTADA AOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MODELO, A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

PARÁGRAFO ÚNICO. PARA A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ENTES QUE NÃO INTEGREM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NOS TERMOS DESTE ARTIGO, E SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS DE MODO A SALVAGUARDAR O INTERESSE PÚBLICO, DEVERÁ SER OBSERVADOS OS SEGUINTE CONDICIONANTES:

I - ELABORAÇÃO, EM MOMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO POR ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, TERMO DE CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO A SER ADQUIRIDO, NO QUAL RESTEM INDICADOS O DIAGNÓSTICO DA NECESSIDADE E AS JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO, BEM COMO A DEMONSTRAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO OBJETO EM VISTA DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO;

II - REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS A FIM DE ATESTAR A COMPATIBILIDADE DOS VALORES DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS COM OS PREÇOS DE MERCADO E CONFIRMAR A VANTAJOSIDADE OBTIDA COM O PROCESSO DE ADESÃO;

III - OBRIGAÇÃO DE RESPEITAR OS TERMOS CONSIGNADOS EM ATA, ESPECIALMENTE SEU QUANTITATIVO, SENDO MANIFESTAMENTE VEDADA A CONTRATAÇÃO POR ADESÃO DE QUANTITATIVO SUPERIOR AO REGISTRADO;

IV - AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA,

RESPEITADOS OS LIMITES QUANTITATIVOS DO CERTAME, BEM COMO RESPEITADA A PREFERÊNCIA DOS ÓRGÃOS ADERENTES; V - EFETIVAÇÃO DA AQUISIÇÃO NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS DA AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO ÓRGÃO GERENCIADOR.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 30. COMPETE AO EXECUTIVO MUNICIPAL E AOS GESTORES DOS FUNDOS MUNICIPAIS, A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, AOS LICITANTES CONTRATADOS, EM DECORRÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO DOS DISPOSITIVOS DA LEI 8.666/1993, DESTE REGULAMENTO E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS PERTINENTES A MATÉRIA.

ART. 31. APLICAM-SE AOS LICITANTES E AOS CONTRATADOS AS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 18 DESTE DECRETO, NA FORMA DOS ARTS. 86 E SEGUINTE DA LEI Nº 8.666/1993 E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS.

ART. 32. O DETENTOR DO REGISTRO DE PREÇOS FICA OBRIGADO A ACEITAR ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) NAS QUANTIDADES ESTIMADAS NO EDITAL, NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS.

ART. 33. O PODER EXECUTIVO PODERÁ EXPEDIR NORMAS COMPLEMENTARES RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ART. 34. PODERÃO SER UTILIZADOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA OPERACIONALIZAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DE QUE TRATA ESTE DECRETO, BEM ASSIM NA AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INERENTES AOS CONTROLES E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTE.

ART. 35. REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

ART. 36. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, AOS 02 DE MAIO DE 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

Decreto Nº 175/2014

DECRETO Nº 0175/2014 DE 20.05.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento por um período de 15 (quinze) dias para tratamento de saúde da Servidora Jandira Maria Lara Heckler, bem como não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal

de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER CPF: 457.521.922-34 RG nº 4.705.56	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	1º Ano
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular do cargo Jandira Maria Lara Heckler afastada para tratamento de saúde por um período de 15 (quinze) dias.
VIGÊNCIA CONTRATO	20.05.2014 a 02.06.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 20 de maio de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 176/2014

Decreto nº 176/2014 de 21/05/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 562/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 562/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO GLOBAL DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASALTO IRREGULARES, NO ACESSO DA LINHA SANTA ROSA - TRECHO I (9.144,65 M²), DE CONFORMIDADE COM PROJETO TECNICO ART Nº48029910-9, COM RECURSOS DO CONVENIO Nº 617/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARAVILHA E MUNICÍPIO DE MODELO, adjudicando a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME	299.000,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 21 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Decreto Nº 171/2014

Decreto nº 171/2014 de 19/05/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 576/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 576/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE OBRA EM PISO PARA CIRCULAÇÃO EM CONCRETO ARMADO REFERENTE AO ATENDIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013 NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 001/2013., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MODELO MATERIAIS DE CONSTRU- CAO LTDA - EPP	149.582,30

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 19 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 36/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL para a prestação de SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) proveniente dos centros de saúde do município; com fornecimento de todo o material, mão de obra e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2014.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 13:50 horas do dia 05/JUNHO/2014;

ABERTURA: às 14:00 horas do dia 05/JUNHO/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 21 de Maio de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 37/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de OXIGÊNIO MEDICINAL conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 26/Maio/2014 até as 08:50 horas do dia 05/Junho/2014;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 05/JUNHO/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 21 de Maio de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preço 032/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de FMS REGISTRO DE PREÇO 032/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme anexo., conforme anexo. Data: 06/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Registro de Preço 033/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO FMS 033/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, conforme anexo. Data: 09/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Ata de Abertura Envelopes de Habilitação E Propostas 13/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO 13/2014 FMS

ABERTURA ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA EMPRESA, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB SEM CREDENCIADO PRESENTE.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE EMPRESA NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL (COPIA AUTENTICADA) NEM APRESENTOU A DECLARAÇÃO MENCIONANDO O NOME DOS RESPONSÁVEIS PELA OBRA.

SEGUINDO A LEI 8666/93 EM SEU ARTIGO 48 § 3º quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação [...] A COMISSÃO ABRIU PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA A DEVIDA HABILITAÇÃO DA LICITANTE, DESTA FORMA A MESMA DEVERÁ APRESENTAR OS DOCUMENTOS EM ENVELOPE LACRADO ATÉ O DIA 03/06/2014 AS 17:30 SENDO QUE A ABERTURA DO MESMO SERÁ NO DIA 04/06/2014 AS 17 HORAS EM SESSÃO PÚBLICA NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E CASO OS DOCUMENTOS ESTEJAM DE ACORDO COM O EDITAL SERÁ ABERTO NA MESMA SESSÃO O ENVELOPE DE PROPOSTA.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

ASS. PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.

Ata de Decisão de Recurso TP 99/2014 PMN - Absoluta

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE

TOMADA DE PREÇO Nº 99/2014 PMN

Aos 21 dias de maio de 2014, às 10:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Tomada de Preço nº 99/2014, cujo OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE NAVEGANTES/SC

Protocolado pela empresa ABSOLUTA ARTES E ACESSÓRIOS LTDA - CNPJ: 11202601/0001-01.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 16/05/2014.

Em síntese, manifesta-se a empresa ABSOLUTA ARTES E ACESSÓRIOS LTDA através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada pois havia apresentado os documentos para cadastro em 09/05/2014 e que teria atendido o artigo 22, §2º da Lei 8666/93 "Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados[...] que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas[...]"

Mencionou também o artigo 110 da lei 8666/93 em que diz que para contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando os dias consecutivos.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado não merece provimento, conforme mencionado em ata a empresa Absoluta não atendeu o artigo 22, §2º da lei 8666/93 para tomada de preços, senão vejamos.

A empresa protocolou seus documentos para cadastro em 09/05/14 (sexta-feira) nesta mesma data ela foi cadastrada, a licitação aconteceu no dia 12/05/14 (segunda-feira), conforme explicado inúmeras vezes via telefone a licitante de que ela não poderia participar do certame, pois não atendeu ao cadastro antecipado no terceiro dia ao certame; conforme a licitante bem frisou o artigo 110 da lei 8666/93 é bem claro;

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Todavia a licitante não verificou o parágrafo único que assim disponibiliza:

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Ou seja, se a empresa foi cadastrada na sexta-feira, e na contagem dos prazos são excluídos o início, a contagem do prazo não inicia nem na sexta muito menos no sábado, pois o parágrafo único claramente menciona que os prazos iniciam em dia de expediente, como não houve expediente no sábado, o prazo iniciou-se na segunda, o dia da licitação. Desta forma a empresa não atendeu o prazo legal do cadastro no terceiro dia antes da licitação.

Desta forma: mantem-se a inabilitação da licitante ABSOLUTA ARTES E ACESSÓRIOS LTDA

Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 22/05/2014 as 17:00h.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 21 de maio de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Presidente

Membros:

MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Licitação Pregão Presencial 127/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AO CURSO DE PANIFICAÇÃO NO CENTRO DE CIDADANIA ESTER SEDREZ REGIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/06/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 03/06/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 21 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Ata II - Tomada de Preço Nº 102/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Tomada de Preço nº 102/2014 II PMN

ABERTO O CERTAME EM SESSÃO PÚBLICA ÀS 11 HORAS, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS COM A PRESENÇA DA EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DAS EMPRESAS CIMENTO GASPAS E BELGA CONST. QUE HAVIAM SIDO HABILITADAS NA SESSÃO ANTERIOR.

FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A BELGA CONSTR. E INC. LTDA EPP. COM O VALOR GLOBAL R\$ 290.743,32.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Comissão Permanente e Presidente,

Navegantes 21 de maio de 2014

Ata II - Tomada de Preço Nº 103/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Tomada de Preço nº 103/2014 II PMN

ABERTO O CERTAME EM SESSÃO PÚBLICA ÀS 11:30, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS COM A PRESENÇA DA EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA E BELGA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DAS EMPRESAS ART. CIMENTO GASPAS, ART. SANTA TEREZINHA E BELGA CONST.. QUE HAVIAM SIDO HABILITADAS NA SESSÃO ANTERIOR. FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA. COM O VALOR GLOBAL R\$ 254.053,55.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Comissão Permanente e Presidente,

Navegantes 21 de maio de 2014

HOMOLOGAÇÃO TP Nº 108/2014.

HOMOLOGAÇÃO TP Nº 108/2014.

TOMADA DE PREÇO Nº 108/2014

PROCESSO Nº 108/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM PAVER, ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DAS RUAS ALÍRIO PEREIRA DOS SANTOS, MANOEL GUALBERTO E DA RUA SEM DENOMINAÇÃO, LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DE CONVENIO COM MINISTÉRIODAS CIDADES/ CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais).

Navegantes, 22 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Contratual Nº 137/2014.

Extrato Contratual PMN 137/2014.

Contrato Nº.: 137/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Raimondi Ltda.

Vigência : Início: 22/05/2014 Término: 19/09/2014.

Valor....: R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais).

Licitação : Tomada de Preços nº 108/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial, Pavimentação com Paver, Acessibilidade e Sinalização Viária com fornecimento de Materiais das Ruas Alírio Pereira dos Santos, Manoel Gualberto e Rua sem Denominação, localizadas no Bairro São Paulo, no Município de Navegantes, SC, através do Convênio com Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, conforme Tomada de Preço nº 108/2014.

Navegantes, 22 de maio de 2014.

Extrato Contratual FMS Nº 133/2014.

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 133/2014.

Contrato nº 133/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: NG Negócios Imobiliários Ltda.

CNPJ: 08.597.745/0001-91

VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

VIGÊNCIA: 14/05/2014 - 14/05/2015.

RECURSOS: 2.090 3.3.90.00.00.00.00..

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2014.

Extrato Contratual FMS Nº 134/2014.

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 134/2014.

Contrato nº 134/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: Instituição de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel.

CNPJ: 13.616.700/0001-57.

PROCESSO: Dispensa de Licitação FMS nº026/2014.

VALOR: R\$ 52.128,00.

VIGÊNCIA: 16/05/2014 - 31/12/2014.

RECURSOS: 2.099 3.3.90.00.00.00.00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA INTERNAÇÃO IMEDIATA DE PACIENTE COM ANEURISMA CEREBRAL, CONFORME DECISÃO PROLATADA NOS AUTOS Nº 135.13.005539-9, DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 026/2014.

Novo Horizonte**PREFEITURA****Extrato de PL Nº 035/2014-Tomada de Preços Nº 002/2014**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 035/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, PADRÃO FNDE, MEDINDO 25,80x38 METROS, ÁREA TOTAL DE 980,40 m², A SER EDIFICADO JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE NOVO HORIZONTE-CENHO, SITUADO A RODOVIA SC 157, CENTRO, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 -Termo de Compromisso PAC 2 04534/2013, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante do edital.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09/06/2014

Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:30h às 17:30 horas através de cópia em cd ou pen-drive (Edital, Anexos e Projetos), no site www.novohorizonte.sc.gov, apenas o edital e também os projetos poderão ser obtidos diretamente no link de acesso <http://www.fnde.gov/programas/par/par-projetos-arquiteticos-para-construcao>;

Fundamentação legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 22 de Maio de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

2.552 - Anula Dotações Orçamentarias

LEI Nº 2.552 DE 21 DE MAIO DE 2014.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentarias:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

1.010 - Aquisição de terreno e Construção do Paço Municipal

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 720.000,00

F.R. - 01.0180 - Transferência de Convenio União - Outros

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 585.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

1.014 - Construção do Centro de Eventos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

TOTAL R\$ 1.465.000,00

Art. 2º. Por conta dos Recursos do artigo anterior ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

05.01 - Fundo Municipal de Estímulo a Produção Agropecuária

1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Agricultura

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

F.R. - 01.0180 - Transferência de Convenio União - Outros

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 585.000,00

2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.01 - Departamento de Infra Estrutura

2.020 - Abertura e Conservação de Estradas

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

1.011 - Pavimentação de Vias Públicas

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL R\$ 1.465.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 21 de maio de 2014; 129 anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 19 DE 14 DE MAIO DE 2014.

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as),

Com os cordiais cumprimentos, encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

O Município de Orleans, assinou diversos convênios e/ou contratos de repasse, com o Governo Federal e Estadual, visando a execução de obras e serviços em nosso Município, objetivando lançar as licitações para poder desenvolver os projetos aprovados, é necessário proceder a suplementação de dotações orçamentárias para a realização destas obras que são vitais para o nosso desenvolvimento.

Assim sendo, o presente projeto de suplementação é para atender e executar os seguintes Projetos: Construção de pontes (Barra do Rio Novo, Barra do Rio Hipólito e Rio Laranjeiras), Pavimentação de Ruas(COHAB João de Barro, Jardim das Orquídeas e Pindotiba), Aquisição de Máquinas para serviços sociais, recuperação da Malha Viária, Festa do Agricultor e do Motorista em Boa Vista, Telefonia Rural, Ampliação do Centro Comunitário de Ponte Preta, Construção de Portal com Centro de Atendimento ao Turista, Aquisição de arquibancadas, Aquisição de caminhão e de trator de pneu, Quadra coberta(Pindotiba), Aquisição de Pá Carregadeira e Escavadeira Hidráulica e Revitalização do estádio Municipal Osmundino Mateus.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado, em Regime de Urgência, requerendo que o mesmo seja votado e aprovado em votação de Turno Único, na primeira sessão, conforme autorizam os artigos 161, I e 189, I, c, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores,

para que o Município não venha perder os recursos dos projetos mencionados.

Orleans/SC, em 14 de maio de 2014; 129 anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

3.690 -Anula Dotações Orçamentarias

DECRETO Nº 3.690 DE 21 DE MAIO DE 2014.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 2.552 de 21 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentarias:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

1.010 - Aquisição de terreno e Construção do Paço Municipal

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 720.000,00

F.R. - 01.0180 - Transferência de Convenio União - Outros

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 585.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

1.014 - Construção do Centro de Eventos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

TOTAL R\$ 1.465.000,00

Art. 2º. Por conta dos Recursos do artigo anterior ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

05.01 - Fundo Municipal de Estímulo a Produção Agropecuária

1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Agricultura

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

F.R. - 01.0180 - Transferência de Convenio União - Outros

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 585.000,00

2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.01 - Departamento de Infra Estrutura

2.020 - Abertura e Conservação de Estradas

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

1.011 - Pavimentação de Vias Públicas

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90,00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL R\$ 1.465.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 21 de maio de 2014; 129 anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

Aviso de Licitação 19/2014

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

Tipo : Menor Preço/Por ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA DIABETES.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 03/06/2014 às 13:45 horas.

Abertura das Propostas: dia 03/06/2014 às 14:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, 12:30 às 18:30 (Atendimento ao Público) horas, pelo fone (048) 3886.0108, ou através do email licitacao@orleans.sc.gov.br

ORLEANS, 21 de Maio de 2014.

FABIO SALVADOR

Pregoeiro

3.691 - Revoga Processo Licitatório

DECRETO Nº 3.691 DE 21 DE MAIO DE 2014.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCACES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO que só houve um interessado para o processo licitatório nº 57/2014, cujo objeto é a aquisição de tubos de concreto;
CONSIDERANDO os princípios norteadores da licitação, em especial, o do interesse público e da escolha da melhor proposta;
CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado e;
CONSIDERANDO o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 57/2014, que tem por Objeto a Aquisição de Tubos de Concreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 21 de maio de 2014; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração, aos vinte um dia do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

Ouro Verde**PREFEITURA****Extrato Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO IV DE VALOR AO CONTRATO Nº. 0100/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE. CONTRATADO: CONSTRUMATHER-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: Contratação de empreiteira para realização de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinados a construção da Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº 414, centro, na cidade de Ouro Verde/SC, conforme projetos e memoriais a serem executados por etapas. Valor certo e ajustado em R\$:69.944,12.(sessenta e nove mil novecentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) Amparo legal P. L. nº 0048/2012, T.P. nº 0004/2012, Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02.

Ouro Verde, 21 de maio de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Extrato Edital 0042

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Sistema Registro de Preço 0042/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço para aquisição de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde - SC. Sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 04 de junho de 2014. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Adm. - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 21 de Maio de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Extrato de Contrato Para Registro de Preços N.º087/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE CONTRATO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º087/2013 - Pregão Presencial 32/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DEDETIZADORA TROMBIM LTDA ME: prestação de serviços técnicos especializados de desinsetização, desratização de áreas internas, externas, bem como limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (caixa de água), nas Unidades de Saúde da rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de saúde. DATA: 23/09/2013 à 22/09/2014.

Item	Quant	Un	Descrição do objeto	Valor Unitário	Valor Total
01	130	sv	Desinsetização, dentro das normas da Portaria nº 09, de 16 de fevereiro de 2000.	R\$ 67,00	R\$ 8.710,00
02	130	sv	Desratização dentro das normas da Portaria nº 09, de 16 de fevereiro de 2000.	R\$ 60,00	R\$ 7.800,00
03	50	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 500 litros	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
04	50	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 1.000 litros	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
05	30	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 2.000 litros	R\$ 57,00	R\$ 1.710,00
06	10	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 10.000 litros	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
Valor Total R\$24.520,00					

Decreto Nº 1.654, de 21 de Maio de 2014

DECRETO Nº 1.654, DE 21 DE MAIO DE 2014.

REGULAMENTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E A CERTIFICAÇÃO NAS NOTAS FISCAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, no uso de suas atribuições, No uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 79 da Lei Orgânica do Município, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário Municipal da Administração a competência para proferir despacho final em processos e editar portarias relativas aos servidores públicos municipais,

especialmente no tocante à:

I - movimentação de pessoal;

II - concessão de licenças de todos os tipos;

III - concessão de benefícios funcionais;

IV - designação para exercício de função gratificada;

V - nomeação de servidor para cargo de provimento efetivo;

VI - exoneração a pedido, de ocupante de cargo de provimento efetivo;

VII - exoneração a pedido, de ocupante de cargo de provimento em comissão;

VIII - readaptação funcional;

IX - alteração de carga horária;

X - designação para compor comissão.

Art. 2º Fica delegada ao Secretário Municipal da Administração a competência para:

I - lançamento (autorização) e homologação dos procedimentos licitatórios;

II - assinatura dos contratos administrativos e atas de registro de preços, juntamente com o secretário responsável pela gestão de contrato.

Art. 3º A certificação de recebimento de material e prestação de serviço nas notas fiscais emitidas em face da Prefeitura Municipal de Palhoça deverão ser efetuadas pelo dirigente da Secretaria vinculada ao contrato, bem como por servidor efetivo responsável para gerir o respectivo contrato.

Parágrafo único. A certificação referida no caput, das notas recebidas pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil, deverá ser feita pelo servidor do respectivo órgão e pelo Secretário de Administração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, 21 de maio de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em / /2014

Edição nº /2014

Secretaria de Governo

**ORÇAMENTOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE -
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº192/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ABERTURA DOS ORÇAMENTOS EM SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº192/2013

A Empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA, vencedora da Concorrência Pública nº.192/2013, que tem como objeto a contratação de agência de propaganda visando a prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, em observância às disposições da Lei 12.232/2010, por seu artigo 14, realizará SESSÃO PÚBLICA para abertura dos envelopes contendo os orçamentos para as seguintes serviços: produção de VT de 30" para o Programa Tudo em Dia da Prefeitura da Palhoça e plotagem dos veículos pertencentes à Prefeitura da Palhoça. A sessão será realizada no dia 23 de Maio de 2014, às 15:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC.

Palhoça, 21 Maio de 2014.
Secretaria de Administração.

Pregão Presencial Nº 112/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 28 de maio de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção da rede estruturada de computadores e telefonia da Secretaria Municipal de Educação deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de maio de 2014.
A PREGOEIRA.

Resultado Pregão Presencial Nº106/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
106/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamentos de comunicação para equipar as guarnições de serviço do Corpo de Bombeiros de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ACN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA EPP foi vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, totalizando a importância

de R\$ 31.236,00 (trinta e um mil Duzentos e trinta e seis reais) .

Palhoça, 21 de maio de 2014

CÂMARA MUNICIPAL

Publicação do Vencedor do Pregão N 007/2014

COMUNICADO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2014

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação serviços de Seguro de total de Veículos para a frota da Câmara Municipal de Palhoça, conforme anexos deste edital. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa Vera Cruz Seguradora S/A foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 21 de maio de 2014.
MARIA INACIA DE MELO PIAZZA
Presidente CPL

Projeto de Lei Nº. 307/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 307/2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Revoga a Lei nº 3.696, de 19 de julho de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 3.696, de 19 de julho de 2012, que denomina Via Pública a Servidão Valmira de Oliveira de Souza, por tratar-se de um terreno particular, localizada no Centro do Município de Palhoça.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 14 de maio de 2014.
Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 317/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 317/2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Aurea Maria Machado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a RUA AUREA MARIA MACHADO, com extensão de 60 m (sessenta metros) e 5 m (cinco) de largura, no Bairro Aririu da Formiga.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 14 de maio de 2014.

Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 322/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 322/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Manoel Rosemiro Pereira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada SERVIDÃO MANOEL ROSEMIRO PEREIRA, com extensão de 240 metros de comprimento e 6 metros de largura, com início na Rodovia Evadio Paulo Broering, via pública localizada no Bairro Pinheira, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 14 de maio de 2014.

Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 342/2014.

PROJETO DE LEI Nº 342/2014.

SUBVENÇÃO SOCIAL. Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.725.838/0001-70, com sede a Avenida Barão do Rio Branco, s/nº, Centro, Palhoça/SC, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser aplicado no Campeonato Catarinense da Série B, Campeonato Brasileiro da Série D, Campeonato Catarinense Juvenil e Juniores e competições da escolinha de futebol.

Art. 2º A entidade beneficiária deverá prestar contas da utilização do valor recebido no prazo legal.

Art. 3º As despesas desta Lei correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 24 Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura.

Unidade: 24.01 Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura.

Funcional: 27.812.0012 - Desporto Comunitário

Projeto/Atividade 2.082 - Func. Do Esporte e Lazer

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Código Reduzido: 000292

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 14 de maio de 2014.

Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Decreto Legislativo Nº 322/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 322/2014.

APROVA MINUTA DE SUBVENÇÃO SOCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL GUARANI.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Subvenção Social, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 14 de maio de 2014.

Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 093/2014

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: 21.752,11 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e dois reais e onze centavos).

Destinação: 3º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR

Data liberação: 20/05/2014.

Passos Maia - SC, 21 de maio de 2014.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 0056/2014

EXTRATO CONTRATO n.0056/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0022/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: S E R DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, para o exercício de 2014, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0022/2014, Pregão Presencial n. 0014/2014, e neste contrato, a qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com as determinações constantes naquele processo licitatório.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$94.565,15 (noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e seis reais e quinze centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de maio de 2014.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 0055/2014

EXTRATO CONTRATO n.0055/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0022/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, para o exercício de 2014, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0022/2014, Pregão Presencial n. 0014/2014, e neste

contrato, a qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com as determinações constantes naquele processo licitatório.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$28.815,30 (vinte e oito mil oitocentos e quinze reais e trinta centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de maio de 2014.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 0054/2014

EXTRATO CONTRATO n.0054/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0022/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, para o exercício de 2014, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0022/2014, Pregão Presencial n. 0014/2014, e neste contrato, a qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com as determinações constantes naquele processo licitatório.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$42.382,50 (quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de maio de 2014.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 0053/2013

EXTRATO CONTRATO n.0053/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0022/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: COMERCIAL CIRÚGICA RIOCLARENSE LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, para o exercício de 2014, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0022/2014, Pregão Presencial n. 0014/2014, e neste contrato, a qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com as determinações constantes naquele processo licitatório.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$65.491,10 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e um reais e dez centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de maio de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 0052/2014

EXTRATO CONTRATO n.0052/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0022/2014
PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITA-
LARES LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, para o exercício de 2014, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0022/2014, Pregão Presencial n. 0014/2014, e neste contrato, a qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com as determinações constantes naquele processo licitatório.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$187.618,05 (cento e oitenta e sete mil, seiscentos e dezoito reais e zero cinco centavos),

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de maio de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 0051/2014

EXTRATO CONTRATO n.0051/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0022/2014
PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, para o exercício de 2014, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0022/2014, Pregão Presencial n. 0014/2014, e neste contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com as determinações constantes naquele processo licitatório.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$24.972,45 (vinte e quatro mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de maio de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº 1607/2014

LEI Nº 1607/2014

Autoriza a baixa de bens patrimoniais inservíveis do Município de Paulo Lopes e dá outras providências

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizada a baixa dos bens patrimoniais descritos nos anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, pertencentes ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo do Município de Paulo Lopes, por não possuírem mais condições de uso/conserto ou porque foram alienados, de acordo com especificações contidas nos documentos mencionados.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de maio de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

ANEXO I

Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Placa 262 - Mesa escrivaninha envernizada de 0,70 x 1,70, 06 gavetas c/ puxadores em Angelim;

Placa 420 - Mesa para fotocopidora, laqueada, cor gelo;

Placa 2716 - Carreta reboque - prancha 12 eixos para transporte de máquina, cor amarela, ano e modelo 1999 (Bem alienado sob a Lei nº 1453);

Placa 4001 - Celta RENAVAL 781833264 PLACA MBO7223 ano/mo-
delo 2002/2002, branco, 02 portas, CHASSI 9BGRD08Z02G156309
(Bem alienado sob a Lei 1498/2012);

Placa 575 - Trator de esteira Caterpillar, modelo D-4 EDD (Bem alienado sob a Lei 1549/2013);

Placa 2461 - Motoniveladora (patrola), marca CATERPILLAR, mo-
delo 120B (Bem alienado sob a Lei 1587/2013);

Placa 3306 - Furadeira marca Bosch com impacto GSB;

Secretaria de Administração

Placa 426 - Armário envernizado, com 2 portas de vidro, 4 prate-
leiras;

Placa 428 - Mesa envernizada, imbuia, 7 gavetas medindo 0,80 x
1,50 m;

Placa 435 - Arquivo de aço Remington, 4 gavetas, cinza;

ANEXO II

Placa 437 - Arquivo de aço, 4 gavetas, Pandim, oliva;

Placa 447 - Poltrona giratória com braços, vermelho, sobre rodas;

Placa 914 - CPU marca PCI-AMD K 6-2 40D MHZ;

Placa 4383 - Eq-nobreak 600v a biv.s/said pret yup-e Enermax;

Placa 2647 - Mesa cor cinza com 2 gavetas;

Placa 2777 - Mesa 1,25 x 0, 60 com 03 gavetas, cor cinza;

Placa 2857 - Mesa cor cinza com 2 gavetas;

Placa 2838 - Calculadora marca Casio com carregador de bateria;

Placa 2777 - Mesa 1,25 x 0, 60 com 03 gavetas, cor cinza;

Placa 3988 - Cadeira para escritório, cor branca, giratória (Setor Pessoal);

Placa 1602 - Impressora HP 640 Deskjet (Junta de Alistamento Militar);

Placa 546 - Armário pintado, branco, 4 portas, 2 gavetas (Copa e cozinha);

Placa 3837 - Fragmentadora de papel marca Secreta 525-SB, cor gelo;

Placa 3838 - Escada metálica, c/ 5 degraus, branco (Copa e cozinha);

Placa 4383 - Nobreak marca Enermax;

Placa 449 - Arquivo de aço, sem marca e registro, 4 gavetas (Setor Pessoal);

Placa 452 - Armário canela, 3 prateleiras, envernizado (Setor Pessoal);

Placa 453 - Mesa escrivaninha imbuia, 6 gavetas envernizada (Setor Pessoal);

Placa 454 - Mesa envernizada, cerejeira (Setor Pessoal);

Placa 1031 - Impressora EPSON LK - 1070 (Setor Pessoal);

ANEXO III

Placa 1613 - Microcomputador, marca TRONI (Setor Pessoal);

Placa 1615 - NOBREAK SMS, MANAGER (Setor Pessoal);

Placa 2424 - Arquivo de madeira branco c/ detalhe preto (Setor Pessoal);

Placa 2983 - Mesa para máquina com tampo de fórmica (Setor Pessoal);

Placa 3988 - Cadeira para escritório, cor branca, giratória (Setor Pessoal);

Placa 463 - Medidor para pessoas, envernizado (Junta de Alistamento Militar);

Placa 1240 - CPU- MB P/P III - P PCA INTEL com processador P III-850 MHZ, marca Troni (Junta Alistamento Militar);

Placa 1614 - Monitor 15" marca SANSUNG-SYNC Master (Junta de Alistamento Militar);

Placa 2780 - Monitor Samsung modelo Sync Master 793 v - 17 polegadas, na cor gelo;

Placa 2479 - Impressora C 435 X Stilus;

Secretaria de Habitação e Família

Placa 3424 - Computador composto de monitor, mouse óptico, teclado e caixa de som, cor preto e marca LG;

Placa 1055 - Cadeira giratória, tipo presidente, estofamento tecido sintético vermelho;

Placa 1056 - Cadeira fixa, estofamento sintético vermelho pés de ferro;

Placa 1057 - Cadeira fixa, estofamento sintético vermelho pés de ferro;

ANEXO IV

Setor de Controle Interno

Placa 491 - NOBREAK EL - Elite;

Placa 1233 - Monitor 15, marca AOC, cor gelo;

Placa 2322 - Cadeira fixa com estofamento amarelo;

Placa 2351 - Teclado cor gelo;

Placa 2839 - Calculadora Casio com carregador de bateria;

Gabinete do Prefeito

Placa 441 - Mesa cerejeira com tampo fórmica, 6 gavetas 0,65 x 1,80 cm;

Placa 446 - Ar condicionado Springer Admiral 7500 BTUS;

Placa 559 - Cadeira giratória sobre rodas, estofamento sintético azul;

Placa 495 - Cadeira courvim, preto, c/ pés ferro;

Placa 557 - Banco courvim preto, com pés de ferro pintado;

Placa 495 - Cadeira courvim, preto, c/ pés ferro;

Placa 559 - Cadeira Giratória sobre rodas, estofamento sintético azul;

Placa 2336 - Central PABX, marca Intelbrás;

Placa 2337 - Telefone modelo mesa operadora;

ANEXO V

Secretaria de Finanças

Placa 465 - Armário aberto, angelim, 9 prateleiras, com divisão central;

Placa 466 - Mesa para máquina, cerejeira, 5 gavetas, envernizada;

Placa 468 - Mesa para computador, cerejeira, envernizada, formato em L, com um canto arredondado, acoplada à escrivaninha, com 3 gavetas;

Placa 469 - Balcão cerejeira envernizada, 2 portas com puxador, marca Pretty;

Placa 474 - Máquina preenchimento de cheques, Chronos - modelo multi - 311;

Placa 480 - Mesa escrivaninha fórmica cinza, com canto arredondado;

Placa 1611 - Estante cerejeira, medindo 1,50 x 2,90 m, c/ 8 prateleiras;

Placa 1949 - Cadeira fixa sem braço;

Placa 2330 - Impressora HP C-895 2A Deskjet 3820;

Placa 1220 - Aparelho de som AIWA;

Placa 1221 - Caixa acústica Aiwa /SX-R280;

Placa 1222 - Caixa acústica Aiwa/SX-R280;

Placa 1224 - Mesa escrivaninha, cor cinza, acabamento em plástico;

Placa 1560 - Carteira escolar, revestida em fórmica verde;

Placa 1611 - Estante cerejeira, medindo 1,50 x 2,90 m, c/ 8 prateleiras;

Placa 2349 - Nobreak SMS MANAG NET;

Placa 1891 - Mesa p/ computador tipo escrivaninha, cor beje, duas gavetas, compartimento p/ CPU, prancheta p/ teclado corredeira;

Placa 2648 - Mesa cor cinza com 2 gavetas;

ANEXO VI

Placa 2803 - CPU Epcom Pentium 4 2.8 com gravador de CD LG.

Placa 2885 - Monitor Sansung com 17 polegadas Sync Master Pentium;

Placa 2350 - CPU K7 ATHN XP2000, placa mãe Anis, HD 20 Gb, 256 Mb DIM placa de vídeo 32 Mb Disk Drive 144, gabinete ATX, multimídia 52x;

Placa 2430 - Monitor SANSUNG Sync Master 551V;

Placa 2860 - Condicionador de ar marca Consul;

Placa 3993 - Câmera digital Sony cyber-shot DSC-W130 8,3 Megapixels dimensões 88,2x57, 2x22, 9mm peso 156g incluindo pilhas;

Placa 2779 - CPU Pentium 4 - 2.8 com gravador LG;

Câmara Municipal de Paulo Lopes

Placa 359 - Mesa escrivaninha, pinus, envernizada de 0,60 x 0,90 x 0,80;

Placa 3398 - Cadeira secretária concha, de plástico na cor preta com branco;

Placa 2740 - Mesa formato em L, mct 1,20 x 1,20 x 0,60, cor ovo;

Placa 2911 - Microfone cor cinza, marca Leson;

Placa 2912 - Microfone cor cinza, marca Leson;

Placa 2901 - Triplex de 3 lugares cor grafite, marca Adélia Móveis;

Placa 2993 - Triplex de 3 lugares cor grafite marca Adélia Móveis;

Placa 2998 - Triplex de 3 lugares cor grafite marca Adélia Móveis;

Placa 3971 - Mesa M 20mm cinza claro;

Placa 3969 - Teclado p/ computador preto marca Multilaser;

Placa 0364 - Cadeira giratória, forração sintética, preto sobre rodas;

ANEXO VII

Placa 4153 - Estabilizador 300 VA;

Placa 2909 - Nobreak marca Enermax cor cinza;

Placa 3966 - Mesa P 25mm cinza claro;

Placa 4429 - Estabilizador 300VA TS SHARAP T469, cor preto;

Placa 2760 - Estabilizador APC 300 Bir;

Placa 4193 - 01 Microfone c/ base dupla e cabos, preto;

Placa 0389 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

Placa 0390 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

Placa 0391 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

Placa 0394 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

Placa 0397 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

Placa 0398 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

Placa 0399 - Cadeira courvim, marrom, ferro;

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1608/2014

LEI Nº 1608/2014.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 28.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 28.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 2.000,00
15.453.0008.1.034 - Construção de Abrigo de Passageiros R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 30.000,00
26.782.0008.2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de maio de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1609/2014

LEI Nº1609/2014

CRIA O CARGO COMISSONADO DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE SAÚDE NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Faço saber que a Câmara Municipal de Paulo Lopes aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

Art. 1º - Fica criado, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, o cargo em comissão, conforme o anexo I que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Parágrafo Primeiro - O cargo e as funções de que trata o caput deste artigo tem por finalidade gerenciar, articular, juntamente com outros órgãos públicos, União e Estado, normas e procedimentos ao planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas que possibilitem o Município de Paulo Lopes, através da Secretaria de Saúde, dar maior ênfase as transferências constitucionais, as transferências voluntárias, as transferências legais, os convênios e os contratos de repasse, entre outros.

Parágrafo Segundo - O cargo de que trata o caput deste artigo integra a Secretaria Municipal de Saúde, com atividades inerentes à planejamento e assessoria de projetos e será provido em comissão mediante nomeação do Prefeito Municipal de Paulo Lopes.

Parágrafo Terceiro - O cargo de que trata o caput deste artigo necessita de nível superior, com habilidades administrativas.

Parágrafo Quarto - A jornada de trabalho do cargo comissionado de assessor de planejamento e projetos de saúde será 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação consignada ao Poder Executivo, no vigente orçamento do município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de maio de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

ANEXO I

TABELA REPRESENTATIVA DO CARGO COMISSONADO

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE SAÚDE				
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE	
Assessor de planejamento e projetos da saúde	01	R\$ 1.500,00	Nível Superior	

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 16/2014

DECRETO Nº 16/2014.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 28.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 28.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 2.000,00
15.453.0008.1.034 - Construção de Abrigo de Passageiros R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 30.000,00

26.782.0008.2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de maio de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

EDITAL DE MULTA 400/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000400/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MDP5588 54095317E 29/10/2013 6920-0

MDY0669 54095318E 29/10/2013 6920-0

MMB8615 54095345E 08/11/2013 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 401/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000401/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LZK7301 54095346E 14/11/2013 5185-1

MEY8464 54825558E 04/12/2013 5525-0

MHW4543 54095487E 17/11/2013 7366-2

MJS5244 54825510E 22/11/2013 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167

5525-0 181 * XV

7366-2 252 * VI6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 402/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000402/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MFF6304 54095293E 02/10/2013 5045-0 R\$ 191,53

MFF6304 54095295E 02/10/2013 7056-1 R\$ 191,53

MFF6304 54095296E 02/10/2013 6920-0 R\$ 127,69

MII2997 54095482E 02/10/2013 7030-2 R\$ 191,53

MII2997 54095486E 02/10/2013 7340-0 R\$ 85,12

MJV6735 54095333E 06/10/2013 5525-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5045-0 162 * V

7056-1 244 * III

6920-0 233

7030-2 244 * I

7340-0 252 * IV5525-0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998),

PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 403/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000403/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
JUH1894 54825556E 29/11/2013 7366-2
LZS9154 54825551E 22/11/2013 6599-2
MBY4735 54095493E 23/11/2013 5185-1
MCA4002 54825602E 22/11/2013 6912-0
MCV5502 54095325E 21/11/2013 6920-0
MDC6373 54095322E 12/11/2013 6920-0
MEX5078 54095347E 22/11/2013 6599-2
MFZ6271 54095497E 02/12/2013 5380-0
MHM6146 54095324E 21/11/2013 6920-0
MHU0673 54095401E 21/11/2013 6394-1
MJJ7697 54095490E 22/11/2013 6599-2
MJO9235 54095488E 20/11/2013 7030-1
MLN9754 54825601E 22/11/2013 5045-0
MLR1846 54095494E 23/11/2013 5525-0

Infr./Desd.	Enquadramento
7366-2	252 * VI
6599-2	230 * V
5185-1	167
6912-0	232
6920-0	233
5380-0	181 * I
6394-1	220 * XIV
7030-1	244 * I
5045-0	162 * V
5525-0	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 404/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000404/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa
Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
JLF5295 54095314E 08/10/2013 6920-0 R\$ 127,69
JQT2786 54095316E 18/10/2013 6920-0 R\$ 127,69
Infr./Desd. Enquadramento
6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 405/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000405/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
MGI1262 54825520E 13/12/2013 5169-1
MGI1262 54825521E 13/12/2013 5835-0
MGI1262 54825522E 13/12/2013 6912-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5169-1	165
5835-0	1956912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO

DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 406/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000406/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AWX0123 54095007E 11/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
AWX0123 54095007E 11/01/2013 5185-2 R\$ 127,69
AWX0123 54095010E 11/01/2013 5835-0 R\$ 127,69
AWX0123 54095099E 11/01/2013 5215-1 R\$ 191,53
AWX0123 54095099E 11/01/2013 5215-2 R\$ 191,53
AWX0123 54095100E 11/01/2013 7366-2 R\$ 85,12
MCG2318 55596666D 14/12/2012 5010-0 R\$ 574,61
MCG2318 55596666D 14/12/2012 5061-0 R\$ 574,61
MMA5199 55596564D 21/01/2013 5541-1 R\$ 53,20

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1	167	
5185-2	167	
5835-0	195	
5215-1	170	
5215-2	170	
7366-2	252 * VI	
5010-0	162 * I	
5061-0	163 c/c 162 * I5541-1	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 407/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000407/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES)

RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MDZ1417 54825559E 08/12/2013 7048-1

MFH2063 54825704E 03/12/2013 6920-0

MFV3104 54825702E 26/11/2013 6920-0

Infr./Desd. Enquadramento

7048-1 244 * II

6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 408/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000408/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DSO6349 54825506E 22/11/2013 5010-0 R\$ 574,61

DSO6349 54825507E 22/11/2013 5118-0 R\$ 574,61

MDU0559 54095223E 04/06/2013 5010-0 R\$ 574,61

MEJ8702 54095125E 21/02/2013 6920-0 R\$ 127,69

MFI0862 54095258E 27/05/2013 5185-2 R\$ 127,69

MHV3624 54327644D 23/03/2013 5010-0 R\$ 574,61

MHV3624 54327644D 23/03/2013 6599-2 R\$ 191,53

MHV3624 54327644D 23/03/2013 6912-0 R\$ 53,20

MJH9859 54095021E 12/05/2013 5525-0 R\$ 85,12

MJK4538 55596609D 17/09/2012 5010-0 R\$ 574,61

MJK4538 55596610D 17/09/2012 5118-0 R\$ 574,61

MJK4538 55596611D 17/09/2012 7030-1 R\$ 191,53

MJK4538 55596612D 17/09/2012 7340-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

6920-0 233

5185-2 167

6599-2 230 * V

6912-0 232

5525-0 181 * XV

7030-1 244 * I

7340-0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 409/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000409/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
JWU1493 54825518E 10/12/2013 5185-1
MAW2136 54825517E 10/12/2013 5185-1
MDG7169 54095395E 09/12/2013 6599-2

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
6599-2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 410/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000410/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS,

APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CEY8563 54095165E 12/06/2013 5010-0 R\$ 574,61

MBJ3838 54095170E 20/07/2013 5045-0 R\$ 191,53

MJV7710 54095360E 07/08/2013 5525-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
5010-0	162 * I
5045-0	162 * V5525-0
	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 21 DE MAIO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Penha

PREFEITURA

Carta Convite 13/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 13/2014 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria técnica para implementação do Projeto Orla no Município de Penha/SC, conforme termo de referência em anexo.

Abertura do Processo: 29/05/2014 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 224. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 21 de maio de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 214/2014 - PMP, firmado entre a Sra. ANA CLAUDIA COSTA MOURA e esta PREFEITURA, em 24 de fevereiro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 21 de Maio de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Portaria Nº 175/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 175/2014

Exonera a pedido a funcionária SIMONE DOS SANTOS SERPA, do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data. Revogando a portaria nº082/2014

Penha/SC, 21 de Maio de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Contrato Administrativo N.º 175/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 175/2014

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na apresentação de um show musical, com aproximadamente 01h30min de duração, a ser realizado pelo cantor "RUBENS DANIEL",

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2014

EMPRESA CONTRATADA: FAMILIA PAGANINI LTDA - ME

VALOR DO CONTRATO: O Contratante se compromete a pagar a Contratada o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de maio de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

Contrato Administrativo N.º 141/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 141/2014

OBJETO: O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço (mão-de-obra) para execução de reforma de calçamento em estradas do Município de Pinheiro Preto (Linha Santo Isidoro e Vila Bressan), num total de 338,59 m².

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 078/2014

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: O valor do contrato é de R\$ 7.279,68 (sete mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

DATA DO CONTRATO: 15 de abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

Portaria Nº 203, de 13 Maio de 2014.

PORTARIA Nº 203, DE 13 MAIO DE 2014.

NOMEIA GESLAINE RODRIGUES DA SILVA PARA O CARGO PÚBLICO DE TELEFONISTA, CONCURSO PÚBLICO 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 142/2008;

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2014;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pelo candidato aprovado em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria nº 202, de 12 de Maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, mediante concurso público GESLAINE RODRIGUES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF n.º 065.884.009-69, para o cargo público de TELEFONISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico estatutário, na

forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao regime Próprio de Previdência (IPREPI), com o salário inicial previsto em Lei, lotada na Secretaria de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 13 de Maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 194, de 07 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 194, DE 07 DE MAIO DE 2014.
DETERMINA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA MUNICIPAL KATIANA FIORELLI.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 231, 232 e 236 da Lei Complementar nº 016, de 17 de novembro de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto), e

Considerando a denúncia contra a Servidora Pública Municipal Katiana Fiorelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, lotada na Secretaria da Saúde, a qual teria, no dia 03 de outubro de 2013, efetuado entrega de medicamento à paciente Lúcia Vian, Alziro Cardoso e Inês da Silva de forma irregular, ao trocar "Insulina NPH" por "insulina regular".

Considerando que a Servidora inobservou o dever funcional;

Considerando que a servidora não vem cumprindo, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeita;

Considerando ter a Servidora praticado, em tese, infração tipificada no art. 215, inciso I, alínea "a" (inobservar o dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna), III, alínea "h" (deixar de fazer cumprir, reiteradamente, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que esteja sujeito, IV, alínea "m" (ineficiência desidiosa), todos da Lei Complementar Municipal 016, de 17 de novembro de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo disciplinar contra a Servidora Pública Municipal KATIANE FIORELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, lotada no Órgão da Secretaria da Saúde, Portaria de nomeação nº 276, de 09 de dezembro de 2011.

Art. 2º Instituir a comissão processante, que será composta pelos seguintes membros:

I - HADRIEL DALMOLIN, brasileiro, solteiro, portador de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Rendas, Tributos e Obras, o qual presidirá os trabalhos;

II - SOLANGE MÂNICA, brasileira, casada, portadora de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora;

III - IVONETE CERON PICCOLI, brasileira, casada, portadora de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão Processante conclua o processo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 07 DE MAIO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

Convocação Processo Licitatório 023/2014

Processo Licitatório 023/2014
Tomada de Preços 002/2014

O Presidente da Comissão de Licitação, torna público a CONVOCAÇÃO da empresa Gotcha Publicidade, para apresentação da documentação de Habilitação ao Processo 023/2014, até as 16:00 h do dia 02/06/2014 no setor de protocolo desta Prefeitura, para prosseguimento do certame.

Paulo Rubens Buch
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Decreto 376/2014

Decreto Nº 458/2014

DECRETO Nº 458, de 19 de maio de 2014.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA CLAVIANA REISDORFER HEIMANN, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Obras e Serviços Públicos, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 447, de 07 de maio de 2014, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de maio de 2014.

Porto União (SC), 19 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Tomada de Preço 003/2014 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 013/2014 - FAS
Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço, para a contratação de 01 um(a) psicólogo(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para compor a equipe do ACESSUAS / PRONATEC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 09 de Junho de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas

na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Pregão Presencial 008/2014 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 014/2014- FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2014 FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a contratação de empresa para executar o transporte de alunos inscritos no curso de Operador de Tratamento de Resíduos Sólidos / PRONATEC, no município de Canoinhas-SC. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 05 de junho de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Decreto Nº 459/2014

DECRETO Nº 459, de 19 de maio de 2014.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 - Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3390 - 104 - Aplicações Diretas	13	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação

orçamentária:

ÓRGÃO ÓRGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 - Manuten- ção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 - 104 - Apli- cações Diretas	08	150.000,00
MODALIDADE	3191 - 104 - Apli- cações Diretas- Oper.Intra-Orça- mentárias	10	50.000,00
	TOTAL DA ANU- LAÇÃO		200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital do Pregão Presencial 009/2014 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 015/2014- FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014 FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 06 de Junho de 2014 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Pregão Presencial 035/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 061/2014
Extrato de Edital de Pregão Presencial 035/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com

adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de Óleo Diesel B S10. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 04 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Maio de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Pregão Presencial 004/2014 Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 007/2014 - CULTURA
Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de materiais para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União, Casa Cultural Aníbal Khury, Espaço da Arte, Monumentos Históricos e Turísticos. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 05 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Maio de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Pregão Presencial 005/2014 Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 008/2014 - CULTURA
Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a contratação de serviço de decoração de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 06 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Maio de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.243/2014

LEI Nº 4.243, de 20 de maio de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA FACIFIX LTDA - ME, Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA FACIFIX LTDA - ME, inscrita no CNPJ 09.021.455/0001-68, de uma área de terras urbanas situada no lugar denominado Capão Grande, à Rua Walfrido Soares dos Santos, no quadro urbano desta cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: 70,00 metros confrontando com a Rua Wenzel Rulf; FUNDOS: 70,00 metros confrontando com terras da R.F.F.S.A; LADO DIREITO: 89,22 metros confrontando com terras de Vinicius Kalil Konart - ME; LADO ESQUERDO: 90,10 confrontando com terras do Município de Porto União, perfazendo o total de 6.258,83m² (seis mil duzentos e cinquenta e oito metros e oitenta e três decímetros quadrados), constante da Matrícula no Cartório do Registro de Imóveis em Porto União sob o n.º 11.628, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, e assim sucessivamente, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo as condições da concessão.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de uma indústria e comércio de argamassa, artefatos de cimento e material de construção em geral.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados nos seguintes prazos:

- I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;
- II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;
- III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;
- IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

- I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso;
- II- hipotecar, penhorar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração e Esporte fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Em caso de descumprimento das obrigações que

condicionam a validade da presente lei, dispostas nos art. 2º e art. 3º, a reversão ocorrerá independente de nova lei de retrocessão ou de revogação, bastando Decreto Municipal para retomada do imóvel, sem indenizações por benfeitorias, conforme previsto no art. 5º.

Parágrafo único. Este artigo deverá ser mencionado integralmente no corpo da matrícula no momento da averbação da concessão real de uso, demonstrando expressamente a possibilidade de Decreto de reversão em caso do descumprimento das obrigações ou desvio de finalidade.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei Municipal nº 3.458, de 30 de abril de 2008, sendo possível a repristinação em caso de revogação da presente Lei, desde que não haja Lei mais nova sobre o mesmo objeto.

Porto União (SC), 20 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 013/2014

PORTARIA Nº 013, de 20 de maio de 2014.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão Especial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão Especial instaurada pela Portaria nº 043, de 1º de outubro de 2013;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento do Prefeito Municipal, embasado no Relatório Final da Comissão e respectivo parecer jurídico,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a existência de inexecução contratual administrativa, prevista nos artigos 77, 78, Incisos I e IV e artigo 79, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por parte da Empresa CLAITON CESAR MAGGI - ME, com referência ao processo administrativo instaurado pela Portaria nº 043, de 1º de outubro de 2013.

Art. 2º APLICAR a pena de multa contratual de 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o Art. 87, Inc. II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º DECLARAR a inidoneidade da mesma para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo período de 02 (dois) anos, conforme preceitua o Art. 87, Incisos III e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 576/2014 - RH

PORTARIA Nº 576 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adriana Moreira de Castilho dos Santos, das funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 577/2014 - RH

PORTARIA Nº 577 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sonia Regina Guzzoni Drozda, das funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 578/2014 - RH

PORTARIA Nº 578 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adriana Josiek, das

funções do cargo de Médico (Pediatra), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 579/2014 - RH

PORTARIA Nº 579 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Liana Weber, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 580/2014 - RH

PORTARIA Nº 580 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jane Aparecida Batista Reisdorfer, das funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 581/2014 - RH

PORTARIA Nº 581 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Juliano Hassan, das funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 582/2014 - RH

PORTARIA Nº 582, de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora efetiva Kelly Cordeiro Ribeiro, para desempenhar interinamente as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR do Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, no período de 24 de abril a 22 de maio de 2014, em substituição à servidora efetiva Annelore Wilke Cendron que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, sobre a carga horária de 20 horas semanais, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 2014.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 583/2014 - RH

PORTARIA Nº 583, de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora efetiva Katia Cordeiro Ribeiro, para

desempenhar interinamente as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR do Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, no período de 24 de abril a 22 de maio de 2014, em substituição à servidora efetiva Annelore Wilke Cendron que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, sobre a carga horária de 20 horas semanais, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 2014.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 584/2014 - RH

PORTARIA Nº 584, de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lucia Paolyck, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 28 de abril a 22 de maio de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Kelly Cordeiro Ribeiro que está respondendo interinamente pela Direção do Núcleo Educacional do Legru.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional do Legru, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de abril de 2014.

Porto União, SC em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 585/2014 - RH

PORTARIA Nº 585, de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "g", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Art 20, § 1º da Lei Municipal nº 2055/94, de 20 de outubro de 1994 que dispõe sobre a posse e o exercício no cargo público;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo interessado, com parecer favorável pela Assessoria Jurídica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 30 de abril a 21 de maio de 2014, o prazo para o candidato Altair Soares de Miranda, aprovado no Concurso Público Municipal nº 001/2013, assumir a vaga para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, o qual foi aprovado em 14º lugar.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 586/2014 - RH

PORTARIA Nº 586, de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 26 de fevereiro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 046/2014, de Jhony Ringo Pires do Prado, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo João Batista Rodrigues que se encontra em Licença Para Tratar de Interesses Particulares.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Departamento de Urbanismo, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 587/2014 - RH

PORTARIA Nº 587, de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 27 de junho de 2014, o Contrato de Trabalho nº 073/2014, de Cleberson Carlos Fideles Ribeiro, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Gilmar Ferreira de Mello que continua afastado para Tratamento de Saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 588/2014 - RH

PORTARIA Nº 588 de 30 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, a partir de 01 de maio de 2014, o contrato de trabalho de Juliana Fiss Lambrecht, do emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 589/2014 - RH

PORTARIA Nº 589 de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Eloir Fernandes dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 590/2014 - RH

PORTARIA Nº 590 de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Priscila Diana do Prado, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 591/2014 - RH

PORTARIA Nº 591, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 12 de junho de 2014, o Contrato de Trabalho nº 007/2014, de José dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Moacir Luis da Silva que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Departamento de Urbanismo, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 592/2014 - RH

PORTARIA Nº 592, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "g", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Art 20, § 1º da Lei Municipal nº 2055/94, de 20 de outubro de 1994 que dispõe sobre a posse e o exercício no cargo público;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela interessada, com parecer favorável pela Assessoria Jurídica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 02 a 26 de maio de 2014, o prazo para a candidata Andressa Caroline Furtado, aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2013, assumir a vaga para o cargo de Auxiliar Administrativo, a qual foi aprovada em 2º lugar.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 595/2014 - RH

PORTARIA Nº 595, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Orlando Carlos Fleith Sobrinho, aprovado em 1º lugar, para o emprego público de Médico do PSF, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 596/2014 - RH

PORTARIA Nº 596, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Juliana Fiss Lambrecht, aprovada em 2º lugar, para o emprego público de Médico do PSF, conforme Lei Municipal nº

3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 597/2014 - RH

PORTARIA Nº 597, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Ana Paula Godinho da Silva, aprovada em 4º lugar, para o emprego público de Médico do PSF, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 598/2014 - RH

PORTARIA Nº 598, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Carlos Marcos Prado Tavares, aprovado em 5º lugar, para o emprego público de Médico do PSF, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 599/2014 - RH

PORTARIA Nº 599, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dércio Luis Kliemann, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 600/2014 - RH

PORTARIA Nº 600, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Natália Saty Kliemann, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 601/2014 - RH

PORTARIA Nº 601 de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Patrícia Candido, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Unidade Móvel Odontológica, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 602/2014 - RH

PORTARIA Nº 602 de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marli Teresinha Zanella Pleczak, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto aos Postos do Interior (São Miguel da Serra, Jangada, Bom Princípio e Santa Maria), vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 603/2014 - RH

PORTARIA Nº 603, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Alaíze Franciele Pogogelski Dolinski, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 02 de maio a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato.

Art. 3º Revoga a Portaria nº 415 de 31 de março de 2014.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 604/2014 - RH

PORTARIA Nº 604, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20722007.1.00088/00-8, datada de 11 de outubro de 2000, da servidora EVANILDE DE FATIMA DA SILVA BERTON, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Telefonista/Recepcionista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 4.334 dias, ou seja, 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de Contribuição/Aproveitamento
---------	------------	--------------------------------------

01/03/1983 a 19/01/1995 – Prefeitura Municipal de Porto União	11a	10m 19d
---	-----	---------

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 594/2014 - RH

PORTARIA Nº 594, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Adriana Josiek, aprovada em 1º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Médico (Pediatra), pertencente ao Grupo Ocupacional Profissional - GP, Anexo II, com vencimentos na Classe "11" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 605/2014 - RH

PORTARIA Nº 605, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Adriana Josiek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Pediatra), de 05 (cinco) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 606/2014 - RH

PORTARIA Nº 606, de 02 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária, da servidora contratada Fernanda Rech Gomes Gregol, ocupante do cargo de Médico (Dermatologista), de 05 (cinco) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º - A servidora acima mencionada irá exercer suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 607/2014 - RH

PORTARIA Nº 607 de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Márcia Aparecida Mohilski, das funções do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 608/2014 - RH

PORTARIA Nº 608, de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Sonia Pritzsche, aprovada em 4º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, pertencente ao Grupo Ocupacional Profissional - GP, Anexo II, com vencimentos na Classe "11" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura

Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 610/2014 - RH

PORTARIA Nº 610, de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, David Mello, aprovado em 7º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 609/2014 - RH

PORTARIA Nº 609 de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Roseli dos Santos, aprovada em 72º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 611/2014 - RH

PORTARIA Nº 611 de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Júlio Cesar Lopes, aprovado em 8º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 612/2014 - RH

PORTARIA Nº 612 de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Diego Rodrigo Amazonas, aprovado em 10º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 613/2014 - RH

PORTARIA Nº 613, de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Welligton Sérgio Chaves, aprovado em 11º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo

II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 614/2014 - RH

PORTARIA Nº 614 de 05 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, José Jucelino Homczynski, aprovado em 5º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, pertencente ao Grupo Ocupacional Operacional - GO, Anexo II, com vencimentos na Classe "04" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 4055, de 16 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4055, de 16 de maio de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 017/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Concorrência Pública Nº 017/2013 de 15.04.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CONSTRULACER COM. E CONTR. LACERDÓPOLIS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde.

ANEXO AO DECRETO Nº 4055

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 017/2014 de 15.04.2014

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de obras da construção física da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, a ser construída na Rua Paul Kurt Brehmsan, no Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul.

Participantes:

- CONSTRULACER COM. E CONTR. LACERDÓPOLIS LTDA;

- CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA;

- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRULACER COM. E CONTR. LACERDÓPOLIS LTDA.

Decreto Nº 4013, de 25 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4013, de 25 de abril de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 001/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações

posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 001/2014 de 01.04.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- META EDITORA GRÁFICA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN SIEVERDT

Superintendente da Fund. Cultural de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4013

Pregão Presencial Nº 001/2014 de 01.04.2014

Objeto da Licitação:

Contratação de serviços para confecção de revista "Rio do Sul Nossa História em Revista" Fundação Cultural.

Participantes:

- BLUMÓVEL TELEMARKETING LTDA - EPP;

- COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA;

- GRÁFICA EDITORA LIDER LTDA EPP;

- META EDITORA GRÁFICA EIRELI EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- META EDITORA GRÁFICA LTDA.

Decreto Nº 4039, de 08 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4039, de 08 de maio de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 043/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 043/2014 de 08.04.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- TRATOR PEÇAS COM. PEÇAS TRATOR LTDA EPP.

- G. MAIOCHI E CIA. LTDA.

- JULIO SILVESTRI FILHO ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
08 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 4039/2014

Pregão Presencial nº 043/2014 de 08.04.2014.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE LÂMINAS, CERDAS, DENTES E SUPORTES PARA REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS.

Participantes: - TRATOR PEÇAS COM. PEÇAS TRATOR LTDA EPP;

- G. MAIOCHI E CIA. LTDA;

- JULIO SILVESTRI FILHO ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- TRATOR PEÇAS COM. PEÇAS TRATOR LTDA EPP;

- G. MAIOCHI E CIA. LTDA;

- JULIO SILVESTRI FILHO ME.

Decreto Nº 4048, de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4048, 12 de maio de 2014.
"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETA:

Art.1º - Substitui membros para compor a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, prevista no Art. 12 da Lei Municipal nº 4.201/2005, como representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL:

Titular: Paulo José Fiamoncini;

Suplente: Daniel Emílio Tschumi.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4049, de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4049, de 12 de maio de 2014.
"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul: O veículo Chevrolet Spin - Placa MJV 9827 - Cor Branca - Frota 378 - Chassi nº 9BGJB75Z0DB170307 - Ano 2012/2013 - Renavam nº 492659249 - Patrimônio nº 20472, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre: 21 e 25 de maio de 2014. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4050, de 14 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4050, de 14 de maio de 2014.
NOMEIA O MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

O Prefeito Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, dos Artigos 37 e 87 da Lei Orgânica e no Art. 96, da Lei Complementar nº 207/2010,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado, para compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, o membro abaixo relacionado:

V - ARLINDO CESAR SCOZ - ENGENHEIRO, substitui DANILO CARLOS EDUARDO CHAVEZ CALDERON - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO.

Parágrafo Único - A nomeação dos membros mencionados no "caput" tem a vigência de 01 (um) ano, iniciando o período a partir do dia 19/03/2014, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º - A Comissão ora nomeada, conforme disposição contida no Art. 87, da Lei Orgânica, tem a incumbência de avaliar previamente os bens imóveis, quando da aquisição pelo Município por compra, alienação, permuta, doação onerosa ou doação em

pagamento.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

14 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4051, de 14 de Maio de 2014

DECRETO Nº 4051, de 14 de maio de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Carmela Suzana da Veiga Ferreira e Pâmela Priscila Eichholz para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 006/2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário, para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4052, de 14 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4052, de 14 de maio de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal Nº 3778, de 29 de maio de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Substitui membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Rio do Sul:

c) Secretaria Municipal de Educação:

Titular ELENIR HOLLER substituindo LINDAMIR LUCIANA SCHNEIDER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4054, de 16 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4054, de 16 de maio de 2014.

"NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL - COMPDEC"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto nos termos do Art. 12 e §§, da Lei Nº 5.394, de 22 de Agosto de 2013 bem como o Art. 6º, do Decreto nº 3.624, de 19 de Setembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica substituído o membro que constituirá o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, com a finalidade de auxiliar na coordenação em nível municipal nas atividades de Proteção e Defesa Civil:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: PRISCILA NICOLADELLI, substitui LILIAN SABRINA KREUSCH.

Art. 2º - Nos termos do parágrafo 1º, do Art. 12, da Lei nº 5.394, de 22 de Agosto de 2013, a presidência será eleita dentre os membros, por maioria simples de votos, e a vice presidência será ocupada pelo Sr. Teodoro Luis da Silva, detentor do cargo de Coordenador da COMPDEC, conforme Art. 10º e § único da lei supra citada.

Art. 3º - Os membros ora listados terão atuação de conselheiro e será considerada prestação de serviço público voluntário, e não fará jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto Nº 4059, de 19 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4059, de 19 de maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 1.818.585,95 (Um milhão, oitocentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior nas contas

correntes nº 38.096-2 , 40.414-4, 44.015-9, 40.410-1, 52.745-9, 38.095-4, 40.411-X, 38.094-6, 38.100-4, 44.014-0, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.02 ATENÇÃO BÁSICA

2.093 Blatb - Ações Agente Com. de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferência a Instituições privadas s/ fins lucrativos

3640054 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 90.000,00

2.094 Blatb - Ações Saúde da Família

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferência a Instituições privadas s/ fins lucrativos

3640054 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 100.000,00

2.095 Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferência a Instituições privadas s/ fins lucrativos

3640054 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 70.000,00

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3640054 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 725.214,47

2.096 Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3640054 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 177.198,88

40.03 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR

2.088 Blmac - Caps

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3650054 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Anteriores R\$ 158.954,83

2.090 Blmac - Ceo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3650055 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Anteriores R\$ 56.478,28

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3650054 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Anteriores R\$ 153.392,98

40.04 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.086 Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas

3660054 Sup. Rec. Vigilância em Saúde R\$ 69.892,09

2.130 Prevenção das Violências e Promoção da Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3710054 Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde - União - Exerc. Anteriores R\$ 10.300,22

40.05 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

2.082 Manutenção da Farmácia Popular

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3670054 Sup. Rec. Assistência Farmacêutica Básica R\$ 126.565,25

2.087 Blfab - Farmácia Básica

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3670054 Sup. Rec. Assistência Farmacêutica Básica R\$ 41.430,40

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

3670055 Sup. Rec. Assistência Farmacêutica Básica R\$ 39.158,55

R\$ 1.818.585,95

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
19 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito Municipal

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 021/2009

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2009 firmado em 19/10/2009, com término previsto para 31/05/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIVIA REGINA KOESTER, portador(a) do CPF nº 025.863.629-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº
021/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2014 e encerran-
do-se em 31/07/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA Secretário de Administração	LIVIA REGINA KOESTER Contratado(a)
--	---------------------------------------

Testemunhas:

Nome: .	Nome: .
CPF: .	CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 284/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2014 firmado em 01/04/2014, com término previsto para 01/05/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA NUNES portador(a) do CPF nº 052.646.179-96 na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº
284/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/05/2014 e encerran-
do-se em 01/08/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANA PAULA NUNES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..	Nome:..
CPF:..	CPF:..

Portaria N° 0579/RH
PORTARIA N° 0579/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder nos termos do Protocolo n. 147259/2014, Licença Gestante, no período de 29/04/2014 a 26/08/2014, a GRAZIELA MAIKE LOHSE, Conselheira Tutelar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Pregão Presencial 10/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2014

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de oxigenoterapia domiciliar para atender necessidades dos pacientes atendidos pelo departamento de enfermagem desta secretaria municipal de saúde de Rio do Sul.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul,
Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 30 de maio de
2014 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 30 de maio de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 22 de março de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 769/2014

PORTARIA Nº 769, DE 16 DE MAIO DE 2014
Exonera o Assessor Parlamentar Cristiano Nunes Ferreira

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o artigo 39, § 4º, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010, resolve:

EXONERAR:

Art. 1º A partir de 01 de junho de 2014, o funcionário Cristiano Nunes Ferreira, ocupante do cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de maio 2014.
JAIME SBORZ
Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Processo Nº 037/2014 - II Nº09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC
PROCESSO Nº037/2014 - IL Nº09/2013
JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA O CRAS -CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Optou-se pela não utilização de licitação em virtude de amparo legal fornecido pelo art. 25 CAPUT da Lei 8.666/93, que diz:

Art. 25: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...).

A inviabilidade de competição ocorre em função de a empresa Reunidas Turismo S.A. ser a única empresa do ramo a praticar o transporte de passageiros no Município de Salto Veloso, sendo detentora do direito de exploração da linha rodoviária entre Salto Veloso e Videira.

Ainda sobre o objeto, discorre o Tribunal de Contas de Santa Catarina:

PREJULGADO 0469 - AQUISIÇÃO DE PASSAGENS

A aquisição de passagens rodoviárias para atender necessidades da Administração Pública deverá ser precedida de licitação. Existindo, comprovadamente, apenas uma empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros que atenda ao Município, a compra dos bilhetes de passagem poderá ser feita com fundamento em inexigibilidade de licitação, por inviabilidade do competitivo, por força do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, atentando para o artigo 26 e demais dispositivos dessa Lei, que devem ser observados.

Por restarem justificativas bastantes para a verificação de inexigibilidade, resta contratada a empresa Reunidas Turismo S.A.

Valor estimado para o exercício de 2014: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Dotação: 02.05.4.007.3.3.90.00.00.00.00.00

Zuriel Bussi
Pregoeiro
Pres. Comissão de Licitação

Renata Donadel
Assessoria Jurídica
OAB/SC - 29284

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital do Passeio Ciclístico - VI Polvilhana

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC

EDITAL DO PASSEIO CICLÍSTICO - VI POLVILHANA

A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA - CCO TORNA PÚBLICO O EDITAL DE REALIZAÇÃO DO PASSEIO CICLÍSTICO DA VI POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo (SMECETUR) institui o "Passeio Ciclístico" - VI Polvilhana" com o propósito de incentivar o espírito Esportivo do Atleta com o objetivo de desenvolver o seu gosto pela prática do Esporte.

Art. 2º - O Passeio Ciclístico será promovido pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 3º - O Passeio Ciclístico tem por objetivo comemorar o 25º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Santa Rosa do Sul, incentivando a prática esportiva e com o objetivo de incentivar a promoção de saúde e qualidade de vida.

Do Passeio E DO PERCURSO

Art. 4º - O passeio não terá caráter competitivo e sim participativo.

Art. 5º - Todos os participantes deverão estar devidamente identificados com os adesivos numerados que serão distribuídos no dia do evento, mediante ordem de inscrição.

Art. 6º - O passeio terá início às 14h00min do dia 07/06/2014, data e horário instituídos pela C.C.O. do evento, havendo tolerância de 15 minutos do tempo estabelecido para o início. Passada essa tolerância o/a atleta não receberá a numeração para participação do Passeio Ciclístico.

Art. 7º - O Percurso será organizado da seguinte maneira: O passeio iniciará em frente à Igreja Matriz (centro) em direção à comunidade da Forquilha do Cedro, entrando na Rua do Salão comunitário e seguindo em direção à comunidade do Parque Rosita, saindo na marginal da BR 101 e seguindo ao local de chegada em frente à Igreja Matriz.

Art. 8º - A Comissão Central Organizadora é responsável pela programação e poderá transferir o passeio, não necessitando, para tanto, da aprovação dos participantes.

Art. 9º - O Passeio Ciclístico terá a seguinte programação:

Programação

- 1º- Passeio Ciclístico pelas comunidades
- 2º- Escolha das Bicycles mais Enfeitadas
- 3º- Sorteio de Brindes
- 4º- Cerimônia de Premiação

DA REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 10º - Poderão participar do Passeio Ciclístico todas as pessoas

que residem no município de Santa Rosa do Sul.

Art. 11º - As bicicletas, bem como a remoção das mesmas até o local do evento e todos os assessorios necessários para participar do passeio, deverão ser providenciadas pelos participantes.

Art. 12º - A numeração terá a seguinte ordem: 01 a 350.

Art. 13º - Só terão direito a numeração os participantes que apresentarem-se com suas respectivas bicicletas.

Art. 14º - É de competência da C.C.O. interpretar este regulamento e zelar pela execução do mesmo, bem como decidir sobre os casos omissos.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 15º - Os atletas deverão se inscrever em formulários próprios, fornecidos pela C.C.O. que estarão disponíveis em todas as escolas do município e na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Santa Rosa do Sul.

Art. 16º - Poderão participar do Passeio Ciclístico todos os residentes no município de Santa Rosa do Sul, mediante cópia do comprovante de residência e do RG.

Art. 17º - O período de inscrição será de 20/05/2014 a 03/06/2014 nas respectivas instituições de ensino ou na Secretaria Municipal de Educação, em seus horários de funcionamento.

Parágrafo Único - Na ocasião do não preenchimento de todas as inscrições, as mesmas poderão ser feitas até o dia 06/06/2014.

DA PREMIAÇÃO

Art. 18º - O número da inscrição concederá o direito do participante concorrer aos brindes que serão sorteados.

Parágrafo único: Só concorrerão aos prêmios os participantes que completarem todo o percurso do Passeio Ciclístico.

Art. 19º - Haverá premiação para as 03 (três) bicicletas mais enfeitadas, cujo tema será "Santa Rosa do Sul: Terra da Polvilhana".

Parágrafo Único - As bicicletas serão escolhidas por 03 (três) jurados/as convidados/as pela C.C.O. que estarão avaliando os critérios de: Criatividade, Originalidade e Adequação ao Tema.

Art 20º - A premiação será distribuída da seguinte maneira:

1º Lugar: Premiação no valor de R\$ 150,00

2º Lugar: Premiação no valor de R\$ 100,00

3º Lugar: Premiação no valor de R\$ 50,00

Art. 21º - O cerimonial de premiação será efetuado no palco principal, após o término do Passeio Ciclístico.

DAS DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Art. 22º - O atleta que ferir as normas regulamentares disciplinadoras ou a ética desportiva dentro ou fora do passeio, será passível de punição.

Art. 23º - Compete aos participantes dar prévio conhecimento das normas do regulamento que rege a competição.

Art. 24º - Para participar do Passeio Ciclístico o participante deverá responder por todas as despesas de transportes até o local de concentração dos participantes, equipamentos e outros.

Art. 25º - Todo e qualquer dano causado pelo participante do passeio será de inteira responsabilidade do mesmo ou daquele que causou o dano.

Art. 26º - Todo atleta que sofrer acidente com sangramento deverá ser retirado imediatamente do passeio, não podendo retomar até que o ferimento seja estancado.

Art. 27º - Os casos omissos a este Edital serão decididos pela Comissão Central Organizadora, sendo estas soberanas em suas decisões.

Santa Rosa do Sul, 20 de maio de 2014.
CCO-Comissão Central Organizadora
Presidente

Edital Nº 57/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 57/2014- PR 57/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Aquisição de veículo de passageiros zero km, capacidade 14 pessoas, ano 2014, modelo 2014, motor combustível Diesel, cambio manual de no mínimo 5 marchas, de cor branco(...). Conforme especificações constantes no edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 03 de junho de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14 horas do dia 04 de junho de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Errata Edital Nº 56/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
ERRATA

Contrato nº 56/2014-PR 56/2014
Publicação na Edição nº 1490 de 21/05/2014

Onde lê-se:

Do credenciamento e abertura: "Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 02 de maio de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 03 de maio de 2014."

Leia-se:

Do credenciamento e abertura: "Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 02 de junho de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 03 de junho de 2014."

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Nº 146/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:30 horas do dia 02 de junho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REUNIÕES E ENCONTROS COM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ABRIGADAS NA CASA ABRIGO. LANCHES PARA OFERECER NAS OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS DOS CRAS. LANCHES PARA OFERECER NAS OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS DO CREAS. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA SEMAS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 12 de maio de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

SAMAE

Extrato de Contrato Nº 42/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 42/2014
Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada.: SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP
Valor.: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos Reais) valor mensal.
Vigência: Início: 16/05/2014 - Término: 16/05/2015
Licitação: 29/2014
Recursos: Dotação: (109) 3.3.90.37.03 - Setor Administrativo.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vigilância desarmada, com fornecimento de guarita móvel.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****Extrato Contrato N.16/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	16 /2014
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada..:	LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto.....:	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE - CENTRO COM 119,32 M² CMFE PROJETO-
Valor.....:	R\$178.309,67(cento e setenta e oito mil trezentos e nove reais e sessenta e sete centavos)
Vigência.....:	:180 DIAS
Licitação.....:	TP Nº 17/2014
SAO CARLOS,em 20 de maio de 2014.	
GERFERSON GROTH	
Gestor	

São Domingos**PREFEITURA****Dec 1593 15 04 14 Nomeia Jaime Granzotto**

DECRETO Nº 1593, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Nomeia servidor aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Jaime Granzotto, para exercer o cargo de Agente de Construção e Conservação, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.01, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de abril de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Licitação Nº. 045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 045/2014

Modalidade - Dispensa nº. 014/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, BEM COMO EMISSÃO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADA: PEDCLIN PEDIATRIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 16/05/2014 à 31/12/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.900,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 16 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº. 047/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 047/2014

Modalidade - Dispensa nº. 015/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO CADASTRO IMOBILIÁRIO.

CONTRATADA: X.PNG INCORPORADORA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 19/05/2014 à 23/05/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.800,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 19 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº. 019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 018/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 008/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS CAPACIDADE 20 LUGARES. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 13 30 min do dia 02/06/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 13 45h do dia 02/06/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 21 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Portaria Nº 036/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 036/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 036/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

71 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 10.000,00

06.00 - SECRETARIA DE RECEITA

06.01 - SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0204.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Receita

156 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 100.000,00

Total desta Atividade R\$ 100.000,00

Total do Órgão R\$ 100.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental

243 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação

Recursos Ordinários - Educação R\$ 300.000,00

Total desta Atividade R\$ 300.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos

Centros de

Educação Infantil

283 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação

Recursos Ordinários - Educação R\$ 150.000,00

Total desta Atividade R\$ 150.000,00

Total do Órgão R\$ 450.000,00

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0202.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

de Segurança e Defesa Social

413 - 3.3.90.05.00.00.0080 - Outros Benefícios Previdenciários,

Recursos Próprios R\$ 2.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.000,00

09.01.06.181.0202.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda

Municipal

447 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 108.000,00

Total desta Atividade R\$ 108.000,00

09.01.14.422.0210.2.260 - Funcionamento e Manutenção ao PROCON

510 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil,

Recursos Próprios R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

Total do Órgão R\$ 160.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.04.451.0205.2.056 - Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos

601 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil,

Recursos Próprios R\$ 30.000,00

607 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 40.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 760.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), das dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

61 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 10.000,00

06.00 - SECRETARIA DE RECEITA
06.01 - SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0204.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita
154 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
204 - 3.1.90.11.00.00.0081 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 450.000,00
Total desta Atividade R\$ 450.000,00
Total do Órgão R\$ 450.000,00

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0202.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social
410 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00

09.01.06.181.0202.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

445 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

458 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
Total desta Atividade R\$ 40.000,00
Total do Órgão R\$ 160.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.04.451.0205.2.056 - Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos
600 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
Total desta Atividade R\$ 40.000,00
Total do Órgão R\$ 40.000,00
Total da Anulação R\$ 760.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de maio de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 035/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 035/2014/SF
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 035/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01.12.364.0203.2.461 - Funcionamento e Manutenção do Centro

Universitário - FESJ

68 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 45.000,00

Total desta Atividade R\$ 45.000,00

Total do Órgão R\$ 45.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 45.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), das dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificadas:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01.12.364.0203.2.461 - Funcionamento e Manutenção do Centro

Universitário - FESJ

60 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 25.000,00

67 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 45.000,00

Total da Anulação R\$ 45.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de maio de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Reabertura da Carta Convite Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 006/2014 - Processo nº 112/2014 Objeto: Contratação de empresa para efetuar reforma emergencial do CEM RENASCER localizado no bairro Real Park, Município de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização da obra. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 30 de maio de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 30 de maio de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

Resultado da Carta Convite Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 005/2014 - Processo nº 085/2014. Objeto: Contratação de empresa para execução de drenagem da Rua Hamilton Ferreira, no bairro Areias, São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; 2ª DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; 3ª SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA; 4ª EMPREITEIRA PAVICON LTDA; e 5ª EMPREITEIRA ARRUDA LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº. 405, de 15 de Maio de 2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 405, DE 15 DE MAIO DE 2014.
CONCEDE REVISÃO ANUAL DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 3, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a conceder o acréscimo remuneratório total de 7,0149% (sete inteiros e cento e quarenta e nove décimos de milionésimo por cento) nos termos da Lei nº. 5.396 de 14 de maio de 2014, aos servidores ativos, inativos, estagiários e agentes políticos do Poder Legislativo, sobre o vencimento, bolsa-auxílio ou o subsídio percebido a mesmo título no mês de abril de 2014, na forma deste artigo:

I - Revisão Geral Anual Remuneratória, a partir de 1º de maio de 2014, na razão de 5,8149% (cinco inteiros e oito mil, cento e quarenta e nove décimos de milionésimo por cento), referente à inflação acumulada no período de 1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE);

II - aumento real sobre vencimento, salário ou subsídio, a partir de 1º de setembro de 2014, na razão de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento).

§ 1º - Fica o Presidente do Poder Legislativo autorizado, a partir de 1º de maio de 2014, a aplicar o índice de Revisão Anual previsto no inciso I do caput deste artigo aos valores pecuniários previstos nas Leis nº. 4.696, de 15 de setembro de 2008, e na Lei nº. 5.372, de 18 de dezembro de 2013.

§ 2º - As disposições do inciso II do caput deste artigo não se aplicam aos servidores inativos não beneficiados pela regra da paridade constitucional.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 19 de Maio de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº58/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº58/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 58/2014, Edital de Pregão Nº 58/2014, Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para implantação de sistema gerenciador dos serviços que são prestados pela secretaria da agricultura aos agricultores do município. Recebimento das propostas até às 16:00 horas do dia 03/06/2014. Abertura dos envelopes às 16:00 horas do dia 03/06/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, ou no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.161, de 21 de Maio de 2014.

LEI Nº 2.161, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Autoriza a doação de equipamentos às Associações de Máquinas do Município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar os seguintes bens móveis, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, devidamente avaliados por Comissão Especial, conforme laudo constante no Anexo Único desta Lei, às seguintes entidades:

I - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.142.272/0001-87:

a) 01 (um) trator agrícola, marca Massey Ferguson 292/4 818ª, P2978130, série 292-252136, monobloco nº 000T292408C014586, modelo MF 292/4, eixo dianteiro 4x4, rotação nominal do motor 2200rpm, 04 cilindros, 4.100cm³, direção tipo hidrostática, motor 105cv turbo aspirado, estrutura contra capotamento e toldo, transmissão 12x4, embreagem dupla, levante hidráulico 3200kg, potência 540/1000, tanque combustível 190lts, fabricação nacional, ano 2008, com registro patrimonial nº 5197, avaliado no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

b) 01 (uma) carreta agrícola basculante hidráulica, de chapa metálica, 06 toneladas, cor azul, número de série 1198, com registro patrimonial nº 7154, avaliada no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); e

c) 01 (um) arado subsolador, 5 ferros escarificadores, rebocável por trator, sem desarme, marca MANJA A85, cor vermelha, com registro patrimonial nº 7354, avaliado no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

II - Associação de Máquinas do Setor 2 de Presidente Juscelino, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 11.382.344/0001-29:

a) 01 (um) distribuidor de adubo orgânico e calcário, modelo DAOS TD, aro 16, capacidade 2,5M³, 06 toneladas, com registro patrimonial nº 7384, avaliado no valor de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

III - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.883.258/0001-71:

a) 01 (uma) carreta basculante hidráulica, capacidade de carga de 4,5 toneladas, aro 16, pneu 750X16, carroceria metálica, 01 (um) eixo com rodado duplo, com registro patrimonial nº 5711, avaliada no valor de R\$ 5.160,00 (cinco mil, cento e sessenta reais); e

b) 01 (um) arado subsolador, 5 ferros escarificadores, rebocável por trator, sem desarme, marca MANJA A85, cor vermelha, com registro patrimonial nº 7353, avaliado no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

IV - Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.151.088/0001-30:

a) 01 (um) arado subsolador, 5 ferros escarificadores, rebocável

por trator, sem desarme, marca MANJA A85, cor vermelha, com registro patrimonial nº 7352, avaliado no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais); e

b) 01 (um) distribuidor de calcário, rodado Tandem, capacidade de carga 06 toneladas, capacidade de 3,5 m², esteira 60 cm, pneus 750X16, 14 lonas, modelo DSE-6.0, marca IPACOL, série 180324091, com registro patrimonial nº 5718, avaliado no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

V - Associação de Agricultores de São Roque, Planalto e Santana da Bela Vista, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.997.606/0001-02:

a) 01 (uma) grade aradora, com controle remoto, 16 discos de 26 pontos, espaçamento entre discos 230mm, marca PICCIM, modelo GAPCR, série 00/01659, com registro patrimonial nº 5719, avaliada no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 2º As doações, previstas no artigo 1º desta Lei, serão feitas com o encargo da utilização dos bens em prol da respectiva comunidade na qual está domiciliada a Associação.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa dos bens doados, do patrimônio do Município.

Art. 4º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,

21 de maio de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.162, de 21 de Maio de 2014.

LEI Nº 2.162, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 1.742, de 09 de abril de 2008, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 1.742, de 09 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º

III - REVOGADO.

.....

§ 10. O professor inscrito como não habilitado que, no ato da contratação ou durante a vigência contratual, comprovar a conclusão de habilitação, através dos documentos previstos no edital de seleção, na respectiva área de atuação para a qual foi selecionado, passará a perceber o vencimento de professor habilitado". (NR)

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,
21 de maio de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.163, de 21 de Maio de 2014.

LEI Nº 2.163, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Telefônica Frederico Wastner, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, mediante assinatura de convênio, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à Associação Telefônica Frederico Wastner, inscrita no CNPJ sob o nº 09.439.765/0001-05.

Parágrafo único. O auxílio financeiro, de que trata o caput, será destinado para aquisição de central telefônica para a Associação.

Art. 2º A Associação beneficiada com recursos públicos, na forma desta lei, submeter-se à fiscalização do Poder Executivo, mediante apresentação de prestação de contas no prazo estabelecido no Convênio e nos termos do Decreto Municipal nº 4.304, de 07 de novembro de 2011.

Art. 3º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,
21 de maio de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.164, de 21 de Maio de 2014.

LEI Nº 2.164, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e cria o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Seção I

Dos Objetivos e Finalidades

Art. 1º Fica instituída a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de São Lourenço do Oeste, diretamente vinculada a Secretaria Municipal de Planejamento e

Desenvolvimento Urbano, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Parágrafo único. A COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil e tem como principal objetivo conhecer e identificar os riscos de desastres no Município, preparando-se para enfrentá-los, a partir da elaboração de planos específicos.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal, pelo poder público, de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal, pelo poder público, de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes;

V - Prevenção: busca reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres naturais ou humanos, por meio da avaliação e redução das ameaças e/ou vulnerabilidades, minimizando os prejuízos socioeconômicos e os danos humanos, materiais e ambientais;

VI - Mitigação: tem por objetivo reduzir causas ou consequências, no caso de desastres, a um mínimo aceitável de riscos ou danos;

VII - Preparação: tem por objetivo minimizar os efeitos de desastres, por meio da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e da formação e capacitação de recursos humanos para garantir a minimização de riscos de desastres e a otimização das ações de resposta aos desastres e para a reconstrução, compreendendo preparação de recursos humanos e interação com a comunidade; educação e treinamento das populações vulneráveis; e organização da cadeia de comando, das medidas de coordenação das operações e da logística, em apoio às operações;

VIII - Resposta: compreende o conjunto de ações desenvolvidas imediatamente após a ocorrência de desastre e caracterizadas por atividades de socorro e de assistência às populações vitimadas e de reabilitação do cenário do desastre, objetivando o restabelecimento das condições de normalidade;

IX - Recuperação: tem por finalidade iniciar a restauração da área afetada, para permitir o retorno dos moradores desalojados. Visa tornar a região novamente habitável, mediante providências que restabeleçam as condições de sobrevivência segura, embora não confortável, dos desabrigados. Compreende a descontaminação, limpeza, desinfecção, neutralização de poluentes e controle de surtos epidêmicos, bem como a desobstrução e remoção de escombros e as vistorias para a avaliação dos danos provocados; como também a reabilitação dos serviços essenciais, como segurança pública, saneamento básico, remoção de lixo e outras medidas de saúde pública e de apoio social, necessárias às operações de retorno;

X - Reconstrução: conjunto de ações desenvolvidas após as operações de resposta ao desastre e destinadas a recuperar a infraestrutura e a restabelecer em sua plenitude os serviços públicos,

a economia da área, o moral social e o bem-estar da população. A reconstrução confunde-se com prevenção, na medida em que procura: reconstruir os ecossistemas; reduzir as vulnerabilidades; racionalizar o uso do solo e do espaço geográfico; relocar populações em áreas de menor risco; modernizar as instalações e reforçar as estruturas.

Art. 3º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de São Lourenço do Oeste tem por finalidade coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme as competências principais abaixo elencadas, com fulcro no art. 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012:

I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

XVII - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos

riscos de desastre no País;

XVIII - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

XIX - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;

XX - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

XXI - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;

XXII - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres;

XXIII - elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

XXIV - elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;

XXV - elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;

XXVI - criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; e

XXVII - elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil.

Art. 4º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 5º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 6º A COMPDEC compor-se-á de:

I - Coordenador;

II - Conselho Municipal;

III - Secretaria;

IV - Setor Técnico;

V - Setor Operativo.

Parágrafo único. Os membros da COMPDEC por desempenharem ações de relevante interesse público, não serão remunerados, com exceção do Coordenador, que perceberá remuneração, na forma prevista nos Anexos II e IV, da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013, e de eventuais funções especiais ou de confiança relativa à defesa civil, instituídas por decreto, conforme previsão do art. 119, da mesma Lei Complementar.

Seção II

Do Coordenador de Proteção e Defesa Civil

Art. 7º O Coordenador de Proteção e Defesa Civil será indicado e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e competirá ao mesmo convocar, dirigir e organizar as atividades de defesa civil no Município.

Art. 8º Os demais integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Art. 9º O Coordenador de Proteção e Defesa Civil terá como atribuições:

I - coordenar, organizar e executar as atividades de proteção e defesa civil no âmbito do município;

II - manter o órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de defesa civil;

III - propor à autoridade competente a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pela CONDEC - Conselho Nacional de Defesa Civil;

IV - articular-se com as Regionais Estaduais de Defesa Civil - REDEC, ou órgãos correspondentes, e participar ativamente dos Planos de Apoio Mútuo - PAM, em acordo com o princípio de auxílio mútuo entre os Municípios;

V - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa, nos termos dos arts. 58 e 64, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI - gerir os gastos com Defesa Civil;

VII - prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SUNPDEC, na forma e prazo da legislação e demais normas em vigor, fazendo a juntada de todos os documentos comprobatórios de receitas, despesas e outros, inclusive fotos, relatórios, etc. que se fizerem necessários;

VIII - outras prestações de contas e outros procedimentos inerentes ao exercício do cargo.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Seção I

Dos Objetivos e Receitas

Art. 10. Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar as ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução dos danos causados pelos desastres.

§ 1º A contabilidade do FUMDEC será incorporada como uma Unidade Orçamentária dentro do Orçamento Geral do Município.

§ 2º O Gestor do FUMDEC será o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. O FUMDEC é constituído por:

I - dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento

geral do município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - recursos transferidos da União, Estado ou Município;

III - auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinadas a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

IV - recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro;

VI - saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de situação de emergência e calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VII - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, serão movimentados em conta corrente específica aberta no Banco do Brasil, sediado no Município de São Lourenço do Oeste, sendo o saldo positivo do FUMDEC apurado em balanço transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 12. O FUMDEC destina-se a captar, controlar e aplicar recursos financeiros de modo a garantir a execução das ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Art. 13. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, do Município de São Lourenço do Oeste, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

Parágrafo único. Compete ao COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo, desenvolver as seguintes atividades:

I - deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;

IV - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

Art. 14. O COMDEC será composto por 15 (quinze) membros titulares e 15 (quinze) membros suplentes, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal através de Decreto, dos seguintes órgãos, assim indicados:

I - 06 (seis) representantes do governo municipal, composto pelos seguintes órgãos:

Gabinete do Prefeito;

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura;

Secretaria Municipal de Assistência Social; e

Secretaria Municipal de Saúde.

II - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores;

III - 01 (um) representante da Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina;

IV - 01 (um) representante da Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina;

V - 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar;

VI - 01 (um) representante da Polícia Militar;

VII - 01 (um) representante da Polícia Civil;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional;

IX - 02 (dois) representantes de órgãos não governamentais.

Art. 15. O COMDEC terá a seguinte estrutura:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário; e

IV - Plenário.

Art. 16. Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal designar o presidente do referido Conselho, a quem caberá convocar, dirigir e organizar as atividades do mesmo.

Art. 17. Os representantes titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades ao Poder Executivo Municipal para a efetiva nomeação.

Parágrafo único. Terá direito ao voto o representante titular, cabendo ao suplente este direito somente no caso de impossibilidade do primeiro comparecer à reunião, sendo que na presença do representante titular, o suplente - optando pela sua apresentação - somente terá direito à palavra.

Art. 18. Os membros do Conselho terão mandato com duração de 02 (dois) anos, com possibilidade de recondução por iguais períodos sucessivos, mediante confirmação do órgão que representam.

Art. 19. O funcionamento do COMDEC será regulamentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A adoção das medidas necessárias à redução dos riscos de desastres poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral, sendo que a incerteza quanto a risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

Art. 21. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam e não farão jus a qualquer espécie de

gratificação ou remuneração especial, salvo se designados para o cargo em comissão de Coordenador, ou para ocupar funções especiais ou de confiança relativas à defesa civil, instituídas na forma prevista no parágrafo único do art. 6º, desta Lei.
Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 22. Esta Lei será regulamentada por decreto, para a sua perfeita aplicação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 23. Fica revogado o Decreto Municipal nº 2.396, de 29 de agosto de 2001.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,
21 de maio de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.875, de 21 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.875, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Trânsito do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Complementar Municipal nº 082, de 12 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros, a seguir relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, órgão consultivo e de assessoramento ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, que atuará através das câmaras temáticas, criadas nos termos da Lei Complementar nº 82, de 12 de abril de 2007:

I - Educação para o Trânsito e Cidadania:

- a) representante da Polícia Militar: Edson Vergutz, inscrito no CPF sob o nº 605.310.779-87;
- b) representante do Centro de Formação de Condutores - CFC: Jandira Campos, inscrita no CPF sob o nº 385.734.669-87;
- c) representante do Corpo de Bombeiros: Rangel Kehl, inscrito no CPF sob o nº 034.978.429-90.

II - Esforço Legal:

- a) representante da Polícia Militar: Álvaro Casagrande, inscrito no CPF sob o nº 063.076.669-00;
- b) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB: Antonio Carlos Pieta, inscrito no CPF sob o nº 788.313.269-53;
- c) representante da Polícia Civil: Raquel Krug Barboza, inscrita no CPF sob o nº 008.733.089-05.

III - Engenharia de Tráfego, Sinalização e Vias:

- a) representante do Governo Municipal: Josilene Casagrande Sutili, inscrita no CPF sob o nº 033.515.379-80;
- b) representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA: Joel Begnini, inscrito no CPF sob o nº 050.513.819-01;
- c) representante da Associação de Caminhoneiros: Gerson Luiz Dalpiva, inscrito no CPF sob o nº 637.298.659-00.

IV - Saúde e Meio Ambiente no Trânsito:

- a) representantes do Governo Municipal:
1. Carlos Caetano Peluso, inscrito no CPF sob o nº 243.621.580-63;

2. Rafael Geremias, inscrito no CPF sob o nº 055.161.919-80;
3. João Marcelo Inocente da Silva, inscrito no CPF sob o nº 714.523.200-63.

V - Assuntos Veiculares de Competência Municipal:

- a) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL: Círio Hippler, inscrito no CPF sob o nº 031.882.729-87;
- b) representante do Sindicato dos Despachantes: Gerci do Nascimento Filho, inscrito no CPF sob o nº 737.980.379-49;
- c) representante da Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste - ACISLO: Marcio Nierotka, inscrito no CPF sob o nº 030.932.579-05.

VI - Transporte Coletivo de Passageiros Urbano, Rural e Transporte Escolar:

- a) representante do Governo Municipal: Edisson Ari Piletti, inscrito no CPF sob o nº 045.913.149-44;
- b) representante da Associação de Caminhoneiros: Renato Echer de Freitas, inscrito no CPF sob o nº 559.778.049-20;
- c) representante dos taxistas: Egídio Rosso, inscrito no CPF sob o nº 031.880.519-72.

Art. 2º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Complementar nº 82, de 12 de abril de 2007, e demais normas vigentes.

Art. 3º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do Conselho Municipal de Trânsito de São Lourenço do Oeste, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs 4.287, de 14 de outubro de 2011, 4.412, de 20 de abril de 2012 e 4.432, de 28 de maio de 2012.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,
21 de maio de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 060/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 060/2014 - Pregão Presencial Nº 039/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE UNIFORMES ESCOLARES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.
FORNECEDOR: MODA IVANA LTDA - ME - CNPJ: 07.984.775/0001-98.

VALOR: R\$ 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 21/05/2014.
VIGÊNCIA: 21/05/2014 à 31/12/2014.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 56.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 56/2014 MODALIDADE: Tomada de Preços - TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto: Recuperação da Ponte Pênsil para pedestres, situada na Servidão João Carlos Trierweiler, no centro deste Município, conforme Memorial e planilha orçamentária em anexo a este Edital.

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/06/2014 às 09:00h RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 21/05/2014
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação 57.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 57/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto Aquisição estimada e parcelada de Fórmula infantil de seguimento em pó, para lactentes a partir do 10º mês de vida, adicionada de prebióticos, com quantidades de nutrientes adequados e DHA (ácido docosae-xaenóico). Atende todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e RDC nº 44/2011. Possui proteína do soro do leite e caseína na sua composição e lactose e maltodextrina como fonte de carboidratos. Isento de sabor. Lata de 800g, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 09/06/2014 às 13:15h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 21/05/2014
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 41/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 41/2014-PMS

PROCESSO Nº. 93/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alevinos de várias espécies para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de junho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de junho de 2014 às 09 h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 22 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Contrato Nº 85/2014-PMS - Termo de Rescisão Contratual -

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato nº. 85/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 37/2014-PMS

Processo nº. 79/2014-PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa EMEC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.609.254/0001-13, estabelecida na Rua Wadia Jafet Assad, nº 179, sala 3, 3º andar, Bairro dos Casa, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09850-090, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor José Rotolo Rodriguez, inscrito no CPF sob o nº 001.090.738-60, portador da Carteira de Identidade no 10.784.591-X-SSP-SP, ficam

ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 85/2014-PMS, celebrado no dia 07 de maio de 2014, para aquisição de conserto de bomba dosadora para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento, Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, de acordo com Ofício nº 022/2014-SMSGa da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, solicitando a rescisão do contrato e cancelamento da dispensa, pois as negativas apresentadas por esta Secretaria divergem do contrato social enviado pela empresa, o que ocasionou um erro nas informações do contrato de fornecimento, a saber CNPJ e razão social.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 21 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Daniela Samulescki

CPF N.º 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF N.º 047.563.299-00

Testemunha 02

Extrato do Contrato de Registro de Preços Nº. 66/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato de Registro de Preços nº. 66/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 29/2014-FMS - Pregão Presencial Registro de Preços nº. 03/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.842.415/0001-66, estabelecida Rua Franz Volles nº 1485 sala 02, Bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.066-100.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊN- CIA	VALOR R\$ TOTAL REFE- RÊNCIA
01	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	1	Unidade	179,41	179,41
02	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	2	Unidade	92,38	184,76
03	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	2	Unidade	69,28	138,56
04	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	2	Unidade	51,96	103,92

05	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	1	Unidade	178,99	178,99
06	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	2	Unidade	127,02	254,04
07	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	2	Unidade	98,15	196,30

08	<p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².</p>	2	Unidade	51,96	103,92
09	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123, Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².</p>	1	Unidade	178,99	178,99
10	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123, Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².</p>	2	Unidade	127,02	254,04

11	<p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123, Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².</p>	2	Unidade	86,60	173,20
12	<p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123, Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².</p>	2	Unidade	51,96	103,92
13	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²</p>	1	Unidade	323,74	323,74

14	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	2	Unidade	144,35	288,68
15	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	2	Unidade	86,60	173,20
16	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	2	Unidade	51,96	103,92

17	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	1	Unidade	242,50	242,50
18	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	2	Unidade	144,34	288,68
19	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	2	Unidade	103,93	207,86

20	<p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra 1000 litros; 1 caixa de polietileno 1000 litros e 1 caixa de polietileno 1000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².</p>	2	Unidade	155,89	311,78
21	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², ressaltando que para a segunda descupinização, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².</p>	2	Unidade	294,47	588,94
22	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², ressaltando que para a segunda descupinização, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².</p>	2	Unidade	144,34	288,68
23	<p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², ressaltando que para a segunda Desratização, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².</p>	2	Unidade	98,15	196,30
24	<p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de polietileno 1000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², ressaltando que para a segunda Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².</p>	2	Unidade	51,96	103,92
25	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².</p>	1	Unidade	178,99	178,99

26	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	2	Unidade	161,67	323,34
27	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	2	Unidade	109,70	219,40
28	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (3 caixa de fibra 1000 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	2	Unidade	155,89	311,78
29	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	1	Unidade	213,63	213,63

30	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	2	Unidade	115,47	230,94
31	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	2	Unidade	86,60	173,20
32	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	2	Unidade	51,96	103,92
33	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	1	Unidade	219,41	219,41

34	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	2	Unidade	242,50	485,00
35	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	2	Unidade	121,25	242,50
36	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de polietileno 25000 litros e 1 caixa de polietileno 1000 litros e 2 caixas de fibra 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	2	Unidade	259,82	519,64
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					8.390,00

Valor do contrato: R\$ 8.390,00 (oito mil trezentos e noventa reais)
Data da Assinatura: 21/05/2014 - Vigência: 21/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.955/2014 de 19 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2.955/2014 de 19 de maio de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 76.470,15 (setenta e seis mil quatrocentos e setenta reais e quinze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.1.324 - Reforma, Ampliação e Construção de Praças Poliesportivas

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações R\$ 76.470,15

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$ 76.470,15

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI, inscrita no CPF sob nº. 568.887.089-34, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 30 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALINY REBEQUE CRISTO GRACIOLI, inscrita no CPF sob nº. 063.411.619-30, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 30 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EVELIN ANTUNES, inscrita no CPF sob nº. 081.294.919-66, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 30 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ERIVETE DA SILVA MARTINS, inscrita no CPF sob nº. 681.881.539-15, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 30 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Decreto Nº 2.956/2014, de 21 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 2.956/2014, de 21 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto nº 2.945/2014, tendo em vista que a servidora Losangela Belers admitida em caráter temporário não se enquadra na Lei Complementar nº 096/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC),
21 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.583/2014, de 21 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº. 5.583/2014, de 21 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Daniele Luciano Gross, para

exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas, com efeitos retroativos a partir de 15/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Pregão Presencial 33/2014-PMS (Sequência 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 75/2014 Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 55/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em decoração de ambientes para eventos culturais a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatou-se que o representante da empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME apresentou Contrato Social com registro na Junta Comercial sob número 20111267129 com data de 24 de maio de 2011, documento exigido no edital no item 4.1.2 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas," sendo este diferente do arquivado na Junta Comercial conforme consta na certidão simplificada emitida pela junta comercial na qual consta o arquivamento de uma Alteração Contratual registrado na Junta Comercial sob o número 20140067485 com data de 19 de março de 2014, documento exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", sendo assim não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME não apresentou Contrato Social com registro na Junta Comercial, documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" e também não apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)", resultando assim inabilitada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas esboçadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 8 dias úteis, sendo até dia 02 de junho de 2014, as 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 33/2014 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 75/2014

Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 55/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 21 de Maio de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Paulo Henrique Silva	- - Representante
----------------------	-------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 75/2014 Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 55/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em decoração de ambientes para eventos culturais a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatou-se que o representante da empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME apresentou Contrato Social com registro na Junta Comercial sob número 20111267129 com data de 24 de maio de 2011, documento exigido no edital no item 4.1.2 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas," sendo este diferente do arquivado na Junta Comercial conforme consta na certidão simplificada emitida pela junta comercial na qual consta o arquivamento de uma Alteração Contratual registrado na Junta Comercial sob o número 20140067485 com data de 19 de março de 2014, documento exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", sendo assim não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FÁBRICA DE SONHOS DECORAÇÕES DE FESTAS LTDA. - ME não apresentou Contrato Social com registro na Junta Comercial, documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" e também não apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)", resultando assim inabilitada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas esboçadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 8 dias úteis, sendo até dia 02 de junho de 2014, as 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 33/2014 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 75/2014

Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 55/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 21 de Maio de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Paulo Henrique Silva	- - Representante
----------------------	-------------------------

CANCELAMENTO DA DISPENSA Nº 37/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 37/2014 - DLProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 79/2014
Data do Processo: 07/05/2014

Objeto: Aquisição de conserto de bomba dosadora para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento, Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2014

Motivo: De acordo com Ofício nº 022/2014-SMSGa da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, solicitando a rescisão do contrato e cancelamento da dispensa, pois as negativas apresentadas por esta Secretaria divergem do contrato social enviado pela empresa, o que ocasionou um erro nas informações do contrato de fornecimento, a saber CNPJ e razão social.

Schroeder, 21 de Maio de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 03/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 1/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em detetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	179,4100	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	175,7000	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	281,1500	3
2	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local:Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	92,3800	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	90,9906	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	145,1100	3
3	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do ralçada a pessoas e animais não alvo. Local:Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	69,2800	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	65,8897	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	108,8300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Limpeza e Desinfecção de Caixa d' água (1 caixa de fibra de 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local:Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro. Metragem: 90 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	51,9600	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	54,9081	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	81,6200	3
5	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	178,9900	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	172,5684	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	281,1500	3
6	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	127,0200	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	122,3667	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	199,5300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 21/05/2014 Válido até: 21/05/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
7	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do ratão a pessoas e animais não alvo. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	98,1500	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	92,5594	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	154,1800	3		
8	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1000 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Paulo Jahn, 245, Centro. Imóvel em alvenaria, subdividido em 6 salas com recepção, 02 banheiros, 01 cozinha. Metragem: 262,80 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	51,9600	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	50,2017	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	81,6200	3		
9	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123, Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	178,9900	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	181,9812	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

10	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco a saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123. Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	127,0200	1
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	281,1500	3
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	122,3667	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	199,6300	3
11	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas para linfadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do ratão a pessoas e animais não alvo. Local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123. Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	86,6000	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	90,9906	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	136,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 21/05/2014 Válido até: 21/05/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1000 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Especializado de Assistência Social (CREAS) - Rua Blumenau, 123, Centro. Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha e 01 lavanderia. Metragem: 147,00m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	51,9600	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	53,3393	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	81,6200	3		
13	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimento Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	323,7400	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	310,6230	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	508,5200	3		
14	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimento Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	144,3400	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	150,6051	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	226,7300	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 21/05/2014 Válido até: 21/05/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
15	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raicida a pessoas e animais não alvo. Local: CAE - Centro Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimento Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	86,6000	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	90,9906	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	136,0400	3		
16	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimento Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro. Metragem: 190 m²	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	51,9600	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	53,3393	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	81,6200	3		
17	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	242,5000	1		
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	254,1461	2		
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	380,9100	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	144,3400	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	150,6051	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	226,7300	3
19	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	103,9300	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	106,6786	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	163,2500	3
20	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra 1000 litros; 1 caixa de polietileno 1000 litros e 1 caixa de polietileno 1000 litros); 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I. Metragem: 345,71 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	155,8900	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	153,7427	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	244,8700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 21/05/2014 Válido até: 21/05/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
21	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², resalto que para a segunda descupinização, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	294,4700
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)	0		301,5240
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)	0		462,5400
22	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², resalto que para a segunda descupinização, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	144,3400
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)	0		144,3299
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)	0		226,7300
23	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do ratão a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770. Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², resalto que para a segunda Desratização, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbin e Mario Zerbin. Metragem: 302,63 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	98,1500
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)	0		97,2658

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

24	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de polietileno 1000 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0002 - localizado a Rua Presidente Costa e Silva 770, Rio Hern, contendo 14 ambientes. Metragem: aproximadamente 200 m², ressalto que para a segunda Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água, provavelmente será realizada na localidade Rua de acesso: Cristine Zerbini e Mario Zerbini. Metragem: 302,65 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	51.9600	1
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	154,1800	3
25	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	178.9900	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	51,7705	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	81,6200	3
26	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	161.6700	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	181,9812	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	281,1500	3
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	160.0179	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 21/05/2014 Válido até: 21/05/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	253.9400
27	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	109.7000
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	108.2474
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	172.3200
28	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (3 caixa de fibra 1000 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 150, Sossego. Metragem: 358, 93 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	155.8900
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	153.7427
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	244.8700
29	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113.64 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	213.6300
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	200.8068
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	335.5700

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	115,4700	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	119,2290	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	181,3900	3
31	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas; pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	86,6000	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	87,8530	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	136,0400	3
32	Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: Estratégia Saúde da Família 0004 - Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú. Metragem: 113,64 m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	51,9600	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	50,2017	2
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	81,6200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 21/05/2014 Válido até: 21/05/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
33	Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	219,4100
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	216,4948
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	344,6400
34	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde os insetos oferecem risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	242,5000
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	247,8709
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	380,9100
35	Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizados porta iscas para limitar a exposição do ratão a pessoas e animais não alvo. Local: Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	121,2500
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	123,9355
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	190,4600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	<p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de polietileno 25000 litros e 1 caixa de polietileno 1000 litros e 2 caixas de fibra 500 litros);</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Rua Paulo Jahn, 147, Centro. Metragem: 1.096,22m².</p>	UN	ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME (12807)		0	259,8200	1
	Local: Unidade Básica de Saúde -		IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)		0	257,2837	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	408,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 21/05/2014		Válido até: 21/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em dedetização das Unidades de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014

PROCESSO Nº 29/2014

- (10719) - IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA
- (11575) - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- (12807) - ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA - ME

Schroeder, 21 de Maio de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº102/2014

DECRETO Nº 102 DE 21 DE MAIO DE 2014.

"Dispõe sobre a Nomeação de RAFAEL MARIN para o Cargo de Secretário da Saúde, e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/2001 e Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e Lei Complementar 002/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado RAFAEL MARIN, para o Cargo de Secretário Da Saúde, Nível CC - 07(61000) do Grupo VII - Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Maio de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Anexo I - RREO - 2Bi2014

Município de SERRAALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA Outras Receitas Agropecuárias RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Transf. de Conv. OUTRAS RECEITAS CORRENTES Multas e Juros de Mora INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVENÍOS RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	16.253.896,60	16.253.896,60	1.812.575,69	4.348.701,84	26,75	11.905.194,76
	15.218.896,60	15.218.896,60	1.794.150,86	3.833.334,76	25,19	11.385.561,84
	1.010.525,00	1.010.525,00	75.152,75	135.510,87	13,41	875.014,13
	670.000,00	670.000,00	47.062,86	97.361,68	14,53	572.638,32
	190.525,00	190.525,00	27.188,27	37.247,57	19,55	153.277,43
	150.000,00	150.000,00	901,62	901,62	0,60	149.098,38
	88.500,00	88.500,00	15.992,00	30.977,42	35,00	57.522,58
	88.500,00	88.500,00	15.992,00	30.977,42	35,00	57.522,58
	252.000,00	252.000,00	4.939,66	-1.559,78	0,00	253.559,78
	252.000,00	252.000,00	4.939,66	-1.559,78	0,00	253.559,78
	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
	280.000,00	280.000,00	98.903,28	181.321,25	64,76	98.678,75
	13.352.921,60	13.352.921,60	1.580.337,85	3.448.827,97	25,83	9.904.093,63
	13.296.456,60	13.296.456,60	1.578.299,54	3.444.706,12	25,91	9.851.750,48
	56.465,00	56.465,00	2.038,31	4.121,85	7,30	52.343,15
	144.950,00	144.950,00	18.825,32	38.257,03	26,39	106.692,97
	53.750,00	53.750,00	10.239,24	17.470,87	32,50	36.279,13
	6.000,00	6.000,00	170,24	5.670,24	94,50	329,76
	71.000,00	71.000,00	6.625,39	11.108,47	15,65	59.891,53
	14.200,00	14.200,00	1.790,45	4.007,45	28,22	10.192,55
	1.035.000,00	1.035.000,00	18.424,83	515.367,08	49,79	519.632,92
	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	100,00	0,00
	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	100,00	0,00
	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
	35.000,00	35.000,00	3.107,58	5.920,94	16,92	29.079,06
	0,00	0,00	15.317,25	9.446,14	0,00	-9.446,14
	0,00	0,00	15.317,25	9.446,14	0,00	-9.446,14
	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.253.896,60	16.253.896,60	1.812.575,69	4.348.701,84	26,75	11.905.194,76

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.253.896,60	16.253.896,60	1.812.575,69	11,15	4.348.701,84	26,75	11.905.194,76
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	519.849,49	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.253.896,60	16.253.896,60	1.812.575,69	11,15	4.868.551,33	26,75	11.905.194,76
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	858.814,67	—	—	482.639,74	—	—
Superávit Financeiro	—	858.814,67	—	—	482.639,74	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.253.896,60	1.037.521,34	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	4.868.551,33	28,16	12.422.866,61
DESPESAS CORRENTES	13.080.646,60	132.337,51	13.212.984,11	1.794.449,11	4.930.050,86	3.061.140,47	23,17	10.151.843,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.487.600,00	-10.000,00	5.477.600,00	751.402,71	1.417.303,84	1.405.148,47	25,65	4.072.451,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	9.653,93	20.662,44	20.662,44	41,32	29.337,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.543.046,60	142.337,51	7.685.384,11	1.033.392,47	3.492.084,58	1.635.329,56	21,28	6.050.054,55
DESPESAS DE CAPITAL	3.123.250,00	905.183,83	4.028.433,83	316.938,48	2.005.555,63	634.241,91	44,87	2.221.022,97
INVESTIMENTOS	2.873.250,00	905.183,83	3.778.433,83	275.931,66	1.921.331,99	1.723.187,22	45,61	2.055.246,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	0,00	250.000,00	41.006,82	84.223,64	84.223,64	33,69	165.776,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.253.896,60	1.037.521,34	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	4.868.551,33	28,16	12.422.866,61

Continua 2/3

Município de SERRA ALTA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.253.896,60	1.037.521,34	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	2.423.808,39	4.868.551,33	28,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.253.896,60	1.037.521,34	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	2.423.808,39	4.868.551,33	28,16

FONTE:

SERRA ALTA, 21/05/2014

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS

Contadora

CLEITON ALGAYER

Controlador Interno

ANEXO 2 - RREO - 2BI2014

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	16.253.896,60	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	2.423.808,39	4.868.551,33	12.422.866,61
Ação Legislativa	760.000,00	760.000,00	106.020,41	215.983,93	101.596,00	180.692,94	579.307,06
	760.000,00	760.000,00	106.020,41	215.983,93	101.596,00	180.692,94	579.307,06
Administração	2.356.875,00	2.356.875,00	217.526,60	723.912,61	296.078,03	547.654,88	1.809.220,12
Planejamento e Orçamento	601.875,00	601.875,00	96.508,97	287.541,43	116.194,54	223.644,18	378.230,82
Administração Geral	1.605.000,00	1.605.000,00	121.017,63	436.371,18	179.883,49	324.010,70	1.280.989,30
Ordenamento Territorial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Segurança Pública	130.000,00	137.836,52	6.148,99	7.890,83	6.148,99	7.890,83	129.945,69
Policimento	130.000,00	137.836,52	6.148,99	7.890,83	6.148,99	7.890,83	129.945,69
Assistência Social	768.035,00	875.729,92	100.739,07	195.054,64	93.162,25	145.933,02	729.796,90
Assistência à Criança e ao Adolescente	196.140,00	196.140,00	8.290,51	8.690,00	4.545,01	4.944,50	191.195,50
Assistência Comunitária	571.895,00	679.589,92	92.448,56	186.364,64	88.617,24	140.988,52	538.601,40
Saúde	2.781.782,50	2.883.212,44	488.893,27	1.412.611,95	504.109,82	836.963,97	2.046.248,47
Atenção Básica	2.781.782,50	2.883.212,44	488.893,27	1.412.611,95	504.109,82	836.963,97	2.046.248,47
Educação	3.953.329,10	4.004.382,00	490.904,73	1.160.244,98	424.381,91	871.974,52	3.132.407,48
Alimentação e Nutrição	180.000,00	185.884,42	27.481,53	111.141,73	14.341,84	18.627,18	167.257,24
Ensino Fundamental	2.913.329,10	2.958.497,58	415.803,15	949.435,03	362.333,66	754.549,58	2.203.948,00
Educação Infantil	860.000,00	860.000,00	47.620,05	99.668,22	47.706,41	98.797,76	761.202,24
Cultura	197.500,00	197.500,00	44.422,56	59.122,56	17.863,56	18.451,56	179.048,44
Difusão Cultural	197.500,00	197.500,00	44.422,56	59.122,56	17.863,56	18.451,56	179.048,44
Urbanismo	835.000,00	980.252,72	109.667,17	409.394,22	66.843,46	223.053,08	757.199,64
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	285.197,55	30.541,74	120.318,71	0,00	89.776,97	195.420,58
Serviços Urbanos	685.000,00	695.055,17	79.125,43	289.075,51	66.843,46	133.276,11	561.779,06
Habituação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habituação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	2.233.000,00	2.540.870,19	294.536,81	1.601.283,72	192.060,49	1.143.966,35	1.396.903,84
Extensão Rural	2.190.000,00	2.497.870,19	261.202,89	1.560.459,80	192.060,49	1.136.476,35	1.361.393,84
Transporte Rodoviário	43.000,00	43.000,00	33.333,92	40.823,92	0,00	7.490,00	35.510,00
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Transporte	16.253.896,60	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	2.423.808,39	4.868.551,33	100,00	28,16
Transporte Rodoviário	1.678.375,00	1.994.759,15	163.998,50	933.020,95	629.101,54	733.762,79	15,07	36,78
Desporto e Lazer	150.000,00	150.000,00	37.868,73	112.200,02	41.801,59	53.321,31	1,10	35,55
Desporto de Rendimento	150.000,00	150.000,00	37.868,73	112.200,02	41.801,59	53.321,31	1,10	35,55
Encargos Especiais	300.000,00	300.000,00	50.660,75	104.886,08	50.660,75	104.886,08	2,15	34,96
Serviço da Dívida Interna	300.000,00	300.000,00	50.660,75	104.886,08	50.660,75	104.886,08	2,15	34,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.253.896,60	17.291.417,94	2.111.387,59	6.935.606,49	2.423.808,39	4.868.551,33	100,00	28,16

FONTE:

SERRA ALTA, 21/05/2014

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal	CLAIR FÁTIMA ANDREIS Contadora	CLEITON ALGAYER Controlador Interno
--	-----------------------------------	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Siderópolis

PREFEITURA

61 2014 Retificação

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 12/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2014

O Município de Siderópolis torna público às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a retificação do Edital acima especificado. A retificação é necessária devido às alterações na planilha orçamentária cujo valor máximo ultrapassou o estipulado para modalidade Tomada de Preço, sendo assim altera-se a modalidade para Concorrência Pública, sob o número nº10/2014, retificando-se inclusive a data de abertura do certame para 23/06/2014, às 09h00min. Mantêm-se inalteradas demais cláusulas e condições do edital. O edital retificado já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 21 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

Leiº 2148

LEI Nº. 2148, DE 20 DE MAIO DE 2014.

DESAFETA ÁREA DE TERRA URBANA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SOMBRIOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica desafetada, para ser transferida a categoria dos bens públicos disponíveis do Município a área de terras urbana parte da RUA 3E atual ANICETO SILVEIRA, localizada entre os lotes 12 da quadra 25 e 15 da quadra 34 do loteamento Parque Residencial koski, bairro Januária, com as seguintes confrontações: Frente ao Sul onde confronta em 12,00 metros com o lado par da Avenida Adolfo Tiskoski, Fundos ao Norte onde confronta em 12,00 metros com área de Vito Basso matrícula nº 57.111, Lado direito ao Oeste confrontando em 22,50 metros com o lote 15 da quadra 34 em nome de Vito Basso matrícula nº 18.674, Lado esquerdo a Leste confrontando em 22,50 metros com o lote 12 da quadra 25 em nome de Vito Basso matrícula nº 19.090.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC,
20 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Complementar 032/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 032, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Altera a Lei Complementar nº 6/2007, de 07 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos (SAMA) de Sombrio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei Complementar:

Art. 1º O Anexo II da Lei Complementar nº 6/2007, de 07 de agosto de 2007, passa a vigor conforme anexos a esta Lei Complementar.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC,
em 05 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO II

(Lei Complementar nº 6/2007)

(Lei Complementar nº 032/2014)

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

Nº DE VAGAS	CATEGORIA FUNCIONAL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
1	Contador	40 Hs	2.458,50
1	Engenheiro Químico	40 Hs	2.458,50

GRUPO II - ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Nº DE VAGAS	CATEGORIA FUNCIONAL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
2	Auxiliar Administrativo	40 Hs	884,28
8	Operador de ETA/ETE*	40 Hs	1.364,31
1	Fiscal	40 Hs	947,44
1	Técnico Contábil	40 Hs	1.363,31

GRUPO III- ATIVIDADES OPERACIONAIS E SERVIÇOS GERAIS - OSG

Nº DE VAGAS	CATEGORIA FUNCIONAL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
4	Encanador	40 Hs	1069,70
2	Leiturista	40 Hs	912,26
4	Vigia	40 Hs	678,00
5	Auxiliar de Serviços Gerais	40 Hs.	678,00
1	Eletrecista	40 Hs.	678,00
1	Pedreiro	40 Hs.	678,00
3	Motorista	40 Hs.	970,01
2	Operador de Máquina (retro)	40 Hs.	1.023,22

* Estação Tratamento de Água/ Estação Tratamento de Esgoto

Portaria 071/2014

PORTARIA Nº 071 DE 05 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

MAT	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
2121	Adriana Aparecida da R. S. da Silva	03/05/2012	À	02/05/2013	10/05/2014	À	09/06/2014
4406	Antonio Tadeu Bagestom	14/04/2013	À	13/04/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
4550	Ceni Rosa da Silva	14/10/2012	À	13/10/2013	01/05/2014	À	30/05/2014
6141	Idio Gonçalves Réus	14/02/2013	À	13/02/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
2554	Joarez Pereira Farias	01/03/2013	À	28/02/2014	10/05/2014	À	09/06/2014
4933	Jucélia Eudócia Rodrigues Pereira	02/01/2013	À	01/01/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
6170	Karina Pereira Santos	08/02/2013	À	07/02/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
737	Luiz Reginaldo da Rosa	01/03/2011	À	29/02/2012	01/05/2014	À	30/05/2014
896	Maria Aparecida Martins de Carvalho	10/04/2013	À	09/04/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
3827	Marino da Silva	27/11/2011	À	26/11/2012	01/05/2014	À	20/05/2014
5355	Rosimeri Possamai BBrigido	14/02/2013	À	13/02/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
3732	Sirlei Silveira Silva	02/05/2013	À	01/05/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
4822	Sirlei da Silva Santos	07/04/2013	À	06/04/2014	01/05/2014	À	30/05/2014
868	Sonia Maria Gonçalves Porto	06/04/2013	À	05/04/2014	01/05/2014	À	30/05/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 05 de maio de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 073/2014

PORTARIA Nº 073 DE 12 DE MAIO DE 2014
LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 5ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra ALESSANDRA FERREIRA ALEXANDRE, Professora, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
07	2009 à 2014	12/05/2014 ` a 11/08/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio-SC,
12 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 074/2014

PORTARIA Nº 074 DE 12 DE MAIO DE 2014
DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra MARIA RE-JANE POSSAMAI DABOIT, Auxiliar de Serviços, com regime de trabalho de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1033	18/02/2004 à 18/02/2009	22/05/2014 à 21/07/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC,
12 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 075/2014

PORTARIA Nº 075 DE 12 DE MAIO DE 2014
DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra JANE DE BORBA RAUPP, Gestora Pedagógica, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3825	27/11/2006 à 27/11/2011	22/05/2014 à 21/08/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC,
12 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 107/2014

DECRETO Nº 107, DE 07 DE MAIO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área ideal de terras medindo 818,90m², referente ao prolongamento da Rua Reduzino Tristão de Melo, de formato irregular, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Oeste, onde mede 5,10 metros com prolongamento da Rua Reduzino Tristão de Melo, ao Leste, onde mede 5,10 metros com prolongamento da Rua Reduzino Tristão de Melo, ao Norte, onde mede 160,568 metros com a Rua Reduzino Tristão de Melo, e ao Sul, onde mede 160,568 metros com área 03, com o prolongamento da Avenida Antonio Sant'helena, área 02, prolongamento da Avenida Nereu Ramos e área 01, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob matrícula nº 57.134, em nome de Édio Serafim Réus.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Rua Reduzino Tristão de Melo.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Rua já existir há mais de 40 (quarenta) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio,
07 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 106/2014

DECRETO Nº 106, DE 07 DE MAIO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área ideal de terras medindo 432,39m², referente ao prolongamento da Av Antonio Sant'Helena, de formato irregular, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Oeste onde mede 22,10 metros com Área remanescente 03, de propriedade de Edio Serafim Réus, ao Leste: onde mede 22,10 metros com Área remanescente 02, de propriedade de Edio Serafim Réus, ao Norte onde mede 20,30 metros com a Rua Reduzino Tristão de melo, e ao Sul: onde mede 20,30 metros com o prolongamento da Av. Antonio Sant'Helena, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob matrícula nº 57.134, em nome de Édio Serafim Réus.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Av Antonio Sant'Helena.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Avenida já existir há mais de 50 (cinquenta) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio,
07 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 105/2014

DECRETO Nº 105, DE 07 DE MAIO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área ideal de terras medindo 432,39m², referente ao prolongamento da Av. Nereu Ramos, de formato irregular, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Oeste, onde mede 22,10 metros com Área remanescente 02, de propriedade de Edio Serafim Réus, ao Leste, onde mede 22,10 metros com Área remanescente 01, de propriedade de Edio Serafim Réus, ao Norte onde mede 20,30 metros com a Rua Reduzino Tristão de melo, e ao Sul, onde mede 20,30 metros com prolongamento da Av. Nereu Ramos, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob matrícula nº 57.134, em nome de Édio Serafim Réus.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Av Nereu Ramos.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Avenida já existir há mais de 50 (cinquenta) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio,
07 de maio de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

Decreto 102/2014

DECRETO Nº. 102, DE 20 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 18.880,00 (dezoito mil e oitocentos e oitenta reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

1.014 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(100) - Aplicações Diretas

R\$ 12.880,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.028 - Apoio ao Pequeno Agricultor

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(125) - Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação da seguinte dotação:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

1.014 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(98) - Aplicações Diretas

R\$ 12.880,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.028 - Apoio ao Pequeno Agricultor

3.3.50.00.00.00.00.00.0080(124) - Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul,

20 de Maio de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 103/2014

DECRETO Nº. 103, DE 20 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação

orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), distribuídos da seguinte forma:

01.01 - Secretaria de Obras e Transportes

2.024 - Manutenção do Rede Viária do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(42)-Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na Fonte de Recurso 80/87, conta corrente nº 005.163-2, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul,

20 de maio de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 56/2014

PORTARIA Nº 56, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Concede Adicional de Graduação e Especialização

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder às Servidoras abaixo identificadas, adicional de graduação e adicional de especialização, correspondentes a 25% sobre seu vencimento base:

Nome	Cargo	Matrícula
Jaqueline Tomazi	Professor 20 horas	2946
Lilian Barabas	Professor 20 horas	2950

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC,

20 de maio de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 57/2014

PORTARIA Nº. 57, DE 20 DE MAIO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor abaixo identificada com nomenclatura de cargo e matrícula, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 20 (vinte) dias.

Nome	Matrícula/ Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Período de Abono
Arlete Rocha	862 Diretor do Depto de Gestão de Pessoas	01/04/2013 a 31/03/2014	02/06/2014 a 21/06/2014	22/06/2014 a 01/07/2014
Joselia Scot Pezente	844 Coordenador de Defesa Civil	01/03/2012 a 28/02/2013	02/06/2014 a 21/06/2014	22/06/2014 a 01/07/2014

Parágrafo Único - Nos termos estabelecidos pelo Art. 57, Parágrafo 05 da Lei nº 467/1998, a servidora perceberá a título de conversão 1/3(um terço) do valor pecuniário da mesma.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC),
20 de Maio de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 58/2014

PORTARIA Nº. 58, DE 20 DE MAIO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/06/2014 a 01/07/2014.

NOME	SECRETARIA	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
Celio Pereira Macedo	Agricultura e Meio Am- biente	2617	Auxiliar de Serviços Gerais II	18/04/2013 a 17/04/2014
Janio Nivaldo Macedo	Obras e Trans- portes	2393	Vigia	07/01/2012 a 06/01/2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC),
20 de Maio de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****Segunda Retificação Pregão Presencial Nº 56 2014 PMT - Aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza, Copa E Cozinha**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2014 PMT
AVISO DE SEGUNDA RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 56/2014 que trata de REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E COPA E COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES) DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, sofreu alteração na descrição de alguns itens, constante no Anexo I, conforme segue:

Item 54 "Rodo plástico - 60 cm de base, com emborrachamento duplo, cabo de madeira plastificado".

As demais informações, inclusive a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação e a abertura da sessão, permanecem inalteradas, ou seja, 04/06/2014, às 08h30min.

TIMBO/SC, 21 de maio de 2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 47 2014 PMT - Publicações Em Jornais de Circulação Em Timbó

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 47/2014 PMT
ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a contratação de serviços para publicações de anúncios institucionais, informativos do município e demais publicações de interesse do executivo em jornal de circulação no município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: Raiter Editora e Eventos LTDA ME; e Editora Jornal do Médio Vale LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 169.365,00 (cento e sessenta e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2015

Timbó, 21/05/2014
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Errata Pregão Presencial Nº 54 2014 PMT - Equipamentos de Informática

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2014 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria da Fazenda e Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 54/2014 que trata de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, teve informação incorreta quanto ao horário limite para a entrega dos envelopes e horário de abertura da sessão, constante na página 01 do edital, sendo correta a informação abaixo:

ENTREGA DOS ENVELOPES: Contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 03 de junho de 2014.

ABERTURA: dia 03 de junho de 2014 as 08h35min

TIMBO/SC, 21 de maio de 2014
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

Treze Tílias**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 61/2014**

EXTRATO DE CONTRATO 61/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: LUIZ INORI BIAGENTINI-ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços elétricos e hidros sanitários especializados de revisão, manutenção e de atendimento emergencial para as secretarias municipais e nos eventos realizados pelo município, no período de maio a dezembro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial 36/2014

VIGÊNCIA: 20/05/2014 - 31/12/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$14.000,00(Quatorze mil reais)

DATA ASSINATURA: 20/05/2014;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.01.2003.33.90.00.00.00.00

05.01.2005.33.90.00.00.00.00

06.02.2203.33.90.00.00.00.00

07.01.2015.33.90.00.00.00.00

07.02.2018.33.90.00.00.00.00

08.01.2016.33.90.00.00.00.00

09.01.2017.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 20 de Maio de 2014.

Decreto Nº 1.885 Inservível

DECRETO N.º 1.885/2014

"BAIXA BEM INSERVÍVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal do bem móvel considerado inservível:

ITEM	Bem Patrimonial	QUANTIDADE	Nº PATRIM.
01	Ensiladeira Nogueira Pecu 9000 cor amarela	01	5005

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias
aos 20 de maio de 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente decreto Diário Oficial do Município - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

PUBLICAÇÃO TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 628/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHT0696	8731022150	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQQ2204	8731021696	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATX9887	8731022292	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUW7547	8731022046	7463/0	22/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
CLH4727	8731020544	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
EVZ9004	8731022230	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
HYP4306	8731022261	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILI0350	8731020771	7463/0	22/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
INE8462	8731020785	7463/0	25/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
IOF9284	8731020613	7455/0	12/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
IUH5254	8731022037	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
JFW8605	8731022099	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZZ0910	8731021534	7463/0	22/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHA1748	8731021083	7455/0	16/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
PGM5002	8731021871	7471/0	14/01/2014	R\$ 574,61	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 627/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AWC8181	8731022572	7463/0	03/03/2014	218 * II
BER0426	8731022373	7455/0	13/02/2014	218 * I
CYO8377	8731022493	7455/0	22/02/2014	218 * I
EBO9825	8731022561	7455/0	02/03/2014	218 * I
IMT1311	8731021598	7455/0	08/01/2014	218 * I
MEC8619	8731022709	7455/0	13/03/2014	218 * I
MEC8619	8731022716	7455/0	14/03/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 626/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJM4606	8731020840	7455/0	15/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMN1076	8731021959	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANU9641	8731021910	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOO9790	8731021821	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXB8131	8731020879	7455/0	02/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BBB7078	8731020909	7455/0	31/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
BTM4410	8731021564	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DHB0495	8731020693	7455/0	15/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
DOC1636	8731020629	7463/0	13/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
DRK3235	8731021052	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ENR0023	CV00010044	7463/0	20/10/2008	R\$ 127,69	218 * II
EQM8482	8731021890	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
GWB8214	8731020716	7455/0	17/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
IEO6540	8731021552	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IEO6540	8731021563	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IEO6540	8731021568	7463/0	25/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
IEY1300	8731021469	7463/0	19/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ILG0065	8731022277	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISA8715	8731020892	7455/0	04/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
JAR0405	8731022217	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR7816	8731021933	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR7816	8731021937	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR7816	8731021975	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR7816	8731022266	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY6549	8731021016	7455/0	09/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYY6549	8731021143	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR2794	8731021684	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAT0845	8731021768	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV1372	8731020607	7455/0	11/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBF7394	8731021513	7463/0	22/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCX5937	8731020271	7455/0	04/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDF8114	8731022197	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ7575	8731020774	7471/0	23/10/2013	R\$ 574,61	218 * III
MEC8619	8731020945	7463/0	10/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEC8619	8731021030	7463/0	11/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MER3858	8731021119	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEU7826	8731022152	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFA5264	8731021064	7455/0	14/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB7720	8731021562	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD0627	8731022267	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFJ7349	8731022216	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY8912	8731022289	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC5317	8731020621	7455/0	13/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGH5764	8731021009	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGI6534	8731021477	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGJ8930	8731022122	7463/0	29/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGO2605	8731020966	7455/0	07/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGP3639	8731020513	7455/0	05/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGQ6014	8731020556	7463/0	05/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHG4338	8731020802	7455/0	28/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHJ7944	8731021502	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHL6734	8731021560	7463/0	23/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHM7901	8731020682	7455/0	14/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHQ1415	8731020887	7455/0	03/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHX3728	8731022184	7463/0	03/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHZ3228	8731020288	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIE6366	8731020812	7455/0	23/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIL5585	8731021916	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM0466	8731021591	7455/0	09/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN1343	8731022126	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX8135	8731022287	7463/0	10/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJC4960	8731021525	7471/0	19/12/2013	R\$ 574,61	218 * III
MJH4741	8731021035	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJJ4557	8731021132	7455/0	16/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJM3686	8731020732	7455/0	16/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJN4531	8731021101	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4110	8731021553	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJX9815	8731022153	7463/0	29/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJY1673	8731021958	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB7677	8731021116	7463/0	17/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKC0045	8731020786	7455/0	25/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKC5989	8731022077	7463/0	27/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKR6216	8731021100	7471/0	15/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MKT6649	8731022020	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY1986	8731021661	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKZ3168	8731021581	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA3844	8731021881	7463/0	15/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLE6121	8731021063	7455/0	14/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLH2066	8731020816	7471/0	25/10/2013	R\$ 574,61	218 * III
MLN3446	8731022298	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLO6374	8731022309	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR1177	8731022279	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS8388	8731022295	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLV8044	8731020891	7455/0	04/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMJ7491	8731021198	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MUT6528	8731020650	7455/0	11/10/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 625/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU3870	8731022678	7463/0	16/03/2014	218 * II
AEJ0223	8731022711	7455/0	12/03/2014	218 * I
AEL6561	8731022683	7455/0	16/03/2014	218 * I
AOB0118	8731022511	7463/0	21/02/2014	218 * II
ASK4214	8731022477	7455/0	20/02/2014	218 * I
ATG3538	8731022573	7455/0	03/03/2014	218 * I
BET6667	8731022740	7455/0	20/03/2014	218 * I
DGU5751	8731022795	7463/0	23/03/2014	218 * II
DSP1166	8731022686	7463/0	17/03/2014	218 * II
DSP1166	8731022707	7463/0	17/03/2014	218 * II
EBJ6735	8731022584	7455/0	03/03/2014	218 * I
EQY2711	8731022705	7463/0	16/03/2014	218 * II
GTG2855	8731022651	7455/0	04/03/2014	218 * I
GWT1181	8731022792	7455/0	19/03/2014	218 * I
IMC7730	8731022331	7463/0	14/02/2014	218 * II
JTZ7567	8731022432	7455/0	18/02/2014	218 * I
KNP9993	8731022381	7455/0	15/02/2014	218 * I
LWU1031	8731022504	7463/0	23/02/2014	218 * II
LXY0853	8731022490	7455/0	22/02/2014	218 * I
LXY8574	8731021962	7455/0	26/01/2014	218 * I
LYM0545	8731022655	7455/0	14/03/2014	218 * I
LZB5405	8731022597	7455/0	10/03/2014	218 * I
MAO7196	8731022518	7455/0	20/02/2014	218 * I
MAX2531	8731022722	7455/0	13/03/2014	218 * I
MBI0771	8731022673	7463/0	15/03/2014	218 * II
MBK0635	8731022421	7455/0	22/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBX2681	8731022679	7463/0	16/03/2014	218 * II
MCJ8421	8731022443	7463/0	19/02/2014	218 * II
MCJ8421	8731022474	7455/0	19/02/2014	218 * I
MCV7713	8731022344	7471/0	15/02/2014	218 * III
MCW0804	8731022479	7463/0	20/02/2014	218 * II
MDK7845	8731022756	7455/0	24/03/2014	218 * I
MDX1023	8731022700	7455/0	14/03/2014	218 * I
MEB2684	8731022769	7455/0	20/03/2014	218 * I
MEB9231	8731022773	7455/0	20/03/2014	218 * I
MER1198	8731022551	7463/0	28/02/2014	218 * II
MES5798	8731022566	7455/0	03/03/2014	218 * I
MEZ2144	8731022614	7463/0	06/03/2014	218 * II
MFD0760	8731022538	7455/0	25/02/2014	218 * I
MFP2235	8731022139	7463/0	02/02/2014	218 * II
MFV2898	8731022617	7455/0	07/03/2014	218 * I
MGB2242	8731022759	7463/0	18/03/2014	218 * II
MGJ0170	8731022767	7463/0	20/03/2014	218 * II
MGN6095	8731022753	7455/0	24/03/2014	218 * I
MGO2708	8731022334	7463/0	14/02/2014	218 * II
MGP4014	8731022595	7455/0	08/03/2014	218 * I
MGX6707	8731022547	7455/0	27/02/2014	218 * I
MGX9281	8731022604	7455/0	04/03/2014	218 * I
MGZ2504	8731022751	7463/0	23/03/2014	218 * II
MHD9999	8731022718	7455/0	15/03/2014	218 * I
MHH9236	8731022801	7455/0	23/03/2014	218 * I
MHL2583	8731022781	7463/0	23/03/2014	218 * II
MHN6848	8731022789	7455/0	23/03/2014	218 * I
MHW6321	8731022476	7455/0	19/02/2014	218 * I
MIA2145	8731022550	7455/0	28/02/2014	218 * I
MIC4035	8731022450	7455/0	20/02/2014	218 * I
MID0017	8731022459	7463/0	22/02/2014	218 * II
MID0017	8731022460	7471/0	23/02/2014	218 * III
MID0017	8731022497	7455/0	23/02/2014	218 * I
MIO9993	8731022794	7455/0	20/03/2014	218 * I
MIV9413	8731022422	7455/0	22/02/2014	218 * I
MJF2079	8731022676	7455/0	15/03/2014	218 * I
MJM0144	8731022662	7455/0	13/03/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJU1262	8731022668	7455/0	14/03/2014	218 * I
MJU1262	8731022697	7471/0	14/03/2014	218 * III
MJU4105	8731022532	7455/0	25/02/2014	218 * I
MJU4105	8731022546	7455/0	27/02/2014	218 * I
MJV0383	8731022340	7455/0	15/02/2014	218 * I
MJV0383	8731022386	7455/0	16/02/2014	218 * I
MJZ4247	8731022704	7455/0	16/03/2014	218 * I
MKC4621	8731022665	7455/0	14/03/2014	218 * I
MKP3522	8731022621	7455/0	08/03/2014	218 * I
MKP3522	8731022623	7455/0	08/03/2014	218 * I
MLD5190	8731022472	7455/0	19/02/2014	218 * I
MLI1527	8731022316	7455/0	15/02/2014	218 * I
MLI7507	8731022338	7455/0	15/02/2014	218 * I
MLL8821	8731022784	7463/0	23/03/2014	218 * II
MLR8215	8731022366	7455/0	11/02/2014	218 * I
MLT1624	8731022764	7455/0	20/03/2014	218 * I
MLW5638	8731022464	7455/0	23/02/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 624/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFB9887	8731020512	7455/0	05/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFB9887	8731020658	7455/0	12/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIE4254	8731021499	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
FLO9234	8731021721	7455/0	05/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFS2805	8731020388	7455/0	18/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYG3553	8731020396	7455/0	19/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYW8599	8731020754	7455/0	19/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCE6868	8731020828	7463/0	26/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEC8619	8731021823	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR1791	8731020850	7455/0	03/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJW7375	8731022058	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 623/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIC6820	8731022599	7455/0	10/03/2014	218 * I
AWF6628	8731022231	7471/0	06/02/2014	218 * III
BOH0844	8731022409	7455/0	13/02/2014	218 * I
CAM5902	8731022611	7455/0	05/03/2014	218 * I
HGV9746	8731021839	7463/0	10/01/2014	218 * II
HYP4306	8731022540	7455/0	25/02/2014	218 * I
HYP4306	8731022574	7455/0	25/02/2014	218 * I
HYP4306	8731022580	7455/0	25/02/2014	218 * I
HYP4306	8731022585	7455/0	25/02/2014	218 * I
JLK2521	8731022520	7455/0	21/02/2014	218 * I
LYV8419	8731022549	7455/0	27/02/2014	218 * I
LYV8419	8731022602	7455/0	27/02/2014	218 * I
LZK9900	8731022606	7455/0	04/03/2014	218 * I
MAF0740	8731022393	7455/0	16/02/2014	218 * I
MBG4525	8731022311	7455/0	11/02/2014	218 * I
MBO7185	8731022401	7455/0	17/02/2014	218 * I
MBY0924	8731021726	7455/0	06/01/2014	218 * I
MBZ4059	8731022539	7455/0	25/02/2014	218 * I
MCC6192	8731022454	7455/0	21/02/2014	218 * I
MCJ2844	8731022397	7463/0	17/02/2014	218 * II
MEC8619	8731022577	7455/0	02/03/2014	218 * I
MEC8619	8731022643	7463/0	09/03/2014	218 * II
MFV2359	8731022407	7455/0	13/02/2014	218 * I
MGK3262	8731022522	7455/0	24/02/2014	218 * I
MGX7670	8731022513	7455/0	24/02/2014	218 * I
MIJ4466	8731022557	7455/0	02/03/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJJ2474	8731022395	7455/0	17/02/2014	218 * I
MJQ3613	8731022626	7455/0	09/03/2014	218 * I
MKD4384	8731022652	7455/0	08/03/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 622/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BEG2604	8731021716	7455/0	05/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
HSS5055	8731021478	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JVX6836	8731020967	7455/0	07/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
JVX6836	8731021095	7463/0	12/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIY1478	8731021580	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
OGH7620	8731020688	7463/0	16/10/2013	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 621/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJJ6399	8731022581	7455/0	26/02/2014	218 * I
DRK3235	8731022303	7455/0	05/02/2014	218 * I
LXX2757	8731022528	7455/0	28/02/2014	218 * I
LZI6317	8731022109	7471/0	31/01/2014	218 * III
MAO3018	8731022113	7455/0	02/02/2014	218 * I
MDN2257	8731022228	7455/0	05/02/2014	218 * I
MEO4772	8731022251	7463/0	10/02/2014	218 * II
MF18072	8731022107	7463/0	02/02/2014	218 * II
MFY6758	8731022202	7455/0	31/01/2014	218 * I
MHC1487	8731021603	7455/0	13/01/2014	218 * I
MHC1487	8731021842	7455/0	11/01/2014	218 * I
MHC1487	8731022018	7455/0	17/01/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 620/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHP3417	8731020944	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJF8920	8731021161	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CLR5577	8731020453	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
GTC2089	8731021055	7463/0	12/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
ISW8879	8731021012	7455/0	09/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
JVK9280	8731020910	7455/0	31/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWX0382	8731020819	7455/0	26/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXK9938	8731021180	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAN7565	8731020923	7455/0	03/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAT3540	8731021135	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBF6389	8731020898	7463/0	29/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDW7013	8731020926	7463/0	03/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDW7013	8731021149	7471/0	19/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MEC8619	8731021141	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEC8619	8731021536	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH3399	8731020492	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGA2845	8731021145	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGD0060	8731020928	7463/0	03/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGI1404	8731020989	7471/0	10/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MGJ0252	8731021094	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS7506	8731020458	7455/0	28/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGV8168	8731021168	7463/0	22/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHM1423	8731021027	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHM7039	8731020866	7463/0	30/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIC5718	8731021111	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIO2630	8731020930	7471/0	01/11/2013	R\$ 574,61	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO2630	8731020936	7471/0	01/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MIV4024	8731020920	7471/0	02/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MJD4746	8731021054	7463/0	12/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJI0530	8731021105	7463/0	16/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJJ9368	8731020336	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJM3686	8731020297	7455/0	04/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJO6362	8731020337	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKI5121	8731021056	7463/0	12/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKS3620	8731021050	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLC4057	8731021220	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLO9055	8731021042	7463/0	13/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLO9055	8731021060	7471/0	13/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MLU3875	8731021174	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MML2361	8731020885	7463/0	02/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
NPC5181	8731020899	7455/0	29/10/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 619/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABT2797	8731022281	7463/0	09/02/2014	218 * II
ADG7248	8731022117	7455/0	28/01/2014	218 * I
ADL0624	8731022382	7455/0	16/02/2014	218 * I
AMX0137	8731022188	7463/0	28/01/2014	218 * II
AMX7733	8731021936	7455/0	23/01/2014	218 * I
ASC6814	8731022236	7455/0	07/02/2014	218 * I
ASH2022	8731022092	7455/0	24/01/2014	218 * I
BPS6672	8731022435	7455/0	19/02/2014	218 * I
CNW4429	8731022106	7455/0	01/02/2014	218 * I
CNW4429	8731022170	7455/0	01/02/2014	218 * I
FRI8787	8731022343	7463/0	15/02/2014	218 * II
HRD2070	8731022220	7455/0	08/02/2014	218 * I
IHS7132	8731022423	7455/0	22/02/2014	218 * I
LVH0712	8731022221	7463/0	10/02/2014	218 * II
LWY1567	8731022524	7455/0	21/02/2014	218 * I
LXR8219	8731022204	7455/0	04/02/2014	218 * I
LYG3702	8731022256	7471/0	04/02/2014	218 * III
LZA8523	8731022428	7455/0	24/02/2014	218 * I
LZA8523	8731022481	7455/0	20/02/2014	218 * I
LZT4601	8731022186	7455/0	01/02/2014	218 * I
MAB3800	8731022394	7463/0	16/02/2014	218 * II
MBY0610	8731022420	7455/0	21/02/2014	218 * I
MBZ4059	8731022515	7455/0	18/02/2014	218 * I
MCD0819	8731022325	7455/0	11/02/2014	218 * I
MDG1139	8731022506	7463/0	24/02/2014	218 * II
MDN3183	8731022365	7455/0	11/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO9390	8731022252	7455/0	04/02/2014	218 * I
MDR5028	8731022141	7455/0	02/02/2014	218 * I
MEC8619	8731022512	7455/0	23/02/2014	218 * I
MEJ2418	8731022354	7463/0	17/02/2014	218 * II
MEL8260	8731021859	7455/0	12/01/2014	218 * I
MES6448	8731022196	7455/0	02/02/2014	218 * I
MFJ9986	8731022466	7471/0	24/02/2014	218 * III
MFK2743	8731021963	7455/0	26/01/2014	218 * I
MFM7255	8731021929	7455/0	21/01/2014	218 * I
MFM7255	8731022043	7463/0	21/01/2014	218 * II
MFW7615	8731022499	7455/0	23/02/2014	218 * I
MGA6332	8731022001	7455/0	12/01/2014	218 * I
MGJ0252	8731022503	7455/0	23/02/2014	218 * I
MGT4668	8731022132	7455/0	31/01/2014	218 * I
MGY4264	8731022345	7455/0	16/02/2014	218 * I
MGZ2730	8731021912	7455/0	20/01/2014	218 * I
MHT2503	8731022229	7455/0	05/02/2014	218 * I
MHX1660	8731022348	7455/0	16/02/2014	218 * I
MIC8012	8731022313	7455/0	15/02/2014	218 * I
MII0487	8731022154	7463/0	29/01/2014	218 * II
MIK4206	8731022158	7463/0	30/01/2014	218 * II
MIZ2724	8731021996	7455/0	12/01/2014	218 * I
MJG1430	8731022332	7463/0	14/02/2014	218 * II
MJJ0163	8731022120	7463/0	29/01/2014	218 * II
MJO4294	8731022462	7463/0	23/02/2014	218 * II
MJQ6527	8731021943	7471/0	24/01/2014	218 * III
MJY6438	8731022199	7455/0	02/02/2014	218 * I
MKI3921	8731021949	7455/0	25/01/2014	218 * I
MKI3921	8731022074	7463/0	26/01/2014	218 * II
MKR0348	8731022323	7455/0	11/02/2014	218 * I
MLG7786	8731022346	7471/0	16/02/2014	218 * III
MLM5580	8731022410	7463/0	13/02/2014	218 * II
MLM5755	8731022015	7455/0	16/01/2014	218 * I
MLM6406	8731022219	7455/0	08/02/2014	218 * I
MLN2272	8731022455	7455/0	21/02/2014	218 * I
MLX0925	8731022068	7463/0	26/01/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 488/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWV0415	55447333C	5185/2	21/09/2013	R\$ 127,69	167
LXA9860	55447297C	5452/2	03/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBX8529	55447275C	5185/1	27/09/2013	R\$ 127,69	167
MKM1841	55447254C	7366/2	02/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 489/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDK1384	55447298C	5452/2	03/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 344 490/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEQ4772	55447412C	6599/2	04/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEQ4772	55447413C	5010/0	04/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGX9281	55447087C	5274/1	24/01/2014	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 344 491/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BYB3045	55447336C	5185/1	27/09/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2014

ANTONIO CESAR BILDHAUER

AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Tunápolis

PREFEITURA

Processo 78.2014 Arbitragem

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2014

Edital de Pregão Presencial nº 51/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto Contratação de Serviço de Arbitragem para diversas modalidades de jogos a serem realizados pelo Município de Tunápolis. Entrega das propostas até às 9h do dia 05 de junho de 2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal em Exercício.

Errata Registro de Preço do Processo N.76/2014

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC

Errata dos Processos de Licitação nº 76/2014 - Pregão Presencial nº 49/2014 e Registro de Preço nº 05/2014. O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados a Errata do Processo Licitatório acima citado: ONDE SE LÊ: Registro de Preço nº 05/2014, LEIA-SE: REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo, telefone (0xx49) 3632-11-22, 91365329.

Volmir Pedro Lawisch
Prefeito em Exercício.

Ata Registro de Preço Processo Licitatório Nº 63/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2014.

Aos 16 dias do mês de abril de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 63/2014 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 05/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor ADRIANA SCHMUCK - ME inscrito sob o CNPJ nº 14.533.140/0001-30, com sede na Rua Padre Balduino Rambo, nº505, centro no Município de Tunápolis, telefone: (49) 36321213, neste ato representado por Crisleine Eidt, portadora do RG nº 3.719.219 e do CPF nº. 008.884.489-70.

b)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Desconto ofertado	Valor final
01	Passagens aéreas nacionais e internacionais	Global	01	17,4%	41.300,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 05/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 44/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as

especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade DE 12 meses, a contar da data de assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao

beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.44/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 44/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 16 de abril de 2014.

ENOI SCHERER	ADRIANA SCHMUCK - ME
Prefeito Municipal	CONTRATADA
CONTRATANTE	Crisleine Eidt
	SÓCIA PROPRIETÁRIA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 50/2014**CONTRATO Nº 50/2014**

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício Sr. Volmir Pedro Lawisch, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 710.744.149-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Informática Itapiranga Ltda- EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.938.920/0001-55, estabelecida na Rua Pe. João Rick, n.89, centro, no Município de Itapiranga/SC, neste representado pelo Sr. Henrique Nedel, sócio administrador, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 69/2014 e Pregão Presencial nº 45/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de Link de internet para esta Municipalidade, para o ano de 2014, tudo em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato.

Item	Qtade	unid	Preço máximo	Especificação
1	7	meses	600,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 3 MBPS FULL (3 MBPS de download e 3MBPS de Upload), com no mínimo 6 IPS validos. (Disponibilizado na Prefeitura Municipal)
2	7	meses	165,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 1 MBPS FULL (1 MBPS de download e 1 MBPS de Upload), com IP valido.(Disponibilizado na Escola de Linha São Pedro)
3	7	meses	165,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 1 MBPS FULL (1 MBPS de download e 1 MBPS de Upload), com IP valido.(Disponibilizado na Escola de Linha Pitangueira)
4	7	meses	165,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 1 MBPS FULL (1 MBPS de download e 1 MBPS de Upload), com IP valido.(Disponibilizado na Escola de Linha Fátima)
5	7	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria de Educação)

				Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria da Saúde)
6	7	meses	94,00	
7	7	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria da Agricultura)

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A PREFEITURA MUNICIPAL pagará mensalmente a CONTRATADA o valor de R\$ 1.377,00 (um mil trezentos e setenta e sete reais), totalizando no ano o valor de R\$ 9.639,00(Nove mil trezentos e trinta e nove reais).

2.1.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQÜENTE aos serviços prestados, e efetiva apresentação da nota fiscal e comprovação dos serviços realizados durante o mês.

2.2 A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, acompanhando-a, por seu representante legal ou preposto habilitado, às audiências designadas.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

3.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 - A contratada deverá entregar e instalar o objeto licitado no prazo de até 8 (oito) dias após homologação e assinatura do contrato, no local indicado pela Prefeitura Municipal, observando as quantidades e o preço contratado.

4.2 - A empresa deverá prestar serviços e fornecer materiais de qualidade,garantindo a boa execução do objeto ora licitado;

4.3 - Permitir que os prepostos da PREFEITURA MUNICIPAL inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento do objeto ora licitado;

4.4 - Fornecer a PREFEITURA sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o objeto ora licitado;

4.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e Previdenciários, próprios e de seus funcionários;

4.6 - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os Serviços ora licitados;

4.7 O meio de entrega e condução do LINK deve ser prestado exclusivamente através de fibra óptica, com as seguintes observações, e também seguintes características:

- a) Os custos (material e mão de obra) referentes o meio de transporte e instalação dos locais acima citados é de responsabilidade da empresa vencedora;
- b) O LINK e o ROTEADOR deverão ser instalados na sede administrativa da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS, com a configuração do ROTEADOR, sem custos para a Prefeitura, de onde será feita a redistribuição e deverá atender a legislação e normas técnicas aplicáveis, em especial as normas e regras da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;
- c) O prazo para instalação do LINK será de até 8 (oito) dias a contar da data da assinatura do contrato, sendo este período considerado como CARÊNCIA, não tendo nenhum tipo de ônus financeiro para a PREFEITURA até que todo o sistema fique adequado;
- d) Após a instalação do LINK, estabelece-se que serão contratados até 31 de dezembro de 2014 o serviço, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente;
- e) A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte para atendimento com ligações gratuitas em 0800 ou fone na área de abrangência prefixo (049), com atendimento via fone, internet ou até mesmo IN LOCO, sempre que necessário, sem custos para a PREFEITURA;
- f) A empresa deverá ofertar soluções de Backup NA PROPOSTA para casos de urgência ou de contingência em queda de sinal para não deixar toda a estrutura fora do funcionamento por mais de 2 (duas) horas. Este serviço de backup deverá ser ativado automaticamente após o contato da Prefeitura com a empresa vencedora do certame;
- g) A proponente deverá possuir Licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM emitida pela ANATEL;
- h) A empresa deverá estar ciente que parte do LINK contratado será utilizada para redistribuição da internet de acordo com os objetivos da PREFEITURA sendo os mesmos distribuídos pela contratada sem custo adicional;
- i) A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 07 (sete) dias por semana;
- j) Os defeitos deverão ser solucionados em até 08 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte da PREFEITURA de Tunápolis/SC.

clausula QUINTA - Regime de Execução.

5.1 A licitante vencedora deverá entregar e instalar o objeto licitado no prazo de até 8 (oito) dias após homologação e assinatura do contrato, no local indicado pela PREFEITURA observando as quantidades e o preço contratado.

5.2 - Não será aceito na entrega do objeto, quantidade e qualidade com descrição diferente daquela constante na proposta vencedora, ficando como responsável pela fiscalização do contrato da PREFEITURA através de seus prepostos.

5.3 - A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 07 (sete) dias da semana.

5.4 - Os defeitos deverão ser solucionados em até 08 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente da PREFEITURA MUNICIPAL, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7,34,43,55,89) para o ano

de 2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E REAJUSTE.

7.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste processo licitatório, contado a partir de 01 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência do Município de Tunápolis/SC, observados os dispositivos da Lei n. 8.666 / 93 e outras legislações pertinentes.

7.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES.

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades: I - advertência;
II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;
III - declaração de inidoneidade;
IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - F ORO COMPETENTE.

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 20 de maio de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Informática Itapiranga Ltda- EPP

Henrique Nedel

Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60



PREFEITURA

RREO do 2º Bimestre de 2014



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.664.586,81	17,82	13.197.934,51	30,69
RECEITAS CORRENTES	35.722.232,24	35.722.232,24	5.330.837,43	14,92	10.013.278,14	28,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.764.374,47	2.764.374,47	1.434.395,02	51,89	2.003.033,96	72,46
IMPOSTOS	1.488.673,63	1.488.673,63	858.076,82	57,64	1.152.092,55	77,39
TAXAS	907.160,84	907.160,84	576.322,20	63,53	850.806,14	93,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	368.540,00	368.540,00	0,00	0,00	135,27	0,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	292.136,00	292.136,00	38.651,81	13,23	63.501,99	21,74
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	157.304,00	157.304,00	21.120,00	13,43	31.680,00	20,14
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	134.832,00	134.832,00	17.531,81	13,00	31.821,99	23,60
RECEITA PATRIMONIAL	73.794,52	73.794,52	2.400,00	3,25	10.030,18	13,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	73.794,52	73.794,52	2.400,00	3,25	10.030,18	13,59
RECEITA INDUSTRIAL	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.775,89	29.775,89	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.809.822,02	31.809.822,02	3.739.578,81	11,76	7.722.826,98	24,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.809.822,02	31.809.822,02	3.739.578,81	11,76	7.722.826,98	24,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	707.385,34	707.385,34	115.807,79	16,37	213.885,03	30,24
Multas e Juros de Mora	79.165,24	79.165,24	23.742,08	29,99	45.963,48	58,06
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.396,95	82.396,95	7.286,09	8,84	7.286,09	8,84
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	189.128,85	189.128,85	34.741,65	18,37	79.633,03	42,11
RECEITAS DIVERSAS	356.694,30	356.694,30	50.037,97	14,03	81.002,43	22,71
RECEITAS DE CAPITAL	7.280.627,98	7.280.627,98	2.333.749,38	32,05	3.184.656,37	43,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	197.247,98	197.247,98	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	163.539,98	163.539,98	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.708,00	33.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.083.380,00	5.083.380,00	2.333.749,38	45,91	3.184.656,37	62,65
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.083.380,00	5.083.380,00	2.333.749,38	45,91	3.184.656,37	62,65
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.664.586,81	17,82	13.197.934,51	30,69

Continua 1/3

08.50/22



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.664.586,81	17,82	13.197.934,51	30,69
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.664.586,81	17,82	13.197.934,51	30,69
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	53.773,10	—	—	53.773,10	—
Superávit Financeiro	—	53.773,10	—	—	53.773,10	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.002.860,22	11.708.037,92	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	10.295.531,28	18,82
DESPESAS CORRENTES	30.321.902,67	75.289,10	30.397.171,77	5.898.120,08	12.971.326,27	3.939.786,22	6.940.748,95	22,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.322.174,00	57.785,10	13.379.959,10	2.000.775,38	3.737.804,80	2.003.075,75	3.705.610,36	27,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.949.728,67	17.484,00	16.967.212,67	3.897.344,70	9.233.521,47	1.936.710,47	3.235.138,59	19,07
DESPESAS DE CAPITAL	12.658.485,55	11.632.768,82	24.291.254,37	10.649.933,14	15.495.675,83	2.317.047,73	3.354.782,33	13,81
INVESTIMENTOS	11.758.485,55	11.632.768,82	23.391.254,37	10.566.913,71	15.341.829,57	2.234.028,30	3.200.936,07	13,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	900.000,00	0,00	900.000,00	83.019,43	153.846,26	83.019,43	153.846,26	17,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.472,00	0,00	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

08:50:22



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.002.860,22	11.708.037,92	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	10.295.531,28	18,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.002.860,22	11.708.037,92	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	10.295.531,28	18,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.902.403,23	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.002.860,22	11.708.037,92	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	13.197.934,51	18,82

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controle Interno

08:50:22



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	197.247,98	0,00	197.247,98
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.708,00	0,00	33.708,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	163.539,98	0,00	163.539,98
TOTAL	197.247,98	0,00	197.247,98

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	212.615,84	0,00	212.615,84

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

09:16:16



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.700.618,00	5.710.618,00	2.962.860,45	51,88	1.587.812,49	27,80
Pessoal e Encargos Sociais	2.705.000,00	2.705.000,00	853.529,23	31,55	841.529,23	31,11
Outras Despesas Correntes	2.995.618,00	3.005.618,00	2.109.331,22	70,18	746.283,26	24,83
DESPESAS DE CAPITAL	502.641,55	615.641,55	367.924,01	59,76	269.039,62	43,70
Investimentos	502.641,55	615.641,55	367.924,01	59,76	269.039,62	43,70

Continua 1/4

09:17:20



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	502.641,55	615.641,55	367.924,01	59,76	269.039,62	43,70
Investimentos	502.641,55	615.641,55	367.924,01	59,76	269.039,62	43,70
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.203.259,55	6.326.259,55	3.330.784,46	52,65	1.856.852,11	29,35
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.565.900,00	1.678.900,00	350.275,36	10,52	251.390,97	13,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.285.000,00	1.285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	280.900,00	393.900,00	350.275,36	10,52	251.390,97	13,54
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.565.900,00	1.678.900,00	350.275,36	10,52	251.390,97	13,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.637.359,55	4.647.359,55	2.980.509,10	42,13	1.605.461,14	15,81
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			0,00			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100%]			1.605.461,14			

09:17:20

Continua 2/4



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
		-		-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica		6.203.259,55	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% ((l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	%	
		6.203.259,55	6.326.259,55	3.330.784,46	100,00	1.856.852,11	100,00	
TOTAL		6.203.259,55	6.326.259,55	3.330.784,46	100,00	1.856.852,11	100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

09:17:20



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controlador Interno

09:17:20



Município de TURVO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

 RONALDO CARLESSI
 Prefeito Municipal

 JUIR ANTONIO ROVARIS
 Contador CRC-SC 16.738/0-4

 NESTOR RECO
 Controle Interno

09:17:57



Município de TURVO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	43.002.860,22	
Previsão Atualizada		—	43.002.860,22	
Receitas Realizadas		7.664.586,81	13.197.934,51	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	53.773,10	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	43.002.860,22	
Créditos Adicionais		—	11.708.037,92	
Dotação Atualizada		—	54.710.898,14	
Despesas Empenhadas		16.548.053,22	28.467.002,10	
Despesas Liquidadas		6.256.833,95	10.295.531,28	
Superavit Orçamentário		—	2.902.403,23	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		16.548.053,22	28.467.002,10	
Despesas Liquidadas		6.256.833,95	10.295.531,28	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			27.431.640,78	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-400.000,00	-3.190.368,53	797,59
Resultado Primário		678.957,50	3.046.219,31	448,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.562.765,03	25%	20,17
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.033.147,94	60%	66,59
Liquidadas		1.830.143,31		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		3.354.782,33	20.936.472,04	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

11:17:44



Município de TURVO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	197.247,98
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.605.461,14	15,00	0,00
Liquidadas	1.605.461,14		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TURVO, 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:17:44



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.002.860,22	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	10.295.531,28	100,00	18,82
Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	211.013,46	417.675,83	198.884,29	317.687,10	3,09	21,18
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	211.013,46	417.675,83	198.884,29	317.687,10	3,09	21,18
Administração	2.186.042,40	2.243.538,40	464.615,84	1.086.360,38	292.490,10	623.500,26	6,06	27,79
Administração Geral	2.186.042,40	2.243.538,40	464.615,84	1.086.360,38	292.490,10	623.500,26	6,06	27,79
Segurança Pública	197.472,00	197.472,00	31.716,69	60.724,79	33.152,20	49.132,30	0,48	24,88
Policimento	82.472,00	82.472,00	8.858,91	15.516,12	8.858,91	15.516,12	0,15	18,81
Defesa Civil	115.000,00	115.000,00	22.857,78	45.208,67	24.293,29	33.616,18	0,33	29,23
Assistência Social	866.910,80	866.910,80	97.497,12	352.119,71	69.652,79	128.568,53	1,25	14,83
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.472,00	32.472,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,15
Assistência Comunitária	834.438,80	834.438,80	97.447,12	352.069,71	69.602,79	128.518,53	1,25	15,40
Saúde	6.686.147,32	6.809.147,32	1.106.075,94	3.433.859,41	1.026.897,20	1.957.582,92	19,01	28,75
Atenção Básica	6.418.653,55	6.541.653,55	1.106.035,94	3.386.696,71	1.026.292,77	1.912.764,36	18,58	29,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	267.493,77	267.493,77	40,00	47.162,70	604,43	44.818,56	0,44	16,75
Educação	14.548.507,00	15.867.800,20	3.027.692,75	5.260.937,71	1.739.193,76	2.735.337,71	26,57	17,24
Alimentação e Nutrição	832.494,40	832.494,40	747.706,70	750.284,87	160.385,83	162.964,00	1,58	19,58
Ensino Fundamental	9.092.978,00	10.412.271,20	1.751.383,10	3.664.016,06	1.181.385,05	1.932.609,24	18,77	18,56
Ensino Superior	325.000,00	325.000,00	186.830,86	220.081,07	43.960,84	50.938,07	0,49	15,67
Educação Infantil	3.971.740,00	3.971.740,00	339.108,28	609.847,90	348.656,44	581.274,92	5,65	14,64
Educação de Jovens e Adultos	210.562,00	210.562,00	2.663,81	16.707,81	4.805,60	7.551,48	0,07	3,59
Educação Especial	115.732,60	115.732,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	436.000,00	440.000,00	87.311,59	106.064,39	88.519,85	100.481,18	0,98	22,84
Difusão Cultural	436.000,00	440.000,00	87.311,59	106.064,39	88.519,85	100.481,18	0,98	22,84
Urbanismo	4.482.028,00	12.036.276,72	6.312.947,04	9.434.405,79	1.188.424,01	1.382.355,47	13,43	11,48
Serviços Urbanos	4.482.028,00	12.036.276,72	6.312.947,04	9.434.405,79	1.188.424,01	1.382.355,47	13,43	11,48
Habituação	222.472,00	222.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	222.472,00	222.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	2.080.000,00	2.080.000,00	953.811,21	1.492.431,05	760.174,68	760.174,68	7,38	36,55
Saneamento Básico Urbano	2.080.000,00	2.080.000,00	953.811,21	1.492.431,05	760.174,68	760.174,68	7,38	36,55

Continua 1/2

08:51:12



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	43.002.860,22	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	10.295.531,28	100,00	18,82
Promoção da Produção Vegetal	1.725.612,00	4.375.612,00	2.668.549,21	3.395.893,64	65.326,93	599.968,21	5,83	13,71
Indústria	1.725.612,00	4.375.612,00	2.668.549,21	3.395.893,64	65.326,93	599.968,21	5,83	13,71
Promoção Industrial	530.436,00	530.436,00	10.180,97	14.911,17	10.180,97	14.911,17	0,14	2,81
Transporte	530.436,00	530.436,00	10.180,97	14.911,17	10.180,97	14.911,17	0,14	2,81
Transporte Rodoviário	5.380.108,70	5.380.108,70	1.291.658,13	2.922.841,99	555.034,58	1.236.278,04	12,01	22,98
Desporto e Lazer	5.380.108,70	5.380.108,70	1.291.658,13	2.922.841,99	555.034,58	1.236.278,04	12,01	22,98
Desporto Comunitário	550.000,00	550.000,00	78.538,95	133.597,66	22.658,27	34.375,13	0,33	6,25
Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	78.538,95	133.597,66	22.658,27	34.375,13	0,33	6,25
Serviço da Dívida Interna	1.588.652,00	1.588.652,00	206.444,32	355.178,58	206.444,32	355.178,58	3,45	22,36
Outros Encargos Especiais	950.000,00	950.000,00	83.019,43	153.846,26	83.019,43	153.846,26	1,49	16,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	638.652,00	638.652,00	123.424,89	201.332,32	123.424,89	201.332,32	1,96	31,52
	22.472,00	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.002.860,22	54.710.898,14	16.548.053,22	28.467.002,10	6.256.833,95	10.295.531,28	100,00	18,82

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

08:51:12



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	R\$ 1,00
		Maio/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)		2.869.793,24	2.332.400,26	2.189.598,24	2.301.477,03	2.483.311,37	2.380.388,84	2.563.358,21	2.820.109,13	2.602.565,25	2.769.775,02	3.244.936,41	2.680.191,87	31.237.895,87	40.496.688,91
RECEITA TRIBUTÁRIA		297.418,93	122.195,34	224.177,38	165.551,40	176.847,73	178.970,60	237.294,75	184.758,76	182.338,60	386.296,34	1.063.919,34	350.579,88	3.590.248,85	2.764.374,47
I.P.T.U.		57.421,45	-53.128,74	48.818,22	4.640,48	9.719,69	5.292,91	3.489,70	4.222,42	3.337,97	86.360,23	507.135,26	77.231,18	754.541,77	850.000,00
I.R.R.F.		14.552,52	15.618,36	17.060,74	15.525,28	16.317,91	16.292,17	19.742,72	38.172,44	19.196,03	16.521,86	17.389,33	20.327,37	226.697,73	176.314,03
I.S.S.		129.034,67	110.885,88	85.604,31	98.046,42	86.994,18	90.549,94	137.137,79	87.326,39	59.567,17	75.512,93	100.742,57	104.026,91	1.165.429,16	262.359,60
I.T.B.I.		24.379,21	8.036,46	7.448,19	15.945,18	26.365,78	28.279,30	39.598,80	25.999,78	15.727,96	17.791,58	14.629,52	16.614,88	240.817,44	200.000,00
Outras Receitas Tributárias		72.030,08	40.783,38	65.245,92	31.394,04	37.450,17	38.556,28	37.324,74	29.086,73	84.509,47	190.109,74	443.942,66	132.379,54	1.202.762,75	1.275.700,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		22.695,70	22.174,73	22.028,94	22.336,05	21.058,81	22.344,85	18.643,47	29.236,23	7.312,01	17.538,17	18.851,24	19.800,57	244.018,77	292.136,00
RECEITA PATRIMONIAL		37.540,82	18.450,51	14.886,52	24.940,78	102.455,15	121.637,07	11.439,32	28.451,68	7.630,18	0,00	0,00	2.400,00	368.932,03	73.794,52
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	44.944,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.775,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.279.880,23	2.100.456,88	1.858.675,68	2.035.723,56	1.950.797,37	1.988.298,66	2.243.384,76	2.473.100,94	2.357.395,09	2.315.753,64	2.071.864,10	2.262.205,56	25.937.336,47	36.586.278,69
Cota-Parte do F.P.M.		791.421,98	610.219,91	434.554,46	588.173,01	470.238,12	470.258,05	654.101,18	986.788,53	793.086,49	846.923,86	502.991,05	722.207,14	7.790.375,78	12.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		777.119,15	713.695,54	708.251,78	744.058,79	790.417,90	768.811,26	856.234,12	852.693,29	823.670,99	763.122,49	800.500,94	774.399,69	9.382.855,94	15.900.588,47
Cota-Parte do I.P.V.A.		161.930,47	131.433,60	141.875,23	142.356,14	118.014,23	123.874,85	80.519,72	40.750,99	62.742,22	108.392,62	137.871,73	156.631,71	1.406.393,51	1.023.695,46
Cota-Parte do ITR.		512,05	89,64	293,42	241,56	6.347,90	11.612,92	1.521,36	183,78	186,32	102,07	26,45	27,79	21.145,28	17.906,81
Outras Transferências Correntes		242.237,44	210.715,88	230.690,07	213.430,07	196.445,69	253.657,84	246.319,71	188.848,08	251.340,89	164.462,82	248.487,81	221.394,53	2.668.030,63	3.153.406,81
Transferências da LC 61/1989		14.632,94	27.239,96	11.557,70	12.366,80	11.249,20	12.025,49	13.339,39	14.257,00	13.159,54	11.141,18	10.886,37	11.847,85	163.703,42	217.679,52
Transferências da LC 87/1996		-10.632,17	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.477,45	3.477,45	0,00	3.477,45	24.608,53	123.001,62
Transferências do FUNDEB		362.658,37	403.518,30	327.908,97	351.553,14	354.540,28	344.514,20	387.805,23	386.125,22	409.719,19	398.131,35	371.496,75	372.219,40	4.470.193,40	4.150.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		232.257,56	69.122,80	69.819,72	53.825,24	232.154,31	69.137,66	52.595,91	101.161,52	47.890,37	50.196,87	70.601,73	45.206,06	1.093.959,75	707.385,34
DEDUÇÕES (II)		309.204,36	271.975,09	27.175,09	304.628,48	292.603,27	292.080,31	333.292,31	338.738,95	339.268,78	361.191,78	301.015,14	314.395,71	3.806.255,09	4.933.760,67
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		334.740,91	297.244,36	260.015,09	292.989,48	281.123,27	278.022,29	321.952,31	317.178,95	339.268,78	350.631,78	290.335,14	303.955,71	3.667.357,07	4.776.456,67
Outras Contribuições Sociais		11.920,00	11.960,00	11.960,00	11.840,00	11.480,00	14.058,02	11.440,00	22.560,00	0,00	0,00	10.680,00	10.440,00	138.898,02	157.304,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)		2.523.132,33	2.023.195,90	1.917.613,15	1.996.648,55	2.190.708,10	2.088.308,53	2.230.065,90	2.480.370,18	2.263.297,47	2.408.583,24	2.943.921,27	2.365.796,16	27.431.640,78	35.564.928,24

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Controlador ORC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controlador Interno

08:54:02



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.444.808,70	1.373.981,87	1.290.962,44
DEDUÇÕES (II)	3.761.005,96	5.331.038,07	6.797.528,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.761.005,96	5.643.122,28	7.546.961,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	312.084,21	749.432,95
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.316.197,26	-3.957.056,20	-5.506.565,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.316.197,26	-3.957.056,20	-5.506.565,79

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	-1.549.509,59	-3.190.368,53

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-400.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

09:01:09



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	35.648.437,72	5.328.437,43	10.003.247,96	9.244.598,01
Receita Tributária	2.764.374,47	1.434.399,02	2.003.033,96	1.842.547,63
I.P.T.U.	850.000,00	584.366,44	674.064,64	700.205,77
I.S.S.	262.359,60	204.769,48	339.849,58	316.764,97
I.T.B.I.	200.000,00	31.244,20	64.763,74	60.428,18
I.R.R.F.	176.314,03	37.696,70	73.414,59	54.435,49
Outras Receitas Tributárias	1.275.700,84	576.322,20	850.941,41	710.713,22
Receita de Contribuição	292.136,00	38.651,81	63.501,99	83.130,49
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	292.136,00	38.651,81	63.501,99	83.130,49
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	73.794,52	2.400,00	10.030,18	30.194,35
(-) Aplicações Financeiras	73.794,52	2.400,00	10.030,18	30.194,35
Transferências Correntes	31.809.822,02	3.739.578,81	7.722.826,98	6.687.585,16
F.P.M.	10.100.000,00	1.009.441,07	2.321.457,01	1.935.586,58
I.C.M.S.	13.300.588,47	1.259.920,62	2.545.355,55	2.293.558,17
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	8.409.233,55	1.470.217,12	2.856.014,42	2.458.440,41
Demais Receitas Correntes	782.105,23	115.807,79	213.885,03	631.334,73
Dívida Ativa	189.128,85	34.741,65	79.633,03	42.963,70
Diversas Receitas Correntes	592.976,38	81.066,14	134.252,00	588.371,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.280.627,98	2.333.749,38	3.184.656,37	658.819,22
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	197.247,98	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.083.380,00	2.333.749,38	3.184.656,37	658.819,22
Convênios	5.083.380,00	2.333.749,38	3.184.656,37	658.819,22
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.083.380,00	2.333.749,38	3.184.656,37	658.819,22
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	40.731.817,72	7.662.186,81	13.187.904,33	9.903.417,23

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	30.397.171,77	3.939.786,22	6.940.748,95	5.633.302,00
Pessoal e Encargos Sociais	13.379.959,10	2.003.075,75	3.705.610,36	3.136.711,23
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.967.212,67	1.936.710,47	3.235.138,59	2.496.590,77
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	30.347.171,77	3.939.786,22	6.940.748,95	5.633.302,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	24.291.254,37	2.317.047,73	3.354.782,33	1.842.581,84
Investimentos	23.391.254,37	2.234.028,30	3.200.936,07	1.630.829,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	900.000,00	83.019,43	153.846,26	211.752,26
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	23.391.254,37	2.234.028,30	3.200.936,07	1.630.829,58

09:07:48



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.472,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	53.760.898,14	6.173.814,52	10.141.685,02	7.264.131,58
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.029.080,42	1.488.372,29	3.046.219,31	2.639.285,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	53.773,10	0,00
Superávit Financeiro	-	-	53.773,10	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				678.957,50

FONTE:

TURVO, 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

09:07:48



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)							
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controlé Interno

09/08/22



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.632.858,48	1.632.858,48	871.582,01	1.179.876,16	72,26
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	994.184,85	994.184,85	597.871,63	701.848,25	70,60
1.1.1- IPTU	850.000,00	850.000,00	584.366,44	674.064,64	79,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	144.184,85	144.184,85	13.505,19	27.783,61	19,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	31.244,20	64.763,74	32,38
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	31.244,20	64.763,74	32,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	262.359,60	262.359,60	204.769,48	339.849,58	129,54
1.3.1- ISS	262.359,60	262.359,60	204.769,48	339.849,58	129,54
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.314,03	176.314,03	37.696,70	73.414,59	41,64
1.4.1- IRRF	176.314,03	176.314,03	37.696,70	73.414,59	41,64
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.282.871,88	29.282.871,88	3.120.268,17	6.569.762,85	22,44
2.1- Cota-Parte FPM	12.000.000,00	12.000.000,00	1.224.598,19	2.864.620,54	23,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.000.000,00	12.000.000,00	1.224.598,19	2.864.620,54	23,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.900.588,47	15.900.588,47	1.574.900,63	3.181.694,11	20,01
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	123.001,62	123.001,62	3.477,45	10.432,35	8,48
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	217.679,52	217.679,52	22.734,22	47.034,94	21,61
2.5- Cota-Parte ITR	17.906,81	17.906,81	54,24	342,63	1,91
2.6- Cota-Parte IPVA	1.023.695,46	1.023.695,46	294.503,44	465.638,28	45,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.915.730,36	30.915.730,36	3.991.850,18	7.749.639,01	25,07

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.776.456,67	4.776.456,67	594.290,85	1.284.191,41	26,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.900.000,00	1.900.000,00	215.157,12	543.163,53	28,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.600.000,00	2.600.000,00	314.980,01	636.338,56	24,47
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	24.600,32	24.600,32	695,49	2.086,47	8,48
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	43.535,90	43.535,90	4.546,84	9.406,99	21,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.581,36	3.581,36	10,84	68,50	1,91
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	204.739,09	204.739,09	58.900,55	93.127,36	45,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.150.000,00	4.150.000,00	743.719,15	1.551.569,69	37,39
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.150.000,00	4.150.000,00	743.719,15	1.551.569,69	37,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-626.456,67	-626.456,67	149.428,30	267.378,28	-42,68
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

09:10:13



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.500.000,00	3.500.000,00	569.093,10	1.033.147,94	29,52
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.000.000,00	321.899,81	506.452,99	50,65
13.2- Com Ensino Fundamental	2.500.000,00	2.500.000,00	247.193,29	526.694,95	21,07
14- OUTRAS DESPESAS	650.000,00	650.000,00	182.883,85	338.111,12	52,02
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	650.000,00	650.000,00	182.883,85	338.111,12	52,02
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.150.000,00	4.150.000,00	751.976,95	1.371.259,06	33,04
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.371.259,06
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					66,59
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					21,79
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					11,62
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					53.773,10
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					53.773,10
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	7.728.932,59	7.728.932,59	997.962,55	1.937.409,75	25,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000.000,00	1.000.000,00	321.899,81	506.452,99	50,65
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.878.932,60	10.878.932,60	770.681,42	1.323.690,32	12,17
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.150.000,00	3.150.000,00	430.077,14	864.806,07	27,45
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	7.728.932,60	7.728.932,60	340.604,28	458.884,25	5,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.878.932,60	11.878.932,60	1.092.581,23	1.830.143,31	15,41
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					267.378,28
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					267.378,28
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.562.765,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,17
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	300.000,00	300.000,00	110.860,62	170.800,62	56,93
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.340.080,00	2.605.600,10	279.398,59	468.485,06	17,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.640.080,00	2.905.600,10	390.259,21	639.285,68	22,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	13.519.012,60	14.784.532,70	1.482.840,44	2.469.428,99	16,70

09:10:13



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.551.569,69	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.551.569,69	0,00

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 53.773,10, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

09:10:13



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	0,00		2.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	24.291.254,37	3.354.782,33	0,00	20.936.472,04
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	24.291.254,37	3.354.782,33	0,00	20.936.472,04
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-22.291.254,37	-3.354.782,33		-18.936.472,04

FONTE:

TURVO , 21/05/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

09:14:35

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº. 03/14, de 20 de Maio de 2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 03/14, de 20 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Conceder ao senhor Vereador OSVALDO FÁVARO, licença sem vencimentos a partir de 18/05/2014 por 30 (trinta) dias, conforme requerimento nº. 10/14, de 02/05/2014, para tratar assuntos de interesse particular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 20 de maio de 2014.

Vereador EDSON JAIR DAGOSTIN

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

Vereador ALBINO GIUSTI

Primeiro Secretário Em Exercício

Vargem Bonita**PREFEITURA****FMS - Processo 014/2014 Pregão 013/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº014/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 013/2014

OBJETO: Aquisição parcelada, de medicamentos de A à Z, Éticos (prescritos por médicos, controlados, de tarjas vermelha e preta), Genéricos e Similares, para distribuição gratuita à população carente do município, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme receita médica, considerando o Maior Desconto sobre o Preço Máximo ao consumidor, da tabela oficial de preços de medicamentos, da revista ABC Farma, órgão oficial da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico.

Abertura dos Envelopes: 05 de junho de 2014 - 09:00 horas.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC., Rua Coronel Vitório, 966 - Centro - fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 21de maio de 2014.

LENIR RADAVELLI

GESTORA DO FMS

Vidal Ramos**PREFEITURA****Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 52/2014 - Serviço de Solda**

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2014
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA MECÂNICA BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014. PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS CONFORME AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E EDUCAÇÃO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 52/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 02/06/2014, às 10:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 05/2014 - FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 05/2014 - FME. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS AGASALHOS E UNIFORMES, DE USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 16/06/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 21 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0707/2014

PORTARIA nº 0707/14

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel para fins de locação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 7180/2014;

RESOLVE

Art. 1º Designar VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI, RAQUEL BRUSCHI e JAIRO JANDIR VIEBRANTZ, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de até 10 (dez) dias, para fins de locação, um imóvel com uma área aproximada de 234 m² e 01 (uma) garagem com aproximadamente 11 m², localizado na Rua Veneriano dos Passos, 150, Bairro Centro, Videira-SC, de propriedade de Antonio Ernesto Huf, inscrito no CPF sob o nº 135180.209-78, a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para instalação do CREAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0709/2014

PORTARIA nº 0709/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, a vista do que consta no Memorando nº 41/14 do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI, Professora, a partir do dia 13 de maio de 2014 até 09 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de maio de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0721/2014

PORTARIA Nº 0721/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00015/09-3, nos assentos funcionais do servidor ALCIDES DUTRA, detentor da matrícula funcional nº 2475, e do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Manutenção de Trator, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7109/14,

RESOLVE

Art.1(Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ALCIDES DUTRA, detentor da matrícula nº 2475 e do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Manutenção de Trator, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00015/09-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0717/2014

PORTARIA nº 0717/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SILVANA MARIA CHIESA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 01 de outubro de 2012 até 01 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0718/2014

PORTARIA nº 0718/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora TEREZINHA MARIA LIKOSKI ZIMMERMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 02 de outubro de 2012 até 02 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0719/2014

PORTARIA nº 0719/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora TEREZINHA SOVRANI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 02 de outubro de 2012 até 02 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0716/2014

PORTARIA nº 0716/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SILVANA GESSI DO PRADO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 22 de outubro de 2012 até 22 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0715/2014

PORTARIA nº 0715/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora JISLEI NEIVA TONETTA BORGA, Agente Administrativo II, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 25 de outubro de 2012 até 25 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0714/2014

PORTARIA nº 0714/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora IRMA WEISS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 04 de outubro de 2012 até 07 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0713/2014

PORTARIA nº 0713/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, Agente Administrativo II, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 02 de outubro de 2012 até 02 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0712/2014

PORTARIA nº 0712/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ENRIETE BIRNFELD, Atendente de Creche, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 14 de março de 2012 até 18 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0711/2014

PORTARIA nº 0711/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ELISANE DE CASTILHO DE ALMEIDA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 03 de junho de 2012 até 03 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2013.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0710/2014

PORTARIA nº 0710/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 01 de outubro de 2012 até 1º de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.133/14

DECRETO Nº 11.133/14, DE 16 DE MAIO DE 2014.

Nomeia Membros para Diretoria Executiva e para Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 135/13, do Decreto nº 11.124/14 e o Decreto nº 11.132/14;

DECRETA

Art. 1º Nomear como integrantes da Diretoria Executiva e da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI os seguintes membros:

I - DIRETORIA EXECUTIVA

- a) Presidente: Vilso Vanz;
- b) Vice - Presidente: Thiago Kohler Valério;
- c) 1ª Secretária: Luciane Santos;
- d) 2ª Secretária: Marinês Mengatto.

II - SECRETARIA EXECUTIVA:

- a) Membro: Jairo Jandir Viebrantz
- b) Membro: Esther Licks Gregolon
- c) Membro: Dionísio Robaskewicz Neto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.132/14

DECRETO Nº 11.132/14, DE 16 DE MAIO DE 2014

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições da Lei Complementar Municipal nº 135, de 17 de julho de 2013 e do Decreto nº 11.124/14, 09 de maio de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI, constante no Anexo Único, parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.132/14, DE 16 DE MAIO DE 2014

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE VIDEIRA - COMUPAVI

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º O presente regimento interno dispõe sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal de Proteção aos Animais, órgão criado pela Lei Complementar nº 135/13.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira recebe a abreviatura de COMUPAVI.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º O COMUPAVI é um órgão colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo, normativo, recursal e fiscalizador da implantação e manutenção das políticas públicas de promoção das ações de proteção aos animais, no âmbito do Município de Videira.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º O COMUPAVI objetiva a busca, dentro de sua estrutura e atribuições, das condições necessárias para a defesa, proteção, conservação e preservação da vida, da dignidade e do bem-estar dos animais, quer sejam domésticos, domesticados e não domésticos, nativos ou exóticos, assegurando a implantação e manutenção de políticas públicas que levem à uma convivência harmoniosa entre os humanos e os animais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º O COMUPAVI terá como atribuição dar cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 135/2013.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O COMUPAVI será composto nos termos da Lei Complementar nº 135/13.

Art. 6º A entidade participante do COMUPAVI, cujo titular e suplente venham a perder seus cargos em razão dos dispositivos previstos neste regimento, deverá indicar seus novos representantes no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do afastamento de seus membros indicados anteriormente.

§ 1º Decorrido o prazo acima e, não havendo manifestação da entidade, a mesma poderá ser substituída na composição do COMUPAVI, conforme critérios a serem definidos pela Plenária.

§ 2º A substituição de entidades se dará mediante indicação de outra pelo COMUPAVI e empossada pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º O COMUPAVI possuirá a seguinte estrutura:

- I - Plenária;
- II - Diretoria Executiva, constituída de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário;
- III - Comissões Temáticas, de assuntos específicos, constituídas por resoluções da Plenária;
- IV - Secretaria Executiva, constituída por pelo menos 3 (três) servidores municipais, a serem cedidos pelo Executivo Municipal.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelos Conselheiros Titulares ou Suplentes (no caso de ausência do Titular) e em plenária do COMUPAVI convocada para esse fim.

§ 2º Deverá ser garantida a paridade na composição da diretoria, entre poder público e sociedade civil.

Art. 8º Os conselheiros do COMUPAVI e da Diretoria Executiva serão empossados pelo Prefeito Municipal, através do Decreto Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias após a composição do mesmo.

Parágrafo único - Os conselheiros do COMUPAVI e da Diretoria Executiva terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitido uma nova recondução mediante votação dos conselheiros.

Art. 9º. De acordo com a Lei Orgânica do Município, art. 72, XXVI, a Presidência dos Conselhos Municipais é atribuição do chefe do Poder Executivo, sendo facultada a delegação dessa competência, através de ato formal, a servidores municipais.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 10 Aos Conselheiros compete:

- I - acompanhar e controlar as ações relacionadas neste regimento;
- II - deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do COMUPAVI;
- III - dispor sobre normas e atos relativos ao funcionamento do COMUPAVI;
- VI - integrar Comissões Temáticas, permanentes ou temporárias, apresentando parecer no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- V - deliberar sobre a administração de recursos financeiros eventualmente destinados à execução das atividades do COMUPAVI.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DA PLENÁRIA

Art. 11 A Plenária, órgão soberano do COMUPAVI, será composta pelos seus membros titulares e/ou suplentes, cabendo-lhe discutir e deliberar sobre os assuntos concernentes à defesa e proteção aos animais.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

Art. 12 À Diretoria Executiva compete:

- I - cumprir e diligenciar para o fiel cumprimento das normas estabelecidas na legislação federal, estadual ou municipal, bem como deste regimento;
- II - acatar as decisões da Plenária e pugnar pela sua efetivação;
- III - despachar o expediente do Conselho;
- IV - dar vistas aos autos quando solicitados por Conselheiros e dentro das resoluções de funcionamento;
- V - manter os poderes municipais informados de todas as atividades do COMUPAVI, bem como apresentar ao público, anualmente, relatórios circunstanciados dos trabalhos realizados pelo Conselho;
- VI - decidir sobre as justificativas de ausência de Conselheiros e indicar o processo de perda de mandato;
- VII - coordenar os trabalhos dos servidores colocados à disposição do COMUPAVI;
- VIII - supervisionar o trabalho da Secretaria Executiva e Comissões Temáticas, bem como submeter à Plenária os assuntos oriundos das mesmas;
- IX - requisitar servidores públicos para assessoramento temporário;
- X - submeter à Plenária a programação físico-financeira das atividades;
- XI - compor as Comissões, permanentes ou temporárias, submetendo as indicações à homologação da Plenária.

Art. 13 Ao Presidente compete:

- I - exercer a direção geral do Conselho;
- II - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- III - proferir o voto de qualidade em caso de empate nas votações plenárias;
- IV - assinar e expedir as resoluções emanadas pela Plenária;
- V - baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultarem de deliberações do Conselho;
- VI - expedir pedidos de informações e consultas às autoridades competentes.

Art. 14 Ao Vice-Presidente compete, além das competências da Diretoria Executiva, substituir o Presidente em seus impedimentos, bem como lhe suceder em caso de afastamento definitivo, completando o mandato, também exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pela Diretoria Executiva ou pela Plenária.

Parágrafo Único - Em caso do Vice-Presidente substituir a Presidência em definitivo, a Plenária deverá proceder à eleição para a vaga de Vice-Presidente em reunião subsequente.

Art. 15 Ao Primeiro Secretário compete assessorar o Presidente do COMUPAVI na preparação e condução das reuniões plenárias, bem como em outros eventos e ocasiões em que se fizer necessário, também exercerá outras atribuições que lhe forem delegadas pela Diretoria Executiva ou pela Plenária.

Art. 16 Ao Segundo Secretário compete substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos, bem como suceder-lhe, em caso de afastamento definitivo, completando o mandato.

Parágrafo Único - Em caso do Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário em definitivo, a Plenária procederá à eleição para a vaga de Segundo Secretário na reunião subsequente.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 17 As Comissões Temáticas, instituídas através de aprovação da Plenária, poderão ser permanentes ou temporárias e terão como atribuições o desenvolvimento de atividades específicas em determinados assuntos de interesse do COMUPAVI.

§1º As deliberações das comissões temáticas serão, obrigatoriamente, discutidas, apreciadas e votadas em sessão plenária.

§2º As Comissões Temáticas poderão ser coordenadas pelos Conselheiros Suplentes.

CAPÍTULO XI

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 18 A Secretaria Executiva terá como atribuição a prestação de todo o apoio e estrutura necessária ao pleno desenvolvimento das funções do COMUPAVI.

Art. 19 São da competência da Secretaria Executiva as seguintes atividades:

I - preparar, juntamente com a Diretoria Executiva, as reuniões plenárias do COMUPAVI;

II - criar mecanismos para acolher as denúncias, reivindicações e sugestões de entidades ou instituições e de qualquer pessoa interessada;

III - encaminhar questões, denúncias, reivindicações e sugestões que lhe forem delegadas pelo COMUPAVI, aos órgãos competentes, solicitando a tomada das providências cabíveis, comunicando posteriormente a Diretoria Executiva;

IV - apoiar e acompanhar o funcionamento das Comissões do COMUPAVI;

V - coordenar os trabalhos dos servidores em disponibilidade do COMUPAVI;

VI - manter a guarda dos bens do acervo de documentos pertencentes ao Conselho;

VII - registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos, boletins, editoriais e correspondências do Conselho;

VIII - manter atualizados os protocolos, registros e arquivos de documentos;

IX - acompanhar, através de um de seus membros, as reuniões plenárias, efetuando os registros necessários e lavrando em livro próprio as atas das reuniões.

X - elaborar a pauta das reuniões, disponibilizando-a previamente aos Conselheiros.

CAPÍTULO XII

DO FUNCIONAMENTO

Art. 20 O COMUPAVI tomará as suas decisões nas reuniões plenárias, mediante votação, nos termos deste regimento.

Parágrafo único - As deliberações do Conselho Municipal de Proteção aos Animais serão tomadas por maioria simples dos conselheiros presentes, em votação secreta ou aberta, e, registrada em ata; a opção pela sistemática de votação será decidida pelo plenário.

Art. 21 O COMUPAVI funcionará regularmente, através de reuniões plenárias, com sessões ordinárias mensais, as quais realizar-se-ão de acordo com o calendário anual elaborado no mês de janeiro de cada ano.

Art. 22 As reuniões extraordinárias serão realizadas por convocação da Diretoria Executiva, a seu critério, ou quando a ela requeridas, por escrito, por no mínimo um terço de seus membros e tratarão exclusivamente da matéria que justificar a sua convocação.

§ 1º No caso do Presidente não encaminhar a convocatória da reunião extraordinária, a mesma poderá ser encaminhada por qualquer um dos membros da Diretoria Executiva.

§ 2º Caso nenhum dos membros da Diretoria Executiva encaminhe a convocatória da reunião extraordinária do COMUPAVI, os conselheiros interessados poderão fazê-lo com a anuência oficial da maioria absoluta dos Conselheiros Titulares.

§ 3º Caberá à Plenária da reunião extraordinária a decisão sobre a devida punição aos membros da Diretoria Executiva que não encaminharam o solicitado.

Art. 23 As reuniões plenárias serão instaladas com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Haverá tolerância de 30 (trinta) minutos para o estabelecimento do quorum, para se iniciar a reunião. Decorrido este prazo, as entidades que não se fizeram presentes com justificativa válida, serão consideradas faltosas.

§ 2º A entidade que tiver 03 (três) faltas consecutivas, ou 03 (três) intercaladas nas reuniões ordinárias no período de 12 (doze), deverá proceder à substituição de seus representantes.

Art. 24 É recomendada a presença nas reuniões do COMUPAVI do Conselheiro titular bem como de seu suplente.

Parágrafo Único - Em caso da presença dos 02 (dois) Conselheiros, ambos terão direito a voz, cabendo ao titular o direito à voto.

Art. 25 Cada Conselheiro terá um suplente que o substituirá em suas faltas ou impedimentos, cabendo-lhe deliberar sobre os assuntos tratados.

Art. 26 As reuniões do COMUPAVI serão abertas à participação de qualquer entidade ou pessoas interessadas, que dela participarão como Observadoras.

§ 1º Para ter direito à voz, ela deverá inscrever-se previamente junto à Secretaria Executiva, indicando o assunto a ser tratado, o qual constará da pauta da reunião subsequente.

§ 2º Qualquer Conselheiro presente à reunião em curso poderá convidar um Observador para fazer uso da palavra, desde que este não exceda o tempo de 5 (cinco) minutos.

Art. 27 As deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos Conselheiros presentes.

§ 1º O Presidente exercerá o direito de voto apenas para decidir sobre empate nas votações.

§ 2º Cabe ao Presidente a prerrogativa de deliberar "ad referendum" da reunião plenária, em casos de urgência, submetendo o assunto ao parecer do COMUPAVI na reunião subsequente.

Art. 28 As deliberações do COMUPAVI serão consubstanciadas em resoluções.

Parágrafo Único - O teor das resoluções deverá ser formulado e aprovado durante a respectiva reunião.

Art. 29 As reuniões terão início com a discussão, aprovação e assinatura da ata, seguindo-se a discussão de assuntos da reunião anterior porventura pendentes, para em seguida obedecer a pauta preestabelecida.

Art. 30 As propostas de pauta deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva até 1 (uma) hora antes da reunião plenária.

Art. 31 Os temas tratados e as resoluções baixadas pelo COMUPAVI deverão ser amplamente divulgados e, inclusive, se possível, através de Boletim Informativo próprio.

Art. 32 Fica assegurado a cada membro do COMUPAVI o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém, uma vez encaminhado para votação, não caberá nova discussão em seu mérito.

Art. 33 Para melhor desempenho de suas funções, o COMUPAVI poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do COMUPAVI as instituições formadoras de recursos humanos para a defesa e proteção animal e para o meio ambiente e as entidades representativas de profissionais dessas áreas e da administração pública, sem embargo de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o COMUPAVI, sem embargo de sua condição de membros.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 Fica expressamente proibida a vinculação político-partidária nas atividades do COMUPAVI.

Art. 35 Nenhum membro poderá manifestar-se em nome do COMUPAVI sem prévia autorização.

Art. 36 O COMUPAVI poderá convocar audiências públicas a qualquer tempo quando o assunto for de relevante interesse público.

Art. 37 O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo, ou em parte, em reunião plenária extraordinária, convocada para este fim específico, mediante voto favorável da maioria do quorum máximo.

Parágrafo Único - Propostas de alteração poderão ser apresentadas por qualquer membro, devendo, porém, para entrar em discussão, ter a assinatura de, pelo menos, um terço dos membros do COMUPAVI.

Art. 38 Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos em reunião plenária.

Videira, 16 de maio de 2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE VIDEIRA

Decreto Nº 11.130/14

DECRETO Nº 11.130/14, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 20 de maio de 2014, FÁBIO RAFAEL HERPICH, Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, com exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nomeado pelo Decreto nº 11.081/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de maio de 2014.

Videira, 15 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Extrato do Contrato N. 0409/2014

Extrato do Contrato n. 0409/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOANETE APARECIDA THIBES DOS SANTOS COMUNEL

CPF: 015.502.669-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2014 a 31 de maio de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0413/2014

Extrato do Contrato n. 0413/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA

CPF: 944.593.479-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANTONI-NHA RODRIGUES CORREA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 a 20 de junho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0415/2014

Extrato do Contrato n. 0415/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA RAMOS PEREIRA

CPF: 953.080.169-68

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLEUSA

FÁTIMA VEDOVATTO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 a 23 de maio de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0435/2014

Extrato do Contrato n. 0435/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: REJEANE ARIOTTI

CPF: 068.619.029-77

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0436/2014

Extrato do Contrato n. 0436/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA VIEIRA COSTA EZEQUIEL SCHNEIDER

CPF: 058.402.999-36

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0439/2014

Extrato do Contrato n. 0439/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILINDA BRUCH FANTIN

CPF: 008.986.319-47

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 24 de abril de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Termo de Rescisão N. 0052/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0052/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0436/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA VIEIRA COSA EZEQUIEL SCHNEIDER

CPF: 058.402.999-36

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 28 de abril de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0053/2014

Extrato do Termo de Rescisão n. 0053/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0415/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA RAMOS PEREIRA

CPF: 953.080.169-68

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 25 de abril de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0056/2014

Extrato do Termo de Rescisão n. 0056/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0409/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOANETE APARECIDA THIBES DOS SANTOS COMUNEL

CPF: 015.502.669-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 01 de maio de 2014.

Decreto Nº 11.136/14

DECRETO Nº 11.136/14, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Nomeia a Comissão Intersetorial referente à elaboração do Plano Municipal de Medidas Sócioeducativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 12.594/14, a Ata nº 184, de 06 de maio de 2014 e Resolução nº 008/2014 do CMDCA, e a vista do que consta da Comunicação Interna nº 32/14;

DECRETA

Art. 1º Nomear a Comissão Intersetorial referente à elaboração do Plano Municipal de Medidas Sócioeducativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composta pelos seguintes membros:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

a) Lucimere Tonello;

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

a) José Renato Borges;

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a) Rosani Schneider;

IV - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

a) Gilmar Paulo Rissardi;

V - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

a) Viviane de Fátima e Silva Sporr;

VI - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

a) Luana Baraúna;
b) Rosana F. S. Locatelli;

c) Katiani G. de Moraes;

VII - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

a) Gustavo Costenaro Brandalise;

VIII - DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSO

a) Alessandra Loraschi;

IX - POLÍCIA MILITAR

a) Dhjoney Antonio Vian;

X - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

a) Alvair Lírio Barzotto

XI - CONSELHO TUTELAR

a) Eduardo Alisson Sporr

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.134/14

DECRETO Nº 11.134/14, DE 20 DE MAIO DE 2014.
Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7544/2014,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, ALESSANDRA PERAZZOLI DE SOUZA, a partir de 19 de maio de 2014, do emprego público de Enfermeira - Estratégia Saúde da Família, nomeada pela Portaria nº 0185/10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2014.

Videira, 20 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.135/14

DECRETO Nº 11.135/14, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo CUSTODIO GONÇALVES DA SILVA, em caráter integral, nos termos do inciso I, § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a dependente presumida FERMINA GONÇALVES DA SILVA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 024/14,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo CUSTODIO GONÇALVES DA SILVA, que era brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 425.764.669-15, em caráter integral, nos termos do inciso I, do § 7º, do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a dependente presumida FERMINA GONÇALVES DA SILVA (esposa).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I, § 7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 836,96 (oitocentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Parágrafo Único- O valor dos proventos será corrigido na mesma data e pelo mesmo índice conferido aos servidores aposentados que não possuem paridade, nos termos da Legislação Vigente.

Art. 3º Fica declarada a extinção da aposentadoria por idade, em caráter proporcional, concedida ao servidor falecido nos termos do Decreto nº 6.184/98, datado de 29 de junho de 1998.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2014, data do requerimento administrativo de concessão de benefício de pensão por morte, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 20 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0722/2014

PORTARIA nº 0722/14

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 7564/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, PATRICIA MARQUES DE LIMA, DIRCEU DUTRA e IZABEL APARECIDA BALBINOTT para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 7564/14.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0723/2014

PORTARIA nº 0723/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6360/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ALCINDO LUIZ POLEZO, Motorista III - Ônibus, de 01 de agosto de 2014 até 01 de novembro de 2014, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2014.

Videira, 19 de maio de 2014

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 026/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Daiana Cristy Abati Casagrande	Agente Administrativo II
2 - Alan Douglas Ribeiro Alves	Agente Administrativo II

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 20 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 36/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 36/2014-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS NA ESPECIALIDADE DE ORTOPEDIA, AVALIAÇÕES E PEQUENOS PROCEDIMENTOS ORTOPÉDICOS, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 06/06/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 21 de maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

Contrato Nº 09/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: LEANDRO PAGLIARI - ME.

Número do Contrato: 09/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL EM SAÚDE, CUJO EDIFÍCIO SERÁ EM ALVENARIA COM 01 PAVIMENTO, PARA FUNCIONAMENTO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, COBERTURA EM TELHA DE FIBROCIMENTO, SITUADO NA RUA "B", LOTEAMENTO CHIOSSI, DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, TOTALIZANDO UMA ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 505,50M².

Data da Assinatura: 21/05/2014.

Vigência: 2011/2014.

Valor mensal: R\$ 601.039,68 (seiscentos e um mil, trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 269 de 15 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 269/2014

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº3971/2014 de 13 de maio de 2014 DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a inclusão do seguinte programa: 15.451.1501.1009 - Obras de Infra Estrutura Urbana, 44.90.00.00 Aplicações Diretas fonte: 0183.

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 3971/2014 de 13/05/2014, na seguinte rubrica da receita 2.1.1.4.9.9.0.0 Outras Operações de crédito Interna fonte 0183 no valor de 6.000.000,00(seis milhões de reais).

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 15 de maio de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

Lei 3974

LEI Nº 3974/2014 de 15 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS PARA FINS INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Acresce-se o art. 7º-B à Lei 1.534/93, nos seguintes termos:

Art. 7º-B. Desde que precedido do respectivo processo de concorrência pública e autorização legislativa, poderá conceder-se direito real de uso à imóveis de propriedade da Administração Pública, mediante a celebração de contrato administrativo, possibilitando ainda, a posterior doação do imóvel em favor da concessionária, caso cumpridas as exigências constantes na lei autorizativa.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 21 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Lei Complementar 140

LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2014 de 15 de maio de 2014.

"Incorpora abono ao vencimento base do cargo de auxiliar de enfermagem e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica incorporado ao vencimento base do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, o abono de R\$ 300,00 (trezentos reais), concedido através da Lei Complementar nº 110, de 16 de julho de 2013, passando a ser de R\$ 1.374,11 (um mil trezentos e setenta e quatro reais e onze centavos), a partir do mês de maio de 2014.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 110, de 16 de julho de 2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 21 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Lei Complementar 141

LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2014 de 15 de maio de 2014.

"Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 100, de 07 de junho de 2011 e dá outras providências"

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Complementar nº 100, de 07 de junho de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A licença maternidade concedida às servidoras públicas municipais, ocupantes de cargo de provimento efetivo, comissionado e admitidas em caráter temporário, contribuintes do Regime Geral de Previdência Social, será prorrogada por 60 (sessenta) dias, a contar da data do término da licença maternidade prevista no inciso XVIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais artigos da Lei Complementar nº 100, de 07 de junho de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 21 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3973

LEI Nº 3973/2014 de 15 de maio de 2014.

DECLARA E DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO MEDIANTE DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar mediante doação, os bens inservíveis abaixo relacionados, e conforme ata de vistoria - anexo único - constante da presente:

ITEM	Quantidade
carteiras escolares	351
carteiras escolares infantil	223
cadeira escolar	480
cadeira escolar infantil	130
fogão	5
geladeira	2
ar condicionado	5
prateleiras de aço	9
arquivo de aço	13
bebedouro	7
computadores	153
impressoras	56
monitores	125

estabilizadores	90
nobreak	10
hub	8
scanner	5
modem	5
televisor	3
ventilador	13
batedeira	3
liquidificador	5
aparelho de fax	5
autoclave	22
cadeira dentista	4
maca	5
aparelho de som	6
dvd	11
vídeo cassete	14
pia	12
armário	15
balcão	18
mesa	16
maquina de escrever	13
maquina de costura	5
balança infantil	8
balança adulto	3
suporte para soro	3
foto de luz	3
foto odontológico	6
amalgmador	4
Seladora	5
carrinho de bebe	15
forno elétrico	3
microondas	2
botijão de semem	6
compressor	3
calculadora	20
maquina de lavar roupas	10
centrifuga	6
longarina	6

banco estofado 3 lugares	4
fogão industrial	1
aquecedor	80
cafeteira	16
espremedor de frutas	8
enceradeira	6
relógio ponto	5
cadeira estofada	50
cadeira giratória	25

Art. 2º. Os bens inservíveis declarados no artigo antecedente, serão doados à APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais, pessoa jurídica inscrita sob CNPJ 78.480.837/0001-72, localizado nesta Cidade, na Rua Avelino Lunardi, nº 247, Bairro Dr. Ari Lunardi, instituição reconhecidamente sem fins lucrativos.

Art. 3º. Para fazer face às despesas decorrentes para aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 21 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3975

LEI Nº 3975/2014 de 15 de maio de 2014.

Autoriza o desmembramento do lote urbano n. 07 da quadra 503 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 07, da quadra nº503, matrícula nº 21.852, com área superficial de 832,69m² (oitocentos e trinta e dois metros e sessenta e nove décimos quadrados), localizado no lado par da Rua João Tonini, distante pelo lado esquerdo 71,25 metros da Rua Modesta Tesser Morás, Loteamento Veneza, de propriedade do município de Xaxim, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE URBANO nº 07, da quadra nº503, matrícula nº 21.852, com área superficial de 832,69m² (oitocentos e trinta e dois metros e sessenta e nove décimos quadrados), localizado no lado par da Rua João Tonini, distante pelo lado esquerdo 71,25 metros da Rua Modesta Tesser Morás, Loteamento Veneza, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte da área 04, do Município de Xaxim, matrícula 20.881, em 14,54 metros e com parte da Área Verde 03, do Município de Xaxim, matrícula 21.853, em 25,10 metros.

SUL: Com a Rua João Tonini, em 38,78 metros.

LESTE: Com o lote nº06, de Veneza Imóveis Ltda. ME, matrícula 21.851, em 22,50 metros.

OESTE: Com parte dos lotes nº32, 34, 36, 38 e 41, de Ivone Terezinha Toaldo e outros, matrícula 21.801, em 17,61 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

LOTE URBANO nº07-"A", da quadra nº503, com área superficial de 286,90 m² (duzentos e oitenta e seis metros e noventa décimos quadrados), localizado no lado par da Rua João Tonini, distante pelo lado esquerdo 71,25 metros da Rua Modesta Tesser Morás, Loteamento Veneza, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte da Área Verde, do Município de Xaxim, matrícula 21.853, em 12,65 metros.

SUL: Com a Rua João Tonini, em 12,88 metros.

LESTE: Com o lote nº06, de Veneza Imóveis Ltda. ME, matrícula 21.851, em 22,50 metros.

OESTE: Com o lote nº07-"B", ora desmembrado, em 22,50 metros.

LOTE URBANO nº07-"B", da quadra nº503, com área superficial de 284,80 m² (duzentos e oitenta e quatro metros e oitenta décimos quadrados), localizado no lado par da Rua João Tonini, distante pelo lado esquerdo 84,13 metros da Rua Modesta Tesser Morás, Loteamento Veneza, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte da Área Verde, do Município de Xaxim, matrícula 21.853, em 12,45 metros.

SUL: Com a Rua João Tonini, em 12,88 metros.

LESTE: Com o lote nº07-"A", ora desmembrado em 22,50 metros.

OESTE: Com o lote nº07-"C", ora desmembrado, em 22,50 metros.

LOTE URBANO nº07-"C", da quadra nº503, com área superficial de 260,99m² (duzentos e sessenta metros e noventa e nove décimos quadrados), localizado no lado par da Rua João Tonini, distante pelo lado esquerdo 97,01 metros da Rua Modesta Tesser Morás, Loteamento Veneza, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte da Área 04, do Município de Xaxim, matrícula 20.881, em 14,54 metros.

SUL: Com a Rua João Tonini, em 13,00 metros.

LESTE: Com o lote nº07-"B", ora desmembrado em 22,50 metros.

OESTE: Com parte dos lotes nº32, 34, 36, 38 e 41, de Ivone Terezinha Toaldo e outros, matrícula 21.801, em 17,61 metros.

Art. 2º Após o desmembramento os lotes serão utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para fins de Habitação de Interesse Social.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 21 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3976

LEI Nº 3976/2014 de 15 de maio de 2014.

Autoriza o desmembramento do lote urbano n. 01 da quadra 288 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 01, da quadra nº288, matrícula nº 14.932, com área superficial de 525,00m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Pedro Giotto, esquina com a Rua Amilcar Sottili, Loteamento Guarany, Bairro Guarany, de propriedade de LUIZ CARLOS MASCARELLO e de NEIDE TEREZINHA MATIELLO MASCARELLO, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE URBANO nº 01, da quadra nº288, matrícula nº 14.932, com área superficial de 525,00m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Pedro Giotto, esquina com a Rua Amilcar Sottili, Loteamento Guarany, Bairro Guarany, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Pedro Giotto, em 15,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº13-"A", de Vanderlei Abel Dalla Cort, matrícula 22.997, em 15,00 metros.

NORDESTE: Com o lote nº02, de Claudinei Orestes Orço, matrícula 15.063, em 34,90 metros.

SUDOESTE: Com a Rua Amilcar Sottili, em 35,10 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

1º) LOTE URBANO nº01-"A", da quadra nº288, com área superficial de 264,30m² (duzentos e sessenta e quatro metros e trinta décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Pedro Giotto, esquina com a Rua Amilcar Sottili, Loteamento Guarany, Bairro Guarany, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Pedro Giotto, em 15,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº01-"B", ora desmembrado, em 15,00 metros.

NORDESTE: Com parte do lote nº02, de Claudinei Orestes Orço, matrícula 15.063, em 17,58 metros.

SUDOESTE: Com a Rua Amilcar Sottili, em 17,67 metros.

2º) LOTE URBANO nº01-"B", da quadra nº288, com área superficial de 260,70m² (duzentos e sessenta metros e setenta décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Amilcar Sottili,

distante pelo lado direito 17,67 metros da Rua Pedro Giotto, Loteamento Guarany, Bairro Guarany, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº01-"A", ora desmembrado, em 15,00 metros.

SUDESTE: Com o lote nº13-"A", de Vanderlei Abel Dalla Cort, matrícula 22.997, em 15,00 metros.

NORDESTE: Com parte do lote nº02, de Claudinei Orestes Orço, matrícula 15.063, em 17,32 metros.

SUDOESTE: Com a Rua Amilcar Sottili, em 17,43 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 21 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Aviso de Dispensa de Licitação 030/2014 - Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO 117/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 030/2014

O Município de Xaxim, através de seu Prefeito comunica que está homologada a Licitação Supracitada que tem por objeto a contratação de empresa especializada em confecção de pastas para manutenção das atividades das Agentes Comunitárias de Saúde, tudo em conformidade com os pareceres anexo ao presente processo, a saber:

Fornecedores/Valor homologado: ZOZ Soethe Indústria e Comércio Ltda Me. CNPJ: 10.327.100/0001-80 valor R\$ 4.875,00 (quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais).

Data da homologação 21 de maio de 2014.

Xaxim, 21 de maio de 2014.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

Portaria 848

PORTARIA Nº 848/2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pela Servidora Maríndia Sitta em favor de Kátia Mello, em 02/01/2014;

CONSIDERANDO a resposta da Secretaria de Saúde da cidade de

Chapecó, dando conta de que a Servidora Maríndia Sitta, tanto não estava trabalhando nos dias em que fora emitido o atestado, como tais não teria sido preenchidos nas dependências das unidades de saúde daquela cidade;

CONSIDERANDO que, em consequência disso, não há prontuário de atendimento médico, conforme consta do ofício nº SESAU/gs nº 009/2014;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

CONSIDERANDO que, é prescindível a instauração de Sindicância, precedente à Processo Administrativo Disciplinar, conforme ares-tos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCRIVÃO. ANOTAÇÃO DE FÉ PÚBLICA EM DOCUMENTO APRESENTADO POR CÓPIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA. SINDICÂNCIA PRÉVIA. DESNECESSIDADE. Não há falar em violação a direito líquido e certo, a ser amparado por mandado de segurança, o ato de autoridade judicial que determina a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), para apuração de irregularidades atribuídas a servidor, de acordo com a legislação de regência, sendo prescindível a sindicância prévia quando se tem confirmação da ocorrência da falta e o seu autor. (TJMG; MS 1.0000.04.415953-1/000; Juiz de Fora; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Edilson Olímpio Fernandes; Julg. 29/03/2005; DJMG 15/04/2005);

APELAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. [...]. Não há falar em vício do processo administrativo, em decorrência da falta de sindicância; esta é prescindível. A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Eventualidade da sindicância. [...]. (TJSP; APL 0021012-62.2010.8.26.0053; Ac. 7479733; São Paulo; Terceira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ronaldo Andrade; Julg. 25/02/2014; DJESP 14/04/2014)

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal, Kátia Mello, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;

II - Catiane Curtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar,

sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria nº 786/2014.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 22 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Portaria 849

PORTARIA Nº 849/2014.

Suspende Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o art. 197, caput, da Lei nº 1.729/94, que dispõe sobre a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO que, um dos membros da Comissão Processante encontra-se afastado por motivos de saúde;

CONSIDERANDO que, o seguimento do Processo Administrativo Disciplinar, sem o referido membro, poderia ocasionar eventual nulidade do Processo;

RESOLVE:

Art 1º - Ficam suspensos os Processos Administrativos Disciplinares, de Portarias nº 778/2014, em face do Servidor Municipal Raul Kielselbach; 785/2014, em face da Servidora Municipal Nilva Biffi; 787/2014, em face da Servidora Municipal Maríndia Sitta e 848/2014, em face da Servidora Municipal Kátia Mello, por prazo indeterminado.

Art 2º - Retornando o Servidor afastado às atividades normais, dê-se seguimento aos Processos Administrativos Disciplinares supra.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 22 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Associações

GRANFPOLIS

Resolução Nº 07/2014

RESOLUÇÃO Nº 07/2014

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições estatutárias e "ad referendum" da Assembleia Geral:

Aprovar a participação dos Senhores EVANDRO JOÃO DOS SANTOS e MIGUEL AUGUSTO FORBECK FARACO na Assembleia Geral Extraordinária da União dos Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul e do Fórum Permanente de Desenvolvimento e Apoio Turístico no Mercosul - Fórum Turístico, através da Secretaria de Articulação com Autoridades locais, presidida pelo Prefeito Municipal de Chapecó e buscar informações sobre o Fundo de Convergência do Mercosul - FOCEM, no período de 27 de maio a 01 de junho em Ushuaia, capital da Província da Terra do Fogo, Argentina.

Aprovar a concessão de ajuda de custo individual no valor de U\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos dólares americanos), equivalentes nesta data a R\$ 4.140,00 (quatro mil, cento e quarenta reais), para cobrir despesas com hospedagem, alimentação, transporte terrestre, inscrição e assessoramento técnico.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis(SC) em 21 de maio de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Paulo Lopes
PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

Convocação Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR

CONVOCAÇÃO:

REUNIÃO ORDINÁRIA

ANÍSIO FANTINI, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, nomeado pelo Decreto nº 007/2012, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 09 de junho de 2014, às 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: AUDITÓRIO DO INDAPREV, SITUADO A RUA: CASTELO BRANCO, Nº 109, BAIRRO: CENTRO, INDAIAL / SANTA CATARINA.

ORDEM DO DIA:

- 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior;
- 2 - Relatório Ouvidoria;
- 3 - Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos;
- 4 - Informações sobre o Procedimento Técnico nº 001/2014, sobre o Aterro Sanitário localizado no município de Timbó/SC;
- 5 - Proposta de Instruções Normativas sobre padronização e recebimento de serviços dos poços de visitas de redes coletoras de esgoto sanitário, sobre reservatórios individuais particulares e sobre serviço de limpeza de caixas de gordura e de fossas sépticas;
- 6 - Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 09 de abril de 2014.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação
(Decreto nº 007/2012)

ARIS

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 05/2011

Extrato do 4º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 05/2011 - Contratante: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS - Contratado: OMD Soluções para Ouvidorias S/S LTDA, CNPJ: 06.181.338/0001-73 - Objeto: Cláusula Oitava - Do preço e Forma de Pagamento: "...Pela disponibilização e gerenciamento da infraestrutura necessária à hospedagem e disponibilidade dos dados, descritos na Cláusula Segunda, Parágrafo Segundo, as partes fixam a importância de R\$ 443,34 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), a ser paga mensalmente, pela CONTRATANTE à CONTRATADA, durante a vigência deste instrumento". Amparo Legal: Art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 06 de maio de 2014.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Processo de Licitação Nº 013/2014 Inexigibilidade Nº 006/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 13/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2014

OBJETO: assinatura anual da Revista Conjuntura Econômica, no valor de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

CONTRATADO: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (IBRE/FGV)

CNPJ nº 33641663/0001-44

VALOR: R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 06 de maio de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor geral da ARIS

Processo de Licitação Nº 016/2014 Inexigibilidade Nº 008/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 16/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 08/2014

OBJETO: Aquisição de inscrição no evento "XVI SINAOP"
CONTRATADO: Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas - IBRAOP

CNPJ nº 04.716.733/0001-88

VALOR: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 15 de maio de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo de Licitação Nº 017/2014 Dispensa Nº 009/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2014
DISPENSA Nº 009/2014

OBJETO: Aquisição de material gráfico de expediente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento -ARIS.

CONTRATADA: Rocha Gráfica e editora Ltda.

CNPJ: 95.833.307/0001-80.

VALOR: R\$ 499,08 (quatrocentos e noventa e nove reais e oito centavos)

Florianópolis, 15 de maio de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Processo de Licitação Nº 018/2014 Dispensa Nº 010/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2014
DISPENSA Nº 10/2014

OBJETO: Aquisição de livros.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II c/c parágrafo único, da Lei de Licitações.

CONTRATADA: EDITORA PINI LTDA.

CNPJ: 60.859.519/0001-51

VALOR: R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais).

Florianópolis, 21 de maio de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor geral da ARIS

Processo de Licitação Nº 017/2014 Inexigibilidade Nº 007/2014

EXTRATO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 07/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

Objeto: Contratação da FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA, para realização de serviços jurídicos de natureza singular com a finalidade de apoiar na estruturação e organização das manifestações jurídicas da ARIS junto ao processo nº RLA 08/00655621, em trâmite no TCE/SC, relacionado à auditoria realizada no sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município de Itapema - SC.

Contratada: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA

CNPJ: 12.244.848/0001-45

VALOR: R\$ 22.500,00

Florianópolis, 12 de maio de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Processo de Licitação Nº 018/2014 Dispensa Nº 008/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014
DISPENSA Nº 08/2014

OBJETO: contratação de renovação do seguro do veículo da ARIS, Fiat Palio WK Adventure 1.8 16V, placas MLI-6073

CONTRATADA: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ: 92.682.038/0001-00

VALOR: R\$ R\$ 3.122,72 (Três mil, cento e vinte e dois reais e setenta e dois centavos)

Florianópolis, 12 de maio de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CIGA**Retificação ao Extrato Contrato 229 - PGT - Santa Rosa do Sul**

Retificação ao Extrato de Contrato nº 229/2014
Programa de Gestão Tributária - Santa Rosa do Sul
Altera a data do contrato municipal nº 098/2014, sendo o Extrato de Contrato conforme segue:
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CNPJ: 80.989.965/0001-98
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 098/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 30 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 236 - Pgo - Bombinhas

Extrato de Contrato nº 236/2014
Contrato de Rateio - Programa de Gestão de Obras - Bombinhas
CONTRATANTE: Município de Bombinhas
CNPJ: 95.815.379/0001-02
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 05/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de São Cristóvão do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) relativo à contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Obras mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB), e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 16 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 237 - PGC - Papanduva

Extrato de Contrato nº 237/2014
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Papanduva
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Papanduva
CNPJ: 83.493.726/0001-30
CONTRATO Nº: 003/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 01 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**Contrato Nº 011/2013 - 2º Termo Aditivo**

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 011/2013

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, Casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, CPF 382.825.699-68, domiciliado à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado FLORA TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.463.645/0001-14, situada em ST Setor de Indústria e Abastecimento Trecho 03, s/nº, Lote 625/635/645/655/665/675/685/695, Bloco A, Sala 308, cidade de Brasília, DF, neste ato representado pelo Sr. Felipe Linhares Lustosa da Costa, CPF sob nº 992.023.521-00, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2013, firmado em 19 de fevereiro de 2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

A vigência do presente instrumento firmado em 19 de fevereiro de 2013 fica alterado por este Termo, prorrogando-se o prazo até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo aditivo.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 16 de maio de 2014.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

CONTRATADA

Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda.

Testemunhas:

Ademir Winkelhaus
463.356.099-91

Valter Conrado de Araújo
379.549.389-72

CONSÓRCIO CATARINA

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária 29-05-2014

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõem os Parágrafos Primeiro e Terceiro do Artigo 21 e Parágrafo Único do Artigo 23 do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 29 de maio de 2014, às catorze horas (14 horas), com a presença mínima de 50% mais um dos representantes dos entes consorciados (Chefes de Poder Executivo), em única convocação, tendo como local a Sala dos Prefeitos da sede da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC.

Na pauta deverão ser tratados os seguintes assuntos:

- I . Apreciação da ata da assembléia anterior;
- II . Ratificação das alterações do Estatuto Social;
- III . Alteração da Lei Orçamentária do Exercício de 2014;
- IV. Indicação de interlocutor e Diagnóstico de Situação do Saneamento;
- VI . Assuntos gerais.

Tubarão, 21 de maio de 2014.

João Oávio Falchetti

Presidente do Consórcio Catarina

